



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 159 - QUARTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 184ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Relato sobre as eleições no Estado do Mato Grosso e agradecimentos à população que deu seu voto ao PT..... 38908

SENADOR *GERSON CAMATA* – Considerações sobre o resultado das eleições do último domingo e a colocação do PMDB como o partido mais votado no país. Cumprimentos ao Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, pelo trabalho de engenharia política realizado nessas eleições... 38910

SENADOR *ALOÍZIO MERCADANTE* – Manifestação sobre a greve da Polícia Civil no Estado de São Paulo. 38911

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Análise das eleições do último domingo, especialmente no Estado do Pará. 38915

SENADOR *MARCO ANTÔNIO COSTA* – Destaque para o progresso alcançado pelo Estado do Tocantins, em 20 anos, criado pela Constituição de 1988. 38917

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Reafirma denúncia sobre a gravidade dos acontecimentos no Município de Novo Progresso, no Pará. 38918

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Defesa de propostas visando diminuir a vulnerabilidade do Brasil diante das crises econômica e ambiental..... 38920

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Comentário sobre a crise financeira mundial e avaliação de suas consequências para o Brasil. Elogios ao Presidente Lula. 38922

1.2.2 – Apreciação da matérias

Requerimentos nºs 1.142 e 1.144, de 2008, lidos em sessão anterior. **Aprovados.** 38923

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Registro do transcurso dos vinte anos da promulgação da Constituição de 1988. 38924

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Balanço dos resultados das últimas eleições e satisfação com o desempenho do PMDB. Comentários sobre matéria do jornal *O Globo*, intitulada “PMDB é campeão de votos e prefeitos eleitos”. 38929

SENADOR *ALVARO DIAS* – Crítica à posição inicial do Presidente Lula diante da crise econômica internacional. Comentário sobre a edição de MP conferindo poderes ao Banco Central para enfrentamento da crise. 38931

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Preocupação com a crise financeira. Manifestação sobre as eleições no Rio Grande do Norte, com a vitória da candidata Micarla, e indignação com a atitude do presidente Lula em relação a S. Exa. 38933

1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 196, de 2008 (nº 745/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007 (nº 3.298/2004, na Casa de origem), que *denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, sancionado e transformado na Lei nº 11.792, de 2 de outubro de 2008.* 38950

Nº 197, de 2008 (nº 742/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na Casa de origem), que *proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994, sancionada e transformado na Lei nº 11.789, de 2 de outubro de 2008.* 38951

Nº 198, de 2008 (nº 743/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2007 (nº 6.678/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais, e dá outras providências,*

sancionado e transformado na Lei nº 11.790, de 2 de outubro de 2008.....

38951

Nº 199, de 2008 (nº 744/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo, sancionado e transformado na Lei nº 11.791, de 2 de outubro de 2008.

38951

Nº 201, de 2008 (nº 746/2008, na origem), de 2 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.....

38951

Nº 202, de 2008 (nº 751/2008, na origem), de 2 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.....

38965

1.2.5 – Pareceres

Nº 1.027, de 2008, da Comissão Diretora, sobre a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2008 (nº 1.816, de 1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.....

38969

Nº 1.028, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 172, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.....

38970

Nº 1.029, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Eliseu Martins para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos.....

38973

Nº 1.030, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 176, de 2008 (nº 674/2008, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah. (Projeto de Resolução nº 51, de 2008).....

38975

Nº 1.031, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 177, de 2008 (nº

673/2008, na origem), que encaminha pleito do Município de Uruguaiana (RS), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá. (Projeto de Resolução nº 52, de 2008).....

38980

Nº 1.032, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 192, de 2008 (nº 731/2008, na origem), que encaminha pleito do Governo do Estado do Tocantins, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Mediocredito Centrale S.p.A (MCC), no valor de até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III-. (Projeto de Resolução nº 53, de 2008)

38984

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 51 a 53, de 2008, apresentados como conclusão de pareceres lidos anteriormente.....

38988

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências.....

38988

Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Ferrovias, os trechos que especifica.....

39010

Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo.....

39041

Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que permite que o trabalhador ex-detento possa, cumprida a pena, sacar os recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-PASEP.....

39044

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que modifica o artigo 41, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamento públicos e privados de

todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos a garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. 39045

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB. 39047

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 1.150, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações à diretoria do jornal A Tribuna, de Vitória, Espírito Santo, pela passagem dos 70 anos de sua fundação. 39049

Nº 1.151, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, pelo transcurso de seus 25 anos. .. 39049

Nº 1.152, de 2008, de autoria do Senador Neuto de Conto, solicitando que o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 39050

Nº 1.153, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004, além do despacho inicial, seja também submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. 39050

Nº 1.154, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além do despacho inicial, sejam também apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 39050

Nº 1.155, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.089, de 2008, de sua autoria. **Deferido**, o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 39050

Nº 1.156, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2006, de sua autoria. **Deferido**..... 39050

Nº 1.157, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2005 e 207, de 2006, por tratarem de proposições que regulam a mesma matéria. 39050

Nº 1.158, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2006 – Complementar, de sua autoria, dos demais Projetos a

ele apensados, de forma a retomar sua tramitação própria. 39051

1.2.9 – Ofícios

Nº 140/2008, de 7 do corrente, da Liderança do PTB no Senado Federal, de substituição de membro para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 39051

Nº 145/2008, de 7 do corrente, da Liderança do PTB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Assuntos Sociais. Designação da Senadora Ada Mello, como suplente, para compor a referida Comissão..... 39051

Nº 174/2008, de 7 do corrente, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, comunicando que designou o Senador Gilvam Borges para compor, como suplente, a Subcomissão Permanente da Amazônia..... 39051

1.2.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.424, de 2008-Seses-TCU-Plenário, de 30 de setembro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC nº 001.060/2008-9, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de 30/09/2008. (Trata-se da consolidação dos Levantamentos de Auditoria realizados pelo tribunal de Contas da União de 2008, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional, visando a subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2009, nos termos fixados pelo art. 97, da Lei 11.768, de 18/09/2008-LDO/2009). 39051

1.2.11 – Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nºs 58 e 60/2008, de 6 do corrente, comunicando que aquela Corte, na sessão plenária realizada em 25 de setembro de 2008, conheceu parcialmente das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 173 e 394 e, nas partes conhecidas, julgou-as procedentes..... 39052

Nº 62/2008, de 6 do corrente, comunicando que aquela Corte, na sessão plenária realizada em 1º de outubro de 2008, julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4..... 39052

1.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 1.159, de 2008, lido a aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 52, de 2008 (Mensagem nº 177/2008, na origem), que autoriza o Município de Uruguaiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos

Estados Unidos da América). Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39054	781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que <i>aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.</i> Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39062
Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 2008 (Parecer nº 1.033, de 2008-CDIR). Aprovado. À promulgação.	39054	Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (Parecer nº 1.038, de 2008-CDIR). Aprovado. À Câmara dos Deputados.	39063
Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 1.160, de 2008, lido a aprovado nesta oportunidade)		Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência das Lideranças)	
Projeto de Resolução nº 53, de 2008 (Mensagem nº 192/2008, na origem), que autoriza o Governo do Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A (MCC), no valor de até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América). Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39057	Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005 (nº 4.827/2001, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.</i> Aprovado. À sanção.	39063
Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 2008 (Parecer nº 1.034, de 2008-CDIR). Aprovado. À promulgação.	39057	São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária do dia 8 de outubro de 2008, conforme acordo das lideranças:	
Item 1 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)		Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), que <i>aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.</i> Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39060	Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.</i>	39064
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (Parecer nº 1.035, de 2008-CDIR). Aprovado. À Câmara dos Deputados.	39060	Item 6	
Item 2		Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que <i>dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.</i>	39065
Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Jayme Campos), que <i>aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008.</i> Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39060	Item 7	
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (Parecer nº 1.036, de 2008-CDIR). Aprovado. À Câmara dos Deputados.	39060	Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que <i>altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.</i>	39065
Item 3		Item 8	
Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que <i>aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.</i> Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.	39062	Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que <i>altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto</i>	
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (Parecer nº 1.037, de 2008-CDIR). Aprovado. À Câmara dos Deputados.	39062		
Item 4			
Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº			

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 39065

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.* 39065

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).* 39065

Item 11 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B. 39066

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.* 39066

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.* 39066

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.* 39066

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.* 39066

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. ...* 39066

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.* 39067

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.* 39067

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.* 39067

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 39067

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.* 39067

Item 22

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e da outras providências.* 39067

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*..... 39067

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 39068

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*. 39068

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. 39068

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*. 39068

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*..... 39068

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*. 39068

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*..... 39069

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*. 39069

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*. 39069

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*. 39069

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*..... 39069

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*..... 39069

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*. 39069

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*. 39069

Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*... 39070

Item 39 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.* 39070

Item 40 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 39070

Item 41

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 39070

Item 42 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 39070

Item 43

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.* 39070

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.* 39071

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).* ... 39071

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de*

subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 39071

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.* 39071

Item 48

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc:** Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.* 39071

Item 49

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 39071

Item 50

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 39071

Item 51

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.* 39071

Item 52 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, assinada pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.* 39072

Item 53

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*..... 39072

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ NERY – Manifestação sobre a participação do P-Sol nas eleições do último domingo. 39072

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Avaliação das eleições em Minas Gerais. 39074

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Relato de visita feita por S.Exa. ao Caribe na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. 39075

SENADOR RENATO CASAGRANDE, como Líder – Apreensão com relação à crise econômica mundial. 39077

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Apoio ao governo federal para implantação de novas medidas de apoio à safra agrícola brasileira 2008/2009. 39078

SENADOR VALTER PEREIRA – Análise sobre o desempenho do PMDB nas eleições municipais em particular no Estado de Mato Grosso do Sul... 39081

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Considerações sobre o desmatamento na Amazônia. Defesa de ações integradas dos ministérios para estudar medidas de curto e médio prazo para a Amazônia. 39082

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Abordagem sobre o empréstimo aprovado pelo Senado para obras de infra-estrutura no Estado de Tocantins. 39083

SENADOR PAULO PAIM – Relato das eleições municipais no Estado do Rio Grande do Sul. Votação, amanhã, na Câmara dos Deputados, do projeto que extingue o fator previdenciário. Satisfação com a aprovação de empréstimo para o município de Uruguaiana/RS. 39083

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento da Srª Dircéa Petrelli. 39085

SENADOR FLÁVIO ARNS – Apoio à extinção do fator previdenciário. Realização, amanhã, de cerimônia, no Palácio do Planalto, de entrega do prêmio “Brasil Sorridente”. Realização do 43º Encontro das APAES – Associação dos Pais e Amigos

dos Excepcionais. Comemoração dos 20 anos da promulgação da Constituição brasileira..... 39085

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.161, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, solicitando inserção de ata voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dircéa Corrêa Petrelli, esposa de Mário José Gonzaga Petrelli, Presidente da Rede Independência de Comunicação – RIC. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Azeredo. 39087

1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR CASILDO MALDANER – Relato das eleições municipais no Estado de Santa Catarina. 39088

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Recordações sobre o ambiente político do Brasil, na década de 1980, e homenagem aos que contribuíram para que se tornasse realidade a Constituição da República de 1988. 39089

SENADOR ROMEU TUMA – Apoio às reivindicações da Polícia Civil de São Paulo, em greve... 39091

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 8, com Ordem do Dia anteriormente designada. 39092

1.4 – ENCERAMENTO**2 – ATO DO DIRETOR-GERAL**

Nº 2.068, de 2008. 39100

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 184ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Alvaro Dias, José Nery,
Geraldo Mesquita Júnior e Delcídio Amaral*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encer-
ra-se às 20 horas e 45 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14.00 HORAS

Período : 7/10/2008 07:41:14 até 7/10/2008 20:46:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	

Compareceram: 64 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, § 14, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, também com o mesmo propósito, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko, primeira oradora inscrita. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, apesar de estar rouca – os senhores até sabem o motivo: todos nós estamos com a voz meio complicada de tanto falarmos nos últimos dias -, eu gostaria de fazer um breve relato sobre as eleições em Mato Grosso, num primeiro momento, porque vamos fazer outros mais detalhados.

Gostaria de afirmar que todas as pessoas deste País, todos os brasileiros e brasileiras que, nesse domingo, escolheram seus Prefeitos e Prefeitas, seus Vereadores e Vereadoras estão de parabéns.

A minha sensação é de que, muito além da disputa política e das diferenças de opiniões, o que realmente esteve em jogo foi a reafirmação de nossa soberania.

Aquele candidato que insistiu em subestimar a vontade do eleitor foi duramente rechaçado nas urnas. Apesar de ainda persistirem em nosso País as velhas práticas, como abuso de poder econômico, uso da máquina e compra de voto, que considero estiveram presentes em poucos e isolados casos, nossas eleições foram tranqüilas e marcadas por uma gradativa tomada de consciência do eleitor médio brasileiro de que eleição é prática corriqueira na democracia moderna.

Agora, no segundo turno, que prevaleça a disputa com lealdade e respeito aos milhares de brasileiros e brasileiras que desejam eleições limpas em que a vontade do eleitor seja o principal objetivo.

O Presidente Lula, ontem, elogiou os responsáveis pela condução das eleições e principalmente os eleitores. Merecem elogios a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral, na figura de seu Presidente, Ministro Carlos Ayres Britto. “Mais uma vez, demonstramos competência, organização, e, mais uma vez, as urnas eletrônicas deram um show no processo eleitoral brasileiro”.

Nós do Partido dos Trabalhadores só podemos nos mostrar contentes e satisfeitos com o resultado que nosso Partido está colhendo nessas eleições municipais. O balanço geral é que o PT sai fortalecido dessa eleição. A vitória do PT é uma vitória da democracia; é uma vitória dos trabalhadores e dos setores oprimidos da população, que garantem, dessa forma, uma forte representação no cenário político de nosso País.

O PT é o Partido que busca as grandes transformações sociais, e o povo brasileiro, mais uma vez, soube compreender isso. Essa é a lição que as urnas nos trazem, em minha modesta opinião.

E eu, como cidadã, eleitora e Senadora pelo Estado de Mato Grosso, quero aqui expressar também meu agradecimento à população de Cuiabá e à população do meu Estado pelo voto de reconhecimento que deu ao PT, inserindo significativamente a presença de nosso Partido no comando das Prefeituras de nosso Estado e garantindo nossa presença no segundo turno na eleição para Prefeito de nossa capital Cuiabá.

Sr. Presidente, a nossa Ministra Dilma Rousseff esteve lá em Cuiabá, no palanque do candidato que o PT apóia. Foi muito importante a participação da nossa Ministra. E o candidato Mauro Mendes e a sua Vice do PT, a nossa companheira Verinha, chegaram ao segundo turno. E, agora, a nossa expectativa é de que Mauro Mendes e Verinha do PT haverão de garantir uma nova e significativa vitória para as forças progressistas de Mato Grosso.

E já vou adiantando uma notícia para Cuiabá. Na agenda do Presidente Lula, que conta com mais de 80% de popularidade, está prevista a nossa Cuiabá. Sim, Lula estará em Cuiabá nesse segundo turno. Lula será recebido com carinho pelos cuiabanos e cuiabanas, pois foi o Presidente que mais investiu em nosso Estado em toda a sua história, levando obras do PAC para saneamento em Cuiabá no valor superior a R\$300 milhões. Lula do Luz para Todos, Lula do Bolsa Família, Lula das conquistas democráticas, Lula das obras redentoras do PAC.

Eu, que percorri meu Estado de ponta a ponta, visitando 105 dos 141 Municípios, digo que valeu a pena. Vivi fortes emoções nessas viagens, encontrando companheiros, revendo amigos e abraçando pessoas de outros Partidos e coligações. O PT, com campanhas modestas, ampliou em 160% o número de prefeituras que comandava no Estado, passando de sete para 18 prefeituras.

Lá em Jangada, Município da baixada cuiabana, venceu o nosso companheiro Gauchinho, um lutador, um guerreiro. Montado num fusquinha, levou a mensagem do nosso Partido e foi vitorioso.

Em Ribeirão Cascalheira, venceu o meu companheiro Dia, eleição com a qual estou profundamente orgulhosa de ter contribuído, e onde o PT tem serviços prestados nesse Município. O Governo Lula está asfaltando a BR-158, grande sonho e redenção do Vale do Araguaia.

Vencemos em São José dos Quatro Marcos com o nosso companheiro João Roberto Ferlin, que obteve mais de 70% dos votos. Companheiro determinado que animou a militância da cidade quando, na reta final da campanha, fizemos um grande comício que reuniu mais de seis mil pessoas.

Felicidade nesse novo desafio e conte comigo para ajudá-lo a administrar São José dos Quatro Marcos, João Ferlin!

Ganhamos em Alto Araguaia, com Alcides Batista Filho, na divisa de Goiás. Grande companheiro, grande lutador, histórico batalhador do Partido dos Trabalhadores. Em Cocalinho, com o companheiro Luiz Henrique, uma genialidade, um jovem de rara inteligência. O Brasil conhece a inteligência de Luiz Henrique e, com certeza, ele estará fazendo uma administração da mais alta competência e criatividade.

Comodoro, na divisa de Rondônia, será administrado pelo nosso grande companheiro, lutador, batalhador, homem que tem história no Partido dos Trabalhadores, o nosso companheiro Marcelo Beduschi. Em Conquista d'Oeste, grande companheiro Jair Padovin Ferreira. Vencemos também em General Carneiro, com o nosso querido companheiro de tantas lutas e labutas realmente no Partido dos Trabalhadores, homem de garra, guerreiro, lutador, batalhador, o Juracy Resende. Em Juína, no noroeste do Estado, Altir Peruzzo, que já tem uma história no Partido dos Trabalhadores, que já foi Prefeito, sucedendo o nosso grande companheiro Ságuas. A nossa Vice, a nossa companheira Jose. Em Mirassol d'Oeste, com Aparecido Donizete, popularmente conhecido como Donizete das Antenas. Com Jamar da Silva Lima, vencemos em Nova Brasilândia, Município que amarga um dos piores IDHs do Estado.

Mas, agora, Jamar, com certeza, a nossa Brasilândia verá implementadas as políticas públicas necessárias para sair dessa condição.

Em Nova Guarita, com a reeleição do companheiro Antônio Zanatta, que é de admirável competência e que praticamente não tem oposição, pela sua competência e pelo compromisso político com que administra esse Município. Parabéns, Antônio Zanatta!

Em Nova Olímpia, nosso Município do médio norte, onde a economia é baseada na cana-de-açúcar e no etanol, administraremos com um médico paraibano, mato-grossense de coração, nosso querido Dr. Francisco Medeiros, o meu amigo Pebá, como todos o chamam carinhosamente. Em Nova Ubiratã, com a reeleição do grande companheiro Osmar Rossetto, o Chiquinho, grande Prefeito, que ganhou com muita tranquilidade e que tem um grande trabalho na área da saúde desse Município, tornando-se modelo nessa área em Mato Grosso. Parabéns, Chiquinho!

Em Rio Branco, vencemos com o brilhante administrador Antônio Milanezi, cuja reeleição é realmente merecida, pois todos reconhecem Antônio Milanezi, por sua competência, seu trabalho e sua dedicação ao Partido dos Trabalhadores e especialmente à população de Rio Branco.

Em Tabaporã, uma vitória em que pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores chega a Prefeitura, com Edson Rosso, que, com certeza, venceu e vai fazer um grande trabalho na cidade.

Em Vila Bela, que foi nossa capital, é Patrimônio Histórico de Mato Grosso, foi reeleito o nosso companheiro histórico Wagner Vicente da Silveira, extremamente merecida pelo trabalho grandioso que vem fazendo e que vai fazer cada vez mais.

O PT elegeu também – estou terminando, Sr. Prefeito....Sr. Presidente Alvaro Dias, é o trauma das Prefeituras! – 21 Vice-Prefeitos e mais de uma centena de Vereadores espalhados em todos os rincões do Estado. Por onde andei, vi o quanto tem melhorado a vida do nosso povo e senti o reconhecimento da população com o Governo do PT, com o Governo do Presidente Lula.

Estou muito gratificada pela fantástica campanha que fizemos e pelo carinho que recebi do maravilhoso povo do meu Estado. Um abraço a cada um e a cada uma. Valeu o esforço, com certeza, e venceu a democracia.

Muito obrigada, Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serys?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não. Tenho ainda, já na prorrogação, dois minutos somente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys, V. Ex^a tão bem mostrou o crescimento do Partido dos Trabalhadores, tanto no Estado de Mato Grosso como em todo o Brasil. Gostaria de ressaltar que, de fato, houve um crescimento extraordinário do nosso Partido, que, sem levar em conta aqueles que poderão ainda ser eleitos no segundo turno, elegeu 548 Prefeitos, correspondendo a um acréscimo de 33,33%, ou seja, o maior crescimento entre todos os partidos políticos existentes no Brasil. Portanto, V. Ex^a e o PT estamos todos de parabéns. Meus cumprimentos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Gerson Camata. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Aloizio Mercadante havia solicitado antes. Sugiro a V. Ex^a que busque autorização do PSDB ou da Minoria para falar como Líder. Creio que será mais fácil.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que, nesta abertura da sessão, a exemplo da Senadora Serys Slhessarenko e de outros companheiros, vamos focar os eventos políticos dos últimos dias, que foram as eleições.

Como membro do PMDB, acho que é necessário colocarmos claramente perante o País inteiro que o PMDB foi o partido mais votado dessa última eleição – todos os jornais de hoje registram isso. Inclusive, o PMDB obteve 18.422.732 votos e o segundo colocado foi o PT, com 16,486 milhões de votos, de modo que o PMDB continua sendo o maior partido brasileiro. E o PMDB mostra a força de suas lideranças regionais, seus Governadores, seus Prefeitos, seus Vereadores.

O Espírito Santo ficou dentro dessa média nacional: o PMDB, que havia sido destruído, foi reerguido, refeito, recomposto pelo Governador Paulo Hartung, e conseguimos eleger 22 Prefeitos e 18 Vice-Prefeitos, em 78 Municípios, de modo que, no Espírito Santo, também, o PMDB é o maior partido, seguido do PSDB, com 13 prefeituras, do DEM com 6, e do PSB com 13.

Sob a liderança do Governador Paulo Hartung, conseguimos construir aquilo que me parece ser o laboratório da próxima eleição nacional: a aliança entre o PT e o PMDB, entre o Presidente Lula e os partidários membros do PMDB. Se somarmos os partidos de base do Governo, como PP, PSB, PMDB, PTB e PDT, fizemos quase 90% das prefeituras do Estado do Espírito Santo e obtivemos 87% dos votos. Foi um trabalho de engenharia ao qual o Governador se dedicou, formando as chapas, no sentido de que pudéssemos ter o Prefeito do PMDB ou o Prefeito do PP, o Vice do PMDB, o Prefeito do PSB, o Vice do PDT.

Chegamos agora, então, com uma única cidade em que teremos um segundo turno, que é a cidade de Vila Velha, em que disputam dois candidatos da base do Governo, que é o PMDB e o PPB, de modo que não há problema. Será uma disputa meio interna, meio dentro daqueles que apóiam o Presidente Lula; uma eleição em que, qualquer resultado que aconteça ali, será uma vitória dos partidos que formam a base do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aqui no Congresso Nacional e em âmbito nacional.

Na análise final dos resultados dessa eleição, dois pontos são importantes para aqueles que são do PMDB, Sr. Presidente Tião Viana. Primeiro ponto: o PMDB voltou a ser, no Espírito Santo, o maior partido político. O PMDB, no Espírito Santo, nesse laboratório que ele fez de ser um companheiro do PT na formação das chapas que vão disputar as eleições daqui a dois anos, no âmbito nacional, estadual e federal, o PMDB, junto com o PT e com o PSB, tornou-se campeão em 70% dos Municípios do Estado do Espírito Santo. O outro ponto muito importante é que, nacionalmente, o PMDB voltou a ser o maior partido do Brasil e, no Espírito Santo, principalmente, tornou-se o grande partido do Estado.

Quero, Sr. Presidente, no momento em que cumprimento os vitoriosos dessa eleição, estender o meu cumprimento de uma maneira muito especial ao Governador Paulo Hartung, pelo trabalho de engenharia política que ele conduziu, que ele liderou, conseguindo fazer com que o nosso Estado, o Espírito Santo, se transformasse verdadeiramente num laboratório da próxima eleição de nível nacional e estadual que teremos no País. Lá, sob o comando do Governador, conseguimos uma ampla vitória política, mas, acima de tudo, uma ampla vitória da união dos políticos do Estado em torno das proposições, das propostas que fazem com que o Espírito Santo comece a se destacar, nacionalmente, na melhoria da qualidade de vida, na melhoria da qualidade da educação, na melhoria da renda, que cresceu três vezes em relação à renda nacional, sob o governo de Paulo Hartung. Agora, to-

dos esses fatos de progresso e de desenvolvimento desembocam nessa campanha política com uma ampla, substancial e visceral vitória que o Governador obtém com os partidos que formam a base de sustentação de seu governo e a base de sustentação do Presidente Lula.

Parabéns ao Sr. Governador e, principalmente, ao eleitorado do Espírito Santo, que entendeu muito bem o objetivo desse trabalho de engenharia política do Governador Paulo Hartung, que é o de pacificar o Estado e unir todas as forças políticas em torno dos objetivos maiores que são: a melhoria de renda, o crescimento do Estado, o desenvolvimento do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, por generosa permuta concedida pelo Governador Cristovam Buarque.

Antes, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, primeiro, agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela gentileza do gesto.

Assomo a tribuna – e aguardei que as eleições fossem encerradas para o fazer – para me pronunciar sobre a greve da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

É a primeira greve da polícia de São Paulo. A Polícia Civil de São Paulo é reconhecidamente a melhor polícia da América Latina pelos índices de eficiência em algumas áreas muito importantes no trabalho da segurança pública. É a primeira greve em quase duas décadas, portanto, é um fato extremamente grave.

É grave, em primeiro lugar, porque essa greve já se arrasta por mais de vinte dias. É grave porque a categoria iniciou o pedido de negociação com o Governo do Estado, com o Governador José Serra, desde março deste ano. Desde março, houve uma tentativa

sistemática de negociação para buscar o entendimento entre a categoria e o Governo do Estado. É grave porque a polícia de São Paulo tem um imenso desafio, que são os índices de violência e de criminalidade do Estado. Não faz muito tempo que as organizações criminosas, que cresceram e se fortaleceram dentro do sistema prisional, organizaram ataques com queima de ônibus, assassinato de agentes penitenciários, de policiais. Nós estamos no Estado em que o crime organizado tem uma lista de policiais da PM e da Polícia Civil jurados de morte. É grave porque a polícia é uma instituição que atende a população 24 horas por dia. Nos momentos mais difíceis, exatamente quando não encontra nenhuma outra resposta aos seus problemas – a insegurança, o medo, a violência – a população bate à delegacia, e o servidor da Polícia Civil está ali 24 horas, trabalhando para atender a população.

Eu entendo que, ao contrário de algumas visões preconceituosas, a Polícia é uma instituição fundamental para os direitos humanos, para os direitos e garantias individuais do cidadão. É grave a situação da polícia de São Paulo porque o seu salário inicial, incluindo todas as gratificações e benefícios, é de R\$ 3.700,00. Esse é o salário bruto de um delegado concursado ao iniciar carreira na Polícia Civil.

Votamos aqui neste Plenário o salário inicial no Distrito Federal, que é de mais de R\$12.000,00. Pergunto aos Senadores desta Casa como pode o Estado mais rico da Federação, o Estado que tem 35% do PIB brasileiro, o Estado que teve um ganho de ICMS, nos últimos 12 meses, de mais de 15% de acréscimo à receita do Estado, como pode pagar um salário de R\$ 3.700,00 bruto, o pior salário do Brasil.

Por que chegamos a essa situação e todas as categorias da Polícia Civil entraram em greve? E vou dizer mais, pode ter certeza de que quem faz greve é o policial honesto.

Aquele que tem outras formas de complementar a sua renda não tem o mesmo empenho nesse movimento nem está disposto a passar pelos riscos de um movimento que é difícil, porque é evidente que com uma categoria armada não pode ser essa a forma de negociação.

Portanto, não é um movimento qualquer, é um movimento em que, felizmente, até este momento, não tivemos nenhum confronto, mas poderemos ter. A categoria fez um ato na Assembléia Legislativa com mais de dois mil Policiais Civis. Hoje estão aqui representantes das associações, e eles fizeram, os delegados, um gesto a favor da negociação: suspenderam por 48 horas a greve para buscar o diálogo. E foi muito difícil para a Diretoria da Associação suspender a greve. Dividiu a categoria. As outras categorias, escrivães,

investigadores, não aceitaram a suspensão temporária da greve. O movimento é extremamente radicalizado no Estado. A proposta que o Governo fez até o momento não proporciona uma saída para esse impasse – um reajuste de 4,5%, que não repõe sequer a inflação, para uma categoria que visivelmente está com o salário extremamente defasado, comparando com qualquer outro Estado do Brasil. Estados muito mais pobres do que São Paulo pagam salários muito melhores do que São Paulo paga.

E fez a proposta de extinção da quinta classe. Ora, a quinta classe são 208 delegados, e nós estamos falando de um universo de mais de 4.500 delegados. Não atende a categoria essa proposta. A categoria demonstrou a disposição de fazer uma contraproposta para buscar o entendimento.

Repito como comecei a minha intervenção: não assomei a esta tribuna durante o processo eleitoral para não caracterizar qualquer intenção eleitoral em relação a esse movimento. É injustiça tentar dizer que há um caráter partidário e eleitoral; todos sabem que não há. Todas as centrais sindicais – e eu conversei com vários dirigentes sindicais da UGT, da Força Sindical, da CUT, da CGTP – manifestaram solidariedade à greve. Portanto, ela é suprapartidária, tem o apoio institucional das centrais sindicais, e todos buscam a solução desse impasse.

É evidente que não há condições de imaginar que o Governo possa repor todas as perdas que se acumularam, muito menos buscar uma isonomia com os melhores salários do Brasil. Não é possível. O orçamento, evidentemente, não tem como incorporar um gasto continuado dessa natureza. Mas é visível que não se pode continuar como está.

A defasagem salarial é muito grande. Não pode a Polícia do Estado mais rico do Brasil receber o pior salário do País. Há anos eu acompanho esse tema, meses e meses de tentativa de um mínimo de entendimento e o que temos tido é intransigência.

Grave, por exemplo, é o afastamento de alguns dirigentes sindicais. O presidente da Associação, Sérgio Roque, pediu férias, e não concederam; pediu licença, não concederam; e o transferiram da Inteligência da Polícia para a delegacia mais próxima da casa do Secretário de Segurança, para controlar, e ele não tem condições de exercer o trabalho sindical. Não é democrático. Isso já acabou no Brasil. Afastaram dirigentes seccionais simplesmente porque foram solidários. Todos os delegados se solidarizaram e pediram afastamento da função. Eu pergunto se esse é um caminho. É evidente que não. O caminho é reconhecer que o salário está defasado; o caminho é reconhecer que há condições fiscais neste momento de melhorar a remuneração,

porque todos os outros Estados do Brasil já o fizeram, e buscar o entendimento e a negociação.

Se esse gesto da categoria não for levado a sério pelo Governo, essa suspensão temporária só atingiu os delegados, numa assembléia que foi extremamente tensa e dividida, porque boa parte da categoria, especialmente os delegados do interior, que todos sabem onde moram, que todos sabem o quanto recebem e não têm anonimato nenhum... Porque se existem profissionais – e existem! – que não deveriam estar na corporação, vamos fortalecer a corregedoria, vamos ter a mesma eficiência que a Polícia Federal, por exemplo, tem tido em relação a seus pares para sanear e para manter a credibilidade institucional. Mas não há como imaginar uma polícia eficiente, que possa prestar um bom serviço público, com esse tipo de remuneração e com esse tipo de tratamento.

Então, eu disse que subiria à tribuna assim que terminassem as eleições. Estive com todas as associações...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não fui a nenhuma assembléia para não caracterizar qualquer ação partidária. Comuniquei ao Senador Suplicy e ao Senador Romeu Tuma que estariam hoje em Brasília, pedindo o apoio e a solidariedade da Bancada de São Paulo, e os dois Senadores disseram que estaríamos juntos nesse esforço de buscar o entendimento e a solução. E acho que há uma janela de oportunidade, Senador Flexa Ribeiro. Quer dizer, mediante o gesto que os delegados fizeram – insisto que não foi acompanhado por investigadores, escrivães e mesmo por uma parte da categoria – de suspender por 48 horas a greve ao longo desta semana, demonstrando que querem encontrar uma solução negociação, acho que o Governo do Estado deveria imediatamente assumir este gesto e buscar o entendimento e uma contraproposta que dêem dignidade, que assumam que é preciso recuperar a remuneração da categoria. E dessa forma possamos dar tranqüilidade à população, que, evidentemente, está pagando o custo dessa greve, pois precisa da polícia e não tem o seu pleno serviço hoje, só algumas atividades essenciais estão sendo mantidas. E principalmente que a polícia trabalhe motivada, para que a gente possa cobrar a competência, a investigação, os resultados no combate à criminalidade e à violência.

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria, também, de pedir um aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência solicita apenas aos Senadores que se atenham ao tempo regimental, já que está esgotado o tempo do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, eu retiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável e abro para que outros Senadores possam falar, pois o Senador Eduardo Suplicy vai falar exatamente sobre o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a já não tinha direito regimental, mas a Presidência concede a V. Ex^a o uso do tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

-Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a, como um defensor permanente dos interesses do Estado que tão bem representa no Senado Federal, traz à baila um problema que aflige e que está demonstrado pela presença dos delegados na tribuna de honra, que é a greve da polícia civil no Estado de São Paulo. V. Ex^a fez duas referências que eu gostaria de comentar. A primeira é que V. Ex^a diz que não fez qualquer pronunciamento durante o período eleitoral, para que não se cogitasse ser uma ação partidária. O período eleitoral continua com o segundo turno, como ocorre nos vários Municípios do Estado de São Paulo, inclusive na capital. Ele não se extinguiu; só se extingue no dia 26 próximo. V. Ex^a, talvez pela urgência do fato, trouxe, antes da complementação do período eleitoral, o seu pronunciamento. Mas V. Ex^a comparou o salário de São Paulo com o salário do Distrito Federal. E V. Ex^a tem conhecimento, pela sua competência, de que quem paga a segurança pública do Distrito Federal é a União. Então, não há como comparar o salário do Distrito Federal com o salário de São Paulo. V. Ex^a também faz referência às greves. Concorde que tem que haver o diálogo e tenho certeza de que o Governador Serra está aberto para manutenção desse diálogo com os servidores públicos ligados à segurança pública de São Paulo. Aliás, é uma das melhores – quero aqui elogiar o trabalho dos delegados -, uma das mais reconhecidas nacionalmente, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar, pela queda dos índices de violência em São Paulo comparativamente aos outros Estados brasileiros. Mas o Governo Federal não se comporta dessa mesma forma, quando os outros funcionários de carreira em nível federal entram em greve. Ele fecha o diálogo e não o abre, como aconteceu com a Receita Federal, como aconteceu com o Unafisco, como acontece com os Correios. Há inúmeros exemplos em que o Governo do Presidente Lula, de origem sindical, de defesa dos trabalhadores, que todos nós fazemos, fecha o diálogo

e não o reabre. Eu recebi no meu gabinete inúmeros ofícios – posso mandar cópia a V. Ex^a -, solicitando que eu intercedesse junto ao Presidente Lula pela reabertura de diálogo em várias greves. Eu respondi que faria, com muito prazer, como faço ao Governador Serra, e tenho certeza de que ele está pronto para reabrir a negociação. O Governo de São Paulo...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo regimental para aparte é de dois minutos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Só concluindo. V. Ex^a mesmo disse que já foram concedidas várias gratificações dentro da capacidade orçamentária e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao mesmo tempo em que me solidarizo com os policiais, os delegados, quero fazer um apelo para que o diálogo seja retomado. A greve não vai levar a nenhuma solução, mas somente ao impasse. Por parte do Governador Serra tenho absoluta certeza de que esse diálogo pode ser continuado. E V. Ex^a, como representante de São Paulo, deve pedir também que haja realmente a retomada do diálogo, para haver o entendimento. E suspensa a greve, esperamos que possa ter a retomada desse diálogo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro – eu só queria esclarecer dois pontos, Senador Suplicy, e já passo a palavra -, primeiro, digo que evitei fazer pronunciamentos. E não o fiz em nenhum veículo de comunicação, durante todos esses 22 dias de greve. São 22 dias de greve! Evitei falar exatamente para que não caracterizasse paralisação, porque o Governo tentava usar como argumento que a greve era eleitoral, política, partidária. Ela não é partidária, não é eleitoral e é um movimento reivindicatório que vem de anos de tentativa de negociação que não deram em nada! As entidades pediram, desde março deste ano, que houvesse uma negociação. E o que receberam como proposta foi 4,5%.

Quando V. Ex^a compara e deve, evidentemente, exigir, em relação a categorias do servidor público federal, nós podemos pegar todos os reajustes de qualquer categoria federal e comparar com a Polícia Civil de São Paulo. E V. Ex^a vai ver que não há termos de comparação. A Receita Federal dobrou o salário no Governo Lula e tem uma perspectiva de recuperação progressiva de salário. A mesma coisa aconteceu em relação à AGU. Há um movimento de recuperação de salários em nível federal, muitas vezes questionado por parte da imprensa e da Oposição, porque os salários estavam muito defasados. Houve um grande esforço.

E, quanto à Polícia Federal, não há nenhum outro momento da história do Brasil que tenha havido uma recuperação salarial tão forte, investimentos em equipamentos, investimentos em inteligência, liberdade de

atuação. A Polícia Federal nunca trabalhou com tanta liberdade, com tanta eficiência.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador, eu me referi às greves...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não, a Polícia Federal fez greve no passado. E eu, inclusive, adverti.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... que não foram atendidas pelo Presidente Lula.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Como é uma categoria armada, é um tema muito delicado. Mas ela foi reconhecida e valorizada. Agora não dá para pedir à Polícia Civil de São Paulo, depois de 22 dias, que aguarde até o dia 26 de outubro, que é quando se dará o segundo turno.

Eu estou subindo à tribuna hoje porque ontem eles fizeram uma assembléia, estando extremamente dividida a categoria, porque uma ampla parte da categoria de escrivães, investigadores não aceitam a atitude do delegado da Associação, que suspendeu a greve para negociar. Mais do que isso, o que mais se pode esperar da categoria? Uma proposta de reajuste de 4,5%, extinção de uma categoria que tem 208 delegados. Evidentemente, isso não é uma solução para acabar com a greve.

Tem que haver uma negociação e buscar atender às reivindicações, senão integralmente, parcialmente atendidas no sentido de reconhecer a dignidade e a valorização da categoria.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Aloizio Mercadante, quando V. Ex^a, na semana passada, ligou-me, inclusive da sede da Associação dos Delegados, eu, de pronto, dei um telefonema ao Secretário da Segurança, Ronaldo Marzagão, renovando o apelo que havíamos feito antes do início da greve, aqui em plenário, ao Governador José Serra. O Secretário de Segurança reconhece que há essa defasagem e disse que, em virtude da greve, estava um pouco difícil o diálogo e que se tratava de uma situação de decisão de Governo. Por isso, seria importante que eu pudesse dialogar também com o Secretário de Governo, Aloysio Nunes Ferreira, o que, de pronto, o fiz. Naquela mesma tarde, o Secretário Aloysio Nunes Ferreira informou-me que, uma vez suspenso o movimento de greve, as negociações seriam retomadas. Então, a defasagem não é apenas em relação à remuneração dos delegados do Distrito Federal, mas em relação à remuneração de outros Estados, os delegados de São Paulo têm uma remuneração relativamente mais baixa. Isso soa estranho, dado que São Paulo é um dos Estados de maior arrecadação, sem dúvida. Tendo em conta a decisão tomada ontem pela Associação dos

Delegados de que a greve estará suspensa amanhã, para que possa haver a negociação, quero reiterar o apelo de V. Ex^a, o meu e certamente o do Senador Romeu Tuma, para que possa o Secretário Aloysio Nunes Ferreira, o Secretário Ronaldo Marzagão e, se possível, até o Governador José Serra receberem os delegados que querem chegar a uma solução de bom senso, que seja de equidade para com o interesse maior dos delegados e da população de São Paulo, porque obviamente continuará havendo um prejuízo para a população e para o sistema de segurança se a Polícia Civil não puder voltar à normalidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Só queria terminar dizendo que citei o caso do Distrito Federal porque foi o salário que nós votamos, nós Senadores! É evidente que o Orçamento da União tem muito mais capacidade de absorver esse impacto do que o orçamento de qualquer ente federado. Mas votamos um salário superior a R\$12.000,00, como o salário de ingresso na carreira. São Paulo tem R\$ 3.700,00. Agora, pode-se comparar com qualquer outro Estado da Federação, porque é o pior salário do Brasil e não pode continuar assim.

Quero agradecer a manifestação do Senador Suplicy, que sempre foi muito solidário ao movimento e às entidades, e exatamente tem-se esforçado como eu para buscar o entendimento, a negociação e uma solução que possa ocorrer o mais rapidamente possível.

Acho que o gesto do movimento foi feito. Cabe agora ao Governo do Estado abrir o diálogo, suspender todas as retaliações e perseguições às lideranças sindicais e encontrar uma solução que dignifique a Polícia Civil, que presta grande serviço à população de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos do Inciso XIV do art. 14 do Regimento Interno, como Líder; a seguir, Senador Mário Antônio Costa.

Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para pedir informação a V. Ex^a sobre a minha colocação de inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é o terceiro inscrito. Temos o Senador Eduardo Suplicy e a seguir V. Ex^a.

A ordem é a seguinte: falou o Senador Camata, falou um orador inscrito; agora um líder; um orador

inscrito regular; depois o Senador Suplicy; outro orador inscrito e V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O ilustre Senador Mário Couto está inscrito para falar pela Liderança da Minoria.

Senador Flexa Ribeiro, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu tinha dois assuntos para tratar hoje, Senador Tião Viana. Gostaria até de tratar dos dois, mas vou deixar um para amanhã. Vou dar prioridade à questão da festa da democracia por que o Brasil passou no último domingo. Amanhã, Senador Jefferson Praia, vou fazer um pronunciamento a respeito da “marolinha”, como diz o Presidente Lula, em relação ao *tsunami* dos Estados Unidos na crise financeira. Mas a “marolinha” preocupa aos quase cento e trinta milhões de brasileiros, Senador Mário Couto. Mas, sobre isso, eu vou tratar amanhã. Hoje, como disse, farei uma análise do processo eleitoral em meu Estado, o meu querido Estado do Pará, e em nosso País.

Depois de mais de dois meses de intensa campanha nas ruas, comunidades e longas viagens pelo meu imenso Pará, venho a esta tribuna para comentar os resultados das eleições deste ano. Votação que só ocorreu de forma pacífica por conta do reforço das Forças Armadas, que estiveram em 99 Municípios do Estado... Senador Tião Viana, Senador Mário Couto, vou repetir: as Forças Armadas estiveram em 99 Municípios do Estado do Pará, de um total de 460 em todo o Brasil. Olha em que nível está a segurança do Estado do Pará!

Como eu disse, de um total de 460 por todo o País que tiveram esse fundamental apoio na segurança.

Durante a campanha, foram inúmeros os casos de atentado contra candidatos, justamente pelo clima de insegurança que assola o Pará. Então, tal apoio do Exército foi fundamental para que a votação ocorresse de forma tranqüila nas cidades paraenses, segundo balanço divulgado pela competente equipe do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Aliás, o povo do Pará mostra que já possui avançado grau de consciência com essa

data tão importante para a vida do País – dia, aliás, já conhecido como uma “festa da democracia”.

Durante a campanha e no dia da eleição, ficou evidente o atual nível de envolvimento da população, não só em Belém, mas no Pará e em todo o País, com as cores dos partidos nas ruas. Hoje, a imagem de uma pessoa vestindo a camisa de seu candidato, da cor do seu partido, é uma cena comum. Mas nós, que já vivenciamos um período em que isso era inimaginável e lutamos pelo retorno da democracia, ter um dia como o do último domingo é algo para se comemorar e registrar.

A democracia brasileira, aliás, foi a bandeira que levou grandes nomes a construir o PSDB, um partido identificado com melhores condições de vida, desenvolvimento, educação, saúde e eficiência de gestão. Um partido que nessas eleições provou mais uma vez sua força e sua coerência política e ideológica, de oposição e que acredita que fazer mais, com transparência e eficiência, é possível.

A Senadora Serys já fez um balanço das eleições no País, e o PSDB foi o partido que teve a segunda maior votação para vereadores no Brasil, Senador Alvaro Dias. Foi dito aqui, pelo Senador Camata, que o PMDB teve 11.783.000 votos; o PSDB teve 10.637.000, um partido de Oposição à máquina de Governo que está aí é o segundo maior partido em nível nacional.

Tenho plena convicção de que o povo paraense já acredita que pode retomar o rumo certo, ter um governo mais presente e que trabalhe durante todo o seu mandato. Este é o compromisso do PSDB no Pará e em todo o País.

Se existe algo a se lamentar, Senador Renan Calheiros, é o uso indiscriminado da máquina pública, tanto pelo Governo do meu Estado do Pará como pelo Governo Federal em diversos Municípios paraenses. Essa prática abominável compromete a democracia e deixa a disputa eleitoral evidentemente desequilibrada.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda assim, superamos as dificuldades e tivemos vitórias importantes e estratégicas por todo o Pará. Por exemplo, no Município de Paragominas, nosso companheiro Adnam Demacky foi reeleito e com a segunda maior votação proporcional do Brasil: teve mais de 80% dos votos válidos. Foi a segunda maior votação proporcional no Brasil e, com isso, terá mais tempo para consolidar as ações que já o fizeram ser reconhecido pelo empreendedorismo.

Em Abaetetuba, nossa amiga Francinete Carvalho venceu as eleições e derrotou a atual administração, que é do PT. Lá, ela vai ter muito trabalho, num muni-

cípio que ficou infelizmente conhecido pela prisão de uma menor em uma cela com mais de vinte homens. Esse foi mais um escândalo do Governo Ana Júlia que tomou as manchetes nacionais e internacionais.

Outro Município, Altamira, também reelegeu uma outra mulher do PSDB, a companheira Odileida Sampaio.

Sr^{as} e Srs. Senadores, poderia falar aqui dos nossos prefeitos Mazinho Salomão, de Afuá; do Zé Antônio, de Brejo Grande do Araguaia; do Miguel Santa Maria, de Curralinho; do Norival, de Limoeiro do Ajurú; da Madalena, de Novo Progresso; do Negão Brandão, de Placas; da Cleuma, de Primavera; do Alegria, de Santana do Araguaia; do Aroldo Pinto, de Terra Alta.

Mais importante do que isso é dizer, Senador Mário Couto, que o nosso partido, o PSDB, que governou de forma competente, transformou o Estado do Pará nos doze anos de governo, o fez de forma plural, com a união pelo Pará agregando vários e inúmeros partidos, compondo uma verdadeira união pelo Pará.

Se fizermos uma avaliação dos nossos companheiros que participam dessa coligação pelo bem do Pará, vamos verificar que dentro dessa coligação maior, sem partidos, o partido é o partido do nosso Estado, o Pará, e que nós elegemos mais de sessenta prefeitos, o que nos dá a certeza de que o povo paraense reconhece o trabalho que o PSDB desenvolveu ao longo dos doze anos em que esteve à frente do Governo do Estado. E, pela vontade do povo, retornará, com seu projeto de governo, a partir das eleições majoritárias de 2010. No País, como eu disse...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou concluir, Sr. Presidente.

No País, o PSDB foi o segundo partido que mais elegeu prefeitos no primeiro turno com 781 municípios. Além de ser o segundo considerando o número de eleitores, também é o segundo em número de prefeitos eleitos, o que demonstra o fortalecimento do partido de oposição contra a máquina federal, que impõe condições que, eu diria, é a legalização do poder econômico no processo eleitoral com tudo aquilo que nós sabemos que acontece nos estados brasileiros. Foi, também, o segundo partido no total de votos recebidos para o cargo de vereador. Isso mostra que a teoria de transmissão de votos não é bem concreta. Política, é bom lembrar, não é ciência exata ou aritmética. Como bem disse...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Como bem disse o Senador Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB, em entrevista ao Blog

do Josias, não existe essa sombra do Lula. Isso ficou provado, pois o eleitor analisa caso a caso. Essa é a democracia brasileira que ajudamos a construir e da qual tanto nos orgulhamos.

Portanto, finalizo, parabenizando os quase 130 milhões de eleitores que compareceram às urnas em 26 estados da Federação e, em especial, os mais de quatro milhões de eleitores do meu Estado, Pará, que foram às urnas e fizeram da festa da democracia, diria, a antecipação do que ocorrerá em 2010 com o retorno do projeto de desenvolvimento, de melhor segurança, de melhor saúde, de melhor educação para todos os paraenses em todos os 143 Municípios, sem discriminação de cor partidária.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a a generosidade da extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Marco Antônio Costa. Antes falará pela ordem o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra pela ordem, para fazer uma comunicação e uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente ainda existem pessoas que não aceitam o resultado das urnas, não se conformam ou fazem de tudo para inviabilizar o atual Estado democrático de direito em que vive o País.

O desempenho dos candidatos e o resultado final das eleições municipais do último domingo em alguns Municípios se transformaram num verdadeiro atentado terrorista contra o regime democrático, tendo em vista que certos Prefeitos derrotados como, por exemplo, o do Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, estão de forma covarde e irresponsável ameaçando dilapidar o patrimônio público.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, tive a informação por telefone, daquela cidade, de que o Prefeito... Isso já virou moda no Estado do Pará, não é a primeira vez que acontece: “perco a eleição, ou não estou satisfeito com alguma coisa, queimo a prefeitura, queimo a câmara, queimo o ministério público, eu queimo, e o juiz sai fugido”. É a questão que estou abordando agora e a denúncia que estou fazendo. É uma forma de punir a população pelo referido sucesso, além, é claro, de deixar uma máquina administrativa inteiramente – vou concluir, Sr. Presidente – inviabilizada para o seu sucessor.

O agravante maior desse contexto é que as autoridades constituídas do Município de Novo Progresso – e

aí é grave, Sr. Presidente, por isso estou tomando um pouco de tempo – como o Juiz e o Promotor de Justiça, Senador Flexa, de tanto serem molestados, tiveram forçadamente de abandonar seus postos, ou melhor, fugiram da cidade, para preservar as suas vidas.

Isso é muito importante, Presidente, por isso estou tomando um pouco do tempo dos companheiros.

Tudo isso graças à ingovernabilidade e instabilidade social promovidas pelo atual prefeito que comanda uma minoria de pessoas e as estimula à depredação do patrimônio público.

É importante lembrar que já me manifestei neste Senado em defesa do Município de Novo Progresso, fazendo denúncias, momento em que solicitei ao Ministério Público Federal e ao Estadual a apuração de denúncias de irregularidades sobre a aplicação de verbas oriundas de convênios federais e estaduais destinadas à terraplanagem e à pavimentação asfáltica daquela cidade.

Terminei.

Quero dizer o seguinte, Presidente, tenho aqui a resposta e quero parabenizar o Ministério Público da minha cidade, do meu Estado por me responder dizendo, neste ofício, que está tomando todas as providências referentes a minha primeira denúncia e a esta denúncia que estou fazendo aqui no Senado neste momento.

Peço desculpas ao Senador que vai à tribuna agora por demorar, mas esse é um fato sério, importante que eu não poderia deixar de denunciar hoje nesta Casa, por estar virando “febre” no Estado do Pará: ameaças de dilapidação de prédios públicos. É importante que acabemos com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Marco Antônio Costa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para pedir que me inscreva para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marco Antônio, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 20 anos! Esse é o tempo que nos separa da promulgação da Constituição democrática brasileira e também da criação do mais novo Estado brasileiro: o Tocantins. Oriundo da parte norte do Estado de Goiás seus 60 Municípios

de então estampavam a triste face da pobreza e do abandono. Seu patrimônio se resumia a sua exuberante riqueza natural ainda inexplorada e a seu povo que trazia na bagagem da centenária luta para a criação do Estado, o forte sentimento de trabalhar muito para transformar aquela terra.

Há 20 anos nossas estradas em sua grande maioria eram de terra e intransitáveis em tempo de chuva; a energia elétrica chegava a menos de 50% das residências e era em grande parte proveniente de usinas termelétricas movidas a diesel com hora marcada para ligar e desligar; o rebanho extensivo representava 1/5 do rebanho goiano; a produção primária e o comércio raquítico rendiam uma arrecadação de ICMS de pouco mais que 5% do total arrecadado por Goiás.

Hoje, duas décadas depois, nos deparamos com a transformação da água em vinho. No lugar das estradas carroçáveis foram construídos mais de 5.000 quilômetros de asfalto e ainda há outros 1.500 quilômetros em construção; as usinas hidrelétricas substituíram os motores a diesel, atendendo a toda a demanda do Estado e ainda exportando 90% da energia gerada, contribuindo significativamente para o crescimento do Brasil; o rebanho bovino conta com quase 8 milhões de cabeças, cerca de 40% do rebanho goiano; o PIB e o ICMS multiplicaram muitas vezes; a receita de ICMS do Tocantins triplicou em relação a Goiás; o analfabetismo e a mortalidade infantil caíram drasticamente; de apenas duas instituições de nível superior no Estado, que ofereciam um total de 28 cursos, saltou para 32 instituições com 265 cursos oferecidos à população tocantinense. Em 2007 apresentou a maior taxa de crescimento do emprego do País, com uma expansão de 8,14% no setor formal.

Esse é o paradoxo de que dividindo se multiplica. Goiás e Tocantins cresceram nesses 20 anos muito acima da média nacional. Tendo como base a década de 1995 a 2005, constatamos que o PIB do Brasil cresceu nominalmente 232% ao mesmo tempo em que Goiás crescia 326% e o Tocantins a invejável cifra de 641%.

A divisão foi ótima para Tocantins e foi muito boa para Goiás, que saiu de uma posição modesta na economia do País para se firmar entre os principais Estados brasileiros.

Hoje, 20 anos depois, podemos dizer que a decisão política dos Constituintes de 1988 produziu um espetacular efeito de integração e desenvolvimento tanto para o Tocantins como para Goiás, o que enseja clamarmos por uma divisão territorial brasileira mais racional e urgente.

Há de Norte a Sul muitos outros sonhos de emancipação política, como as propostas para a criação

dos estados do Maranhão do Sul; Carajás e Tapajós, no Pará; Triângulo, em Minas Gerais; além de São Francisco, na Bahia; Iguaçu, no Paraná; São Paulo do Leste, em São Paulo; e Gurguéia, no Piauí, lá vizinho ao Tocantins, liderado pelo determinado ex-Deputado Federal Jesualdo Cavalcanti Barros.

E, diante do exemplo do meu Estado, afirmo que muitas dessas propostas, além de viáveis, podem mudar a realidade econômica e social de milhões de pessoas, exatamente como mudou a realidade do Tocantins.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Tocantins está preparado para adentrar a terceira década num processo acelerado de sua industrialização. A infra-estrutura básica se encontra praticamente pronta; a energia é abundante e ainda possuímos um potencial de geração de milhares de megawatts; a Ferrovia Norte-Sul deverá cruzar todo o território tocaninense até 2010; a Hidrovia Araguaia-Tocantins dá seus primeiros passos; e o Estado se volta para programas de incentivo à indústria como o Prosperar e Proindústria, que nos últimos quatro anos já beneficiaram mais de 200 indústrias, com investimentos de cerca de R\$500 milhões.

O Governador Marcelo Miranda tem tido uma visão privilegiada no processo de preparação do Estado na sua industrialização.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento de comemoração dos 20 anos de emancipação político-administrativa do Estado de Tocantins, e parabenizar também o Governador Marcelo Miranda, que vem fazendo um brilhante trabalho. A sua administração, já no segundo mandato, com certeza elevou ainda mais o desenvolvimento do Estado de Tocantins. Por isso eu parabeno V. Ex^a e também o Governador, e, em especial, o povo tocaninense, que tem tido, sob a gestão de Marcelo Miranda, uma grande administração nos últimos anos. Parabéns e muito obrigado!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM – TO) – Muito obrigado, Senador Valdir. Pois não, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Marco Antônio, V. Ex^a, como brilhante defensor do Estado de Tocantins, vem à tribuna fazer um pronunciamento que dá alegria a todos nós. O Estado de Tocantins comemora 20 anos em que foi instalado e tem, ao longo desse tempo todo, mostrado crescimento e melhoria da qualidade de vida do seu povo. Ainda hoje, eu tive

a honra de relatar o projeto de um empréstimo para o Estado de Tocantins, que, com o Governador Marcelo Miranda, já no seu segundo mandato, vem-se desenvolvendo cada vez mais. Estamos separados desse querido Estado, vizinho ao Estado do Pará, pelo Rio Araguaia. S. Ex^a vem fazendo, como eu disse, um belo trabalho, e o empréstimo que hoje foi aprovado vai dar oportunidade para que ele possa acelerar as obras. Parabéns a V. Ex^a e parabéns ao povo-irmão do Estado de Tocantins.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM -TO) – Obrigado, Senador. Flexa Ribeiro. Agradeço também a aprovação desse empréstimo, que foi e será muito importante na consolidação da infra-estrutura do nosso Estado.

Gostaria de terminar este pronunciamento reafirmando que, nesses 20 anos de existência, o Estado de Tocantins conseguiu pavimentar muito bem o seu caminho para se tornar, em curto espaço de tempo, um dos pólos mais dinâmicos do desenvolvimento nacional. Diante dos dados e da realidade que acabei de apresentar, não tenho dúvida de que a transformação de Tocantins em Estado beneficiou o Brasil e o povo brasileiro. Tenho, portanto, plena convicção de que a mudança das divisas interiores de nosso País é uma necessidade imperiosa para queimar etapas do desenvolvimento.

E concluo parabenizando a todos os tocaninenses por esta data, pela importância desta data e pelo sentimento do dever de ter ajudado a tornar aquelas terras tocaninenses um lugar tão aprazível para se viver.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Marco Antônio, ilustre representante do Tocantins.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, pela Liderança da minoria. V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Renan Calheiros.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Presidente Tião, sei que V. Ex^a ficou até um pouco incomodado com o tempo que usei fazendo uma questão de ordem, pois hoje há muitos oradores para falar – e V. Ex^a tem toda razão.

Trata-se de um fato que não pode virar moda neste País. Um fato, Senador Renan Calheiros, extremamente grave. Não sei se isso acontece em Alagoas, mas no meu Estado está virando moda. E o Ministério Público do meu Estado, competente Ministério Público do meu Estado, tem tomado as providências neces-

sárias. Mas a estrutura do Ministério Público do meu Estado ainda é pequena.

O meu Estado é muito grande, V. Ex^a sabe disso, pois o conhece. São 143 municípios e há uma grande distância de um para o outro, levam-se dias para chegar. O meu Estado é um país! E virou moda a questão de “não ganhei, queima tudo!”

A cidade de Goianésia foi totalmente dilapidada. Totalmente! Todos os prédios da cidade de Goianésia, há uns três, quatro anos, foram destruídos. Agora, uma ameaça... e, neste momento, pode está acontecendo! O juiz já saiu da cidade de Novo Progresso corrido, para não morrer, Senador Flexa Ribeiro. O promotor público também saiu corrido para não morrer. O candidato, que é prefeito, de nome Tony Fábio, usou de todas as artimanhas para ganhar a eleição.

Eu não estou aqui fazendo política. A política já passou. Acabou! Estou aqui fazendo uma denúncia grave ao País, ao meu Estado! Eu iria falar hoje dos aposentados. Eu iria começar a nossa grande luta, hoje, em favor dos aposentados. Essa era a minha intenção maior. Mas amanhã farei isso. Hoje não poderia deixar de falar sobre esse caso grave, gravíssimo, porque as autoridades do meu Estado têm de tomar providência agora, de imediato! Já telefonei para todos, inclusive para os jornais; para o jornal *O Liberal*. Telefonei para fazerem a total cobertura e filmarem o que esse prefeito, que foi derrotado por mais de 60% dos votos, está fazendo. Foi uma vitória contundente, clara, absolutamente clara. Não tem o que esperar. Mas agora ele sai às ruas com seus seguranças, com seus capangas, tocando fogo nos prédios públicos ou tentando tocar fogo nos prédios públicos. E, uma hora dessas, pode estar acontecendo um desastre na pequena e calorosa cidade de Novo Progresso no oeste do Pará, Presidente! Não é a primeira vez que isso acontece no meu Estado. Já aconteceu em várias cidades, em vários municípios do meu Estado. Aonde nós chegamos? Qual é a segurança que nós temos no Estado do Pará?

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a ainda agora dizia que as eleições foram democráticas. É verdade. Mas quantos morreram? Quantos, ainda, estão nos hospitais? Quantos? Eu mesmo fui ameaçado de morte e recorri à Polícia Federal, à Polícia Estadual para me dar proteção, para eu poder terminar a campanha no meu Estado. Isso é brincadeira, Senador! Cadê a democracia? Como é que eu me sinto bem nessa democracia? Como é que eu me sinto tranquilo em fazer uma campanha política, Senador Flexa? Só que eu conheço, há três hospitalizados. Bala! Bala! Bala em palanque!

Esse é o meu Pará, Senador Renan Calheiros! Esse é o meu Pará. Se não bastasse, depois das eleições, aparece um dragão querendo queimar os prédios públicos da cidade, porque perdeu uma eleição com mais de 60%...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não posso conceder-lhe, infelizmente. Se o Presidente concordar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – Infelizmente, o Regimento não aceita, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Gostaria de ouvi-lo...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Falarei pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Gostaria de ouvi-lo como Senador pelo Estado do Pará. Precisamos que as autoridades deste País tomem providências. Presidente Lula, socorra a Governadora Ana Júlia Carepa – socorra, Presidente Lula. O Estado do Pará está tomando uma dimensão de ingovernabilidade. Socorra a Governadora Ana Júlia, proteja o Estado do Pará!

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – PT AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, o Senador Mário Couto traz a denúncia para todo o Brasil, não apenas para o Pará. Denúncia essa que também chegou ao nosso gabinete. Lamentavelmente, já expedii ofício à Governadora, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal Regional Eleitoral, ao Secretário de Segurança Pública e ao Delegado-Geral de Polícia, e ao Coronel Chefe Geral da Polícia Militar, alertando para o que está ocorrendo no Município de Novo Progresso. O atual prefeito, Prefeito Tony, do PT, achava que ia impor, através das emendas e dos convênios que lhe foram repassados, a sua reeleição. A população de Novo Progresso quer dias melhores para aquele Município, como a população do Pará quer dias melhores para o nosso Estado e elegeu a nossa Prefeita Madalena e seu vice Ricardo. Eles estão ligando de lá desesperados, porque há possibilidade de haver um ato de violência na cidade, porque o promotor José Augusto Sarmiento e o juiz Vinícius Amorim Pedrassoli saíram da cidade por causa do clima de insegurança.

E sabe quem está tomando conta da segurança da cidade, Presidente Tião Viana? O Delegado Antônio Carlos Silva. E a denúncia que nos chega de lá, e estão aqui os delegados, é que ele é apontado por ter tido uma postura extremamente passional, que não é o caso dos senhores, em favor do Prefeito Tony durante a campanha. Então estão colocando mais lenha na fogueira. Nesse sentido, quero aqui alertar, por meio da TV Senado, para o grave acontecimento na cidade de Novo Progresso, no meu Estado do Pará. A Governadora tem que tomar as providências necessárias para que não haja lá um lamentável acidente com perdas de vidas desnecessárias. Já orientei, Senador Mário Couto, os nossos companheiros para que permaneçam em suas casas, que não respondam às agressões, que não dêem motivo algum para que, mais tarde, sejam chamados como responsáveis ou então por terem induzido aos atos de violência conduzidos pelo Prefeito Tony. Tenho certeza absoluta de que a Governadora tomará as providências e mandará reforçar a segurança, como também as autoridades do nosso Estado deverão tomar as providências que estamos pedindo na denúncia que fazemos no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência determina à Secretaria da Mesa que encaminhe o pronunciamento do Senador Mário Couto, pela ordem de V. Ex^a, ao Ministro da Justiça e à Governadora do Pará.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a dispõe de 10 minutos; a seguir, Senador Renan Calheiros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, volto aqui a tocar no assunto sobre o qual falei ontem a respeito da realidade da crise que atravessamos, mas vim falar com uma outra preocupação, embora dentro, Senador Eurípedes, do mesmo tema.

O que estamos vendo é que dois derretimentos estão acontecendo em escala global em todo o Planeta: as calotas polares derretendo e os bancos também. O sistema ficou mais do que global, ficou planetário. Estamos vendo o derretimento do sistema financeiro, o derretimento de calotas polares como exemplo da crise ecológica.

O que lembrei aqui é que nem a gente vai conseguir consertar o descongelamento da calota polar colocando geladeira, nem vai resolver o problema bancário apenas colocando dinheiro nos bancos. Creio que, sim, é preciso garantir os depositantes. Os governos devem, sim, salvar os bancos, não aos banqueiros irresponsáveis, mas aos bancos, sim. Mas isso não vai

resolver a crise, Senador Tião, por muito tempo, porque por trás da crise bancária, por trás da crise ecológica, existe um modelo, um sistema econômico que pressiona tanto o descongelamento das calotas polares como o descongelamento dos bancos.

Os bancos derretem não apenas por causa da irresponsabilidade dos banqueiros, embora sobretudo por isso, Senador Simon. Mas os bancos derretem porque temos um modelo econômico que precisa vender cada vez mais desvairadamente para atender a voracidade do consumo e do setor produtivo. E para vender mais, tem que haver crédito. Para haver crédito, tem que haver essa irresponsabilidade chamada alavancamento cada vez maior. Há bancos, nos últimos meses, que transformaram um dólar de depósito em 65 dólares. Dentro dessa mágica que consiste o sistema bancário de emprestar um dólar, recebê-lo de volta em depósito, aí emprestar o mesmo para aquele, volta e empresta para outro, criando aquilo que antigamente se chamava aqui de ciranda financeira. Essa é uma irresponsabilidade, mas ela tem uma causa, e essa causa está no modelo econômico que exerce uma pressão muito forte sobre o sistema financeiro e sobre o sistema ecológico, destruindo os meios naturais e destruindo os meios financeiros.

Insisti que o Brasil precisa aproveitar essa grande chance, como aproveitou em 1930, com a crise de 1929, como não soube aproveitar plenamente em 1973, com a crise do petróleo, aproveitando apenas o desenvolvimento do combustível etanol, mas sem aproveitar a necessidade de reformular a indústria para deixar que o carro-chefe fosse a produção de automóveis. Podemos estar perdendo uma outra chance.

Mas quero trazer esta Casa a uma reflexão e a uma responsabilidade. Hoje estamos em um mundo diferente daquele que fomos criados como Casa do Senado. Estamos em um mundo diferente daquele de vinte anos atrás, quando houve a democratização. Estamos em um momento em que ou o Brasil analisa e descobre como se proteger internacionalmente e como colaborar internacionalmente, ou vamos continuar cada vez mais vivendo novas crises.

Chamo, aqui, o Senador Garibaldi, como nosso Presidente, para que provoque uma discussão aqui dentro, e faça um encaminhamento. Convido também o Senador Heráclito, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para que analisemos com mais cuidado, sem ficar a reboque do Poder Executivo ou, amanhã, de qualquer medida do Poder Judiciário, para saber como vamos enfrentar os desafios que teremos no futuro. O primeiro é este da crise financeira, mas não da crise em si, de algo mais profundo, que é a vulnerabilidade do País.

Hoje, qualquer país do mundo é vulnerável, e somos vulneráveis às bolsas de valores, a cada banco, a cada banqueiro do mundo. Mas não é só isso: somos vulneráveis ao terrorismo, às doenças que se espalham de uma maneira muito rápida, a muitas ações de fora contra as quais não há como ter barreiras, sem falar nessa vulnerabilidade diária dos vírus da informática, que, a qualquer momento, pode paralisar todo o sistema de transporte ou esta Casa. Nós, hoje, vivemos num mundo de vulnerabilidades. E qual é nossa proposta? Quais são os nossos cuidados? Como estamos tratando as Forças Armadas para impedir a vulnerabilidade do ponto de vista militar? Como estamos cuidando para impedir a vulnerabilidade do ponto de vista da ciência e da tecnologia? Como estamos trabalhando, não apenas para resolver essa crise atual, mas para impedir sermos vulneráveis a cada crise que acontece lá fora. Temos que ter uma política para o meio ambiente em escala global. Não adianta apenas querer e não conseguir proteger a Amazônia. Não sabemos o que vai acontecer de fato se os países não cuidarem dessa grande riqueza que é a riqueza natural.

Precisamos, sim, discutir o problema que vamos enfrentar de falta de recursos naturais no mundo. Percebemos a crise do petróleo, mas a água também vai faltar, os minerais fundamentais vão faltar... Qual a posição do Governo brasileiro – e, aí, qual a posição do Senado brasileiro – numa reflexão sobre isso para informar ao povo brasileiro sobre o que vai acontecer com a escassez real de recursos naturais. Uma coisa é a escassez circunstancial, conjuntural, que o simples preço, Senador, corrige; outra coisa é a escassez real, a inexistência do recurso.

Como nós, que somos produtores de água, vamos ficar quando faltar água no mundo, o que não vai demorar muitas décadas? Vamos ver calados o resto do mundo morrer de sede ou vamos ver calados o resto do mundo nos invadir para roubar a nossa água? O que vai acontecer com o recurso terra? Terra é limitado também, sobretudo na medida em que o etanol começar a transformar terra em combustível, Senador Jefferson Praia.

Para mim, uma das provas da existência de Deus é o fato de os automóveis não serem movidos a água, porque, se os automóveis fossem movidos a água, não haveria água para beber, pois estaria tudo nos tanques dos carros para mover a frota de carros, para viabilizar a indústria automobilística. Graças a Deus, água não move carro! Por isso, a gente ainda tem água. Mas qualquer dia alguém vai descobrir como fazer com que água mova automóvel... Aí vai faltar água. Hoje, não há como fazer mover automóvel com água, mas já há com etanol, que vem da terra, mas que vai se extinguir

também, porque a gente vai ocupar toda terra, porque o mercado vai levar a isso.

Aqui um chamamento de atenção: o etanol é algo positivo para o Brasil, desde que a gente diga onde produzir e onde não produzir, desde que a gente diga para onde vai o dinheiro, desde que a gente diga o que vai fazer com os trabalhadores; se não, pode ser uma tragédia.

Nós temos de discutir qual o papel dos organismos internacionais. O Fundo Monetário se derreteu também! O Banco Mundial não dá mais as respostas esperadas. As Nações Unidas não têm poder para impedir que um país invada outro. Nunca o mundo precisou tanto de organismos internacionais e nunca eles foram tão frágeis desde que terminou a Segunda Guerra e eles se fortaleceram. E no Senado não estamos trabalhando pelo menos para informar ao povo brasileiro quais são os riscos que nós enfrentamos.

Eu não vou, neste pouco tempo, Senador Alvaro Dias, continuar falando para não o aborrecer tomando-lhe muito tempo, mas quero concluir com uma proposta, que pode, mais uma vez, cair no vazio. Acho que a gente não tem de fazer proposta apenas quando elas caem no gosto, mas, sim, quando elas saem de dentro da gente como uma necessidade. Volto a propor ao Senador Garibaldi e ao Senador Heráclito que o Senado dê uma resposta ao povo brasileiro sobre a realidade do mundo inseguro, vulnerável, ameaçado, dependente em que a gente vive e, ao mesmo tempo, que a gente diga o que o Senado propõe para, nos próximos anos, nós sabermos como defender a nossa soberania em um mundo global, para sermos capazes de conviver sem derretermos, como está sendo derretido, o sistema financeiro internacional, que está nos levando com ele, e como hoje estão sendo derretidas as calotas polares. Que o Senado desperte para a nossa responsabilidade e para os riscos que nós atravessaremos nas próximas décadas!

Era isto, Sr. Presidente, o que eu tinha para dizer.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo importante pronunciamento que, mais uma vez, fez desta tribuna do Senado Federal. É muito importante, importante mesmo, que nós conversemos. É fundamental tornarmos o Brasil menos vulnerável às crises, a qualquer crise. O Senador Cristovam tem absoluta razão.

Os anos 90, Sr. Presidente, foram de grande prosperidade para os Estados Unidos, a maior forte economia do mundo. Eles pisaram fundo no acelerador da expansão monetária, aumentando a quantidade de dinheiro em até 15% ao ano.

Essa orgia de dinheiro barato desencadeou os investimentos de longo prazo insustentáveis, bem como jogou gasolina nas brasas das especulações desenfreadas. As ações foram à estratosfera...

Mas a expansão monetária não podia durar para sempre, sob pena de a inflação destruir a economia. Veio a corrente epidemia de fraudes contábeis em grandes empresas e em grandes bancos também. Daí para a bancarrota foi um pulo!

Com sua política belicista, o Governo Bush elevou dramaticamente os gastos públicos americanos, o que gerou déficit, que tem de ser financiado via inflação ou endividamento. E a dívida pública americana não é pequena. Depois do pacote de US\$700 bilhões, passou dos US\$11 trilhões! Até 2008, em quase oito anos de mandato do Governo Bush, essa dívida apresentou incremento real de 33%.

E isso tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está começando a ter consequências aqui dentro por razões muito mais especulativas que reais.

Se a segunda-feira vai entrar para a história da Bolsa de Valores de São Paulo, esta terça-feira está sendo dominada por um cenário menos catastrófico do que se viu no pregão de ontem.

Não vamos permitir que o pânico vire sistêmico e que a especulação seja permanente! É como se o mercado sofresse um distúrbio bipolar: qualquer notícia de que vai haver socorro causa euforia e qualquer outra meia notícia ruim causa uma depressão exagerada e tudo se derruba.

A crise financeira mundial esteve na pauta das reuniões do Governo neste início de semana. Na reu-

nião do Conselho Político com o Presidente Lula, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fizeram uma explanação sobre a crise e seus impactos na economia brasileira. Também discutiram, Sr. Presidente, medidas que o Governo tomará para se resguardar das turbulências e os projetos prioritários na agenda de votação do Congresso Nacional.

É aqui, Sr. Presidente, que deve ser o palco de debates e ações para ajudar a encontrar saídas para a crise. Mais uma vez, reafirmo que o Senador Cristovam Buarque tem absoluta razão: é aqui que vamos ter que aprofundar o debate sobre esta crise, sobre todas as crises.

Não tenham dúvida: o Senado Federal vai apoiar as medidas anunciadas e deixar as turbulências no plano das ameaças.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a Oposição não trabalhará contra o País. E a Base Aliada está consciente das suas responsabilidades neste momento, assim como Republicanos e Democratas estão agora fazendo nos Estados Unidos. Os partidos estão convencidos de que é preciso deixar as divergências de lado para colaborar nesse esforço.

O PMDB, que sempre foi a principal força de sustentação política do País, cumprirá o seu papel.

O Presidente Lula tem liderança política, sensibilidade social e instrumentos suficientes a mão para responder aos ataques especulativos.

Ontem, nos pronunciamentos em plenário, muito se falou da ação necessária e da reforma política. Há pouco eu falava com o Líder da nossa Bancada, Valdir Raupp, sobre o fantástico desempenho do PMDB. Mas, além dessa reforma, é imprescindível chegarmos também a um consenso sobre a reforma tributária. É ela que deverá garantir ao Estado uma arrecadação equilibrada; e ao setor produtivo e à sociedade, maior justiça fiscal.

Ontem, Sr. Presidente, num gesto preventivo, o Governo anunciou que vai utilizar parte do dinheiro das reservas internacionais, que somam US\$207 bilhões, para garantir crédito aos exportadores brasileiros e ajudar a diminuir a pressão sobre o câmbio.

Além disso, o Presidente Lula assinou medida provisória que autoriza o Banco Central a comprar carteira de crédito de bancos comerciais. A medida serve para evitar que a crise de liquidez afete o Brasil. Todas essas ações são bem-vindas, porque a crise começa a ganhar contornos mais realistas aqui no País.

Duas montadoras já anunciaram férias coletivas para o final do ano, o que interrompe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma trajetória positiva de ven-

das, que subiram 27% este ano, com um total de 2,21 milhões de unidades.

Por extensão, espera-se reflexo na área de máquinas agrícolas, setor responsável em setembro pela maior parte da geração de empregos na área automotiva.

Mas o maior temor continua sendo a inflação, que pode interromper outra trajetória positiva. Agora mesmo foi registrado um movimento de deflação entre as famílias de baixa renda, entre agosto e setembro.

Senador Cristovam, ouço rapidamente V. Ex^a, porque meu tempo já está quase esgotado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Renan, além de agradecer sua referência, quero dizer que este seu discurso me dá ânimo, porque eu tenho visto que, no mundo inteiro, os parlamentos estão quase parando para debater apenas o assunto da crise – no mundo inteiro! O nosso não pode ficar fora dessa preocupação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Como se vê, Sr. Presidente – e já vou encerrar -, o Brasil não está escapando ileso dos ataques especulativos. O que fazer, então, para nos proteger? Perguntava há pouco desta tribuna o Senador Cristovam Buarque.

Já debati algumas alternativas aqui em pronunciamento da semana passada. Creio que uma das prioridades, neste momento, deve ser a de manter a todo custo a valorização de nossas **commodities**. Principal produto de exportação do Brasil, as **commodities** metálicas e agrícolas estão por trás dos recordes da balança comercial nos últimos anos.

Impulsionadas pela crescente demanda mundial, cujo vértice é a China, as matérias-primas viram seus preços saltarem e compensarem parte da desvalorização do dólar frente ao real. Neste ano, por exemplo, a Vale do Rio Doce, maior produtora de minério de ferro do mundo, já anunciou reajuste de até 70%.

Felizmente, Sr. Presidente, aqui no Brasil, embora o País tenha crescido menos do que a média mundial nos últimos anos, houve melhoras macroeconômicas. Possuímos, como disse, reservas confortáveis, praticamente zeramos a dívida interna atrelada ao dólar e produzimos fortes superávits comerciais.

Mas nada disso, em face da atual turbulência, seguiu a moeda norte-americana, que chegou a ter a maior alta em nove anos e já bate às portas de R\$2,30.

Temos, é verdade, alguns problemas. Há um espaço mínimo para cortar gastos – V. Ex^a ontem falou sobre este assunto da tribuna do Senado Federal -, caso a arrecadação, evidentemente, caia. E a carga tributária já passou do nível tolerável pela população

e pelo setor produtivo. Além disso – estou encerrando -, a curva descendente de juros foi interrompida e dificilmente retomará fôlego nas próximas semanas. Uma das dificuldades é que 16% das nossas exportações vão para os Estados Unidos, que estão à beira da recessão.

A economia, Sr. Presidente, é como uma locomotiva: difícil de pôr em movimento, mas quando ela anda, é difícil de desacelerar. Se caiu uma ponte lá na frente, podemos diminuir o seu ritmo, sem deixá-la parar completamente.

Eu fiz esse raciocínio porque as vendas no final do ano serão um termômetro de avaliação da demanda e, conseqüentemente, da confiança das empresas para investir aqui no Brasil. O papel do Governo e dos órgãos reguladores é criar condições para que isso aconteça, sem elevar demasiadamente os juros.

Eu queria, Sr. Presidente, a partir de amanhã, dar continuidade a esta discussão no Senado com V. Ex^a e com todos os Senadores, independentemente de partido.

Senador José Agripino, um dos Líderes da Oposição, é fundamental o engajamento de todos para que tenhamos soluções e para que o Brasil fique menos vulnerável a todo tipo de coisa que se apresenta hoje na economia mundial.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Meus cumprimentos pela oportunidade do seu pronunciamento.

A Presidência submete requerimentos à apreciação.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 1.142, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores, em aditamento aos Requerimentos nºs 153, dependendo de deliberação, e 246, ambos de 2008, solicitando realização de sessão especial, dia 15 de outubro, destinada a homenagear conjuntamente o Dia da Criança e o Dia do Professor.

Em votação os Requerimentos nºs 153 e 1.142, de 2008.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em votação o **Requerimento nº 1.144, de 2008**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, lido em sessão anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar como Líder da Bancada do PMDB e gostaria de saber a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Intercalando, será agora o Senador Suplicy e, depois, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, para realização de sessão especial em homenagem à criação do Estado do Amapá por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988. Documento importante esse da promulgação da Constituição porque foi exatamente no dia 5 de outubro, há 20 anos, que foi criado o Estado do Amapá, assim como os ex-territórios. Então, eu vejo que passou praticamente em branco essa grande data, para o País e principalmente para os nossos ex-territórios.

Quero fazer este registro aqui, encaminhando à Mesa este requerimento. Peço que V. Ex^a o coloque em votação.

Também faço um registro sobre essa questão de ex-território. Quando eu ouvia o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, lembrei de questão relacionada aos ex-territórios, pois ele falava sobre os policiais civis do Estado de São Paulo. Eu não quero entrar nesse mérito, mas quero entrar num mérito muito mais importante para o Amapá e para os ex-territórios: exatamente o reajuste dos servidores, dos policiais militares servidores dos ex-territórios e ex-Distrito Federal, que deveriam, por lei, receber o mesmo reajuste que recebe o Distrito Federal. E o Governo Federal é o grande patrão.

Por isso, não se pode comparar o rendimento, o salário do funcionário policial do Distrito Federal com o do Estado de São Paulo, porque é o Distrito Federal quem paga. Ou seja, é o Governo Federal quem paga. É diferente o salário pago pelo Governo Federal do que é pago por um Estado qualquer, qualquer que seja o Estado, mesmo sendo a grande potência de São Paulo, porque lá, logicamente, concentra-se um número infindável de policiais que merecem ter um bom salário.

Mas quero deixar este registro, contestando a falta também de lembrança do Senador Mercadante.

Os policiais militares dos ex-territórios – aqui falo em nome do Amapá – estão sendo injustiçados por não receberem o mesmo reajuste dos policiais militares do Distrito Federal.

Com essas palavras, Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição para comunicação inadiável e agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes. O requerimento de V. Ex^a terá a acolhida regimental. Nós o submeteremos à deliberação.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

Em seguida ao Senador Eduardo Suplicy, intercalando, fará uso da palavra o Líder Valdir Raupp, do PMDB.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar, como muitos Senadores têm feito nestes últimos dias, o aniversário de 20 anos da Constituição Cidadã, promulgada pelo Deputado Ulysses Guimarães, saudoso, que tão fortemente dignificou o povo brasileiro e o Congresso Nacional.

Registro que, justamente em cinco de outubro, domingo passado, quando se completaram os vinte anos de promulgação da Constituição, o Brasil viveu um momento excepcional de tranqüilidade. Ainda hoje falei com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; acompanhei, nestes últimos dias, as entrevistas do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; e é importante registrar como as eleições no Brasil se deram com grande tranqüilidade, sem quaisquer incidentes maiores. Inclusive, as Forças Armadas, o próprio Exército foi chamado para estar presente, sobretudo ali nos morros do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, onde se previa que poderiam ocorrer problemas maiores, ou em alguns lugares do Estado de São Paulo – em Paulínia, por exemplo, havia certas ameaças -, mas se tomaram as medidas preventivas e tudo se deu com maior tranqüilidade.

Então, que bom que o Brasil está vivendo um momento tão formidável de exercício da democracia. Isso tem muito a ver com a Promulgação da Constituição de 1988, cuja Assembléia Nacional Constituinte fora presidida por Ulysses Guimarães, quando era Presidente da República o atualmente Senador José Sarney.

Comemoram-se também em 2008, em 10 de dezembro, os 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Todos esses fatos contribuíram para o excesso de preocupação democrática constante em nossa Carta Magna.

A importância dessa data levou a Câmara dos Deputados e o Senado Federal a iniciarem uma série de ações para o lançamento das comemorações dos 20 anos da Constituição Cidadã, dando início a eventos, publicações e outras ações que começaram em 4 de outubro de 2007 e se estenderão por todo o ano de 2008, envolvendo parlamentares, cientistas políticos, historiadores, educadores, partidos políticos e a sociedade em geral. Inclusive, houve a inauguração, hoje, aqui no Salão Negro da Câmara dos Deputados, da exposição sobre a Constituinte.

Mais do que uma aula de direito, o estudo da nossa Constituição é um mergulho na história política recente do nosso País, para que as atuais e futuras gerações tenham uma memória completa dos fatos que marcaram sua elaboração.

Antecedida pelas Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969, a Carta Magna de 1988 é o documento mais recente entre aqueles que compõem a história constitucional do Brasil. Tem dado contribuição de extraordinária relevância para a democratização da sociedade brasileira, para a correção de injustiças tradicionais e para a efetivação dos Direitos Humanos.

Ela é produto das crenças e da conjuntura de seu tempo. Concebida após 21 anos sob uma ditadura militar (1964-1985) e a Campanha das Diretas Já (1984), foi escrita por um Congresso que ainda tinha na lembrança a sombra do autoritarismo. Por isso, seu texto procura garantir para o futuro aquilo que faltara no passado.

Há pouco mais de vinte anos, o Brasil saía de um período de regime militar, com economia fechada, mergulhado em inflação e desigualdade social. Hoje um novo cenário se forma, com um Presidente que detém a maior popularidade de toda a história do País, defende a liberdade civil, os direitos e as garantias fundamentais, com uma peculiar preocupação no combate às desigualdades sociais.

O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participou como constituinte da Assembléia Nacional Constituinte – assinou, porém, votou contra -, ainda nesses dias de comemoração fez declarações dizendo o quanto essa Constituição representou um avanço notável e o quanto hoje estamos vivendo um momento extremamente saudável para todos os cidadãos brasileiros.

Muitos foram os desafios enfrentados na Assembléia Constituinte. Era um tempo em que as disputas ideológicas se faziam muito presentes no Congresso Nacional, com grandes líderes políticos, intelectuais e representantes de classe. Lá estavam Ulysses Guimarães, Mário Covas, Michel Temer, Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso, o hoje Presidente Lula,

Roberto Campos, Nelson Carneiro, Bernardo Cabral, Afonso Arinos, José Serra, Roberto Freire e os jovens Nelson Jobim, Luís Eduardo Magalhães, Plínio de Arruda Sampaio, além de tantos outros que trabalharam arduamente na construção de um texto democrático para ser entregue aos nossos filhos e netos.

Ulysses dividiu a Constituinte em 24 subcomissões, que depois se fundiriam em oito comissões temáticas, até chegar ao crivo de uma Comissão de Sistematização, cujo organizador foi o Deputado Bernardo Cabral. O texto da Constituição, que tinha em seu original 245 artigos e 70 disposições transitórias, já sofreu 62 emendas.

A Carta de 1988 tem propiciado o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana do País, ultrapassando crises decorrentes de **impeachment** presidencial; Comissões Parlamentares de Inquérito que apuraram escândalos orçamentários; renúncia e cassação de Parlamentares. Isso só foi possível graças a uma mudança de paradigma ocorrida ao longo do século XX.

O grande mérito da nossa Carta Magna foi eleger como prioridade a preocupação com o cidadão à frente do Estado, o que inclusive levou à elaboração de um novo Código Civil em 2003, que colocava a preocupação com o homem à frente da preocupação com o capital. Em seu livro **Cidadania no Brasil – o Longo Caminho**, o historiador José Murilo de Carvalho demonstra como a noção de cidadania sempre esteve no fim da fila das questões importantes do País. Durante o período colonial e o imperial (1500 a 1889), os escravos nem eram considerados pessoas – quanto mais cidadãos. Agora, felizmente, vivemos outra realidade!

Além da garantia de direitos inéditos, o legislador constituinte aumentou o número de atores institucionais, criando novos mecanismos de acesso aos direitos sociais. O Ministério Público tem se revelado um importante agente na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, e a Defensoria Pública é uma grande aliada das populações carentes. Por outro lado, a sociedade civil também aumentou o seu papel e as suas atividades em prol da defesa dos direitos dos cidadãos.

Quero assinalar, inclusive, que a Constituição brasileira assegura o direito de greve. Ainda que haja preocupações com respeito ao direito de greve para os serviços essenciais importantes para a sociedade civil, como a própria questão da segurança, assegura-se hoje que existe esse direito de greve.

Quero ressaltar, no que diz respeito à greve dos membros da Polícia Civil, dos delegados, que foi objeto de pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante na tarde de hoje, que, ainda há pouco, depois de conversar

com os delegados que aqui se encontram, conversei com o Secretário de Gestão do Governo do Estado de São Paulo, do Governador José Serra, Sidney Beraldo, que muito gentilmente atendeu meu telefonema e, diante da suspensão do movimento de greve, informou que o diálogo está retomado, que está recebendo, nesta tarde, a contra-proposta que os Delegados da Polícia Civil estão formulando ao Governo e que essa proposição está sendo estudada com atenção. Espero que, em breve, possa haver um entendimento.

Quero cumprimentar os delegados que hoje se encontram presentes a nossa sessão, dizendo-lhes o quanto é importante para a população de São Paulo que possa haver o melhor entendimento entre o Governo do Governador José Serra, o Secretário Ronaldo Marzagão, o Secretário Sydney Beraldo e o Secretário de Governo Aloysio Nunes, com quem também conversei sobre esse tema.

A nossa Constituição possibilitou a elaboração de projetos de lei por iniciativa popular, e os cidadãos agora também podem participar de conselhos responsáveis por políticas públicas. Novas entidades sociais são legitimadas para a propositura de ações diretas de inconstitucionalidade ou constitucionalidade, ação de descumprimento de preceito fundamental ou de outros instrumentos jurídicos como ações civis públicas.

Nesse novo cenário, o Poder Judiciário foi fortalecido a partir da Constituição de 88 e, com isso, cresceu a presença do Judiciário na vida cotidiana, decidindo sobre temas importantes como: liberação de pesquisas com células-tronco retiradas de embriões; aposentadorias decorrentes de uniões homoafetivas e demarcação de terras indígenas.

Não há dúvida de que a Constituição está a serviço dos interesses de todo o povo, ainda em processo de aprendizagem para o amplo uso de seus direitos. Ainda são caminhos novos, mas sua consciência e disposição de lutar por eles pelas vias jurídicas cresce a cada dia. Por isso, é fundamental que tanto a União como os Estados melhor aparelhem e remunerem os defensores públicos.

De acordo com um estudo feito pelos cientistas políticos Roberto Bastos Arantes e Cláudio Couto, professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, a Constituição de 1988 é a que possui o maior número de dispositivos que determinam políticas públicas em toda a história: 496. “Ela desce ao detalhe de dizer não só o que o governo tem de fazer, mas como tem de fazer”, afirma Arantes. Chega inclusive a determinar o tamanho da parcela fixa do orçamento que o governo tem de gastar em educação e saúde.

Apesar de todas as novidades, a cidadania plena por meio de um ensino de qualidade e de uma renda básica destinada a todos os cidadãos ainda está por acontecer de fato. O acesso universal à educação foi conquistado, mas o ensino público gratuito de boa qualidade – que traz a verdadeira cidadania – ainda é um ideal a ser alcançado.

Além dos gastos obrigatórios com saúde e educação, a Constituição de 88, sob o pretexto de garantir a cidadania plena, criou mais direitos sociais típicos de países de primeiro mundo, como se observa na leitura de seu art. 7º. Com isso, os direitos sociais foram colocados no mesmo nível da organização do Estado.

A nossa Carta Magna possibilitou o direito à aposentadoria de trabalhadores rurais que nunca contribuíram para a Previdência Social, além de garantir um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei, lançando bases para a redução da pobreza.

Nas constituições anteriores, os direitos fundamentais eram referidos muito sucintamente e sempre ficavam à espera de normas regulamentadoras para poderem ser exercidos, conforme afirma em suas entrevistas o Professor Dalmo de Abreu Dallari, da USP. Era necessário ir ao Judiciário para defendê-los ou cobrar sua efetivação.

Sr. Presidente, eu vou requerer seja transcrito o restante de meu pronunciamento, porque, na verdade, eu pude ler a sua metade aproximadamente. Peço que o restante seja transcrito, para respeitar os demais oradores.

Em minha conclusão, como abri meu pronunciamento falando dessas eleições, que tiveram um caráter muito especial de exercício da civilidade, da democracia, dos direitos à cidadania, quero assinalar que o Partido dos Trabalhadores, ao eleger, nestas eleições, 548 Prefeitos, correspondendo a um aumento de 33,33%, teve o maior crescimento relativo sim. Cumprimento o PMDB, que teve a maior força: 1.194 – também teve um crescimento de 12,70%. Mas foi um avanço muito grande para o PT ter eleito um número tão significativo de Prefeitos, 548, e 4.169 Vereadores em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia cinco de outubro, a Constituição Federal de 1988 – CF/88, chamada “Ci-

dadã” pelo então Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, completou 20 anos de sua promulgação. À época era Presidente da República o hoje Senador José Sarney.

Comemora-se também em 2008 os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Todos esses fatos contribuíram para o excesso de preocupação democrática constante em nossa Carta Magna.

A importância dessa data levou a Câmara dos Deputados e o Senado Federal a iniciarem uma série de ações para o lançamento das comemorações dos 20 anos da Constituição Cidadã, dando início a eventos, publicações e outras ações que começaram em quatro de outubro de 2007 e se estenderão por todo o ano de 2008, envolvendo parlamentares, cientistas políticos, historiadores, educadores, partidos políticos e a sociedade em geral.

Mais do que uma aula de direito, o estudo da nossa Constituição é um mergulho na história política recente de nosso país para que as atuais e futuras gerações tenham uma memória completa dos fatos que marcaram sua elaboração.

Antecedida pelas Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969, a Carta Magna de 1988 é o documento mais recente entre aqueles que compõem a história constitucional do Brasil. Tem dado contribuição de extraordinária relevância para a democratização da sociedade brasileira, para a correção de injustiças tradicionais e para a efetivação dos Direitos Humanos.

Ela é produto das crenças e da conjuntura de seu tempo. Concebida após 21 anos sob uma ditadura militar (1964-1985) e a Campanha das Diretas Já (1984), foi escrita por um Congresso que ainda tinha na lembrança a sombra do autoritarismo. Por isso, seu texto procura garantir para o futuro aquilo que faltara no passado.

Há pouco mais de vinte anos o Brasil saía de um período de regime militar, com economia fechada, mergulhado em inflação e desigualdade social. Hoje um novo cenário se forma, com um Presidente que detém a maior popularidade de toda a história do país, defende a liberdade civil, os direitos e as garantias fundamentais, com uma peculiar preocupação no combate às desigualdades sociais.

Muitos foram os desafios enfrentados na Assembléia Constituinte. Era um tempo em que as disputas ideológicas se faziam muito presentes no Congresso Nacional, com grandes líderes políticos, intelectuais e representantes de classe. Lá estavam Ulysses Guimarães, Mário Covas, Michel Temer, Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso, o hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Campos, Nelson Carneiro, Bernardo Cabral, Afonso Arinos, José Serra, Roberto

Freire e os jovens Nelson Jobim e Luis Eduardo Magalhães, além de tanto outros que trabalharam arduamente na construção de um texto democrático para ser entregue aos nossos filhos e netos.

Ulysses dividiu a Constituinte em 24 subcomissões, que depois se fundiriam em oito comissões temáticas, até chegar ao crivo de uma Comissão de Sistematização, cujo organizador foi o deputado Bernardo Cabral. O texto original da CF/88 que tinha em seu original 245 artigos e 70 disposições transitórias já sofreu 62 emendas.

A Carta de 1988 tem propiciado o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana do país, ultrapassando crises decorrentes de **impeachment** presidencial; Comissões Parlamentares de Inquéritos que apuraram escândalos orçamentários; renúncia e cassação de parlamentares. só foi possível graças a uma mudança de paradigma ocorrida ao longo do século XX.

O grande mérito da nossa Carta Magna foi eleger como prioridade a preocupação com o cidadão à frente do Estado o que, inclusive, levou à elaboração de um novo Código Civil em 2003 que colocava a preocupação com o homem à frente da preocupação com o capital. Em seu livro **Cidadania no Brasil – o Longo Caminho**, o historiador José Murilo Carvalho demonstra como a noção de cidadania sempre esteve no fim da fila das questões importantes do país. Durante o período colonial e o imperial (1500 a 1889), os escravos nem eram considerados pessoas – quanto mais cidadãos. Felizmente agora vivemos outra realidade!

Além da garantia de direitos inéditos, o legislador Constituinte aumentou o número de atores institucionais, criando novos mecanismos de acessos aos direitos sociais. O Ministério Público tem se revelado um importante agente na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e a Defensoria Pública é uma grande aliada das populações carentes. Por outro lado, a sociedade civil também aumentou o seu papel e as suas atividades em prol da defesa dos direitos dos cidadãos.

A nossa Constituição possibilitou a elaboração de projetos de lei por iniciativa popular e os cidadãos, agora, também podem participar de conselhos responsáveis por políticas públicas. Novas entidades sociais são legitimadas para a propositura de ações diretas de inconstitucionalidade ou constitucionalidade, ação de descumprimento de preceito fundamental ou de outros instrumentos jurídicos como ações civis públicas.

Nesse novo cenário, o Poder Judiciário foi fortalecido a partir da CF/88 e, com isso, cresceu a presença do Judiciário na vida cotidiana, decidindo sobre temas importantes como: liberação de pesquisas com

células-tronco retiradas de embriões; aposentadorias decorrentes de uniões homo afetivas e demarcação de terras indígenas.

Não há dúvida de que a Constituição está a serviço dos interesses de todo o povo, ainda em processo de aprendizagem para o amplo uso de seus direitos. Ainda são caminhos novos, mas sua consciência e disposição de lutar por eles pelas vias jurídicas cresce a cada dia. Por isso, é fundamental que tanto a União como os estados melhor aparelhem e remunerem os Defensores Públicos.

De acordo com um estudo feito pelos cientistas políticos Roberto Bastos Arantes e Cláudio Couto, professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, a Constituição de 1988 é a que possui o maior número de dispositivos que determinam políticas públicas em toda a história: 496. “Ela desce ao detalhe de dizer não só o que o governo tem de fazer, mas como tem de fazer”, afirma Arantes. Chega inclusive a determinar o tamanho da parcela fixa do orçamento que o governo tem de gastar em educação e saúde.

Apesar de todas as novidades introduzidas na CF/88, a cidadania plena por meio de um ensino de qualidade e de uma renda básica destinada a todos os cidadãos ainda é uma utopia. O acesso universal à educação foi conquistado, mas o ensino público gratuito de boa qualidade – que traz a verdadeira cidadania – ainda é um ideal a ser alcançado.

Além dos gastos obrigatórios com saúde e educação, a CF/88 sob o pretexto de garantir a cidadania plena, criou mais direitos sociais típicos de países de primeiro mundo, como se observa na leitura de seu art. 7º. Com isso, os direitos sociais foram colocados no mesmo nível da organização do Estado.

A nossa Carta Magna possibilitou o direito à aposentadoria de trabalhadores rurais que nunca contribuíram para a Previdência Social, além de garantir um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei, lançando bases para a redução da pobreza.

Assegurou ainda a igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, aos brasileiros (homens e mulheres em direitos e obrigações) e estrangeiros residentes no País; a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; o direito à imagem, à liberdade de pensamento, à associação e de religião; a vedação à tortura e ao racismo e ao julgamento por tribunal de exceção; e, o sigilo à intimidade, à vida privada e à honra.

“A Constituição de 1988 pode ser considerada uma mãe dos programas sociais”, conforme menciona o cientista político Sérgio Praça, organizador do livro recém-lançado **Vinte Anos de Constituição**. Em razão disso, é significativo que duas décadas depois, o programa social de maior sucesso seja o Bolsa-Família, que proporciona recursos a famílias pobres para manter os filhos na escola, a fim de corrigir uma secular desigualdade social. Direitos que não tínhamos durante 500 anos temos há 20: isso representou um grande avanço na história do Brasil.

Nas Constituições anteriores os direitos fundamentais eram referidos muito sucintamente e sempre ficavam à espera de normas regulamentadoras para poderem ser exercidos, conforme afirma em suas entrevistas o Professor Dalmo de Abreu Dallari, da Universidade de São Paulo. Era necessário ir ao Judiciário para defendê-los ou cobrar sua efetivação.

Atualmente, a nossa Constituição desce a pormenores que dispensam a lei ordinária regulamentadora e isso é muito importante! Além de consagrar os direitos constantes dos Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos também o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Constituição prevê instrumentos para a cobrança desses direitos e também para que as pessoas mais pobres possam ir ao Judiciário.

Embora seja “acusada” de pródiga ao relacionar tantos direitos sociais e normas trabalhistas, algumas ainda não alcançadas nos dias de hoje, como “a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa”, que aguarda uma lei complementar, ou mesmo a regulamentação do direito de greve para os servidores públicos, esse nível de detalhamento permitiu que diversas conquistas buscadas pelos grupos envolvidos, hoje alcançadas, não fossem retardadas por uma falta de previsão constitucional.

Somente após a CF/88 emergiram diversas disposições legais prevendo as mais diferentes ações afirmativas para a presença dos afro-descendentes nas universidades ou das pessoas com deficiência ou aprendizes em postos de trabalho, previstas na legislação infraconstitucional. Elas foram possibilitadas por meio de uma interpretação da preocupação do Constituinte com a dignidade das pessoas e cidadania como fundamento do Estado democrático de direito em que vivemos, onde a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e onde a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação sejam objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Inúmeros foram os avanços alcançados pela nossa Constituição de 1988. Entretanto, seu texto analítico

permitiu que a vida brasileira se judicializasse, sobretudo nos últimos anos. Por possuir cláusulas gerais ou conceitos jurídicos indeterminados que contêm termos ou expressões de textura aberta, ela trouxe espaço para interpretação constitucional. Ao lidar com locuções como ordem pública, interesse social e boa fé, dentre outras, o intérprete precisa fazer a valoração de fatores objetivos e subjetivos presentes na realidade fática, de modo a definir o sentido e alcance da norma.

Nossa Constituição, como as que lhe são contemporâneas, formam documentos dialéticos, que consagram bens jurídicos que se contrapõem. Há choques potenciais entre a proteção do desenvolvimento e a proteção ambiental, entre a livre-iniciativa e a proteção do consumidor. No plano dos direitos fundamentais, a liberdade religiosa de um indivíduo pode se conflitar com a de outro, o direito à privacidade e à liberdade de expressão vivem em tensão contínua, a liberdade de reunião de alguns pode interferir com o direito de ir e vir dos demais. Essa colisão leva à necessidade de ponderação, por meio de concessões recíprocas, procurando preservar o máximo possível cada um dos interesses em disputa ou, no limite, procederá a escolha do direito que irá prevalecer, em concreto, por realizar mais adequadamente a vontade constitucional.

Na medida em que o assunto está na Constituição, ele sai da esfera política de deliberação e se torna matéria de interpretação judicial, contribuindo para que o Judiciário tenha um papel mais ativo na vida do país, especialmente em questões não atendidas pelo Congresso Nacional e que gozam de certo clamor social.

Nesse aspecto, é importante que nós do Legislativo façamos uma reflexão sobre o nosso real papel na garantia da efetividade das políticas públicas e direitos sociais, assegurando dessa forma a harmonia entre os poderes.

Como bem lembra o jurista e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) Fábio Konder Comparato, embora a CF/88 tenha trazido “avanços inegáveis”, sobretudo no que se refere ao meio ambiente, à saúde, à educação e aos direitos dos povos indígenas, “não podemos achar que a Constituição trouxe solução satisfatória para todas essas áreas, pois, na maioria delas, o País ainda precisa avançar, especialmente na ordem econômica e tributária”.

A nova Carta Magna também instituiu princípios jurídicos questionáveis, sobretudo no capítulo sobre a ordem econômica, com a excessiva abertura ao capital externo e o quase nivelamento das empresas nacionais com as companhias estrangeiras. Se por um lado facilitou a inserção do Brasil no mercado internacional, por outro criou riscos para as empresas nacionais, que

ficaram desprotegidas e sem meios de concorrer em condições de igualdade com as multinacionais.

É importante também darmos especial destaque a uma reforma tributária capaz de reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, objetivos tão caros para a República Federativa do Brasil.

Em que pese todos esses avanços, é urgente uma reforma política que eleve a importância do Legislativo e corrija distorções, como os partidos formados para a venda de tempo na televisão, e incentive a valorização programática, fidelidade partidária e financiamento público de campanha, colocando a democracia em novo patamar.

Não há democracia sem um Legislativo forte e atuante! Por isso, é importante nos recolocarmos no centro da política. Para tanto, é urgente uma reforma, aumentando a representatividade do Parlamento.

Todos os principais ramos do direito infraconstitucional tiveram aspectos seus, de maior ou menor relevância, tratados na Constituição. Assim se passa com o direito administrativo, civil, penal, do trabalho, processual civil e penal, financeiro e orçamentário, tributário e internacional. Há ainda um título dedicado à ordem econômica, no qual se incluem normas sobre política urbana, agrícola e sistema financeiro, bem como à saúde.

Nesse ambiente, a Constituição passa a ser não apenas um sistema em si – com a sua ordem, unidade e harmonia – mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do Direito. Esse fenômeno, identificado como filtragem constitucional, consiste em que toda a ordem jurídica deve ser lida e apreendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados.

Sendo assim Senhores, apesar de muito termos a comemorar pelos 20 anos da promulgação da nossa Carta Magna, é importante que reflitamos sobre as urgentes reformas tributárias e políticas. Essa última representará um freio na politização do judiciário e no fortalecimento do poder legislativo brasileiro.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui falar do resultado das últimas eleições, ainda na apuração do primeiro turno. Creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que venceu a democracia brasileira, venceu o povo brasileiro. A nossa democracia está cada dia amadurecendo mais. Isso é muito bom para o Brasil.

Sr. Presidente, o jornal **O Globo** traz como manchete:

“PMDB é o campeão de votos e prefeitos eleitos”.

Com o fim da apuração das eleições municipais, pudemos analisar os resultados das votações e compor um grande painel com o desempenho dos partidos em cada Estado e no Brasil como um todo.

Na condição de líder do PMDB nesta Casa, peço licença a V. Ex^{as} para realizar um breve balanço do desempenho do meu Partido no primeiro turno das eleições deste ano.

O que constatamos de imediato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o absoluto sucesso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em todo o País, tanto nas eleições majoritárias, para prefeito, quanto nas proporcionais, para vereador.

No nível nacional, apenas no primeiro turno, o PMDB elegeu nada menos do que 1.194 prefeitos. Esse número representa 21% dos 5.563 Municípios brasileiros e pode chegar a 1.205, caso os 11 peemedebistas que disputam o segundo turno vençam suas disputas eleitorais.

Cito aqui, com a presença do Senador Pedro Simon no plenário, apenas o Município de Porto Alegre, com nosso companheiro José Fogaça, que disputa o segundo turno. Mas são 11 cidades com mais de 200 mil eleitores onde o PMDB disputa o segundo turno.

Em relação às eleições de 2004, o crescimento no número de prefeitos eleitos do PMDB foi de 12,25%, já que no último pleito conseguimos eleger 1.059 chefes do Executivo municipal.

Nenhum outro Partido elegeu tantos prefeitos com o PMDB. Fomos, ainda, o Partido mais votado nas eleições para as prefeituras em metade da Federação: em 13 dos 26 Estados brasileiros, o maior número de Prefeitos eleitos foi do PMDB.

O sucesso do partido não foi menor nas eleições para vereador. Conquistamos um total de 8.469 vagas nos legislativos municipais – 7.213 candidatos eleitos isoladamente e 1.256 eleitos por coligação -, o que consolida o PMDB como a maior força política nas Câmaras Municipais do País.

Em Rondônia, meu Estado, especificamente, o PMDB obteve excelentes resultados. Conquistamos 12 das 52 Prefeituras do Estado – quase o dobro do segundo colocado nesse **ranking**, o PR, que elegeu apenas 7 Prefeitos -, com o detalhe de que concorremos em pouco mais de 30 Municípios e ainda elegemos seis Vice-Prefeitos e mais três Prefeitos em coligação na proporcional, num total de 21 Municípios em

52, quer dizer, quase 50% dos Municípios do Estado de Rondônia.

Em resumo, Sr^{as} e Srs. Senadores, as eleições Municipais de 2008, mais uma vez, confirmaram a força política do PMDB e o prestígio que o Partido detém perante o povo brasileiro.

Esse quadro, evidentemente, não nos foi dado de presente. A força do PMDB é resultado da combinação bem-sucedida do trabalho daqueles que compõem o Partido com o apoio fiel e irrestrito de nossa sólida base eleitoral.

Gostaria, assim, de agradecer os quase 17,9 milhões de votos para Prefeito e os 11,3 milhões de votos para Vereador conquistados pelo Partido em todo o País. Cada voto que recebemos representa, ao mesmo tempo, um reconhecimento do trabalho que realizamos no passado e um voto de confiança no trabalho que realizaremos no futuro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Por fim, Sr. Presidente, quero parabenizar não apenas os Prefeitos e Vereadores eleitos, mas todos os que concorreram e, infelizmente, não foram vitoriosos; os militantes e filiados ao Partido, que trabalharam ao longo de todo o processo eleitoral para que o PMDB alcançasse o sucesso que alcançou; os Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos e Vereadores que se engajaram nas eleições.

Enfim, nossos parabéns ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro; ao nosso Presidente Nacional Deputado Michel Temer, aos presidentes estaduais, aos presidentes municipais pelo excelente resultado obtido nas eleições municipais de 2008.

Sr. Presidente, ainda resta um minuto e quero rapidamente falar um pouco sobre a crise mundial.

Participamos ontem de uma reunião muito boa no Palácio do Planalto, com o Conselho político, todos os Líderes, presidentes de Partidos, o Presidente da República, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento. E verificamos que os números são muito bons para o Brasil. Felizmente, a nossa economia está sólida, com mais de US\$206 bilhões de reservas cambiais, o Brasil está resistindo bravamente à crise que assola quase todo o mundo. Os indicadores econômicos apontam que nós não vamos desacelerar a nossa economia, que vai continuar crescendo. Possivelmente, ainda em 2009, ela cresça 4,5%, reduzindo muito pouco o índice que vamos alcançar este ano, o que é muito bom. E já em 2010, ela novamente estará no patamar de 2007/2008.

É muito bom ver que a nossa economia está consolidada e que o País avança, continua gerando emprego, gerando renda, o programa de estruturação da nossa infra-estrutura vai continuar, o PAC vai continuar a todo vapor. Eu espero que as obras no meu Estado de Rondônia, as usinas do rio Madeira, a restauração das nossas rodovias, a construção das nossas pontes, enfim, toda a infra-estrutura do nosso Estado e do nosso País não sofra nenhum processo de continuidade.

Parabenizo o Governo Federal, a equipe econômica, que está segurando com mão-de-ferro esta crise mundial, sem que ela afete significativamente o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Cumprimento o Senador Valdir Raupp pelo pronunciamento, que relata o desempenho do PMDB nas eleições municipais.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, por 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo agora recua e considera a crise grave. É claro que o Governo tardou a reconhecer a gravidade da crise econômica internacional. No início, tentou minimizá-la. O Presidente Lula procurou descolar o Brasil da crise internacional, como se isso fosse possível.

Num primeiro momento, nos reportamos a opiniões credenciadas, como a do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que alertava: *“Não é desesperador, mas é preocupante. O Governo tem de agir rapidamente, adotando providências administrativas”*. Lembrei opinião mais pessimista e radical do economista Carlos Lessa, que afirmava ser a crise de extrema profundidade, alegando que US\$200 bilhões se transformariam em pó, a exemplo do que ocorrera em um passado distante no Japão.

O ex-Presidente do Banco Central Arminio Fraga afirmava ser uma crise sistêmica; portanto, da maior gravidade.

O Ministro Mantega, ao contrário, não cansou de alardear, para audiências qualificadas, que a crise não traria maiores consequências ao nosso País, não proporcionaria maiores danos ao Brasil. E foi taxativo também quando afirmou que a crise não alcançaria os

pequenos bancos brasileiros. Agora, o tom do Ministro e o do próprio Governo mudam radicalmente. Afirmou o Ministro: *“Trata-se da mais grave crise, desde 1929”*. Até então, o Ministro vinha menosprezando a gravidade desse cenário financeiro internacional.

Na reunião do Conselho Político, o Presidente Lula adotou outro discurso. Desde o primeiro momento, minimizava e até debochava da crise. Ele dizia, por exemplo: *“ Perguntem ao Bush”*.

Portanto, o Presidente Lula imaginava que o Brasil estava descolado do globo. Porque, com a globalização, não há como evitar consequências financeiras quando a crise abala a maior economia do mundo. O Presidente Lula agora recuou e diz: *“A gravidade da crise tem de ser mostrada para a população”*.

Nós também achamos, Presidente. A Oposição também entende que o Governo tem de ser transparente num momento como esse e mostrar a gravidade da crise para a população, e não afirmar que cabe ao Bush oferecer respostas. Cabe ao Governo brasileiro, no que diz respeito ao nosso País, oferecer respostas às indagações que são resultantes da preocupação nacional. Os nossos investidores, os nossos produtores, os alicerces da economia deste País, aqueles que pagam impostos, aqueles que dependem do sistema financeiro nacional, todos estão desejosos de obter respostas a suas apreensões, que só podem ser oferecidas pelo Presidente da República e sua equipe econômica.

O Governo editou ontem medida provisória, conferindo poderes ao Banco Central para enfrentar os efeitos da crise. Eu reconheço e creio que praticamente toda Oposição brasileira reconhece no Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, um homem lúcido do Governo Lula no que diz respeito à área econômica. Certamente, ele é o grande responsável pela manutenção dessa estabilidade econômica conquistada em governos anteriores.

Portanto, se o Presidente confere mais poderes a Henrique Meirelles, até nos sentimos aliviados, porque, certamente, do Banco Central não teremos notícias decepcionantes sob o ponto de vista de medidas incorretas que possam ser adotadas no enfrentamento da crise. Portanto, para enfrentar os efeitos da crise, mais poderes ao Banco Central!

As ações que não podem ser denominadas de pacote. O Governo também respondeu de certa forma com deboche a questões que foram suscitadas quando inclusive o Ministro do Planejamento dizia: *“Pacote é coisa do passado. Com este Governo não há hipótese de pacote”*. Mas essa medida provisória é um pacote.

Aliás, o Ministro debochava do Governo dos Estados Unidos quando dizia: “Não. O Brasil não precisa de pacote”. Esse foi o Ministro Mantega. S. Ex^a afirmou: “Não. O Brasil não precisa de pacote. Quem precisa de pacote é o Governo dos Estados Unidos”.

Mas essa medida provisória, Senador Demóstenes Torres, não é outra coisa. Esse é um pacote que vem apelidado de medida provisória. O Governo não admite, mas é obrigado a lançar mão do pacote.

Não sei se é um pacotão do tamanho do pacote dos Estados Unidos. Evidentemente, não o é. Lá é um pacote de US\$850 bilhões, inicialmente US\$700 bilhões. Mas o Governo norte-americano teve que fazer concessões para que os Deputados, os Legisladores – além do Senado, a Câmara -, os Parlamentares aprovassem as medidas de salvação da economia norte-americana, iniciativa do Presidente da República.

Eu vou conceder um aparte a V. Ex^a, antes, porém, dizendo que o Governo, com essa medida provisória, objetiva assegurar crédito aos exportadores brasileiros e evitar a quebra de bancos de pequeno e médio porte, que, há pelo menos dez dias, não conseguem financiar no mercado.

Portanto, desmentem a afirmação do Ministro Guido Mantega de que os pequenos bancos não viveriam dificuldades. Eles estão vivendo neste momento sérias dificuldades. E o PT, o próprio Presidente Lula, que tanto combateu o Proer, é obrigado a lançar mão de medidas que podem ser assemelhadas àquelas medidas do Proer, para salvar os pequenos bancos brasileiros.

Concedo a V. Ex^a o aparte com satisfação.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Alvaro Dias, dentro dessas medidas, também está aquinhado teoricamente o setor agrícola, o setor produtivo, que V. Ex^a mencionou. Porém, não é essa a realidade. Sabemos que a situação é caótica. A safra, cujo plantio se inicia agora, a safra de primavera/verão, está abalada em todos os sentidos; os créditos ainda pendentes; a necessidade de créditos complementares é muito grande, não há um dimensionamento atualizado de toda essa demanda de recursos necessários. Diria que, da forma como foi concebido, colocando os recursos em bancos oficiais que atendam aos produtores pelo CPF, por tamanho, não atendendo produtores da agricultura empresarial que fazem pela área plantada, está deixando a intranquilidade no campo. Há uma situação em que o produtor não recebe pelos ativos, pelos produtos que tem; ele vende e não recebe; as empresas não estão aceitando comprar produtos como soja e milho. Há uma retração geral de todo o mercado. Há uma

situação imediata, atual, de vencimento e renegociação de dívidas para as quais o produtor não dispõe de recursos financeiros para saldar dentro da renegociação que foi feita, de pagar 40% da parcela do investimento. Eu diria que há necessidade, sim, da suspensão desse pagamento, para irrigar o sistema e dar condições ao produtor de realizar o plantio de sua safra. Então, vejo que precisamos discutir o assunto suficientemente, porque, agora, estamos às vésperas do pagamento de dívidas, mas os produtores estão aliados do sistema financeiro e vêm com muita dificuldade a realização do plantio. Então precisamos, Senador, continuar com esse debate aqui na Casa, amanhã e nos dias seguintes, para ver se o Governo realmente dá melhores condições a que a agricultura brasileira consiga se desenvolver este ano. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senador Gilberto é do Mato Grosso, um Estado eminentemente agrícola, e conhece muito bem essa realidade. Quando o Governo anuncia a liberação de recursos para empréstimos, muitos festejam, mas quem milita na área produtiva, no campo, sabe que, do anúncio do Governo até a boca do cofre, há uma distância enorme, a burocracia atrapalha, muitos agricultores ficam impedidos de se valerem dos créditos oferecidos pelo Governo em razão da lentidão dos procedimentos burocráticos. V. Ex^a tem toda razão quando alerta o Governo em relação à situação da agricultura e dos agricultores, especialmente agora diante da crise iminente.

Sr. Presidente, peço mais um pouco de tempo para que possa dissertar sobre as medidas desse pacote que o Governo chama de medida provisória.

O Banco Central direcionará parcela das reservas internacionais, o mercado estima em US\$20 bilhões, para que os bancos possam dar crédito aos exportadores. Segundo o Presidente do Banco Central, a instituição fará leilões de dólares no exterior, que serão arrematados pelos bancos e repassados às empresas em forma de empréstimos. Os bancos, por sua vez, poderão usar uma série de títulos, inclusive de emissão do Governo brasileiro, para comprar os dólares.

A segunda medida será a transferência de R\$5 bilhões do caixa do Tesouro Nacional para o BNDES. Esse dinheiro reforçará o financiamento de pré-embarque das exportações.

O Governo é obrigado a capitalizar o BNDES com recursos do Tesouro Nacional e não interrompe os procedimentos que nós condenamos aqui inúmeras vezes: aqueles procedimentos que levam o País a

repassar para outras nações recursos que poderiam fomentar o nosso desenvolvimento aqui.

O BNDES, ao invés de financiar estimulando o crescimento econômico do Brasil, financia lá fora e, agora, diante da crise, o Governo é obrigado a repassar mais cinco bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES.

As outras três ações foram tomadas via medida provisória. O Banco Central, a partir de agora, fica autorizado a conceder empréstimos em dólar a bancos brasileiros que serão lastrados em títulos em moeda estrangeira. Os recursos poderão ser usados livremente pelos bancos. A medida provisória igualmente amplia poderes para que o Banco Central possa comprar carteiras de créditos de bancos através de uma linha de redesconto. Vale ressaltar que nem mesmo as grandes instituições financeiras, inclusive o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, estão arrematando as carteiras dos pequenos bancos, em que pese a recente liberação de R\$23,5 bilhões em depósitos compulsórios para lastrear tais operações.

Portanto, a crise chega primeiro no sistema financeiro e, obviamente, não pára nele. Atingirá certamente o núcleo da economia nacional.

Não podemos deixar de mencionar que um dos mais fervorosos críticos do Poer no Governo de Fernando Henrique Cardoso foi o então Presidente do PT, Lula. Agora o Governo lança mão das mesmas medidas para atender os pequenos bancos.

A tradução literal das medidas está na declaração do próprio Presidente Henrique Meirelles: *“O Banco Central do Brasil está seguindo os passos de outros bancos centrais, obrigados a assumir riscos para evitar o colapso do sistema financeiro mundial”*.

Há previsões e opiniões de especialistas que devem ser analisadas com total isenção.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

O Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, edição desta terça-feira, faz um alerta importante. Segundo ele, *“podemos ter uma bolha na agricultura brasileira”*. Como destaca Stiglitz, um contingente expressivo de investidores estrangeiros colocou dinheiro nas *commodities*, fingindo do dólar.

Portanto, esse é um alerta da maior importância: podemos ter uma bolha na agricultura brasileira.

Nesse contexto, ressalta o Prêmio Nobel de Economia, a crise impacta diretamente os créditos e os investimentos. As dívidas contraídas podem gerar sérios problemas no campo, sem falar na possibilidade dos preços das commodities caírem. A bolha no Brasil

pode estar no campo. Ele afirma ainda: *“Ninguém está imune à crise. O Brasil por mais preparado que esteja não está imune”*.

É fato: a falta de crédito e recursos para o plantio da safra atual é preocupante. A antecipação de R\$5 bilhões para o crédito rural pode ser insuficiente.

A desaceleração do crescimento é um dado incontestável para todos os países emergentes. O Diretor-Geral do FMI, Dominique Strauss-Khan, alertou ontem que teme que as reservas acumuladas pelos bancos centrais não sejam suficientes em caso de contágio. A propósito, vale lembrar que antes do ataque especulativo ao Real no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, chegamos a ter reservas de US\$80 bilhões. Portanto, os US\$ 200 bilhões atuais são relativos.

A crise se aprofundou pela Europa. Na Alemanha, o quadro de pânico se instalou; países como Portugal, Suécia, Áustria e Dinamarca foram compelidos a anunciar garantia total dos depósitos para conter uma corrida aos bancos.

Portanto, a crise é profunda, sim, atinge violentamente...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Alvaro Dias, solicito a V. Ex^a que conclua o pronunciamento, tendo em vista que já proroguei o tempo de V. Ex^a por oito minutos.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente, agradecendo os oito minutos, aliás, tenho sido tão generoso que oito minutos é pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Estou só retribuindo a generosidade com que V. Ex^a sempre me trata.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Essa crise é uma hecatombe no sistema financeiro internacional e não pode ser diferente no Brasil. O Governo tem que ter mão forte agora. A Oposição não se recusará a aprovar medidas emergenciais. Nós combatemos duramente medidas provisórias, mas neste caso há exceção, relevância e urgência. Portanto, neste caso, a Oposição as aceita. O Presidente da República pode contar conosco para enfrentar esta crise.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Convido o Senador José Agripino Maia, inscrito como Líder do Democratas, para usar da palavra por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria começar por onde o Senador Alvaro Dias concluiu.

Estamos, por conta do processo eleitoral, tratando do plano congressual com pouca profundidade a crise financeira que, de forma endêmica, contamina o mundo inteiro e nos atinge de chofre, nos pega em cheio. Estamos aqui tomando providências superficiais como se quiséssemos curar a febre quebrando o termômetro.

O problema de recrudescimento da inflação vinha sendo tratado com elevação da taxa de juros, que produzia diminuição nas disponibilidades para investimentos e levava, como apontam os economistas, à diminuição do ritmo de crescimento da economia no país no último trimestre desse ano e no ano de 2009 com certeza absoluta.

O que temos agora e que se soma à dificuldade decorrente do combate à inflação via aumento da taxa de juros? É a iliquidez internacional. A crise do **subprime** levou, Senador Geraldo Mesquita, a uma iliquidez, falta de dinheiro no plano internacional. Isso fez com que as vendas das ações na Bovespa, por exemplo, fossem maciças e deprimissem o valor das ações, porque aqueles que querem fazer dinheiro para suprir prejuízos lá fora, vendem maciçamente as ações aqui, baixam o índice Bovespa e levam o dinheiro para fora, produzindo como consequência o quê? Na medida em que a Bovespa cai, o dólar sobe. O dólar sobe e provoca o quê? Importação de inflação.

O Brasil hoje é um país que exporta muito e importa muito. E, quanto mais importa, com o dólar a R\$2,20 – hoje chegou a R\$2,30 -, mais importa inflação. O dólar estava a R\$1,55 há quinze dias.

O que acontece em acréscimo a isso tudo? O Governo brasileiro, que, no primeiro momento disse, de forma ufanista, que a crise não iria chegar no Brasil e que estávamos blindados contra a crise, começa a tomar, timidamente, algumas providências, tipo (o que acabou de ser abordado): R\$5 bilhões para a agricultura; disponibilizar dólares das reservas para subsidiar as exportações... De certa forma, flexibiliza o compulsório com o objetivo único e exclusivo de diminuir a tensão provocada pela desconfiança interbancária. Os pequenos bancos são vistos – por bancos maiores ou pela sociedade – como bancos compradores de créditos podres e que estariam em vias de quebrar, o que aconteceu com o resto do mundo; daí a liberação dos compulsórios. Nós estamos vivendo uma crise seriíssima e tratando a crise com providências superficiais. Repito: com providências do tipo vou curar a febre quebrando o termômetro. Na verdade, a crise de iliquidez internacional, a economia em queda, o dólar alto, a importação de inflação, as indisponibilidades para investimento nos levam a um caminho que se nos

impõe para agora, para já, que é a urgente tomada de providência, tomada pelo governo, da diminuição do gasto público. Isso, sim, é o que tem de ser feito, para que a economia se proteja pela diminuição do gasto e não por providências que vão apenas atingir a ponta sem atingir a origem.

Essa discussão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vai ter de ser aprofundada, e o será, ao longo dos meses, ao longo dos dias e principalmente passado o processo eleitoral, Senador Marco Maciel.

O processo eleitoral, o embate que está ocorrendo e vai continuar a ocorrer no segundo turno no Brasil, está fazendo com que as pessoas que falam pelo País aqui estejam ocupadas nos seus Estados e não tenham tempo para discutir uma questão fulcral como essa.

Por falar em processo eleitoral, eu gostaria de abordar uma coisa que acabou de acontecer no meu Estado. O Senador Efraim Morais, por exemplo, esteve em Natal, participou de movimentações políticas comigo, viu a bonita campanha eleitoral que fizemos e acho que tomou conhecimento do que aconteceu no meu Estado, na minha Capital, e que me preocupa muitíssimo.

O que me preocupa? Senador Demóstenes Torres, deixe eu lhe contar aqui o meu comportamento nessa campanha eleitoral, que é o meu comportamento aqui com V. Ex^{as}, que procura pautar a linha de oposição pela linha da moderação: altivez, combatividade, mas nunca falta de respeito, nunca afronta pessoal, nunca busca de desforra, de vindita, nunca. O trato da política para mim é uma coisa que tem que ser feita do ponto de vista institucional, objetivando o interesse coletivo, a vontade da maioria dos brasileiros, cada qual cumprindo com seu papel: quem é Governo governa; quem é Oposição fiscaliza.

E assim o fiz na campanha eleitoral. Eu vou citar, porque isto é público, o meu comportamento, por exemplo, num pequeno Município do Rio Grande do Norte chamado Florânia, onde disputava a eleição um candidato do PTB, apoiado pelo meu Partido, pelo nosso Partido, o Democratas, e o candidato do PT, que era o próprio Prefeito do PT, Partido dos Trabalhadores. Quando eu fui Governador, o Município de Florânia fica – e ficava – no roteiro de uma rodovia federal: Currais Novos, São Vicente, Florânia, Jucurutu, Campo Grande, uma estrada importante, que me trouxe a Brasília inúmeras vezes em busca de recursos, para que essa obra fosse feita, a BR, pela importância que tinha para o meu Estado.

Eu não consegui, com a força de ser Governador do Estado do Rio Grande do Norte, um Estado pequeno, a verba para fazer a BR. Resolvi, com re-

recursos próprios do Estado, fazer uma BR – recursos de um Estado pobre, magrinho, mas fiz. Fiz a BR, com dinheiro do Estado. Fiz um convênio com o DNER na época, para que fosse ressarcido no futuro; fiz com recursos próprios – Currais Novos, São Vicente, Florânia e Jucurutu. Evidentemente que isso fez com que a população de Florânia me entendesse como um Governador que queria muito bem à terra, por essa e por outras que eu fiz por Florânia.

Eu estava em Currais Novos, onde ganhamos também a eleição com o candidato democrata, quando o candidato do PTB, chamado Sinval Salomão, procurou-me, pedindo-me a presença no Município de Florânia, para ajudar na sua eleição, porque me dizia ele que estava pau a pau, **photochart**, uma pequena diferença, e que a minha ida lá poderia levar à sua vitória. E fui lá, fiz um sobreesforço. Mesmo provocado por um mundo de Municípios que queriam a minha presença, eu não poderia chegar a todos – e peço desculpas àqueles a que não pude chegar. Eu fui a Florânia, depois de Currais Novos, a caminho de Jucurutu. Encontrei, em Florânia, um comício enorme, o comício do PTB e do Democratas, que concorriam contra um candidato do PT. Quando cheguei ao pé do palanque – é claro que a luta municipal é radical -, os meus correligionários começaram a me dizer coisas que eu deveria dizer no meu discurso, insuflando o meu discurso para que eu fosse para a vindita, para a desforra, para a acusação pessoal. Eu ouvi e sei ser o juiz daquilo que devo dizer.

Fui ao palanque, fui muito bem recebido – a Senadora Rosalba tinha passado por lá – e fiz o meu discurso. Não me referi ao candidato do PT em hora nenhuma, não o insultei em hora nenhuma, não desfiz de qualquer mérito que ele pudesse ter em hora nenhuma! Eu fui lá, para elogiar o meu candidato, para tomar compromissos com o meu candidato, usando a credibilidade que tinha dos benefícios que, no passado, eu havia feito pela terra. Não insultei ninguém, não faço política com insulto a ninguém. Fui lá, fiz o meu discurso, disse aquilo que precisava dizer, tomei o meu compromisso com meu candidato, o Sinval, contra o candidato Flávio, do PT, fui embora, abriram-se as urnas, e o meu candidato ganhou a eleição, derrotando o Prefeito do PT.

Muito bem. Eu digo isso, para mostrar o meu comportamento na eleição e o meu comportamento aqui, que é conhecido por V. Ex^{as}.

Anuncia-se a presença de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Natal. Ele não iria a lugar nenhum no Nordeste. Ele não iria a Fortaleza, a João Pessoa, nem a Recife, nem a Aracaju, nem a Maceió, nem a Salvador. Não iria fazer comício – co-

mício! – em lugar nenhum. Mas a Natal ele foi. Tudo bem, é um direito que ele tem. Evidentemente, eu não fui a Florânia? Por que ele não pode ir a Natal? Claro que ele pode ir. É evidente que ele pode ir.

Mas o que eu esperava? Senador Marco Maciel, V. Ex^a que foi Vice-Presidente da República, o que eu esperava de um Presidente da República? Que ele chegasse lá com o mérito da sua popularidade, embaçada no Bolsa Família, no crescimento da economia, na renda dos brasileiros acrescida, no financiamento que possibilitava ao brasileiro comprar a motocicleta, o automóvel, o liquidificador. Eu imaginava que Sua Excelência chegasse ao meu Estado e, com a credencial da popularidade que tinha, viesse pedir votos para sua candidata do PT e tivesse uma palavra de explicação ao Rio Grande do Norte pelo que ele não tinha feito pelo nosso Estado.

Ele até poderia ter vontade de ter feito a duplicação da BR-101, como foi lá lançar, anunciando aos quatro ventos que a duplicação seria feita já, já. E poderia dizer que, por uma outra razão ou por outra, a obra que ele tinha começado há mais de dois anos andava a passo de cágado por essa ou aquela razão. Poderia justificar que aquilo que ele tinha prometido no passado não estava acontecendo por alguma razão qualquer. Mas falasse dos seus compromissos.

Ele poderia, Senador Efraim Moraes, chegar lá e dizer: “Olha, a planta de PVC, de plástico, que o Rio Grande do Norte tem direito de ter – porque o Rio Grande do Norte tem gás, sal, argila e matérias-primas para a fabricação do PVC -, eu não vou fazer aqui, porque é mais negócio fazer na fronteira do Brasil com a Bolívia, para usar o gás boliviano”. Ele poderia dar uma justificativa qualquer, falar, explicar.

Podia chegar lá e dizer: “A refinaria de petróleo que o Rio Grande do Norte tanto quer vai para o Ceará, para o Maranhão; não vem para o Rio Grande do Norte por isso, por aquilo e por aquilo outro”, e não justificar uma refinariazinha que estava já prevista no processo de investimento da Petrobras, em Guamaré, como a refinaria Premium, que não é, que não é.

Poderia chegar e dizer: “O aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que é um sonho da economia do Estado, está indo devagar demais, por essa ou aquela razão. Mas falar como Presidente de República, como estadista, do alto de sua popularidade, de 80%, 70%, 60%; falar de coisas do Brasil e pedir o voto para a sua candidata.

Mas, pasmem Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República, em vez de falar sobre o que acabei de dizer, diferentemente do que fiz no embate de Sinval contra Flávio em Florânia, onde não aceitei a insuflação de correligionário nenhum meu e disse

aquilo que achava que deveria dizer, não sei por que razões, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se recusou a pronunciar o meu nome em Natal, dizendo explicitamente “Esse cidadão, cujo nome não pronuncio”, revelando ódio, raiva, disse algumas pérolas, que faço questão de colocar, para que V. Ex^{as} tomem conhecimento, para que conheçam o pensamento de Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva: “Eleição não se ganha com beleza, mas com idéias e com caráter”. Ele talvez tenha querido referir-se à candidata que eu apoiei com muito orgulho e que ganhou a eleição, Micarla de Souza, que é uma moça baixinha – digo até que ela é uma baixinha tihosa -, simpática, bem-parecida, mas isso é apenas um atributo pessoal, que não me levou a apoiá-la.

Disse ele que não se ganha eleição com beleza, mas com idéias e com caráter. “Com idéias”, sim, mas “com caráter”, como que duvidando do caráter dela? Ninguém em Natal duvida do caráter da minha candidata Micarla. Por que o Presidente da República iria chegar, para levantar suspeita sobre o caráter dela? Com que objetivo? Isso é papel de Presidente da República? Isso é comportamento de estadista? Disse mais: “Ela é apresentadora de televisão e é jornalista”.

Senadora Rosalba, V. Ex^a sabe, ela é jornalista formada, tirou o primeiro lugar no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, primeiro lugar! É uma moça inteligente, V. Ex^a sabe disso.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Aos dezesseis anos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Preparada, com curso no exterior, fala inglês e espanhol fluentemente, inteligente e danada. Tem idéias, sim, pode até ser bonita, mas ganhou a eleição pelas idéias e não pelo fato de ser apresentadora de televisão.

E depois disse: “Nunca vi apresentadora de televisão ter sucesso como servidor público, como administrador público”.

Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a já imaginou com que cara deve ter ficado Marta Suplicy, que eu conheci apresentadora de televisão. Quem inventou falar em sexo em TV, na Rede Globo, foi Marta Suplicy, que adquiriu notoriedade como apresentadora de televisão. Com que cara ficou Hélio Costa, que conheci na TV Globo como apresentador de um programa de televisão? E Franklin Martins, que até bem pouco tempo era âncora da TV Globo, apresentador de televisão? São pessoas sem sucesso que ele convoca para sua equipe, para governar com ele? Então, Micarla, porque é apresentadora de televisão, jornalista, não presta para governar?

Disse mais – esta pérola foi incrível, e essa me preocupa demais – referindo-se àqueles que apóiam Micarla ou apoiavam Micarla: “– Se eles fossem bons, estariam aqui neste palanque. Se não estão aqui é porque não prestam”.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, não presta o PR, que apóia ele, do Deputado João Maia, local, não presta o PTB, que apóia Lula, e que estava no palanque de Micarla, não presta o PMN, não presta o PP, que indicou o vice-prefeito de Micarla, e não presta o PV, que é o partido de Micarla.

“Se eles não estão aqui é porque eles não prestam”. Foi nestes termos, foi nestes termos, está gravado. “Se não estão neste palanque é porque não prestam”. Então, não é que eu não presto. Ele tem o direito de fazer o juízo que ele quiser de mim, é um direito que ele tem, mas dos seus correligionários, do PR, do PMN, do PP, do PTB e do PV!? Insultá-los a todos? Com que cara fica o Ministro Alfredo Nascimento? O Ministro José Múcio, que é do PTB? O Ministro da Cultura, que é do PV? O Ministro Márcio Fortes, que é do PP? Com que cara ficam estes todos, porque a rigor, a rigor, eles foram colocados fora dos que prestam, do rol dos que prestam? Quem disse isso não fui eu, foi Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um palanque bonito armado em Natal, o único palanque onde ele foi a comício no Nordeste.

E disse mais – e aí ele entrou em cima de mim, pessoalmente! Disse que eu fazia a política do ódio, que eu transbordava ódio; disse que eu fazia discursos odientos na madrugada; disse que eu fazia a “política do jogo sujo” e nominou: CPMF.

“Política do jogo sujo”!?

Senador Marco Maciel, V. Ex^a esteve aqui às 3h da manhã e viu todos os debates. Foram públicos, democráticos. Decidido pelo voto se a CPMF morre ou sobrevive.

O debate foi transmitido para o Brasil inteiro e o voto foi democrático. Que jogo sujo de política é esse? É você defender o povo brasileiro? É defender uma causa que foi aplaudida por 80% dos brasileiros? Isso é fazer o jogo sujo da política ou é você interpretar, como Líder de Oposição, o sentimento dos brasileiros?

E disse mais, para completar, a última pérola: que tinha esperado muito tempo para aquele ajuste de contas comigo. “Tinha esperado muito tempo para aquele ajuste de contas comigo e que voltaria dez vezes ao Rio Grande do Norte para me derrotar”. Palavras textuais, Senador Geraldo Mesquita! Pasmé, palavras textuais de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estou pronunciando com todo o respeito

o nome dele. O que não tenho é respeito pelas atitudes que ele tomou lá.

Diante de tudo aquilo, da ira que o Presidente destilou contra mim, do desejo que ele demonstrou de me ver derrotado, é que entendi o acordão que ele patrocinou, o acordão dos contrários. Ele patrocinou, ele chamou as pessoas que tinham disputado uma eleição há um ano e meio, Senador Garibaldi e a Governadora Vilma, junto com outros próceres e com o prefeito para fazerem um acordão em torno de uma candidata. O acordão não foi aceito pelo povo, e a razão da derrota da candidata que Lula apoiou, que a Governadora apoiou, que o Presidente do Senado apoiou, que o prefeito apoiou é que o acordão foi feito para me excluir da vida pública, para facilitar a vida de terceiros e não ofereceram ao povo uma alternativa com a qual o povo concordasse. Por essa razão, é que o povo deu a resposta. O povo, primeiro, não aceitou as agressões que foram feitas a mim, e o povo repudiou a candidatura que foi imposta a ele, e derrotou, e elegeu Micarla, a candidata do povo.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Demóstenes Torres, a Senadora Rosalba e o Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Agripino, V. Ex^a fala como Líder formal e natural que é nesta Casa. Todos nós estamos jungidos ao nosso Regimento, que, nesta circunstância, não permite apartes. Cumpro aqui o papel de chamar a todos à conveniência de cumprirmos o nosso Regimento.

Creio que o pronunciamento do Senador Agripino já tem um tempo concedido...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Sr. Presidente, eu acredito que em se tratando de um pronunciamento que diz respeito a um Parlamentar... E quantas vezes aqui, eu muitas vezes presidindo esta Casa, não abrimos mão do próprio Regimento em função do entendimento? Acho que a Casa toda deseja participar do pronunciamento. Por isso pediríamos a V. Ex^a a liberalidade de sempre, para que todos nós pudéssemos participar do pronunciamento do Senador Agripino, que diz respeito ao próprio Senador. É um assunto que lhe é pessoal e que gostaríamos de participar. Peço a V. Ex^a a liberalidade de sempre, para que todos nós possamos participar. Sei que a peça maior nesta Casa é o Regimento, mas aqui, além do Regimento, como sempre funciona, principalmente quando se trata de Líderes, diz respeito ao entendimento e em nome desse entendimento, que acho é de toda a Casa, eu pediria a V. Ex^a a liberalidade para que o Senador Agripino pudesse concluir o seu pro-

nunciamento após ouvir os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que desejam participar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Façamos o seguinte então: vou repartir com a Casa a responsabilidade pelos apartes a serem conferidos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Apartes concedidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Pela ordem, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, noto que há uma preocupação muito correta de V. Ex^a presidindo os trabalhos nesta tarde, sobretudo, tendo em conta o apelo que acredito seja de todos os Líderes para que nós tenhamos sempre o cumprimento do Regimento, e V. Ex^a assim procura fazê-lo. Quero dizer, como Senador da Base do Governo, que há certas circunstâncias em que nós, aqui, historicamente, temos compreendido que, às vezes, o diálogo é importante. Estou percebendo inclusive que o Líder José Agripino se sentiu com a responsabilidade de trazer o seu sentimento com respeito a um pronunciamento, de repercussão nacional, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito em Natal. Eu aqui fico pensando no próprio Presidente que estaria dizendo a mim: “é direito do Senador José Agripino dizer o seu sentimento”. Vou aqui, como vice-Líder do PT, expressar que não quero fazer objeção à consulta que V. Ex^a faz agora. Sim, vamos permitir que haja este diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A decisão já foi tomada, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu inclusive me inscrevo, ao final, para poder também dialogar com o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns pela sua decisão.

O Senador José Agripino está concedendo apartes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, obrigado pela sua cuidadosa colocação e decisão.

Ouçó o aparte do Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Senador Agripino Maia, V. Ex^a, pela sua argúcia, pela sua capacidade, pela sua lhanza inclusive, transformou-se num dos maiores Líderes desta Casa. É um homem honrado, decente, preparado e sabe muito bem discutir as questões que são fundamentais para o Brasil. Confesso a V. Ex^a: quando eu li na manhã

seguinte – eu não vi pela tevê, li – que o Presidente da República tinha ido a Natal para destilar o ódio, destilar o veneno que ele nutria ou que ele tem para inocular em V. Ex^a, eu fiquei absolutamente estarecido, porque o que V. Ex^a faz aqui é exercer, com dignidade, o seu papel de oposicionista. Nós somos de Oposição. Ser de Oposição não significa que nós tenhamos nada de pessoal contra o Presidente da República ou contra até nossos Colegas Senadores. Quantas vezes nós não saímos daqui juntos com posições divergentes, mas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – ...tendo um respeito imenso um pelo outro? Agora, o Presidente foi, em relação a V. Ex^a, comum e foi vulgar. E mais: V. Ex^a deu uma surra eleitoral no Presidente da República, coisa que ele não precisava suportar. Inclusive foi a Mossoró e perdeu também a eleição não elegendo nenhum Vereador. Diante desse desempenho do Presidente nas capitais a que ele foi, seria até melhor que ele tivesse ido a todas, não é? Seria excelente que o Presidente, com seu estilo peculiar, tivesse revertido esses votos que ele teve em muitas capitais. Teve porque não foi, acredito. E quero lhe dar toda a solidariedade de um partidário, mas de um Senador que também foi a todos os lugares, e que, quando mencionou o nome do Presidente da República, o fez com respeito, embora com discordância. Não utilizei o nome do Presidente da República em lugar algum para mostrar proximidade, intimidade, ou que poderia conseguir qualquer tipo de benefício. Exerço a Oposição da forma que acho que ela deve ser exercida, uma oposição de idéias. Acho que estamos numa crise imensa, mundial, e o Presidente da República está negligenciando essa crise. V. Ex^a, no início, mencionou esse fato. No mundo inteiro os Presidentes de República, os Parlamentos, Situação e Oposição estão reunidos para discutir a realidade econômica. Por que o Presidente Lula ainda não aceitou para uma reunião com o Parlamento, para uma reunião com Líderes da Situação e da Oposição? Este é um momento de responsabilidade. Ninguém deseja ver o Brasil descendo pelo ralo, mas o Presidente está agindo de forma negligente. No caso de V. Ex^a, ele não foi negligente, mas irresponsável e leviano. V. Ex^a fez até um discurso extremamente ponderado em relação aos ataques pessoais de que foi vítima. O Presidente da República demonstrou mais uma vez para a Nação que, realmente, é Presidente pelos êxitos da sua política econômica, porque pelas suas virtudes pessoais ele estaria numa posição de muito menor destaque. Lamento – vou repetir – que ele não tenha ido às outras cidades com o mesmo destempero, para

que a população pudesse ver quem ele realmente é. No caso de Natal, meus parabéns por preferir prestigiar a Prefeita Micarla e prestigiar V. Ex^a, um grande nome da política do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Demóstenes. Na verdade, em Natal, não fui eu quem bati em Lula, não; Micarla é que ganhou de todos os outros. O mérito é dela. Eu fui o apoiador cuidadoso, eu tenho a preocupação em que ela tenha êxito administrativo. Agora, uma preocupação que tive e que continuo a ter: não nacionalizar fatos municipais. Ele foi lá com o objetivo claríssimo de, julgando-se acima do bem e do mal, nacionalizar um pleito para transformar a disputa entre o Presidente Lula e o Senador José Agripino.

Claro que, evidentemente, o povo do Rio Grande do Norte e de Natal entendeu que ia votar em alguém que ia ficar lá – e quem vai ficar lá é Micarla, que ganhou a eleição – e votou nos méritos dela, na competência dela, na sinceridade dela, na garra, na disposição! Foi ela quem ganhou a eleição.

Agora, o Presidente – eu vou ser muito claro – foi a Natal, fez um discurso e atribuiu a si próprio uma derrota que não precisava ter.

Agora, há uma coisa que eu preciso registrar antes de conceder o aparte à Senadora Rosalba. Senador Demóstenes, V. Ex^a é um oposicionista aguerrido e tem consciência, como eu tenho, de que, na democracia, existem dois pilares: o Governo e a Oposição, cada qual com sua responsabilidade, e o povo exige respeito a ambos, desde que eles se dêem o respeito. O hoje Presidente Lula foi Deputado Federal e foi líder sindical de oposição há anos. Ele foi respeitado a vida inteira pelos que eram Governo. Quando o partido dele votou contra um dos patrimônios das instituições brasileiras, dos atos brasileiros, que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal, não houve nenhuma ira voltada para ele, como ele voltou a ira dele para mim e para nós pelo fato de termos feito a vontade do povo e derrubado a CPMF. Ele não tem o direito de tentar desqualificar a Oposição. Vamos continuar firmes, vigilantes, exercendo o papel que o povo nos confiou. Quem é Governo cumpra com as suas obrigações e quem é Oposição fale pelo povo do Brasil.

Ouçó, com muito prazer, a Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Agripino, eu estive ao seu lado durante esse período da campanha, não somente em Natal, em Mossoró, em todo o Estado e, realmente, nos momentos em que caminhava ouvindo o povo, vi de perto o sentimento da população com relação às colocações injustas, às colocações, de certa forma, de um nível que não se esperava de um Presidente, com relação ao Senador

Agripino. O Senador Agripino foi um grande Prefeito da cidade de Natal, um Prefeito que deixou uma marca de trabalho que o povo ainda não esqueceu; foi Governador duas vezes; Senador pelo terceiro mandato; é um homem do qual Rio Grande do Norte se orgulha de ser um Senador reconhecido nacionalmente. Mesmo aqueles, Senador, que não votavam, que não votam no senhor, que, por alguma razão, discordam de suas posições, mesmo essas pessoas eu senti que ficaram indignadas, revoltadas com essas colocações. É como chegar a sua casa e falar do seu próprio filho. É esse o sentimento que percebemos na rua, e o povo deu a resposta. A resposta do povo foi exatamente aprovando a campanha ética, a campanha de propostas e de discussão dos problemas de Natal, o que a população esperava. Em Mossoró, o Presidente passou antes de ir a Natal. Chegou por volta de meio-dia para inaugurar a Universidade Federal do Semi-Árido, que só mudou de nome, porque, desde 1968, quando foi inaugurada pelo Presidente Costa e Silva, era a Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Depois, passou a ser escola federal e, há três anos, foi transformada em universidade após a aprovação de projeto de lei apresentado pelo Deputado Betinho Rosado. Ele foi para inaugurar essa universidade que já existe há 40 anos. A despeito disso, também fez gravação para rádio e televisão com sua candidata em Mossoró, além de fazer todo o proselitismo em uma reunião com os assessores e com os que estavam à frente da campanha. Inclusive, de forma desleal, os que estavam à frente da programação do Presidente na cidade de Mossoró desconvidaram a Prefeita da cidade a ir recebê-lo no aeroporto e também a participar de um almoço que aconteceu com a Governadora e com os demais aliados do Presidente na cidade. O povo de Mossoró também está dando essa resposta, reelegendo agora a Prefeita com a maioria marcante da cidade. Também em Mossoró, o Presidente, por teleconferência, inaugurou a Termoaçu. Ora, ele não foi à cidade, ao Vale do Açu, onde realmente está a Termoaçu – de helicóptero, levaria quinze minutos -, mas fez uma teleconferência em Mossoró. Se era por teleconferência, poderia ter economizado todo o custo dessa viagem, que deve ter sido altíssimo, e ter inaugurado daqui mesmo, de Brasília. De lá, ele foi para Natal. Além do que o Senador já colocou, ele fez uma agressão também ao pai da candidata Micarla, que não pode se defender porque já não está mais entre nós, que é o ex-Senador Carlos Alberto. A população ficou realmente estarrecida e deu sua resposta ao rancor, ao ódio, ao espírito vingativo. A população do Rio Grande do Norte respondeu, mostrando a sua liberdade e dizendo, com seu voto, com a vitória de Micarla e a vitória de Fafá Rosado em Mossoró, que é livre, sabe

separar o joio do trigo, sabe dar a resposta, a resposta do poder que tem o povo. Nós, que fazemos oposição, temos uma responsabilidade ainda maior. Não existe democracia se não houver oposição. O que o Presidente está querendo? Sistema totalitário? De que valeu toda a luta pela redemocratização se agora é esse o tratamento dado àqueles que trazem o sentimento do povo, que ouvimos nas ruas para defender aqui, para discutir, para debater idéias e fazer o melhor para o Brasil? Isso é democracia, o povo está dizendo nas urnas. Essas eleições mostraram que já avançamos, que a democracia está mais fortalecida, mas, infelizmente, aquele que deveria ser o grande estadista, que deveria dar exemplos ao Brasil, agiu de forma a querer desmoralizar toda uma luta, todo um trabalho do povo brasileiro, que quer democracia. E democracia se faz, sim, com o encontro dos contrários, das idéias contrárias, para que possamos ter o melhor: fiscalização das ações do Governo, porque cabe a ele fazer e, a nós, acompanhar, fiscalizar e reivindicar. Senador Agripino, parabéns por sua conduta, porque sou testemunha de que, em momento algum, V. Ex^a fez campanha que não fosse com ética, que não fosse com respeito. Nós sabemos que política se faz com ética, com respeito e, mais do que nunca, reconhecendo também valores que têm os nossos adversários, respeitando as posições e ideologias que tenham. Liberdade é isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senadora Rosalba. V. Ex^a, que é uma líder fortíssima no Estado, particularmente em Mossoró, exibindo índices de preferência absolutamente singulares, prestou um depoimento interessante, depoimento que me faltou fazer: relativo à presença de Sua Excelência, o Presidente, em Mossoró.

Senadora Rosalba, eu acho que nós estaríamos certos ao afirmar que o Presidente fez o que fez porque ele estava entendendo que o “acórdão” que ele patrocinou no Estado do Rio Grande do Norte, que o povo repudiou, iria reduzir todos os que estivessem fora desse “acórdão” a pó: V. Ex^a, eu e mais alguns não valeríamos mais nada. Ele chegou e desancou em cima de Micarla, em cima de mim, com insultos, com aquilo que eu acabei de colocar a este Plenário e ao Brasil, esquecendo que o Senador José Agripino tem uma história no Rio Grande do Norte. Esqueceram de contar a ele a minha história. Contaram outras coisas a ele, talvez para insuflar o discurso que ele fez, mas esqueceram de contar que o Senador José Agripino foi Prefeito de Natal, foi duas vezes Governador e três vezes Senador e que tem quase trinta anos de vida pública limpa, sem um processo em instância nenhuma contra ele, todas as contas dele foram aprovadas por unanimidade nos Tribunais de Contas, nas Assem-

bléias Legislativas, nas Câmaras Municipais. Não tem nada contra a minha vida.

Então, por esta razão, Senadora Rosalba, imaginando que o “acórdão” tinha colocado numa cesta os bons, como ele dizia, e deixado fora da cesta quem não valia mais nada, é que ele se julgou no direito de insultar, imaginando que eu fosse um qualquer. Na verdade, o povo do Rio Grande do Norte tem um conceito que guarda muito bem de mim. Há os que gostam de mim e há os que não gostam de mim, mas todos me respeitam. Há os que gostam e há os que não gostam, mas não há quem não me respeite, porque eu nunca me dei a posições que inspirassem a falta de respeito de quem quer que fosse: pela minha postura como homem público, tendo um padrão ético, que é o meu patrimônio, e é aquilo que eu guardo na minha vida pública.

Ouçõ com muito prazer o Senador Efraim Morais.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Eu só queria fazer uma colocação, Senador, que também é importante. Antes da chegada do Presidente, no tempo recorde de uma semana, no máximo dez dias, passaram pelo Rio Grande do Norte, pela cidade de Natal, alguns foram também a Mossoró, sete Ministros. Eles lá não chegaram na época das enchentes, não chegaram na época do clamor do povo, que ainda hoje está esperando essas pessoas e a assistência que deveriam ter recebido. Já vamos ter um outro inverno ou uma seca e não apareceram; não chegaram também para resolver o problema do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Houve essa preparação com sete Ministros. Nunca vi isso acontecer de forma tão rápida: quase todo dia chegava um Ministro para acompanhar, para fazer comício, para fazer política com os candidatos. Agora, em Natal e em Mossoró, tanto foram derrotados os candidatos a Prefeito do Presidente, do PT, como também nenhum Vereador do PT foi eleito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado pela lembrança, Senadora Rosalba. V. Exª lembrou muito bem a chuva de Ministros: o Ministro da Saúde, que não esteve lá na época da epidemia de dengue; o Ministro Patrus Ananias, do Bolsa-Família; o Ministro da Educação; Ministro de tudo. Agora, no tempo da chuva real, não choveu Ministro nenhum lá. Não foi ninguém – ninguém! – para acudir a precisão do povo de Natal. E o povo, que não é bobo, percebeu, raciocinou e votou.

Ouçõ, com prazer, o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Senador José Agripino, coincidentemente, um dia antes de o Presidente Lula chegar ao Rio Grande do Norte, eu lá estive, ao lado do Presidente da Casa, Senador

Garibaldi, de V. Exª e da Senadora Rosalba, para entregarmos ao povo potiguar, especialmente à Grande Natal, a nossa TV Senado em canal aberto – se não me engano, canal 52. Naquela manhã, numa verdadeira prova de democracia do seu povo do Rio Grande do Norte, estávamos os três Senadores e os representantes da bancada federal e estadual de todos os partidos participando desse grande evento. Cada dia mais, os potiguares participam da nossa democracia, acompanhando de perto o que acontece aqui no nosso Senado, não mais apenas aqueles que têm TV a cabo ou algo semelhante. Agora, em canal aberto, todos podem participar. Naquela noite, a convite de V. Exª, tive oportunidade de participar de uma caminhada em um dos bairros de Natal, exatamente no local onde o Presidente iria fazer o seu discurso. Observei a forma com que a Prefeita eleita Micarla se dirigia ao povo, com muita simpatia. Mas não era ela se dirigindo ao povo, mas o povo se dirigindo a Micarla em cada rua que passávamos, porque havia, acima de tudo, um entendimento, uma tendência, uma convergência entre o povo de Natal e a candidata apoiada por V. Exª e apoiada pelo povo. Gravei muito bem a frase final da candidata – e usamos da palavra eu, V. Exª e alguns vereadores – ao encerrar aquele pronunciamento. Ao lembrar que, no dia seguinte, o Presidente da República estaria indo a Natal e àquele bairro, disse: “Vão todos, escutem o Presidente. Mas digam ao Presidente que vocês já escolheram a futura Prefeita de Natal”. Lembro-me dessas palavras exatamente, quando V. Exª chamava-a de “baixinha tinhosa”. Lá a apelidavam de “borboleta”. Enfim, uma pessoa que tem uma história política, porque o pai foi Senador da República, o ex-Senador Carlos Alberto, foi Deputado Federal comigo – eu era Deputado Federal quando Carlos foi Deputado Federal. Então, Micarla tem uma história política, a família toda. Evidente que, naquele momento, nós sentimos que o povo de Natal estava definido. Quero parabenizar V. Exª pelo grande desempenho que teve nas cidades do Rio Grande do Norte, de uma forma geral. Diria que V. Exª foi o grande vitorioso. Todos nós ganhamos eleições, perdemos eleições, participamos de uma forma ou de outra, mas V. Exª, sem dúvida, entre todos nós, foi o grande vitorioso, porque não só ganhou a eleição na capital, como também ganhou em Mossoró e nas maiores cidades do Rio Grande do Norte, evidentemente com os grupos políticos de cada uma das cidades, respeitando as ações municipais de cada um. Posso dizer que o Líder José Agripino é respeitado, faz política com seriedade, é um líder que, acima de tudo, tem o respeito do povo do Rio Grande do Norte, então não tem o que se duvidar. Não foi só com Micarla. À noite, V. Exª me levou também para Ma-

caíba, onde, acho, sua candidata a Prefeita também foi eleita. Eu vi lá o clamor do povo, o respeito pelo líder, pelo ex-prefeito da capital, pelo ex-governador, pelo Senador da República, enfim, pelo homem que faz política com determinação. Talvez o motivo do maior respeito do povo potiguar por V. Ex^a seja que V. Ex^a busque sempre o bem-estar do seu povo, a defesa do seu Estado. Quero dizer que tive a felicidade de participar dessa festa da democracia. A democracia no nosso País, mais do que nunca, anda bem. Cabe ao povo decidir quem governa. O povo potiguar, em especial o de Natal, deu uma grande lição à democracia e, democraticamente, escolheu Micarla, uma pessoa que tem história e que, não tenho dúvida, fará uma grande administração no Município do qual V. Ex^a já foi prefeito. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns a Micarla e a todo o grupo que participou – PP, PV, PR -, enfim, àqueles partidos que a apoiaram. Acho que o Rio Grande do Norte dá um exemplo extraordinário ao Brasil pela forma democrática com que elegeu sua prefeita.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigada, Senador Efraim. V. Ex^a, como eu, sabe que o episódio de Natal tem, no fundo, no fundo, um objetivo: calar a Oposição. O que queriam lá era nacionalizar um pleito municipal e, com a produção de um “acórdão”, esvaziar aqueles que são hoje oposição aqui. O objetivo de esmagar a Oposição não foi alcançado por uma razão muito simples: a democracia, que é o melhor sistema político que até hoje se inventou, dá ao povo o direito de escolher, e o povo escolheu e vai seguir o seu caminho.

Obrigado a V. Ex^a pelas considerações e pela palavra de apreço e pelo relato de fatos importantes que vivemos juntos em Natal e em Macaíba.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador José Agripino, quero trazer, não só em meu nome, como também em nome do meu Partido, o nosso PSDB, essa solidariedade. Sabemos que o seu comportamento nunca foi um comportamento raivoso. Lamentavelmente foi isto que o Presidente, em seu relato, fez ao visitar Natal: um comportamento raivoso, um comportamento que não está de acordo com um Presidente da República. Não tem sentido buscar vingança, buscar uma desforra, como ele colocou. O Presidente, lamentavelmente, às vezes, fala demais mesmo. Às vezes, brinca com assuntos que não se pode brincar, como é o caso da crise internacional financeira. Ainda bem que ele mantém o Ministro Henrique Meirelles como Presidente do Banco Central. Se não fosse o Ministro, acho que a vaca já tinha ido para o brejo aqui no Brasil, do ponto de vista da crise financeira. Ainda bem que temos o Meirelles para segurar e buscar a ponde-

ração. Então, o Presidente Lula precisa entender que ele não pode ficar toda hora falando e falando como fez em Natal, do ponto de vista partidário, indo contra um Senador que é líder de um partido. Ele tem que respeitar o seu partido, tem que respeitar V. Ex^a. De maneira que quero trazer aqui a total solidariedade. E o resultado da eleição mostra isso: o Presidente não ganha no Brasil tudo coisa nenhuma. Existe um resultado diferenciado, vários partidos vencem, vários partidos perdem. Ele pode está muito bem avaliado, mas não é só o apoio dele que significa vitória. De maneira que esse episódio deve servir – ou, pelo menos, esperamos que sirva – de lição para que não repita em outras oportunidades.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Eduardo Azeredo, vou repetir as pérolas do Presidente. V. Ex^a apresenta solidariedade. É preciso que a gente repita, para que este tipo de coisa não aconteça. Não sei se o Presidente, de forma refletida ou irrefletida, disse o que disse, mas o que ele disse não é conveniente para um Presidente da República.

“Se eles prestassem” – nós -, “estariam neste palanque”. Ou seja, só presta quem está com ele. “Esperei muito tempo por este momento, para fazer o meu ajuste de contas, ajustar contas com o Senador...”

Disse que eu faço política com ódio. Quem me vê fazer política com ódio? Isso porque eu defendi o fim da CPMF, uma coisa que o Brasil queria? É isso fazer política com ódio?

“Vou voltar aqui dez vezes para lhe derrotar”.

Obrigado, Senador Azeredo.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador ACM Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador José Agripino, primeiramente, gostaria de apresentar a minha solidariedade a V. Ex^a pelas agressões recebidas. Acho que não caberia ao Presidente da República agir dessa forma. Ele poderia apoiar a candidata adversária, mas jamais agredir V. Ex^a desnecessariamente. De qualquer maneira, acho que isso acabou contribuindo para que o povo confirmasse o voto em Micarla de Souza, fazendo com que ela ganhasse no primeiro turno. Então, V. Ex^a está de parabéns. Essa vitória foi a mais expressiva, mas outras V. Ex^a obteve no Rio Grande do Norte. Parabenizo V. Ex^a e considero que o Presidente da República exagerou, ficando fora de qualquer senso de limite ao agredir V. Ex^a, com o que não podemos concordar. Portanto, receba a nossa solidariedade V. Ex^a, além dos parabéns pela vitória. Outro ponto fundamental que V. Ex^a também abordou foi que o Presidente chegou a dizer que a crise é imperceptível. O Presidente da República não pode simplesmente achar que uma crise internacional dessa

monta não poderia atingir o Brasil, quando, há alguns meses, nós – eu, V. Ex^a e outros Senadores – colocávamos aqui que isso poderia acontecer. E aconteceu e vai acontecer. O Brasil será atingido pela crise, porque o mundo inteiro está sendo atingido. Haverá escassez de financiamento. Hoje, nós somos importadores de poupança; portanto, precisamos de financiamento externo, que está escasso. O crescimento brasileiro, para o ano, será menor. E, se não fosse o Ministro Henrique Meirelles, que talvez tenha conseguido despertar o Presidente e o Ministro da Fazenda, que também achava que estava tudo bem, nós estaríamos agora ainda tentando um discurso de mar de rosas. A crise é séria, a crise é real, e nós precisamos enfrentá-la, e o Governo tem que dar o exemplo, cortando gasto público. Nós vamos bater nessa tecla aqui durante todo este ano e no ano que vem. O Governo tem que tomar consciência, porque a crise é de grandes proporções, e não podemos ser irresponsáveis, inclusive porque o crescimento menor implicará uma redução de receita, na arrecadação. E aí? Vai aumentar a carga tributária para manter os gastos? Não; tem que cortar, porque, para o ano, a arrecadação pode ser menor. E aí, como nós vamos fazer? Para o ano, não é a arrecadação menor, mas o crescimento será menor, e, se as despesas aumentarem mais do que a arrecadação, agravaremos a situação fiscal. Então, é importante que o Governo tome consciência. Esses, os dois pontos sobre os quais eu queria falar, ao tempo que parabeno V. Ex^a pela vitória que obteve.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador ACM Júnior, muito obrigado pela sua manifestação, sempre amiga e solidária. Como Líder do nosso partido no Senado, eu dedico sua manifestação, a solidariedade, o respeito e o aplauso ao nosso Líder na Câmara, o valoroso Deputado ACM Neto, que se portou com extrema dignidade, com combatividade, com talento e lucidez na disputa pela Prefeitura de Salvador. Ele é jovem, tem muitas oportunidades pela frente, e não tenho nenhuma dúvida de que o futuro reserva para ACM Neto êxitos na política da Bahia e do Brasil.

Ouçó, com prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino Maia, V. Ex^a tem uma boa convivência comigo, afinal, somos inclusive vizinhos de gabinete e tantas vezes temos tido uma relação muito construtiva e de respeito mútuo aqui, no Senado. A recomendação que V. Ex^a faz no sentido de que possa o Presidente, neste momento de crise econômica internacional, propor um diálogo com o Congresso Nacional, situação e oposição, certamente acredito será bem-vinda, e imagino que o Presidente tenha em mente fazer isso porque ele próprio tem chamado sua equipe, inclusive

diversas lideranças. Ontem, soubemos que houve um diálogo com os Líderes da base de apoio, e é natural que haja um diálogo na linha do que V. Ex^a propõe. E avalio que, mais cedo ou mais tarde, isso terá que ser realizado e, se possível, o quanto antes. O Presidente tem manifestado, nas últimas semanas, com o agravamento do que ocorre em outros países, sua preocupação, dizendo que está com o olho vendo através da lupa, verificando tudo o que acontece e que, eventualmente, poderá repercutir sobre a economia brasileira. Com respeito à forte manifestação que o Presidente teve em Natal, acho que é preciso considerar que, em algumas ocasiões, o Presidente se sente atacado fortemente. Assistindo à TV Senado, ele ouve os pronunciamentos de V. Ex^a, bem como os de outros Senadores que aqui lhe fazem oposição, e, em alguns momentos, ele sentiu que alguns Senadores estavam se referindo a ele de uma maneira que ele não considerou a mais adequada, e, quem sabe, isso tenha feito com que ele chegasse à capital do seu Estado e dissesse palavras que machucaram V. Ex^a, como estamos aqui observando. Agora, é importante que tenhamos tido, em todo o Brasil, eleições com um procedimento democrático altamente elogiável. Acho que o povo brasileiro está de parabéns. Felizmente, o Presidente Lula, em grande parte, está feliz pelos resultados alcançados, por exemplo, pelo Partido dos Trabalhadores, que teve o maior crescimento no número de Prefeitos, de 33%! Sim, é um fato louvável, e é preciso reconhecer. Os Democratas tiveram uma vitória importante em Natal e tiveram uma vitória importante, no primeiro turno, na minha própria cidade, em São Paulo, onde se verificou praticamente um empate com a candidata do PT, Marta Suplicy. E, agora, nós vamos ter um embate de extraordinária importância e relevância. Espero que o embate entre a candidata Marta Suplicy e o candidato Gilberto Kassab, respectivamente do PT e do DEM, se dê no mais alto nível. V. Ex^a sabe – é público – que o Presidente já manifestou que irá a São Paulo e, lá, irá expressar a sua preferência – e é da democracia – pela candidata Marta Suplicy. Isso, certamente, terá um efeito importante. Mas, com respeito a essa troca de palavras muito duras, eu, naquilo que puder, quero contribuir, Senador Agripino Maia, meu vizinho, para que o embate entre o Presidente e a oposição se dê no nível mais civilizado possível, que, acredito, seja a vontade do Presidente. Mas V. Ex^a há de convir: é muito possível que, em alguns momentos, ao assistir às sessões da TV Senado, normalmente reproduzidas à noite – e o Presidente provavelmente assiste, antes de dormir, às palavras de V. Ex^a -, é capaz de ele ter tido motivos fortes. V. Ex^a precisa também compreender que é parte da democracia que os sentimentos

aflorem no coração, na mente de cada pessoa. Quem sabe possamos... Achei importante que V. Ex^a tivesse a oportunidade de dizer essas coisas, até para o conhecimento do Presidente. Como o Presidente desta sessão, Geraldo Mesquita, está sendo bastante generoso, eu só queria fazer um apelo final para que o fato de termos aberto essa possibilidade não prejudique aquilo que o Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente, deseja para ainda hoje: que possamos ter a Ordem do Dia, para que possamos, pelo menos, votar, conforme o desejo de tantos, porque viemos aqui para prosseguir com os nossos trabalhos, também com respeito à votação, além de nos preocuparmos com a bonita manifestação democrática no dia do 20º aniversário da Constituição de 88.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Suplicy, V. Ex^a é meu vizinho; eu o tenho na conta de um amigo cordial, tenho-lhe um apreço pessoal – isso é sincero, V. Ex^a sabe disso, pois já tivemos oportunidade, inclusive, de testar isso. E V. Ex^a, que foi de acordo em que essa sessão de apartes pudesse ocorrer, ensinou fazer talvez o mais longo dos apartes, o que é bom. Fique certo, Senador Suplicy: se o Brasil precisar da participação do meu partido na mesa de negociação para encontrar caminho de salvação para a economia, eu saberei convencer o meu partido a sentar à mesa, como Barack Obama e McCain sentaram com George Bush para tentar encontrar caminhos para a votação do pacote que tenta salvar a economia americana. Não tenha nenhuma dúvida.

Apenas uma coisa, Senador Suplicy: eu não ouço maus conselhos. Eu não sei se o Presidente da República ouviu maus conselhos ou ouviu insinuações inverídicas. Agora, uma coisa é certa: eu faço oposição viril, determinada, mas nunca pessoal. Faço oposição no plano institucional, nunca pessoal, e eu fui objeto, fui alvo foi de considerações de ordem pessoal, o que não é aceitável numa democracia e no regime republicano, como o que se prega para o nosso País.

Ouçõ com prazer o Senador Garibaldi Alves, que está com o microfone de aparte levantado, e, em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, eu não tive a oportunidade de ouvir seu pronunciamento em toda a sua extensão até agora. Eu gostaria de me congratular com V. Ex^a pela vitória obtida pela coligação da qual faz parte o Partido dos Democratas. Pelo que vi, V. Ex^a está queixoso do que aconteceu em Natal, quando da visita do Presidente da República. Não quero, em absoluto, dizer que V. Ex^a não tem suas razões, mas o Presidente da República também afirmou que teria razões para discordar de V. Ex^a pela maneira como V. Ex^a se vem pronunciando a

respeito do comportamento dele, da conduta dele como Presidente da República. Eu apenas queria dizer a V. Ex^a, como seu colega de Bancada, como seu companheiro, que acho que V. Ex^a, como vitorioso, deveria ser mais generoso. A generosidade é um traço, faz parte do sentimento daqueles que ganham uma eleição. Os que ganham uma eleição, na verdade, não devem ser implacáveis nem podem ser irônicos, e essa é a forma como V. Ex^a se refere à nossa coligação. V. Ex^a se refere a ela em tom depreciativo, como se uma aliança integrada por mulheres e homens públicos, como V. Ex^a, não tivesse possibilidade de se coligar. Afinal de contas, se V. Ex^a tem uma história, também a temos. Apenas houve um pronunciamento por parte do povo de Natal favorável a V. Ex^a, mas, amanhã, poderá haver um posicionamento diferente de parte da população. Tripudiar sobre os vencidos não é o melhor caminho dos vencedores nem faz parte do perfil de V. Ex^a, que tem exercido, na vida pública do Rio Grande do Norte, papel moderador, conciliador. Dizem até que V. Ex^a contribuiu para certo desarmamento de espírito que existe hoje na política do Rio Grande do Norte. Nós – eu e V. Ex^a; V. Ex^a é de uma geração mais velha, mas nem tanto – estamos vindo de uma política demasiadamente radical, para desembocarmos, agora, em momento de muito respeito ao adversário. Acredito que, dos Estados do Nordeste, hoje, o Rio Grande do Norte seja o Estado onde a convivência dos contrários se dá em excelente nível com relação ao debate. Daí por que venho aqui dizer a V. Ex^a que, na verdade, temos de tentar continuar a dar essa contribuição à vida política do Estado, a contribuição da paz, a contribuição do debate elevado, a contribuição de quem, vencendo hoje ou perdendo amanhã – sobretudo vencendo –, não deixa de lado o sentimento de generosidade. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi.

Senador Garibaldi, as coisas do Brasil, discuto aqui; as coisas do Rio Grande do Norte, discuto lá. V. Ex^a é testemunha de que, provocado que fui pela imprensa, pelos fatos, eu disse, por dez, vinte, trinta vezes, que responderia aos insultos pessoais de que fui vítima em Brasília, na tribuna. Entendo que as questões nacionais das quais fui objeto de acusação, lá na Zona Norte, em Natal, eu tinha de responder aqui. Não há por que tratar de política municipal, misturada com agressão nacional, lá na terra. O tema tem de ser discutido aqui, e é o que estou fazendo.

Tripudiar? Alguém aqui perguntou ou disse que eu havia derrotado Lula. Eu disse: “Não”. Desta tribuna, disse: “Não. Micarla derrotou seus contendores”. Como é que estou tripudiando? Não me estou vangloriando de

vitória nenhuma. Quem ganhou foi Fafá, em Mossoró; quem ganhou foi Geraldo Gomes, em Currais Novos; quem ganhou foi Leonardo Rêgo, em Pau dos Ferros; quem ganhou foi Micarla, em Natal. Apoiei alguns. V. Ex^a e eu estivemos até juntos em alguns palanques coincidentemente, mas quem ganhou a eleição foram os candidatos.

Agora, o que estou denunciando é a tentativa de esmagamento da Oposição. Para mim, o que foi feito em Natal é claríssimo: a tentativa de me excluir da vida pública, numa atitude patrocinada pelo Presidente. E a raivosidade dele, pessoal, que não cabe num pronunciamento de um Presidente da República, traduz esse sentimento que guardo; guardo-o, mas não tenho nenhum rancor. Acabei de dizer ao Senador Suplicy que me sento e levo meu Partido a se sentar à mesa de negociação se o Brasil quiser.

A oposição que exerço não é em tom pessoal. Nem tripudio, nem calço salto alto, mas não permito – sou líder de oposição de um partido político – que ninguém ouse calar a Oposição que represento. Minha obrigação é denunciar essa tentativa no plano nacional, sem deixar que se comprometa o pleito municipal por uma tentativa de nacionalização, que é o que fiz. O que estou fazendo aqui é meu papel de líder nacional. Enquanto eu for líder do meu Partido, não vou permitir que me intimidem nem lá nem aqui! Não há nenhum Waldomiro Diniz nas minhas costas, nenhum alopardo, nenhum mensaleiro. Vou continuar fazendo aquilo que o povo do Brasil deseja: que eu fale por ele, que estabeleça o contraponto, sem soberba, sem vaidade, mas com destemor.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Tasso Jereissati e, em seguida, o Senador Marco Maciel.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Agripino, quero compartilhar com V. Ex^a esse pronunciamento e dizer que entendo perfeitamente sua indignação ante o fato que ocorreu nas eleições de Natal. Sua indignação é a de todos nós, é a de todos aqueles que fazem oposição no Brasil – aliás, é uma oposição muito respeitosa e construtiva. Quantas e quantas vezes aqui, Senador Agripino, votamos com o Governo em situação que poderíamos até derrotá-lo! Quantas e quantas vezes fomos fundamentais para que fossem aprovadas propostas do Governo, quando poderíamos torcer pelo “quanto pior, melhor”! Não há nenhuma justificativa – nenhuma justificativa! – que dê ao Presidente da República do Brasil o direito de ir a Natal, no Rio Grande do Norte, sua terra, e se dirigir a V. Ex^a nos termos em que ele se dirigiu. O Presidente da República não tem o direito de dizer que vai ali fazer um acerto de contas com um homem que lhe fez oposição no cenário fede-

ral legitimamente, corretamente, honestamente. Em função dessa oposição, ele vai a Natal com o intuito de derrotá-lo para fazer um acerto de contas – aliás, esses termos não são apropriados a um Presidente da República, porque me parecem mais apropriados a outros tipos de atividades e de pessoas. Lamento muito que o Presidente tenha chegado a esse ponto, mas me parece que isso vai servir de lição, Senador Agripino, porque a derrota lá aconteceu em função até desse discurso. É evidente que a candidata à Prefeitura já vinha apresentando, pelos seus próprios méritos, uma dianteira folgada, mas acho que isso a consolidou, justamente numa cidade do Nordeste, onde o Presidente é tão popular, para que servisse como lição de que a arrogância, a prepotência, a pretensão não levam a nada. Pelo contrário, isso é perigoso para as instituições democráticas brasileiras; isso é muito perigoso. Nessa mesma época em que ele deu essa demonstração de intolerância, de uma pessoa intolerante, no Rio Grande do Norte, o Presidente também, ao invés de humildemente se defrontar com uma crise que ocorria no mundo inteiro, saiu a se gabar, até a menosprezar. Lembro-me de ter assistido à entrevista do Presidente em que ele dizia: “Isso é bom, porque aqueles gringos abelhudos, que ficavam dando opinião, estão todos quebrando, e, agora, aqui, estamos assistindo de camarote a eles quebrarem”. Essa foi uma profunda falta de respeito. Houve arrogância, mas falta de respeito também por uma crise por que passava um país amigo. Houve arrogância por que não percebeu que aquilo nos afetava e nos afetaria um dia. Agora, também começa a pagar por essa arrogância. Por isso, sua indignação é nossa indignação. Não vejo nenhuma justificativa. Estou aqui, nesses quase seis anos, ao lado de V. Ex^a. Vi V. Ex^a fazer uma oposição muito firme, defendendo de maneira bastante corajosa seus pontos de vista – é a posição que lhe cabe aqui, é a posição como líder da Oposição que V. Ex^a assume e tem a obrigação de assumir -, mas nunca o vi, em momento algum, fazendo ataque pessoal, deixando de votar ou votando alguma coisa para fazer acerto de contas com quem quer que seja. É importante que o Presidente, no final da noite de hoje, assista a esse depoimento, já que foi dito aqui que ele gostava de assistir à TV Senado à noite, antes de dormir. Que ele assista a esse depoimento e leve de nós essa palavra, para que não confunda democracia e oposição com algum tipo de comportamento que exija vendetas pessoais. Aliás, isso não é do Presidente. O PT tem essa característica, e o Presidente deveria, como líder nacional, hoje, acabar com esse tipo de sentimento dentro do PT.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Senador Tasso Jereissati, eu queria dizer ao Presidente Garibaldi que o discurso que eu ia fazer, ou que fiz, que pretendia, pura e simplesmente, trazer à Casa minha indignação pela tentativa de garrotear a Oposição, de calar a Oposição ou de intimidar a Oposição, feita pelo Presidente de República, mostrou que a Casa é sensível. Não sei quantos apartes já ocorreram. Foram dez apartes? Ou seja, nós não estamos sós, nós estamos solidários. Isso é bom para o Brasil.

Governo e Oposição precisam saber desempenhar seus papéis. A Oposição, com destemor, mas com equilíbrio e com racionalidade, sabe reagir à altura na hora em que é provocada no rumo, no viés da irracionalidade, como aconteceu em Natal.

O depoimento de V. Ex^a, que tem a rara capacidade de resumir e de colocar as coisas fulcrais no seu devido lugar, sintetiza, de certa forma, o pensamento da Oposição. Aqui também falou o Senador Suplicy uma palavra afável, uma palavra conciliadora, que recolho, mas não estamos sós e não vamos estar sós nunca. A causa que denuncio não é a causa da Prefeita eleita de Natal, é a causa da tentativa de calar a Oposição, de tentar, com insinuações e com insultos, intimidar a Oposição. Não vão intimidá-la!

Agradeço muito a V. Ex^{as} a força que dão a uma causa que é do Brasil; não é minha, é do Brasil.

Ouçó, Senador Flexa Ribeiro, o Senador Marco Maciel e, depois, o Senador Jarbas Vasconcelos, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador e Líder José Agripino, desejo iniciar meu aparte dizendo que tenho por V. Ex^a uma admiração que vem por hereditariedade. Conheci seu pai e com ele tive a oportunidade de conviver, conheço bem sua família muito ilustre do Nordeste. Por isso só posso, neste momento, trazer minha manifestação de indignação e acrescentar que, como se pôde observar do sentimento da Casa, há um total reconhecimento às palavras de V. Ex^a. As manifestações são todas semelhantes, porque se voltam, no fundo, para o fortalecimento da democracia. Não consigo ver o processo democrático sem a existência de uma oposição e de uma oposição forte, exercida com responsabilidade, como V. Ex^a faz. E não é de agora. V. Ex^a está como Líder do nosso Partido há muito tempo e nunca saiu de seu diapasão de crítica, nunca exacerbando ânimos ou partindo para ataques pessoais.

Da, posso dizer, e penso que é a expressão do sentimento de toda a Casa. V. Ex^a tem razão quando vem à tribuna para situar, de forma muito feliz e correta, os episódios ocorridos no Rio Grande do Norte. Tenho certeza de que esses fatos vão fazer com que possa-

mos, quem sabe – não sei se estou sendo otimista –, iniciar um novo procedimento do Governo com relação à Oposição. Talvez sirvam os episódios para balizar uma conduta do Governo, através dos seus mais altos dignitários para com a Oposição, porque somente por esse caminho vamos consolidar as instituições, construir o País que desejamos democrático, que se apóia num valor maior que é a existência de uma Oposição não cerceada no exercício das suas atividades, sobretudo liderada por pessoas dignas e responsáveis como V. Ex^a. Encerro minhas palavras dizendo que V. Ex^a, hoje, tem no Senado, mais uma vez, o reconhecimento de sua conduta, de sua postura, o que, certamente, muito o credencia, não somente no seu Estado como na Região Nordeste, mas em todo o País. Portanto, tenha V. Ex^a a solidariedade de todos aqueles que pugnam por uma sociedade aberta, democrática, cuja Oposição não sofra constrangimentos nem cerceamentos. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a tem um largo currículo. V. Ex^a já foi tudo neste País, tudo, até Presidente da República! Já foi tudo! Então, uma consideração recebida por parte de V. Ex^a, para mim, para esta Casa e para o País, tem muito peso.

Senador Marco Maciel, temos a consciência de que nos é reservado um papel muito importante nesse processo da evolução democrática do Brasil. Estamos cumprindo etapas; estamos evoluindo do ponto de vista político e até partidário, e é preciso firmeza daqueles que são Governo e Oposição, mas firmeza baseada em critérios de racionalidade. Não devemos perder a racionalidade nunca. O episódio de Natal, que se transpôs para Brasília, atravessou o padrão de racionalidade e tem de ser corrigido e denunciado. Em nada vou baixar meu ânimo.

Na hora em que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi apreciada, com os argumentos que tivemos, enfrentamos o debate e conseguimos, pelo voto, derrotá-la. A Emenda nº 29, que vai destinar recursos para a Saúde, será outra luta. Nós a aprovamos aqui no Senado. Na Câmara, está emperrada, mas temos de desatar esse nó, para, em nome de um grupo grande e numeroso de Congressistas, oferecer uma saída para a questão Saúde no Brasil. Não nos venham com Contribuição Social para a Saúde (CSS), o Brasil não precisa disso!

Vão nos encontrar pela frente, mas não nos vão encontrar de quatro pés; vão nos encontrar altivos, fortes, não debatendo em termos e caráter pessoais, mas, sim, em caráter institucional, defendendo o interesse do povo do Brasil, com nossas convicções e com nossos argumentos.

Senador Jarbas Vasconcelos, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE. Com revisão do orador.) – Senador José Agripino, V. Ex^a sabe que, quando tomei conhecimento das agressões que V. Ex^a sofreu em função do destempero do Presidente da República lá em Natal, liguei para V. Ex^a e exteriorizei a minha mais completa solidariedade e, agora, a faço de público. É importante isso que V. Ex^a está chamando a atenção – e que colocou o Senador Marco Maciel também, dentro do seu estilo elegante -, que é fundamental a preservação e a existência da Oposição, e, como tal, ela tem de ser respeitada. Um dos grandes problemas em nosso País é exatamente este: o Presidente “bota as unhas de fora”, comete destemperos, agride Poderes; o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Congresso Nacional, e ninguém responde à altura. É preciso registrar isto. Não nos calávamos no combate à ditadura, que tinha muito mais força – a ditadura de Vargas, o regime militar -, imagine num regime democrático a Oposição ter de ficar calada diante de uma conduta inadequada do Presidente da República. Não é a primeira vez, nem será a última. V. Ex^a não foi o último a ser agredido pelo Presidente da República. Diante daquilo que chamamos de condição humana, o Presidente tem uma grande falha: ele não tem amigos; tem seguidores e admiradores. Quando uma pessoa não tem amigos se ressentido disso. Então, é muito importante que V. Ex^a, não apenas reitere o episódio de Natal e Mossoró, a ida do Presidente da República ao Rio Grande do Norte, como é mais importante ainda V. Ex^a receber a solidariedade que recebeu nesta tarde. Querer insinuar que V. Ex^a não foi humilde, que V. Ex^a está querendo tripudiar em cima de vencidos é um descaminho que se faz contra a atitude de V. Ex^a, porque se há uma pessoa civilizada aqui, que tem uma conduta permanente, sem desvios, de um homem equilibrado, educado, é V. Ex^a. O mais civilizado daqui pode ser tanto quanto é V. Ex^a no trato e no respeito com as pessoas. Nunca vi V. Ex^a, na tribuna ou fora dela, agredir quem quer que seja. V. Ex^a foi agredido, é público e notório, a mídia nacional verberou isso, deu condições para que o País inteiro tomasse conhecimento dessa conduta do Presidente, irresponsável por sinal, lá no Rio Grande do Norte. Não se coaduna com a história política brasileira um Presidente da República usar desses expedientes. De forma que quero – como disse a V. Ex^a ao telefone – me solidarizar e dizer que V. Ex^a é importante nesse processo. Mesmo que sejamos poucos neste momento, seremos maiores no momento em que fizermos o enfrentamento e não ficarmos calados, omissos, com

medo e receio de enfrentarmos a questão do Bolsa Família com toda a clareza. Um País continental e pobre como o Brasil tem de ter políticas compensatórias. Quem foi Prefeito, e Governador como nós – eu e V. Ex^a – sabe que o País precisa de políticas dessa natureza; mas não pode tê-las como o PT quer: um programa oficial. Aliás, o maior programa oficial de compra de votos do universo é o Bolsa Família. Então, é preciso que denunciemos isso. O momento de se fazer esse ajuste do Bolsa Família, por exemplo, é este, porque em ano eleitoral, muitos – e aí não faz mal que se diga – ficam com medo de colocar isso, e é fundamental que se coloque agora, porque ninguém de bom senso, com o mínimo de racionalidade, sobretudo quem foi administrador neste País, pode se colocar contra políticas compensatórias. Agora, um programa grandioso em seus propósitos se transformar no maior programa oficial de compra de votos existente hoje no universo, em que o PT e o Presidente, os dois, juntos, desencadearam, sobretudo na minha região, porque quanto mais desnivelada a região, quanto mais pobre, mais o Bolsa Família se faz presente. Então, a hora de se denunciar tudo isso é exatamente agora, para que no ano que vem que não é eleitoral, possamos colocar essas coisas e fazer esse enfrentamento democrático que neste momento V. Ex^a está comandando, com a mesma competência, sensibilidade, e, sobretudo, com a dimensão que o Brasil necessita. V. Ex^a merece, de nossa parte toda a admiração, e se já a tínhamos, agora, então, V. Ex^a a merece ainda mais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Jarbas Vasconcelos, quando recebi o telefonema de V. Ex^a, tinha a consciência de que estava recebendo a manifestação de uma das referências em matéria de decência e de coragem na política do Brasil! Uma referência em matéria de decência e coragem na política do Brasil, que é uma coisa importante. O telefonema que recebi de V. Ex^a, sempre em tom moderado, revelando indignação, confortou-me muito. Pode estar certo disso.

E aquilo que estou fazendo agora, com absoluto destemor, é o que espera de mim o povo do Brasil. Eu não podia ter outra atitude que não fosse esta. E não podia dizer o que eu estou dizendo aqui em Natal, contaminando o processo eleitoral, municipalizando o pleito, fazendo talvez o que eles quisessem que eu fizesse. O que eu estou fazendo aqui é uma coisa grande: é falar em nome da Oposição, que não vai se calar, que vai saber reagir, que vai saber estabelecer o contraponto, que tem consciência de que vivemos num governo que pratica – e muito! – a demagogia. E vamos continuar a nossa luta. O que estamos fazendo

do aqui, não eu, mas nós todos, é o que espera de nós o povo do Brasil e o que espera de mim o povo do Rio Grande do Norte, que nunca me faltou, principalmente agora, quando elegeu Micarla de Sousa prefeita de Natal.

Ouçó, com prazer, o Senador Flexa Ribeiro, meu último aparteante. Senador Geraldo Mesquita em seguida, com muito prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a já foi apartado por todos os Senadores e Senadoras presentes, Senador Agripino, tanto da Oposição quanto da base do Governo. V. Ex^a traz a público algo que, como disse, não faria em Natal e o faz da tribuna como líder de um partido de Oposição. Infeliz o país que não tem Oposição, porque está sob o regime ditatorial. Feliz o país que tem uma Oposição como a que o Brasil tem: uma Oposição consciente, construtiva, diferentemente da Oposição que os que hoje estão no Governo fizeram no passado. É uma questão só de relembrar a história. Os Anais do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, têm o registro da história, do que foi feito como oposição no passado e o que é feito como oposição hoje. Então, V. Ex^a tem a solidariedade de todos nós e certamente a solidariedade do povo do seu Estado, que é a mais importante. Tanto ela é verdadeira que lhe deu a vitória exatamente onde houve interferência do Governo no processo eleitoral, que quis, como V. Ex^a colocou, federalizar a eleição municipal. Lamentavelmente, Senador Agripino, nós, da Oposição, temos que assistir a essa demagogia, como V. Ex^a disse, colocada permanentemente, diariamente aos ouvidos da Nação brasileira. E, no meu Estado, onde nós somos oposição ao Governo Federal e ao Governo Estadual, é uma repetição, é a mesma coisa. Parece que esse é um modelo institucional do PT, que aplicou no Governo Federal e aplica em cada Estado. Assim como isso existe em outros Estados – e o Senador Jarbas também colocou -, lá no Estado do Pará também há utilização da máquina pública, dos recursos públicos para efeito eleitoral. É lamentável! Desvios de recursos do Incra já denunciados aqui em vários Estados; uso de recurso público na área do setor de pesca – e o seu Estado é um grande produtor. Portanto, acho que está na hora de o nosso Presidente calçar a sandália da humildade. Ele se acha professor de Deus. Entretanto, todos nós estamos aqui para aprender a cada dia da nossa vida. Cada dia que passa, aprendemos mais. Agora, aprende aquele que quer aprender e não aquele que não gosta de aprender. Então, Senador Agripino, nós temos de continuar realmente a fazer aquilo que a população de cada um dos Estados que nós representamos nos colocou aqui para fazer. Nós

somos da Oposição e fazemos uma oposição construtiva. V. Ex^a já disse: “Temos que resolver o problema da saúde”. O Governo empacou a Emenda nº 29. Vamos sentar, vamos definir a coisa. Agora, com arrogância, achar que a crise financeira da maior economia do mundo não vai afetar o Brasil é querer, lamentavelmente, enganar aqueles que não têm um conhecimento de causa. Então, parabéns a V. Ex^a, continue seu trabalho de Líder. Eu me sinto honrado em ser liderado. Não sou do seu Partido, mas sou da base da Oposição, e temos em V. Ex^a um exemplo a ser seguido por todos nós.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Flexa, muito grato por sua manifestação. Uma palavra muito rápida. Quando me referia, assim como V. Ex^a, à demagogia, eu me referia com muita responsabilidade àquilo que o Governo vem falando do pré-sal como a salvação da Pátria, que eu desejo que seja. Só que o Governo vende o pré-sal de petróleo de US\$130 como se fosse a salvação da lavoura e como se fosse aquilo que hoje é o pré-sal, com o petróleo de US\$80. Será que se justifica a exploração? Queira Deus que sim, mas que se pare essa demagogia, criando a expectativa do Eldorado, que pode não acontecer, para iludir a opinião pública do Brasil. Cabe a nós da Oposição lançar luzes sobre cada momento e cada fato, para que o povo do Brasil saiba por onde está caminhando.

Ouçó com prazer o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Agripino, não poderia deixar de, num rápido e breve aparte, oferecer a V. Ex^a a minha solidariedade, até porque, em muitos aspectos, me vi e me vejo na situação de V. Ex^a, que foi, eu diria, pessoalmente agredido, covardemente agredido, o que, na política, é algo absolutamente desaconselhável. V. Ex^a foi muito feliz no seu diagnóstico geral. Trata-se de uma tentativa de sufocamento da Oposição; uma tentativa mesmo de extinção da Oposição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Quero lembrar que Oposição não é um aglomerado de pessoas que voluntariamente resolveram se constituir. Oposição é uma instituição política. É uma instituição da política brasileira, assim como há outras instituições. Quando alguém da responsabilidade do Presidente da República atenta contra a instituição Oposição, é como se estivesse abrindo uma porta perigosa para atentar contra as demais instituições do País. Essa agressão movida por um cidadão que, de fato, naquele momento deveria estar inebriado, diria até embriagado, Senador Agripino, pelo excesso de

poder que hoje tem em suas mãos, é algo extremamente perigoso. Isso é algo que devemos repelir com vigor. O que faz V. Ex^a hoje, nessa tribuna, é apenas registrar, com elegância, com sobriedade, mas registra. Será que nós somos impedidos até de registrar isso? Será que nem isso temos o direito de trazer para essa tribuna? Ou seja: dizer, repetir, ler literalmente, como V. Ex^a fez, as pérolas proferidas pelo Presidente da República em um momento infeliz? Aliás, é uma rotina, em sua vida, momentos infelizes, falas infelizes. Lastimo que isso tenha acontecido. Agora, o Presidente, na verdade, exercita aquilo que o PT tem como uma cartilha. Mas quero ressaltar que, enquanto existirem pessoas como o Senador Arns... Faço sempre esta ressalva: há pessoas, nesse partido, éticas, de bem, comprometidas com o processo democrático brasileiro. O PT, Senador Agripino, tem méritos administrativos, mas, no quesito exercício da democracia, erra e peca assustadoramente. Lá no meu Estado, por ter tomado a decisão que, para mim, foi dramática, de me afastar da Frente Popular do Acre porque não compactuei com o mensalão, não pactuei com dólares na cueca, não compactuei com os alopados, não pactuei com o uso indevido e irregular dos cartões corporativos em nosso País, por conta disso, lá também sou inimigo número um, sou alvo de linchamento público, inclusive. E detectei, mais uma vez, nessa campanha eleitoral do meu Estado, uma coisa perigosa, que está também nessa cartilhazinha que o Presidente parece que lê todo dia e toda noite, depois de assistir à TV Senado. É algo que está se tornando absolutamente perigoso em nosso País, Senador Agripino, é o embrião do totalitarismo, é o embrião do autoritarismo, expresso num verdadeiro mantra. E, lá, é um mantra: "Juntos, a gente faz mais", ou seja, tem de ser o Presidente da República; tem de ser o Governo do Estado; tem de ser o Prefeito; tem de ser o Vereador. A imprensa tem de estar também nesse mesmo rumo, assim como o Tribunal, o Tribunal de Contas, o Ministério Público. Para essa gente, o que vale é isto: "juntos a gente faz mais". V. Ex^a lembrou umas das pérolas do Presidente da República: "Naquele palanque estão os maus; aqui estão os bons". Lá, também, a mesma coisa. Isso parece que está tomando vulto em nosso País. É uma coisa perigosíssima! É uma coisa perigosíssima! Portanto, quero chamar a atenção do País para esse verdadeiro mantra, que vi ontem a candidata Marta Suplicy repetir na televisão. Ela já estava exercitando o mantra "Juntos, a gente faz mais", ou seja, tem de ser, lá em Brasília, alguém desse Partido; aqui no Estado, vamos tomar; a Prefeitura tem de ser do mesmo grupo. Isso que V. Ex^a diagnosticou é verdade; é uma tentativa

clara, explícita, expressa de sufocar a Oposição, de mostrar à Nação brasileira que não há necessidade de existência da Oposição neste País. Uma coisa absolutamente perigosa, que pode nos levar, mais uma vez, a um Estado totalitário, a um Estado autoritário, com concentração máxima de poder na mão de um grupo inescrupuloso, que só pensa em poder, em reproduzir o poder. Senador Agripino, meus parabéns pela sua elegância e pela sua coragem de registrar um fato como esse aqui.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, antes de...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Nós fazemos política há muitos anos; inclusive, em algumas etapas da nossa carreira política, fizemos política juntos. Conheço seu caráter, sua personalidade; posso dar o meu testemunho de que V. Ex^a é um homem decente, cordial, que tem um grande amor pelo Brasil e pela sua terra, o Rio Grande do Norte. Aliás, o Rio Grande do Norte tem uma tradição política que engrandece a sua terra: V. Ex^a, o Senador Garibaldi, a Senadora Rosalba e, no passado, tantos outros que ilustraram a história daquele Estado demonstram a capacidade, a eficiência com que os seus filhos aqui no Congresso Nacional se conduzem dentro, sempre, dos princípios da ética, da decência, do trabalho construtivo. É verdade que, nas eleições, as emoções, muitas vezes, superam determinados cuidados. Em função de determinados pronunciamentos, há mágoas a lamentar e reações legítimas que devem ser objeto de apreciação, como faz V. Ex^a neste instante, mas, em suma, o grande homenageado das eleições é o povo, que é o imperador das eleições. É o instrumento soberano da vontade popular que determina as eleições, para todos os cargos eletivos. Com a eleição dos Prefeitos municipais, inclusive na terra de V. Ex^a, aproveito este ensejo para parabenizar e felicitar a vitória retumbante, inofismável e indiscutível da Prefeita de Natal e da Prefeita de Mossoró. Aliás, imprimiu-se uma tradição: desde 1996, só se eleger mulher em Mossoró. Desta vez, mais uma vez, do Partido de V. Ex^a. Então, quero aproveitar este ensejo, de forma democrática – embora nosso Partido lá,

o PSB, faça política do outro lado; a Governadora é do PSB -, porque não posso deixar de reconhecer os méritos daquele que é o soberano das eleições, que é o povo. Se o povo escolheu, vamos, então, aplaudir e respeitar. O povo é sábio e sabe o que está fazendo. Agora é o momento de juntarmos tudo, e vamos todos, Senadores e Deputados Federais do Rio Grande do Norte, trabalhar conjuntamente para que o Governo Federal, de forma legítima, venha reconhecer – tenho certeza de que está reconhecendo – a vitória em Mossoró, em Natal e em outros Municípios e ajudar naquilo que puder, somando-se, porque o povo merece. O povo que votou em Lula, o povo que votou em V. Ex^a, que votou em Garibaldi é o povo que espera, acima de tudo, equilíbrio, moderação e comprometimento com a vontade popular. Portanto, quero dizer que respeito muito V. Ex^a e que agora vamos torcer, para que os administradores vitoriosos possam realizar uma grande obra, sem qualquer empecilho, seja do Governo Federal, seja do Governo Estadual. O povo é o grande vitorioso dessa grande batalha, que foram as eleições de 2008. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a, que é ex-Governador, Senador eleito, Senador reeleito, integrante do PSB, da base do Governo, faz, nesse seu aparte, que é o último, uma profissão de fé extremamente consistente em princípios democráticos. Eu o aplaudo de pé. Eu o aplaudo de pé.

V. Ex^a disse algumas coisas dogmáticas. É preciso respeitar, no regime democrático, o veredicto dado pela maior autoridade, que é o povo. Ninguém manda o povo votar assim ou assado. É o povo, individualmente, um por um, que escolhe o seu caminho. E é preciso respeitar esse caminho tomado individualmente pelo eleitor.

Senador Antonio Carlos Valadares, a Deputada Micarla foi Vice-Prefeita e foi Deputada – é Deputada, a mais votada de Natal. Ela foi eleita logo no primeiro turno; não vai haver segundo turno.

Vou recolher os Anais desta sessão, para recolher o depoimento corajoso, democrático, seguro, consistente, racional e lógico de V. Ex^a, porque não é possível que ocorra a tentativa de um terceiro turno: o de, empossada a Prefeita Micarla, haver a tentativa de enfraquecimento daquela que foi a escolhida, voluntariamente, democraticamente, pelo povo de Natal. Ela foi apoiada por quatro partidos da base do Governo e é de um partido da base do Governo. Por que é apoiada por mim – e foi fortemente apoiada por mim, sim, senhor, desde o primeiro momento -, ela pagaria o preço em nome daqueles que a elegeram? Então, este Governo não seria republicano, como diz?

Vamos testar isso. Depois de 1º de janeiro. Logo. Vamos ver se o Governo é Republicano ou se vai tentar um terceiro turno.

Presidente Garibaldi, Presidente Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a quantas vezes fez, com a Bancada inteira, reuniões de bancada, para elencar as emendas coletivas que beneficiariam o nosso Estado? E, em todas as reuniões, nós, de comum acordo, colocamos emendas coletivas para a capital. Eu e V. Ex^a éramos adversários do Prefeito e colocamos. Não é possível que haja um comportamento diferente daqui para frente, não é possível!

Eu me recuso a acreditar que isso viesse a ser possível, porque, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem legitima uma vitória não é o resultado das urnas, é o desempenho do mandato. Essa moça ganhou lindamente esta eleição. Quem ganhou foi ela. Não fui eu que derrotei Lula. Ela ganhou a eleição. É preciso que ela tenha a oportunidade de fazer aquilo que quer fazer pelo povo de Natal. E ninguém pode impedir. Naquilo que eu puder interferir, eu o farei. E quero, desde já, pedir a solidariedade dos Senadores do Rio Grande do Norte, para que nós juntos possamos fazer aquilo que o povo quis e escolheu: Micarla, uma grande prefeita de Natal.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador, V. Ex^a me permite antes de concluir?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Adelmir Santana, com prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Eu estava fora do Senado, mas não poderia perder esta oportunidade, primeiro, para parabenizá-lo pela profissão de fé que V. Ex^a faz com relação ao sistema democrático. Naturalmente que a eleição se caracteriza, no final, com os eleitos, pela vontade efetivamente do eleitor. Nós estamos vendo em alguns casos que os eleitores não aceitam determinados acordos de cúpula que não foram combinados com eles e dão a resposta em alguns processos eleitorais. A eleição da candidata em Natal dá uma clara demonstração de que não se impõem vontades de cúpulas e nem de dirigentes maiores no processo eleitoral. Belo Horizonte dá um indicativo também nessa mesma direção, porque lá se uniram alguns dirigentes e a eleição era dada como certa em determinado momento. E me diz o Senador que mexeram com ele. Nós não temos o resultado, mas, na verdade, o resultado do primeiro turno já dá o indicativo de que não são aceitos determinados acordos políticos sem que haja participação do povo no processo eleitoral. Então eu queria, Senador, também me associar ao discurso de V. Ex^a, dizendo da nossa satisfação em ver que o povo efetivamente deu a resposta que queria e que desejava. Ganhou a eleição no

primeiro turno, apesar do esforço e apesar da luta e do embate político que V. Ex^a enfrentou contra vários dos seus adversários no Estado e fora dele, porque, na verdade, tivemos conhecimento pela imprensa, apesar de não estarmos participando do processo político, o Distrito Federal não tem eleições municipais, acompanhamos o esforço que foi feito para derrotá-lo, porque, na verdade, o que estava em jogo era o seu apoio à candidata eleita em Natal. Meus parabéns a V. Ex^a pelo discurso.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Senador José Agripino, permita-me um breve aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Senador Lobão Filho, ouço o aparte de V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Lobão Filho (PMDB – MA) – Senador José Agripino, meu amigo José Agripino, quero me congratular com o nobre amigo pela vitória acachapante da minha amiga Micarla, minha amiga pessoal há mais de quinze anos, companheira no Conselho Consultivo do SBT, minha companheira, de quem conheço a competência de gestão. Tenho absoluta certeza de que a gestão de Micarla, com o toque feminino que irá dar à bela capital do seu Estado, somado ao apoio, tenho certeza, radical de V. Ex^a, fará com que Natal avance muitos anos no futuro. Parabéns a V. Ex^a, Senador; parabéns a Micarla e, principalmente, parabéns a Natal por haver eleito uma prefeita que irá dignificar cada voto de vitória que recebeu, em primeiro turno, nessas eleições. Parabéns!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Lobão Filho, V. Ex^a é filho do Senador Edison Lobão, Ministro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o depoimento que V. Ex^a presta de público, para o Brasil inteiro, fala por si só. Eu não preciso dizer mais nada.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Nery, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos dar início à Ordem do Dia, Sr^{as} e Srs Senadores.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar a V. Ex^a. Eu estava inscrito para falar como orador inscrito logo após o Senador José Agripino, que falava como Líder. O Plenário acatou o pedido do Presidente em exercício no momento, Senador Geraldo Mesquita, para que pudessem ser concedidos apartes ao Senador Agripino, o que sem dúvida foi muito justo.

No entanto, eu gostaria de pedir a V. Ex^a para que eu pudesse falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de ponderar a V. Ex^a que a Ordem do Dia de hoje está composta de dois itens apenas. São dois empréstimos. Os Líderes já chegaram a um acordo e a votação será bem rápida. V. Ex^a, logo depois da Ordem do Dia, terá total prioridade.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, aceito a ponderação, mas reclamo sempre dessa distorção entre os inscritos, que podem usar a palavra por dez minutos. Seria um demérito à necessidade que tinha o Senador Agripino de fazer, como fez, o seu esclarecimento, e recebeu aqui, diante do que ele considera maltrato e desrespeito, a solidariedade da Casa. Mas, como disse a V. Ex^a, acato a ponderação, porém discordo do fato de que, de certa forma, o Regimento não seja respeitado quando se trata do tempo, especialmente quando se trata de inscrito, enquanto líder. No caso, eu estava inscrito para falar como orador, não na qualidade de líder.

Portanto, falo após a Ordem do Dia, mas fica registrado o meu descontentamento com essa prática comum aqui de desrespeito ao Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidos as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 196, de 2008 (nº 745/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007 (nº 3.298/2004, na Casa de origem), que denomina *Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da*

BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, sancionado e transformado na Lei nº 11.792, de 2 de outubro de 2008;

- Nº 197, de 2008 (nº 742/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2004 (nº 609/2003, na Casa de origem), que *proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994*, sancionado e transformado na Lei nº 11.789, de 2 de outubro de 2008;
- Nº 198, de 2008 (nº 743/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2007 (nº 6.678/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art 46 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal diretamente nas serventias extrajudiciais, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.790, de 2 de outubro de 2008; e
- Nº 199, de 2008 (nº 744/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei

da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo*, sancionado e transformado na Lei nº 11.791, de 2 de outubro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 201, DE 2008

(Nº 746/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 2 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum Vitae

Formato: Lattes

Nome: Allan Kardec Duailibe Barros Filho

Endereço: Av. Nina Rodrigues, 3333, Ponta D'areia, Edifício Salvador Dali, São Luís, Maranhão, CEP: 65077-300

Filiação: Allan Kardec Duailibe Barros e Clesemir de Moraes Barros

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Imperatriz, Maranhão.

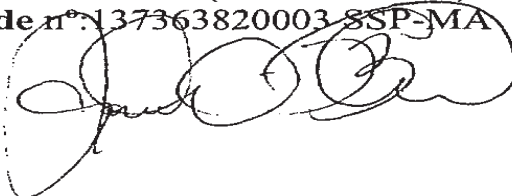
Data de Nascimento: 30 de Julho de 1969

Estado Civil: Casado

Maior Qualificação: Doutorado (Pós-doutorado).

Cédula de Identidade nº: 137363820003 SSP-MA

CPF: 340225893-53



Currículo do Sistema de Currículos L...

Allan Kardec Duailibe Barros Filho

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D

Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Maranhão (1991), mestrado em Information Engineering - Toyohashi University of Technology (1995) e doutorado em Information Engineering pela Universidade de Nagoya (1998). Tem pós-doutorado pelo RIKEN (The Institute of Physics and Chemistry), Japão. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão e editor associado da Signal Processing. Tem experiência na área de Engenharia de Computação e Processos Estocásticos, atuando principalmente nos seguintes temas: redes neurais e processamento digital de sinais.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 22/09/2008

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/0492330410079141>
**Certificado
pelo autor em
22/09/08**
Links para
Outras

Bases:

[Diretório de
grupos de
pesquisa](#)

Dados pessoais

Nome Allan Kardec Duailibe Barros Filho

Nome em citações
bibliográficas BARROS, Allan Kardec

Sexo Masculino

Endereço profissional Universidade Federal do Maranhão, Centro Tecnológico, Curso de Engenharia Elétrica,
Av. dos Portugueses, s/n
Bacanga
65080-040 - São Luís, MA - Brasil
Telefone: (98) 21098243
URL da Homepage: <http://www.dee.ufma.br/~allan>

Formação acadêmica/Titulação

- 1998 - 2000** Pós-Doutorado.
The Institute Of Physical And Chemical Engineering, RIKEN, Japão.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Independent Component Analysis.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Elétrica / *Subárea:* Medidas Elétricas, Magnéticas e Eletrônicas,
Instrumentação / *Especialidade:* Processamento de Sinais de Voz
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Redes Neurais.
- 1995 - 1998** Doutorado em Information Engineering.
Universidade de Nagoya, MEDAI, Japão.
Título: Adaptive Noise Cancellation of Cardiac Signals, *Ano de Obtenção:* 1998
Orientador: Noboru Ohnishi.
Bolsista de(a): Ministério da Educação Japones, MOMBUSHO, Japão
Palavras-chave: Informática; Processamento Digital de Sinais; Redes Neurais.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Filtros Adaptativos.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Redes Neurais.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Independent Component Analysis
Sectores de atividade: Saúde humana; Informática; Fabricação de aparelhos e equipamentos de telecomunicação.
- 1993 - 1995** Mestrado em Information Engineering.
Toyohashi University Of Technology, TUT, Japão
Título: Study on Adaptive Filtering for Impedance Cardiography, *Ano de Obtenção:* 1995
Orientador: Makoto Yoshizawa
Bolsista de(a): Ministério da Educação Japones, MOMBUSHO, Japão
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Redes Neurais
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Filtros Adaptativos.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais /
Especialidade: Independent Component Analysis
Sectores de atividade: Informática; Saúde humana; Fabricação de aparelhos e equipamentos de telecomunicação.

23/9/2008

Currículo do Sistema de Currículos L...

- 1992 - 1993** Especialização em Pesquisa Em Processamento de Sinais Cardíacos.
Toyohashi University Of Technology, TUT, Japão
Bo(s)ista do(a): Ministério da Educação Japones, MOMBUSHO, Japão.
- 1986 - 1991** Graduação em Engenharia Elétrica. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Atuação profissional

International Journal Of Computational Intelligence And Applications, IJCIA, Grã-Bretanha.

Vínculo institucional

2004 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Outras informações Editor-Chefe da Revista

Atividades

1/2004 - Atual Direção e administração, .Cargo ou função
Cargo administrativo.

Signal Processing, ELSEVIER, Holanda.

Vínculo institucional

2003 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Editor Associado, Carga horária: 0

Atividades

6/2003 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria.Cargo ou função
Membro de conselho editorial.

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2000 - 2002 Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40

Atividades

3/2005 - Atual Atividades de Participação em Projeto, Centro Tecnológico, Departamento de Engenharia de Eletrônica.Projetos de pesquisa
Participante de projeto de mestrado em Engenharia Espacial**10/2004 - Atual** Conselhos, Comissões e Consultoria Pós Graduação Em Engenharia Elétrica. .Cargo ou função
Membro de colegiado superior.**3/2003 - Atual** Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro Tecnológico, Curso de Engenharia Elétrica.Cargo ou função
Membro de colegiado do curso.**6/2002 - Atual** Direção e administração, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Departamento de PesquisaCargo ou função
Diretor de pesquisa**4/2000 - Atual** Pesquisa e desenvolvimento Centro Tecnológico, Departamento de Engenharia de EletrônicaLinhas de pesquisa
Engenharia Biomedica
Processamento Digital de Sinais**2008 - 2010** Atividades de Participação em Projeto, Centro Tecnológico, Departamento de Engenharia de Eletrônica

Projetos de pesquisa

23/9/2008

Currículo do Sistema de Currículos L...

Aplicações e Desenvolvimento Tecnológico em Telemedicina baseado em Sistemas de Auxílio ao Diagnóstico Médico e em Sistemas Móveis

PRONEX: Análise de sinais biomédicos, suas aplicações e desenvolvimento tecnológico em epilepsia, frequência ventricular cardíaca, câncer de mama, enfermidades gástricas e biotecnologia

5/2002 - 2/2003 Direção e administração, Ufma Virtual.
Cargo ou função
Coordenador.

8/2001 - 8/2001 Ensino, Engenharia de Eletrônica, Nível: Pós-Graduação.
Disciplinas ministradas
Processos Estocásticos

4/2001 - 7/2001 Ensino, Engenharia de Eletrônica, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Neurociência

4/2001 - 7/2001 Ensino, Engenharia Eletrônica, Nível: Graduação.
Disciplinas ministradas
Processamento Digital de Sinais

8/2000 - 12/2000 Ensino, Engenharia de Eletrônica, Nível: Pós-Graduação.
Disciplinas ministradas
Processamento Digital de Sinais

8/2000 - 12/2000 Ensino, Engenharia Eletrônica, Nível: Graduação.
Disciplinas ministradas
Análise Linear de Sistemas

The Institute Of Physical And Chemical Engineering, RIKEN, Japão.

Vínculo institucional

1998 - 2000 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Frontier Researcher, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1996 - 1998 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Trainee, Carga horária: 12

Atividades

4/1998 - 3/2000 Pesquisa e desenvolvimento, Bio Mimetic Control Research Center, Sensor Team
Linhas de pesquisa
Engenharia Biomédica
Processamento de Sinais de Voz
Computação Neural

4/1996 - 3/1998 Serviços técnicos especializados, Bio Mimetic Control Research Center, Sensor Team.
Serviço realizado
Desenvolvimento de Software para Reconhecimento de Fala.

Coordenador de Educação Tecnológica do Núcleo de Engenharia de Software

Vínculo institucional

1991 - 1992 Vínculo: Servidor público ou estatista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Linhas de Pesquisa

1. Engenharia Biomédica
2. Processamento de Sinais de Voz
3. Computação Neural
4. Engenharia Biomédica

Currículo do Sistema de Currículos L...

5. Processamento Digital de Sinais

Projetos de Pesquisa

- 2008 - 2010** Aplicação e Desenvolvimento Tecnológico em Telemedicina baseado em Sistemas de Auxílio ao Diagnóstico Médico e em Sistemas Móveis
Situação: Em andamento; *Natureza:* Pesquisa.
Integrantes: Allan Kardec Dualibe Barros Filho - Coordenador
Financiador(es): Financiadora de Estudos e Projetos - Auxílio financeiro..
- 2008 - 2010** PRONEX: Análise de sinais biomédicos, suas aplicações e desenvolvimento tecnológico em epilepsia, frequência ventricular cardíaca, câncer de mama, enfermidades gástricas e biotecnologia
Situação: Em andamento; *Natureza:* Pesquisa.
Integrantes: Allan Kardec Dualibe Barros Filho - Coordenador.
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro / Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro..
- 2005 - Atual** Participante de projeto de mestrado em Engenharia Espacial
Descrição: Projeto de capacitação encabeçado pelo Instituto Técnico Aeroespacial (ITA) em cooperação com a FAPESP.
Situação: Em andamento; *Natureza:* Outra
Alunos envolvidos: Graduação (0) / Especialização (0) / Mestrado acadêmico (0) / Mestrado profissionalizante (12) / Doutorado (0) .
Integrantes: Sergio Frascino Almeida - Coordenador / Allan Kardec Dualibe Barros Filho - Integrante.
Financiador(es): Financiadora de Estudos e Projetos - Outra..

Membro de corpo editorial

- 2005 - Atual** Periódico: Signal Processing

Revisor de periódico

- 2004 - Atual** Periódico: Signal Processing
- 1998 - Atual** Periódico: Neurocomputing
- 2006 - Atual** Periódico: IEEE transactions on robotics and automation (1042-296X)
- 2001 - Atual** Periódico: IEEE Transactions on Bio-Medical Engineering (0018-9294)
- 2005 - Atual** Periódico: IEEE Signal Processing Letters (1070-9908)
- 2001 - Atual** Periódico: IEEE Transactions on Neural Networks (1045-9227)
- 2003 - Atual** Periódico: IEEE Transactions on Signal Processing (1053-587X)

Áreas de atuação

- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais / *Especialidade:* Filtros Adaptativos.
- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Elétrica / *Subárea:* Medidas Elétricas, Magnéticas e Eletrônicas Instrumentação / *Especialidade:* Processamento de Sinais de Voz
- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Elétrica / *Subárea:* Telecomunicações / *Especialidade:* Processos Estocásticos.
- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais / *Especialidade:* Processamento de Sinais Cardíacos.
- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais / *Especialidade:* Independent Component Analysis
- Grande área:* Engenharias / *Área:* Engenharia Biomédica / *Subárea:* Processamento Digital de Sinais / *Especialidade:* Wavelets

Idiomas

- Português** Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem
- Inglês** Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem

Currículo do Sistema de Currículos L...

Japonês Compreende Bem, Fala Bem, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Espanhol Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2005 Produtividade em Pesquisa, FAPEMA.

Produção em C,T & A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **[doi>]** SANTANA, Ewaldo ; CAVALCANTE, André Borges ; SANTOS, M. O. ; BARROS, Allan Kardec ; FREIRE, R. C. S. . On-line Algorithm for Extraction of Specific Signals with Temporal Structure. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 4985, p. 21-29, 2008.
2. **[doi>]** SILVA, Cristiane C. S. ; COSTA, D. D. ; SILVA, Aristófanés C. ; BARROS, Allan Kardec . Diagnosis of Lung Nodule Using Independent Component Analysis in Computerized Tomography Images. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 4985, p. 529-538, 2008.
3. SANTANA, Ewaldo ; BARROS, Allan Kardec ; FREIRE, R. C. S. . On the Time Constant Under General Error Criterion. *IEEE Signal Processing Letters*, v. 14, p. 533-536, 2007.
4. BARROS, Allan Kardec ; CAMPOS, Lucio ; SILVA, Aristófanés C. . Independent component analysis and neural networks applied for classification of malignant, benign and normal tissue in digital mammography. *Methods of Information in Medicine*, v. 46, p. 212-215, 2007.
5. BARROS, Allan Kardec ; RUTKOWSKI, Tomasz ; MANDIC, Danilo . A Multimodal Approach to Communicative Interactivity Classification. *Journal of VLSI Signal Processing*, v. 49, p. 317-328, 2007.
6. CASTRO, L. A. ; BARROS, Allan Kardec . Regions unite to challenge inequalities in Brazil. *Nature (London)*, v. 448, p. 865-866, 2007.
7. **[doi>]** ESTOMBELO-MONTESCO, Carlos ; ARAUJO, Draulio de ; SILVA FILHO, A. C. R. ; MORAES, E. R. ; BARROS, Allan Kardec ; WAKAI, Ronaki ; BAFFA, Oswaldo . Dependent component analysis for the magnetogastrographic detection of human electrical response activity. *Physiological Measurement*, v. 28, p. 1029-1044, 2007.
8. BARROS, Allan Kardec ; PRINCIPE, Jose ; ERDOGMUS, D. . Independent Component Analysis and Blind Source Separation. *Signal Processing*, v. 87, p. 1817-1818, 2007.
9. BARROS, Allan Kardec ; PRINCIPE, Jose ; TAKEUCHI, Yoshinori ; OHNISHI, Noboru . Using non-linear even functions for error minimization in adaptive filters. *Neurocomputing (Amsterdam)*, v. 70, p. 9-13, 2006.
10. ISHIGURO, Toshinichi ; UMEZU, Akihito ; YASUDA, Yoshifumi ; HORIHATA, Satoshi ; BARROS, Allan Kardec . Modified Scaled Fourier linear combiner in the thoracic impedance cardiography. *Computers in Biology and Medicine*, v. 35, p. 997-1013, 2005.
11. BARROS, Allan Kardec ; MANDIC, Danilo ; LARSEN, J. . Introductory note. *Journal of VLSI Signal Processing*, v. 45, p. 5-6, 2006.
12. RUTKOWSKI, Tomasz ; Vialatte, F. ; CICHOCKI, Andrzej ; MANDIC, Danilo ; BARROS, Allan Kardec . Auditory feedback for brain computer interface management - an EEG data sonification approach. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 4253, p. 1232-1239, 2006.
13. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Single Channel Speech Enhancement by Efficient Coding. *Signal Processing*, v. 85, p. 1805-1812, 2005.
14. ARAUJO, Draulio de ; BARROS, Allan Kardec ; ESTOMBELO-MONTESCO, Carlos ; ZHAO, Hui ; SILVA FILHO, Antonio Roque da ; BAFFA, Oswaldo ; WAKAI, Ronaki ; OHNISHI, Noboru . Fetal Source Extraction from Magnetocardiographic Recordings by Dependent Component Analysis. *Physics in Medicine and Biology*, v. 50, p. 4457-4464, 2005.
15. CAMPOS, Lucio ; SILVA, Aristófanés C. ; BARROS, Allan Kardec . Diagnosis of Breast Cancer in Digital Mammograms Using Independent Component Analysis and Neural Networks. *Lecture Notes in Computer Science*, v. 3773, p. 460-469, 2005.
16. HAYANO, Junichiro ; BARROS, Allan Kardec ; KAMIYA, Atsunori ; OHTE, Nobuyuki ; YASUMA, Fumihiko . Assessment of pulse rate variability by the method of pulse frequency demodulation. *Biomedical Engineering Online*, v. 4, p. 62, 2005.
17. ONO, Takashi ; YASUDA, Yoshifumi ; ITO, Tomonori ; BARROS, Allan Kardec ; ISHIDA, Koji ; MIYAMURA, Mharu ; YOSHIZAWA, Makoto ; YAMBE, Tomoyuki . Validity of the Adaptive Filter for Accurate measurement of cardiac output in impedance cardiography. *The Tohoku Journal Of Experimental Medicine, Japan*, v. 202, n. 3, p. 181-191, 2004.

Currículo do Sistema de Currículos L...

18. BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej ; OHNISHI, Noboru . Wavelet-like receptive fields emerges from non-linear minimization of neuron error. *International Journal Of Neural Systems*, v. 13, n. 2, p. 87-92, 2003.
19. BARROS, A. K. ; OHNISHI, Noboru . Extracting the Fetal Heart Rate Variability Using a Frequency Tracking Algorithm. *Neurocomputing*, v. 49, p. 279-288, 2002.
20. BARROS, A. K. ; RUTKOWSKI, Tomasz ; ITAKURA, F. ; OHNISHI, Noboru . Estimation of Speech Embedded in a Reverberant and Noisy Environment by Independent Component analysis. *IEEE Transactions on Neural Networks*, v. 13, n. 4, p. 888-893, 2002.
21. FUNASE, Arai ; TORU, Yagi ; BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej ; KUNO, Yoshiaki ; UCHIKAWA, Yoshiki . Analysis on saccade-related EEG with independent component analysis. *International Journal Of Applied Electromagnetics And Mechanics*, v. 14, p. 353-358, 2002.
22. . BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej . Extraction of Specific Signals with Temporal Structure. *Neural Computation*, v. 13, p. 1995-2004, 2001.
23. . BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, N. . Heart Instantaneous Frequency (HIF): An Alternative Approach to Extract Heart Rate Variability. *IEEE Transactions on Bio-Medical Engineering*, Japão, v. 47, n. 5, p. 850-855, 2001.
24. HERMANTO ; BARROS, A. K. ; YAMAMURA, T. ; OHNISHI, Noboru . Separating Virtual and Real Objects using Independent Component Analysis. *IECE Transactions On Information And Systems*, Japão, v. E84-D, n. 9, p. 1241-1248, 2001.
25. BARROS, A. K. ; VIGARIO, R. ; JOUSMAKI, V. ; OHNISHI, Noboru . Extraction of Event-Related Signals from Multi-channel Bioelectrical Measurements. *IEEE Transactions on Bio-Medical Engineering*, v. 47, n. 5, p. 583-588, 2000.
26. MANSOUR, A. ; BARROS, A. K. ; OHNISHI, Noboru . Blind Separation of Sources: Methods, Assumptions and Applications. *Ieice Trans On Ea*, v. E83-A, n. 8, p. 1498-1512, 2000.
27. KAWAMOTO, M. ; BARROS, A. K. ; MANSOUR, A. ; MATSUOKA, K. ; OHNISHI, Noboru . Blind Signal Separation for Convolved Nonstationary Signals. *Electronics And Communications In Japan*, v. 84, n. 2, p. 21-29, 2000.
28. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; MATSUOKA, K. ; OHNISHI, Noboru . Blind Separation of non-stationary signals (ó Ô I E ã è i M i u C n M "). *Ieice Em Japonês*, 1999.
29. BARROS, A. K. ; OHNISHI, Noboru . Amplitude Estimation of Quasi-Periodic Physiological Signals by Wavelets. *IECE Transactions On Information And Systems*, Japão, v. E82, 1999.
30. BARROS, Allan Kardec ; MANSOUR, A. ; OHNISHI, Noboru . Removing Artifacts From ECG Signals Using Independent Components Analysis. *Neurocomputing*, v. 22, p. 173-186, 1998.
31. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Effect of Spectral Overlap and Bias on Event-related Filters. *Ieice*, p. 691-693, 1997.
32. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . MSE Behavior of Biomedical Event-Related Filters. *IEEE Transactions on Bio-Medical Engineering*, v. 44, p. 848-855, 1997.
33. BARROS, Allan Kardec ; YOSHIZAWA, Makoto ; YASUDA, Yoshifumi . Filtering Non-Correlated Noise in Impedance Cardiography. *IEEE Transactions on Bio-Medical Engineering*, v. 42, p. 324-327, 1995.

Livros publicados/organizados ou edições

1. BARROS, Allan Kardec . Quarta Crescente. , 2005.

Capítulos de livros publicados

1. BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej ; OHNISHI, Noboru . Neural Coding by Temporal and Spatial Correlation. In : N. Yanai; A. Okada; K. Shigemasa; Y. Kano; Meulman (Org.) *New Developments in Psychometrics*. Tokyo: Springer, 2002, v. , p. 673-680.
2. BARROS, Allan Kardec . The Independence Assumption: Dependent Component Analysis. In : Mark Girolami (Org.) *Advances in Independent Component Analysis*. , 2000, v. , p. -.




Textos em jornais de notícias/revistas

1. BARROS, Allan Kardec . Impedância Cardiográfica. Um Novo Método Não Invasivo. *Revista Informédica*, v. 2(7) p. 19 - 20, 17 abr 1994.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. José Assunção Mendes ; RIBEIRO, A. F. ; Robson, Ricardo R. ; BARROS, Allan Kardec ; LABIDI, S. . Subvocal Speech Recognition Based on EMG signal Using Independent Component Analysis and Neural Network MLP. In : *International Congress on Image and Signal Processing (CISP2008)*, 2008, Sanya. *Proceedings of the 2008 International Congress on Image and Signal Processing*, 2008.
2. LUCENA, Fausto ; TAKEUCHI, Y. ; OHNISHI, Noboru ; BARROS, A. K. . SCREENING CARDIAC HEART FAILURE USING BIOLOGICAL INSPIRED GABOR-WAVELETS FEATURES. In : *Brain Inspired Cognitive Systems*, 2008, São Luis. *Proc. of BICS'2008*, 2008.
3. Ribeiro, Aurea Celeste. ; COSTA, D. D. ; BARROS, A. K. . DIABETES DIAGNOSIS THROUGH THE EFFICIENT CODING AND ONE CLASS SVM. In : *Brain Inspired Cognitive Systems*, 2008, São Luis. *Proc. of BICS'2008*, 2008.
4. BARROS, A. K. . On the need of random codes for conscious machines. In : *Brain Inspired Cognitive Systems*, 2008, São Luis. *Proc. of BICS'2008*, 2008.

Currículo do Sistema de Currículos L...

5. CAMPOS, Lucio ; COSTA, D. D. ; BARROS, A. K. . SEGMENTATION OF BREAST CANCER IN DIGITAL MAMMOGRAPHY USING TEXTURE FEATURES AND INDEPENDENT COMPONENT ANALYSIS. In: Brain Inspired Cognitive Systems, 2008, São Luís. Proc. of BICS'2008 2008
6. SANTANA, Ewaldo ; PRINCEPE, Jose ; BARROS, A. K. ; Santana, Éder ; FREIRE, R. C. S. . BIOLOGICALLY INSPIRED ALGORITHM BASED ON ERROR MINIMIZATION. In: Brain Inspired Cognitive Systems, 2008, São Luís. Proc. of BICS'2008, 2008
7.  ESTOMBELO-MONTESCO, Carlos ; ARAUJO, Draulio de ; ROQUE A.C. ; MORAES, E. R. ; BARROS, Allan Kardec ; WAKAI, Ronald ; BAFFA, Oswaldo . Extraction of gastric electrical response activity from magnetogastrographic recordings by DCA. In: 7th International Conference on Independent Component Analysis and Signal Separation, 2007, Londres. Conference on Independent Component Analysis and Signal Separation. Heidelberg : Springer Berlin, 2007. v. 4666. p. 585-592.
8.  GUILHON, Denner ; BARROS, Allan Kardec ; COMANI, S. . ECG Compression by Efficient Coding. In: 7th International Conference on Independent Component Analysis and Signal Separation, 2007, Londres. 7th International Conference on Independent Component Analysis and Signal Separation. Heidelberg : Springer Berlin, 2007. v. 4666. p. 593-600.
9. COSTA, D. D. ; CAMPOS, Lúcio F. A. ; BARROS, Allan Kardec ; SILVA, Aristófanes C. . Independent Component Analysis in Breast Tissues Mammograms Images Classification Using LDA and SVM. In: The International Special Topic Conference on Information Technology Applications in Biomedicine- ITAB, 2007, Tokyo. Proceeding of the IEEE Engineering in Medicine and Biology Society, 2007
10.  SOUSA, C. ; CAVALCANTE, André Borges ; GUILHON, Denner ; BARROS, Allan Kardec . Image Compression by Redundancy Reduction.. In: 7th International Conference on Independent Component Analysis and Signal Separation, 2007, Londres. Lecture Notes in Computer Science. Heidelberg : Springer Berlin, 2007. v. 4666. p. 422-429.
11. SAUAIA FILHO, E. N. ; BARROS, Allan Kardec ; SILVA, Isabela B. S. ; SOARES, L. V. B. ; CAVALCANTE, André Borges ; ARAUJO, E. A. . A Interdisciplinariedade na Biomedicina: Ciências da Computação, Eng. Eletrônica, Física, Matemática, Farmácia/Bioquímica e Medicina. In: 45º Congresso Brasileiro de Educação Médica, 2007, Uberlândia. Proceedings do 45º COBEM, 2007.
12. COMANI, S. ; GUILHON, Denner ; LEEUWEN, P. V. ; COSTA, D. D. ; BARROS, Allan Kardec ; HAILER, B. ; GRONEMEYER, D. . Effectiveness of ICA processing for feature extraction in magneto-cardiographic signals. In: 41º Jahrestagung der DGBMT - Deutschen Gesellschaft für Biomedizinische Technik im VDE, 2007, Aachen. 41º Jahrestagung der DGBMT - Deutschen Gesellschaft für Biomedizinische Technik im VDE, 2007.
13. Robson, Ricardo R. ; CATUNDA, Sebastian Yuri ; MEDEROS, Eugenio ; CAVALCANTE, André Borges ; FREIRE, R. C. S. ; BARROS, Allan Kardec . Low Cost Electrocardiogram System Based on Mobile Platforms for Telemedicine Applications. In: IEEE - Portable 2007 - International Conference on Portable Information Devices, 2007, Orlando. Proc. International Conference on Portable Information Devices, 2007.
14. CAVALCANTE, André Borges ; RUTKOWSKI, Tomasz ; MANDIC, Danilo ; BARROS, Allan Kardec . Speech Enhancement Based on the Response Features of Facilitated El Neurons. In: 6th International Conference on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2006, Charleston. 6th International Conference on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2006. p. 585-592.
15. FUNASE, Arai ; YAGI, Tohru ; BARROS, Allan Kardec ; MOURI, Motoaki ; CICHOCKI, Andrzej ; TAKUMI, Ichi . Analysis on EEG signal in visually and auditorily guided saccade task by FICAR . In: 6th International Conference on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2006, Charleston. 6th International Conference on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2006. p. 438-445.
16. SANTANA, Ewaldo ; BARROS, Allan Kardec ; YASUDA, Yoshifumi ; F. Grangeiro ; FREIRE, Raimundo Carlos Silverio . Analysis of the Time Constant for the Sigmoidal Algorithm Applied to Biomedical Signals. In: IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006, BENEVENTO. IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006. p. 115-117.
17. BRITO, Deusdete de Sousa ; BARROS, Allan Kardec ; FREIRE, Raimundo Carlos Silverio ; BARBACENA, Ilton . Measuring the Heart Instantaneous Frequency using LMS Algorithm. In: IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006, BENEVENTO. IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006. p. 123-127.
18. BRITO, Deusdete de Sousa ; BARROS, Allan Kardec ; FREIRE, Raimundo Carlos Silverio ; BARBACENA, L. . Heart Instantaneous Frequency Measurement Method Based in LMS Algorithm. In: IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006, BENEVENTO. IEEE INTERNATIONAL WORKSHOP ON MEDICAL MEASUREMENT AND APPLICATIONS, 2006. p. 123-127.
19. ESTOMBELO-MONTESCO, Carlos ; BAFFA, Oswaldo ; ARAUJO, Draulio de ; BARROS, Allan Kardec ; WAKAI, Ronald ; MORAES, E. R. . Magnetogastrography before and after a test meal to seek for electrical response. In: 15th International Conference on Biomagnetism, 2006, Vancouver. 15th International Conference on Biomagnetism, 2006. v. 1. p. 168.
20. RUTKOWSKI, Tomasz ; Vialatte, F. ; CICHOCKI, Andrzej ; MANDIC, Danilo ; BARROS, Allan Kardec . Auditory Feedback for Brain Computer Interface Management - An EEG Data Sonification Approach. In: International Conference on Knowledge-Based & Intelligent Information & Engineering Systems, 2006, Bournemouth. Lecture Notes on Artificial Intelligence, 2006. p. 1232-1239.
21. BARROS, Allan Kardec . Computational consciousness: building a self-preserving organism. In: Brain Inspired Cognitive Systems 2006 2006, Lesbos. Brain Inspired Cognitive Systems 2006 2006. v. aceito
22. da Silva, Fabio N. ; Abreu, Ivanildo S. ; FONSECA, Joao Viana ; BARROS, Allan Kardec ; Silva, Orlando F. . Solução da equação algébrica de Riccati via rede neural recorrente para projeto do regulador linear quadrático. In: Congresso Brasileiro de Automatica 2006, Salvador. Congresso Brasileiro de Automatica, 2006. v. aceito
23. Robson, Ricardo R. ; CAVALCANTE, André Borges ; MEDEROS, Eugenio ; CATUNDA, Sebastian Yuri ; FREIRE, Raimundo Carlos Silverio ; BARROS, Allan Kardec . Low Cost Electrocardiogram System Based on Mobile Platforms for Telemedicine Applications. In: Cairo International Biomedical Engineering Conference, 2006, Cairo. Cairo International Biomedical Engineering Conference, 2006.

Currículo do Sistema de Currículos L...

24. SANTANA, Ewaldo ; PRINCEPE, Jose ; BARROS, Allan Kardec ; FREIRE, Raimundo Carlos Silverio . An Adaptive Algorithm Based On The Sigmoidal Function. In: Simposium Brasileiro de Redes Neurais, 2006, Ribeirao Preto. Simposium Brasileiro de Redes Neurais, 2006. v. 1. p. 1-4
25. Leite V ; Moraes A. ; BARROS, Allan Kardec . Single Channel Source Extraction by Stationary Wavelet Transform and Independent Component Analysis . In: ICA Research Network International Workshop, 2006, Liverpool. ICA Research Network International Workshop, 2006.
26. OLIVEIRA, José Igor ; CA TUNDA, Sebastian Yuri ; BARROS, Allan Kardec ; NAVINER, Jean François . Multi-Layer Level Measurement Using Adaptive Filtering . In: IEEE Instrumentation and Measurement Technology Conference, 2005, Olawa. IEEE Instrumentation and Measurement Technology Conference, 2005. v. 1. p. 732-736.
27. FUNASE, Arao ; BARROS, Allan Kardec ; YAGI, Tooru ; CICHOCKI, Andrzej ; TAKUMI, Ichi . Comparison of saccade-related EEG signal with saccade-related independent component. In: 27th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc, 2005, Shangai. 27th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc, 2005.
28. SOUSA, Maxwell B ; BARROS, Allan Kardec ; PESSANHA, Jose Onoda . Fault Location in Medium and High Voltage Transmission Lines Through Efficient Coding. In: IEEE PES Transmission and Distribution Exposition, 2005, New Orleans. IEEE PES Transmission and Distribution Exposition, 2005.
29. GUILHON, Denner ; MEDEIROS, Eugenio ; BARROS, Allan Kardec . ECG DATA COMPRESSION BY INDEPENDENT COMPONENT ANALYSIS. In: Machine Learning for Signal Processing, 2005, Mystic. Machine Learning for Signal Processing, 2005.
30. SANTANA, Ewaldo ; YASUDA, Yoshifumi ; TAKEUCHI, Yoshinori ; BARROS, Allan Kardec . Adaptive Estimation of Impedance Cardiographic Signal by the Sigmoidal Algorithm. In: V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005, Tokyo. V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005. p. 117-120.
31. LUCENA, Fausto ; OHNISHI, Noboru ; BARROS, Allan Kardec . On the Difference Between Heart Rate Variability and Blood Pressure Variability. In: V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005, Tokyo. V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005.
32. CAMPOS, Lúcio F. A. ; SILVA, Aristófaes C. ; BARROS, Allan Kardec . Independent Component Analysis and Neural Networks Applied for Classification of Malignant, Benign and Normal Tissue in Digital Mammography. In: V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005, Tokyo. V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005.
33. CAMPOS, Lúcio F. A. ; SILVA, Aristófaes C. ; BARROS, Allan Kardec . DIAGNOSIS OF BREAST CANCER IN DIGITAL MAMMOGRAMS USING INDEPENDENT COMPONENT ANALYSIS AND NEURAL NETWORKS. In: 10th Iberoamerican Congress on Pattern Recognition, 2005, Havana. 10th Iberoamerican Congress on Pattern Recognition, 2005. v. 1. p. 85-88.
34. LUCENA, Fausto ; OHNISHI, Noboru ; BARROS, Allan Kardec . Analysis of the Difference Between Heart Rate Variability and Blood Pressure Variability. In: V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005, Tokyo. V International Workshop on Biosignal Interpretation, 2005.
35. BORGES, H. P. ; LABIDI, S. ; NASCIMENTO, Edson ; BARROS, Allan Kardec . Problems Resolution in the NetClass System. In: 6th International Conference on Enterprise Information Systems, 2004, Porto. ICIS04, 2004.
36. BARROS, Allan Kardec ; NASCIMENTO, Edson ; OHNISHI, Noboru . Single Chanel speech recovery by coding. In: International Joint Conference on Neural Networks, 2004, Budapest. Proceeding of the International Joint Conference on Neural Networks, 2004. p. 65-68.
37. JAMES, Edil ; BARROS, Allan Kardec ; TAKEUCHI, Yoshinori ; MANDIC, Danilo ; OHNISHI, Noboru . Speech Enhancement By Lateral Inhibition And Binaural Masking. In: Machine Learning for Signal Processing, 2004, Sao Luis. Proceedings of the Workshop on Machine Learning for Signal Processing 2004, 2004. p. 365-370.
38. SANTOS, Marcio ; BARROS, Allan Kardec ; FONSECA, Joao Viana . A New Method To Heart Instantaneous Frequency Estimation . In: Machine Learning for Signal Processing, 2004, Sao Luis. Proceedings of the Symposium on Machine Learning for Signal Processing 2004, 2004. p. 473-479.
39. BARROS, Allan Kardec ; PRINCEPE, Jose ; TAKEUCHI, Yoshinori ; OHNISHI, Noboru . Family of Algorithms Based on Even Moments . In: Brazilian Symposium on Neural Networks, 2004. Sao Luis. VIII Brazilian Symposium on Neural Networks, 2004. p. 156-160.
40. FUNASE, Arao ; BARROS, Allan Kardec ; OKUMA, S. ; YAGI, Tooru ; CICHOCKI, Andrzej . Research of saccade-related EEG Comparison of ensemble averaging method and independent component analysis . In: IV International Symposium on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2003, Nara. ICA2003, 2003. p. 867-872.
41. BARROS, Allan Kardec ; ARAUJO, Draulo de ; BAFFA, Oswaldo ; WAKAI, Ronald ; ZHAO, Hui ; OHNISHI, Noboru . Fetal Magnetocardiographic Source Separation Using the Poles of the Autocorrelation Function . In: IV International Symposium on Independent Component Analysis and Blind Source Separation, 2003, Nara. ICA2003, 2003. p. 833-836.
42. HOYA, T. ; BARROS, Allan Kardec ; RUTKOWSKI, Tomasz ; CICHOCKI, Andrzej . Speech Extraction Based Upon a Combined Subband Independent Component Analysis and Neural Memory . In: 3rd International Conference on Independent Component Analysis and Source Separation, 2003, Nara. ICA2003, 2003. p. 361-366.
43. TAKEUCHI, Y. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Real Time Speech Separation by Lateral Inhibition . In: 2003 International Symposium on Intelligent Signal Processing and Communication Systems, 2003, Awaji Island. ISPACS 2003.
44. BARROS, Allan Kardec ; PRINCEPE, Jose ; TAKEUCHI, Y. ; SALES, C. H. ; OHNISHI, Noboru . AN ALGORITHM BASED ON THE EVEN MOMENTS OF THE ERROR. In: Neural Networks for Signal Processing, 2003, Toulouse. Neural Networks for Signal Processing, 2003. p. 870-885.

Currículo do Sistema de Currículos L...

45. LEITE, S. ; SAAVEDRA, O. ; CAMELO, N. ; BARROS, Allan Kardec . Projeto da Usina Maremotriz do Bacanga: Concepção e Perspectivas. In: 5th Latin-American Congress Electricity Generation and Transmission, 2003, São Paulo. 5th Latin-American Congress Electricity Generation and Transmission, 2003.
46. SANTOS, Marcio ; BARROS, Allan Kardec . Real Time Frequency Estimation using Exponential Coefficients and Wavelets.. In: 1st African Control Conference, 2003. Cape town, 2003.
47. HANADA, T. ; HOYA, T. ; DING, S. ; BARROS, Allan Kardec ; ISHIDA, Y. . COMBINED SUBBAND INDEPENDENT COMPONENT ANALYSIS AND NEURAL MEMORY FOR BLIND SPEECH EXTRACTION. In: The 2004 International Technical Conference on Circuits/Systems, Computers and Communications, 2003, Sendai. The 2004 International Technical Conference on Circuits/Systems, Computers and Communications, 2004.
48. BARROS, Allan Kardec ; ABREU, N. . NOISE REMOVAL IN A SINGLE SPEECH CHANNEL THROUGH CODING BY Independent component analysis. In: 1st African Control Conference, 2003, Cape Town, 2003.
49. BARROS, Allan Kardec ; NASCIMENTO, E. J. . Real time speech separation by lateral inhibition and masking. In: 1st African Control Conference, 2003 p. 251-255.
50. BARROS, Allan Kardec ; SANTOS, M. O. . Estimating the Heart Instantaneous Frequency using the EARM Algorithm. In: 1st African Control Conference, 2003, Cape Town. 1st African Control Conference, 2003.
51. BARROS, Allan Kardec ; CARVALHO, P. H. B. . Decomposition of speech signals into its modulated components for application to VOCODER Speech. In: 1st African Control Conference, 2003, Cape Town, 2003.
52. BARROS, Allan Kardec . Uma introdução à análise de componentes independentes e suas aplicações em engenharia biomédica. In: Simpósium Brasileiro em Engenharia Biomédica, 2002, São José dos Campos. Simpósium Brasileiro em Engenharia Biomédica, 2002
53. BRITO, Deusdete de Sousa ; BARROS, A. K. . Influência de Ruídos de Frequências Muito baixas na Estimativa de Sinais Quasi-Periódicos pelo Algoritmo LMS. In: XIV Congresso Brasileiro de Automática, 2002, Natal. XIV Congresso Brasileiro de Automática, 2002.
54. SANTOS FILHO, E. ; NASCIMENTO, Edson ; BARROS, Allan Kardec . DESIGN OF A FUZZY SYSTEM WITH RULE BASE OBTAINED FROM MATHEMATICAL MORFOLOGY FOR IMAGE PROCESSING. In: XIV Congresso Brasileiro de Automática, 2002, Natal. XIV Congresso Brasileiro de Automática, 2002.
55. BARROS, Allan Kardec ; RUTKOWSKI, Tomasz ; MANSOUR, A. ; ITAKURA, F. ; OHNISHI, N. . Estimation of Speech Embedded in a Reverberant Environment with Multiple Sources of Noise. In: International Conference on Speech and Signal Processing 2001, 2001, Utah. International Conference on Speech and Signal Processing 2001, 2001.
56. BARROS, Allan Kardec ; MCLAUGHLIN, J. ; OHNISHI, Noboru ; MALKIN, R. . Extracting The Heart Rate Variability From A Plethysmographic Power Spectrum. In: Computers in Cardiology 2001, 2001, Rotterdam. Computers in Cardiology 2001, 2001.
57. FUNASE, Arazo ; BARROS, Allan Kardec ; YAGI, Tooru ; KUNO, Y. ; UCHIKAWA, Y. . Analysis on saccade-related EEG with independent component analysis. In: JSAEM, 2001 JSAEM, 2001 p. 411-412.
58. SANTOS FILHO, E. ; NASCIMENTO, Edson ; BARROS, Allan Kardec . Toward a neuro-fuzzy system for mammogram enhancement. In: V Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente, 2001, Canelas. V Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente, 2001.
59. RUTKOWSKI, Tomasz ; CICHOCKI, Andrzej ; BARROS, Allan Kardec . Speech Enhancement from Interfering Sounds Using CASA Techniques and Blind Source Separation. In: 3rd International Conference on Independent Component Analysis and Source Separation 2001, San Diego. 3rd International Conference on Independent Component Analysis and Source Separation, 2001.
60. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Fetal heart rate variability extraction by frequency tracking. In: 3rd International Conference on Independent Component Analysis and Source Separation, 2001, San Diego. 3rd International Conference on Independent Component Analysis and Source Separation, 2001.
61. FUNASE, Arazo ; YAGI, Tooru ; BARROS, Allan Kardec ; KUNO, Yoshiaki ; UCHIKAWA, Yoshiki . Analysis on saccade-related EEG with independent component analysis. In: International Symposium on Applied Electromagnetics and Mechanics, 2001, Tokyo. 2001
62. BARROS, Allan Kardec ; GIROLAMI, M. ; ROSIPAL, R. ; OHNISHI, Noboru . Extraction of Sleep-Spindles from the Electroencephalogram (EEG). In: Artificial Neural Networks In Medicine and Biology 2000, 2000, Goteborg. Artificial Neural Networks In Medicine and Biology 2000, 2000. p. 125-130
63. BARROS, Allan Kardec ; KAWAHARA, H. ; CICHOCKI, Andrzej ; KAJITA, S. ; RUTKOWSKI, Tomasz ; KAWAMOTO, M. ; OHNISHI, Noboru . Enhancement of a Speech Signal Embedded in Noisy Environment Using Two Microphones. In: Independent Component Analysis (ICA2000), 2000, Helsinki. Independent Component Analysis (ICA2000), 2000. v. 1 p. 423-428.
64. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; MATSUOKA, K. ; OHNISHI, Noboru . A method of real-world blind separation implemented in frequency domain. In: ICA'2000, 2000. Proc. Independent Component Analysis 2000. v. 1 p. 267-272
65. HERMANTO, ; BARROS, Allan Kardec ; YAMAMURA, T. ; OHNISHI, Noboru . Separating virtual and real objects using independent component analysis. In: IECE Meeting on DSP, 2000, Saoporo. The Institute of Electronics, Information and Communication Engineering Meeting on Digital Signal Processing, 2000. v. 145 p. 29-34.
66. CICHOCKI, Andrzej ; RUTKOWSKI, Tomasz ; BARROS, Allan Kardec . Blind Extraction of Temporally Correlated but Statistically Dependent Acoustic Signals. In: IEEE Workshop on Neural Networks for Signal Processing, NNSP'2000, 2000, Sydney. IEEE Workshop on Neural Networks for Signal Processing, NNSP'2000, 2000.
67. RUTKOWSKI, Tomasz ; CICHOCKI, Andrzej ; BARROS, Allan Kardec . SPEECH ENHANCEMENT USING ADAPTIVE FILTERS AND INDEPENDENT COMPONENT ANALYSIS APPROACH. In: International Conference on Artificial Intelligence in Science and Technology, 2000, Hobart. International Conference on Artificial Intelligence in Science and Technology, 2000.

Currículo do Sistema de Currículos L...

68. RUTKOWSKI, Tomasz ; CICHOCKI, Andrzej ; BARROS, Allan Kardec . Speech extraction from interferences in real environment using bank of filters and blind source separation. In: Workshop on Signal Processing Applications, 2000, Brisbane Workshop on Signal Processing Applications, 2000.
69. BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej ; OHNISHI, Noboru . Extraction of Statistically Dependent Sources with Temporal Structure. In: Brazilian Symposium on Neural Networks, 2000, Rio de Janeiro. Brazilian Symposium on Neural Networks 2000, 2000.
70. BARROS, Allan Kardec ; YEHIA, H. . TUTORIAL: Independent Component Analysis: Algorithms, Applications and Neural Coding. In: Brazilian Symposium on Neural Networks, 2000, Rio de Janeiro. Brazilian Symposium on Neural Networks 2000, 2000.
71. BARROS, Allan Kardec ; BADA, H. ; OHNISHI, Noboru . Extracting a newborn heart rate from the ECG power spectrum. In: 7 th International Conference on Fetal & Neonatal Physiological Measurement, 2000, Turku. 7 th International Conference on Fetal & Neonatal Physiological Measurement, 2000.
72. FUNASE, Arai ; BARROS, Allan Kardec ; YAGI, Tooru ; KUNO, Y. ; UCHIKAWA, Y. . A study on electro-encephalogram (EEG) in eye movements, Non-Linear Electromagnetic Systems. In: ISEM'99, 2000. ISEM'99, 2000. p. 709-712.
73. FUNASE, Arai ; BARROS, Allan Kardec ; YAGI, Tooru ; KUNO, Y. ; UCHIKAWA, Y. . Analysis of eye-movement-related EEG with ICA. In: Engineering in Medicine and Biology Society - IEEE, 2000. Engineering in Medicine and Biology Society - IEEE, 2000.
74. FUNASE, Arai ; BARROS, Allan Kardec ; YAGI, Tooru ; KUNO, Y. ; UCHIKAWA, Y. . A study on saccade-related EEG with independent component analysis. In: Society for Neuroscience 30th Annual Meeting Abstracts, 2000. Society for Neuroscience 30th Annual Meeting Abstracts, 2000. v. 26.
75. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Removal of Quasi-Periodic Sources From Physiological Measurements. In: ICA'99, 1999. Aussois. ICA'99, 1999. p. 185-190.
76. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; MANSOUR, A. ; MATSUOKA, K. ; OHNISHI, Noboru . Real World Blind Separation of Convolved Non-stationary Signals. In: ICA '99, 1999, Aussois. ICA '99, 1999. p. 347-352.
77. BARROS, Allan Kardec ; WISBECK, J. ; OHNISHI, Noboru . Extracting the Heart Rate Variability from an Electrocardiogram Sampled at a Very Low Frequency. In: Computers in Cardiology 1999, 1999, Hannover. Computers in Cardiology 1999, 1999. p. 335-338.
78. CICHOCKI, Andrzej ; BARROS, Allan Kardec . Robust Batch Algorithm for Sequential Blind Extraction of Noisy Biomedical Signals. In: Fifth International Symposium on Signal Processing and its Applications (ISSPA'99), 1999, Brisbane. Fifth International Symposium on Signal Processing and its Applications (ISSPA'99), 1999. v. Vol.1. p. 363-366.
79. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Pre-filtering Non-stationary Signals to Improve Blind Source Separation. In: 13th International Conference On Digital Signal Processing, 1998, Santorini. 13th International Conference On Digital Signal Processing, 1997.
80. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru ; MANSOUR, A. . Adaptive Blind Elimination of Artifacts in ECG Signals. In: I&ANN, 1998, Tenerife. I&ANN, 1998. p. 36-42.
81. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru ; MANSOUR, A. . A Neural Network for Blind Separation of Convolved Non-stationary Signals. In: I&ANN, 1998, Tenerife. I&ANN, 1998.
82. MANSOUR, A. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Subspace adaptive algorithm for blind separation of convolutive mixtures by conjugate gradient method. In: The First International Conference and Exhibition Digital Signal Processing, 1998, Moscou. The First International Conference and Exhibition Digital Signal Processing, 1998. p. 1-252-1-260.
83. MANSOUR, A. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . A fast algorithm for blind separation of sources based on the cross-cumulant and Levenberg-Marquardt method. In: The Fourth International Conference on Signal Processing, 1998, Beijing. The Fourth International Conference on Signal Processing, 1998. p. 323-326.
84. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Heart Rate Variability Calculation: A Non conventional Approach for Saving Memory. In: Proc. of Computers in Cardiology, 1998, Cleveland. Proc. of Computers in Cardiology, 1998. p. 389-392.
85. WISBECK, J. ; BARROS, Allan Kardec ; OJEDA, R. ; OHNISHI, Noboru . Application of ICA in the Separation of Breathing Artifacts in ECG Signals. In: International Conference on Neural Information Processing, 1998, Kyushu. International Conference on Neural Information Processing, 1998. p. 297-300.
86. MANSOUR, A. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Comparison Among Three Estimators For High Order Statistics. In: International Conference on Neural Information Processing, (ICONIP'98), 1998, Kyushu. International Conference on Neural Information Processing, (ICONIP'98), 1998. p. 293-296.
87. BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej . A fixed point algorithm for independent component analysis which use a priori information. In: Vth Brazilian Symposium on Neural Networks, 1998, Belo Horizonte. Vth Brazilian Symposium on Neural Networks, 1998.
88. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . A Neural Network for Blind Separation of Convolved Non-stationary signals. In: International ICSC Workshop on Independence and Artificial, 1998, Tenerife. International ICSC Workshop on Independence and Artificial, 1998. p. 1374-1379.
89. KAWAMOTO, M. ; BARROS, Allan Kardec ; MANSOUR, A. ; MATSUOKA, K. ; OHNISHI, Noboru . Blind Separation for Convolutive Mixtures of Non-stationary signals. In: International Conference on Neural Information Processing, 1998, Kyushu. International Conference on Neural Information Processing, 1998. p. 743-746.
90. BARROS, Allan Kardec ; YEHIA, H. ; OHNISHI, Noboru . Effect of the updating block size on ICA algorithms. In: IEEE Meeting on DSP

Currículo do Sistema de Currículos L...

1997, Sapporo. IECE Meeting on DSP, 1997. v. 24. p. 53-56.

91. BARROS, Allan Kardec ; OHNISHI, Noboru . Real-time Separation of Mixed Non-stationary Signals. In: 18th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc., 1996, Amsterdam. 18th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc., 1996
92. BARROS, Allan Kardec ; YOSHIZAWA, Makoto ; OHNISHI, Noboru . Learning Characteristics of Event-Related Filters. In: 38th MWSCAS, 1995, Rio de Janeiro. 38th MWSCAS, 1995.
93. BARROS, Allan Kardec ; YOSHIZAWA, Makoto ; YASUDA, Yoshifumi . Adaptive estimation of impedance cardiographic signals. In: The 16th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc., 1994, Baltimore. The 16th Int. Conf. of the IEEE Eng. in Med. and Biol. Soc., 1994.

Resumos publicados em anais de congressos

1. BARROS, Allan Kardec ; CICHOCKI, Andrzej ; OHNISHI, Noboru . Extraction of sources using a priori information about their temporal structure. In: International Meeting of the Psychometric Society, 2001, Osaka. International Meeting of the Psychometric Society, 2001.

Artigos aceitos para publicação

1. BARROS, Allan Kardec ; PRINCIFE, Jose . A Model for Neural Regulation of Heart Rate Based on Statistical Independence. Lecture Notes in Computer Science, 2007.

Produção técnica**Trabalhos técnicos**

1. BARROS, Allan Kardec ; HOYA, T. ; CICHOCKI, Andrzej ; RUTKOWSKI, Tomasz . A system for extraction of speech signals, the method, and the program. 2002.
2. BARROS, Allan Kardec . A method to calculate Heart Rate Variability at very low sampling frequency. 1999.
3. BARROS, Allan Kardec . Revisao em revistas. 1997.

Demais trabalhos

1. BARROS, Allan Kardec . Neural Coding and Signal Extraction: A Component Analysis Approach - University of New Mexico, 2000 (Palestra como Convidado).
2. BARROS, Allan Kardec . A method to calculate Heart Rate Variability at very low sampling frequency. 1999 (Patente).
3. BARROS, Allan Kardec . Dependent Component Analysis - NIPS workshop on Independent Component Analysis. 1999 (Palestra como Convidado).
4. BARROS, Allan Kardec . Heart Instantaneous Frequency - University of Memphis. 1999 (Palestra como Convidado).
5. BARROS, Allan Kardec . The work on Independent Component Analysis at RIKEN - Paisley, Scotland. 1999 (Palestra como Convidado).
6. BARROS, Allan Kardec . Revisor de varios artigos cientificos da IEEE e outras conferencias (a partir de 1995). 1996 (Revisor).

Bancas**Participação em banca e examinadores****Dissertações**

1. LUDEMIR, T. B. ; LOPES, C. R. S. ; RIBEIRO, A. F. ; SOUTO, M. ; BARROS, Allan Kardec . Participação em banca de Cláudia Ribeiro Santos Lopes. Rede Neural Artificial para Análise de Fatores Relacionados a Transtornos Mentais Comuns. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) - Universidade Federal de Pernambuco.
2. ABDELOUAHAB, Z. ; SANTOS, G. L. F. ; NASCIMENTO, Edson ; BARROS, Allan Kardec . Participação em banca de Glenda de Lourdes Ferreira dos Santos. Respostas Automáticas para Melhoria da Segurança em Sistemas de Detecção de Intrusos. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão.

Teses de doutorado

1. BRAGA, A. P. ; COSTA, M. A. ; RIBEIRO, A. F. ; BARROS, Allan Kardec . Participação em banca de Marcelo Azevedo Costa. Controle por modos deslizantes da generalização em aprendizado de Redes Neurais Artificiais. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Currículo do Sistema de Currículos L...

Organização de eventos

1. BARROS, Allan Kardec ; PRINCEPE, Jose. Machine Learning for Signal Processing. 2004. (Organização de evento/Congresso).
2. BARROS, Allan Kardec. Simposium Brasileiro de Redes Neurais. 2004. (Organização de evento/Congresso)

Orientações

Orientações em andamento

Tese de doutorado



1. Ewaldo Eder Carvalho Santana. Um Modelo Para redes Neurais Biologicamente Inspirado Baseado em Minimização de Erro. Início: 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Campina Grande. (Orientador).
2. Marcio Santos. Remocao de Ruído em Ressonancia Magnetica Funcional por Codificacao Eficiente. Início: 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Campina Grande. (Orientador).
3. Deusdete Sousa Brito. Aplicacao de Analise de Componentes Independentes em Reconhecimento de Padroes de ECG. Início: 2005. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Campina Grande, Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).

Supervisões e orientações concluídas

Dissertação de mestrado

1. André Borges Cavalcante. Campos Receptivos Similares às Wavelets de Haar São Gerados a Partir da Codificação Eficiente de Imagens Urbanas. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
2. Daniel Duarte Costa. Classificação de Lesões em mamografias por Análise de Componentes Independentes, Análise Discriminante Linear e Máquina de Vetor de Suporte. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
3. Carlos Magno Sousa Junior. Compressão de imagens utilizando análise de componentes independentes. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
4. Arifrance Rocha Almeida. Localização de falhas em sistemas de transmissão de alta tensão usando ICA. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
5. Denner Guilhon. Compressão de Sinais de Eletrocardiograma utilizando Análise de Componentes Independentes. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
6. Lucio Flavio Albuquerque Campos. Classificação de Lesões em Mamografias Digitais usando análise de Componentes Independentes e Redes Neurais Perceptron Multicamadas. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
7. Ewaldo Eder Carvalho Santana. Estudo e desenvolvimento de uma família de algoritmos não lineares para filtragem adaptativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
8. Fausto Lucena. Análise da Variabilidade da Frequência Cardíaca estimada a partir da pressão sanguínea. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
9. José Igor Santos de Oliveira. Medição de múltiplas fases do nível de líquidos usando filtro adaptativo: técnicas. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Co-Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.
10. Maxwell Borges de Sousa. Localização de falhas em linhas de média e alta tensão utilizando codificação eficiente. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletrônica) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Dualibe Barros Filho.

Currículo do Sistema de Currículos L...

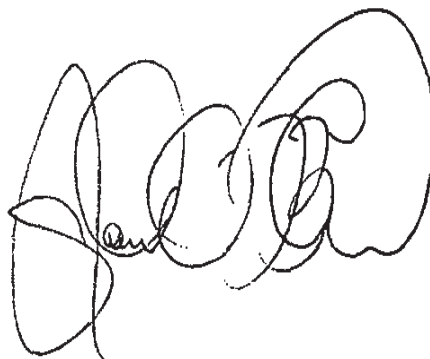
11. Jonas de Jesus Barros. Estimacão no Espaço de Estado do Ponto de Impacto de Foguetes. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletridade) - Universidade Federal do Maranhão, . Co-Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho
12. Natalia Costa Leite de Abreu. Extracão de Sinais de Voz em Ambientes Ruidos por Decomposicao em Funcoes Bases Estatisticamente Independentes. 2003. 0 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletridade) - Universidade Federal do Maranhão, . Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho
13.  Paulo Henrique Bezerra de Carvalho. Codificacão de sinais de voz humana por decomposicão em componentes modulantes. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletridade) - Universidade Federal do Maranhão, . Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho.
14. Marcio de Oliveira Santos. Estimacão da Frequencia instantanea cardiaca utilizando metodo EAR e wavelets. 2003. 0 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletridade) - Universidade Federal do Maranhão, . Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho.
15.  Deusdete de Sousa Brito. Calculo da Frequencia Instantanea Cardiaca Utilizando o Algoritmo LMS e uma Interface de quiscacão de dados. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Eletridade) - Universidade Federal do Maranhão, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho.
16. Hermanto. Visual and real objects separation using independent component analysis. 2000. 0 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Informacão) - Universidade de Nagoya, . Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho.

Tese de doutorado

1. Takashi Ono. Validity of the Adaptive Filter for Accurate Measurement of Cardiac Output in Impedance Cardiography. 2004. 120 f. Tese (Doutorado em Physical Fitness And Sports) - Universidade de Nagoya, . Co-Orientador: Allan Kardec Duailibe Barros Filho.

Outras informacões relevantes

Machine Learning for Signal Processing (antteriormente chamado de Neural Networks for Signal Processing). Este ano de 2004 estarei sendo o General Chair desse symposium da IEEE, junto com Jose Principe, da University of Florida, Gainesville. Concomitantemente, estarei sendo o Coordenador Geral do VIII Symposium Brasileiro de Redes Neurais, que estaraõ acontecendo aqui, em Sao Luis, de 29 de setembro a 1o. de Outubro de 2004. Maiores informacões em www.sbm.elo.com.br. (30/06/2004).



Aviso nº 890 – C. Civil.

Brasília, 2 de outubro de 2008

MENSAGEM Nº 202, DE 2008

(Nº 751/2008, na origem)

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 2 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE**Magda Maria de Regina Chambriard**

Data de Nascimento: 30/06/1957

Filiação: Sérgio Raul de Barros Regina e Cândida Alves de Barros Regina

CPF: 673.612.937-00 / Id: 03376481-2 IFP/RJ

End.: Av. Lineu de Paula Machado, 905/1003

Lagoa, Rio de Janeiro, CEP-22470-040

Formação Escolar:

Engenheira Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1979.

Pós Graduação:

Mestre em Engenharia Química pela COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989.

Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações, na Universidade Corporativa da Petrobras em 1980.

Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações, na Universidade Corporativa da Petrobras em 1983.

Línguas Estrangeiras: Francês e Inglês

Complementação Profissional (1980 – 2001)

Cursos em nível de aperfeiçoamento nos seguintes temas:

- Geologia de Petróleo para Engenheiros;
- Perfuração de Poços;
- Engenharia de poços horizontais;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial em Engenharia de Produção;
- Enhanced Oil Recovery”;
- Geoestatística Aplicada a Engenharia de Reservatórios;
- Negociação de Contratos de Exploração e Produção (E&P);
- Métodos Térmicos;
- Simulação Numérica Composicional de Reservatórios;
- Equações de Estado e Simuladores de PVT;
- Programa de Capacitação em Negociação na Indústria do Petróleo;
- Curso de Gestão de Riscos;
- Contabilidade;
- Análise de Portfolio de Investimentos em projetos de E&P.

Experiência Profissional:**I) Na Petrobras:**

1977-1979 - Auxiliar técnica e assistente técnica em obras de acabamento do Metro do Rio de Janeiro - Contratada pela Construtora Ecel .

1980 – Ingressa na Petrobrás - sede, como engenheira estagiária.

1980- 1987- Área de Engenharia de Reservatórios da Petrobras - sede, em projetos (estudo, implantação e acompanhamento) de Métodos Especiais de Recuperação de Petróleo (Injeção de Vapor, Combustão in situ, Injeção de CO2) no Nordeste Brasileiro (Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte).

1988-1989 – Mestrado na UFRJ.

1990-1992 - Área de Engenharia de Reservatórios da Petrobras - sede, em supervisão e controle de projetos (estudos e gerenciamento) de engenharia de reservatórios, relativos aos campos da Bahia e Sergipe/ Alagoas.

1992-1994 - Área de Produção da Petrobras - sede, em supervisão e controle de projetos de produção, relativos aos campos da Bahia e Sergipe/ Alagoas e Espírito Santo.

1994-1995 - Área de Produção da Petrobras -sede, em supervisão e controle de projetos de produção, relativos aos campos do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

1995-1998 - Área de Engenharia de Reservatórios da Petrobras - sede, em supervisão e controle de projetos (estudos e gerenciamento) de engenharia de reservatórios, relativos às bacias brasileiras. Também atuou em grupos de avaliação de performance de projetos nacionais de E&P implantados e a implantar.

1998 – 2001 - Área de Novos Negócios de Exploração e Produção da Petrobras - sede, na negociação de campos de petróleo maduros, campos em desenvolvimento e áreas exploratórias, participando das etapas de apresentação dos campos e das áreas (data room), planejamento do negócio, negociação de condições econômicas e confecção de documentos relativos ao negócio.

II) Na Petrobras , como Consultora:

2002 – Área de Novos Negócios da Petrobras - sede, na negociação de blocos exploratórios, campos de petróleo maduros e campos em desenvolvimento, participando das etapas planejamento dos negócios em parceria e negociação de condições econômicas.

III Na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

De 2002 a 2008 - **Assessora do Diretor Newton Reis Monteiro**, com atuação principalmente nas áreas de Exploração e Produção.

Assessoramento do Diretor nos processos afetos a área de exploração e produção de petróleo e gás natural, atuando na análise de todos os projetos de E&P;

Assessoramento nos processos afetos a apuração de participações governamentais, atuando principalmente nos processos de apuração das participações especiais.

Assessoramento no processo de criação e fomento da pequena e média empresa petrolífera no Brasil, tendo atuado para a formulação das bases do processo, para a implantação dos projetos campo-escola da Bahia e do Rio Grande do Norte e para a viabilização das 2 licitações de campos marginais da ANP;

A partir de 2005 acumulou a **Superintendência de Exploração da ANP**;

Na Superintendência é responsável pela regulação e fiscalização das atividades exploratórias realizadas em todo o território nacional, deliberando sobre compromissos exploratórios dos concessionários, analisando e aprovando planos de avaliação exploratória, analisando e emitindo pareceres sobre as cessões de direitos e obrigações nos contratos de concessão na fase exploratória, sendo responsável pelas garantias financeiras atreladas aos contratos de concessão.

Na Superintendência de Exploração destacou a importância da atuação desta superintendência para garantir a justa apuração das participações especiais (tributo cuja apuração supera a dos royalties) em prol da sociedade brasileira.

Atua visando o treinamento ostensivo do quadro ANP recém admitido por concurso público e ao aparelhamento da superintendência em termos de "hardwares" e "softwares" para o desempenho de suas atividades de acordo com o "estado da arte" das novas tecnologias.

A partir de 2006 passou a acumular a **Superintendência de Exploração e a Superintendência de Definição de Blocos da ANP**.

Nesta superintendência é responsável pelos estudos geológicos e geofísicos visando ao conhecimento dos recursos petrolíferos existentes no território nacional e à sugestão ao MME/CNPE dos blocos a licitar nas licitações de áreas exploratórias no Brasil.

É responsável pela concepção e contratação dos projetos de aquisição de dados e informações de geologia e geofísica, necessários ao conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, com vistas às licitações da ANP.

É responsável pela fiscalização dos estudos e projetos de geologia e geofísica contratados no âmbito da superintendência.

Participou da elaboração do 1. Plano Plurianual para aquisição de novos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras. Esse plano inclui no cenário petrolífero brasileiro cerca de 5 milhões de km² de bacias sedimentares e encontra-se em andamento desde 2007.

Em 2006 – Atuou como coordenadora técnica no processo seletivo da ANP no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural

IV) Trabalhos na área de treinamento profissional, na ANP:

2002 – Palestrante no World Petroleum Congress, no Rio de Janeiro

2002 - 2006 – Auxílio na coordenação do curso de Gestão nos Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás no Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP). Também atua como instrutora.

2003 – Atuou como instrutora no curso Indústria de Petróleo e Gás Natural – Aspectos Legais, Tributários e Ambientais.

2007 – Como palestrante no congresso da “Society of Exploration Geophysicists (SEG)”, realizado em San Antonio, Texas.

2007 – Como palestrante em evento sobre “Oportunidades de Negócio no setor de Óleo e Gás no Brasil”, para investidores internacionais, realizado em Houston, Texas.

2008 – Como palestrante no seminário sobre Águas Profundas do Golfo do México, promovido pela Universidade Autônoma do México.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008


Magda Maria de Regina Chambriard

Aviso nº 895 – C. Civil.

Brasília, 2 de outubro de 2008

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora

Magda Maria de Regina Chambriard para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

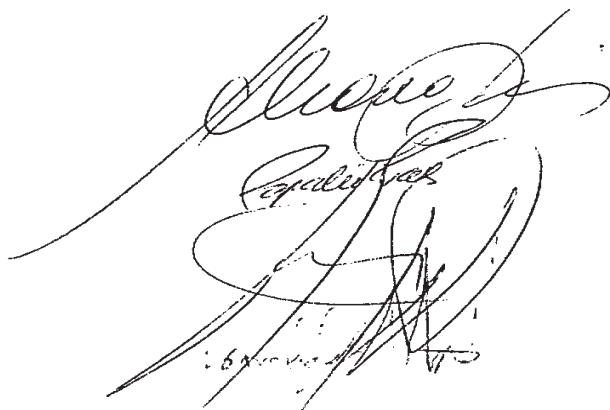
São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.027, DE 2008

Da Comissão Diretora, sobre a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2008 (nº 1.816, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2008 (nº 1.816, de 1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde*.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.027, DE 2008

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2008 (nº 1.816, de 1999, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 11.585, de 28 de novembro de 2007, para autorizar o Ministério da Saúde a outorgar a “Medalha de Mérito Oswaldo Cruz”, por ocasião do “Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.585, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. No Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde, poderá ser outorgada a “Medalha de Mérito Oswaldo Cruz”, mediante proposta do Ministro de Estado da Saúde, àqueles que se distinguirem, de forma notável ou relevante, em suas funções como agente de saúde, em seus Estados.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação de desempenho, de que trata o **caput**, serão determinados pelo órgão de coordenação de saúde da administração pública competente.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 1.028, DE 2008

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 172, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CÉSAR COSTA ALVES DE MATTOS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 07 de outubro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Eduardo Suplicy sobre a Mensagem nº 172, de 2008, opina pela APROVAÇÃO da indicação do Senhor CÉSAR COSTA ALVES DE MATTOS, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 10 votos favoráveis, 5 contrário(s) e DESAFIO SPITEJUDO.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 2008.

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUP LICY (PT)

1- FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2- IDELI SALVATTI (PT)

DEL CÍDIO AMARAL (PT)

3- MARINA SILVA (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4- MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

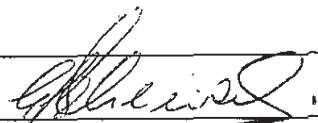
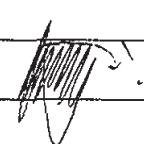
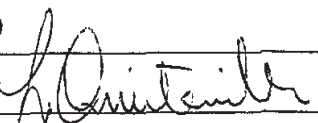
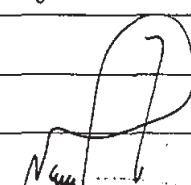
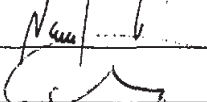
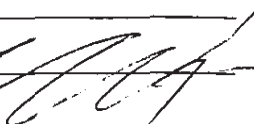
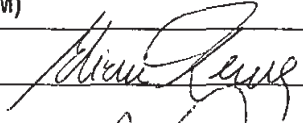
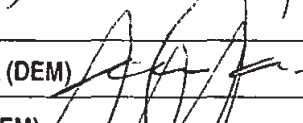
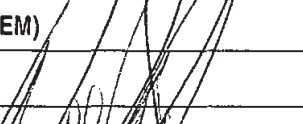
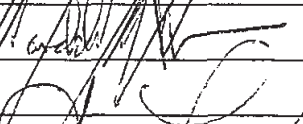
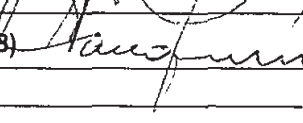

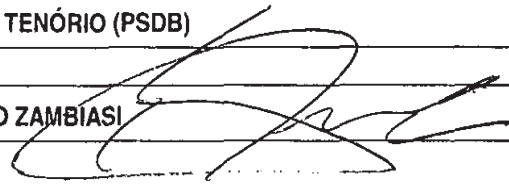

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

6- PATRÍCIA SABOYA (PDT)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA 
VALDIR RAUPP 	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA 
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO 	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA 	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM) 
ELISEU RESENDE (DEM) 	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM) 	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI 
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS 	1-JEFFERSON PRAIA

Atualizada em 26/08/2008

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 172, de 2008 (nº 626, de 22-8-2008, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça.

O indicado, nascido no Rio de Janeiro (RJ), tornou-se Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, em 1986. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ele concluiu o Mestrado em Economia em 1991, com a tese intitulada “Organização dos Agentes Econômicos, Sindicatos e Políticas de Estabilização”, tendo como orientador o Professor Gustavo Franco.

Em setembro de 2001, obteve o título de Doutor em Economia pela Universidade de Brasília, com a tese “O Modelo Brasileiro de Reforma das Telecomunicações: Uma Abordagem Teórica”, sob a orientação do Professor Paulo Coutinho.

No período de agosto a outubro de 2005, participou do Programa **Visiting Scholar no Institute of Management, Innovation and Organization (IMIO)** da **Haas School of Business**, em Berkeley, Califórnia (EUA).

Atualmente, o indicado é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na Área de Economia e Pesquisador Associado do Centro de Excelência em Regulação e Economia (CERME), da Universidade de Brasília. Dentre os cargos que ocupou anteriormente, cabe salientar os seguintes:

1. Assessor do Secretário do Tesouro do Ministério da Fazenda;
2. Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
3. Consultor Econômico de **Baker & McKenzie** no Brasil;
4. Assessor Econômico do CADE; e
5. Coordenador de Questões Estruturais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

No tocante à produção científica, o indicado elaborou inúmeros artigos publicados em revistas bem conceituadas da área de Economia (fls. 2 e 3). É autor, ainda, de diversos artigos sobre assuntos econômicos, publicados pelos jornais **Valor Econômico**, **Gazeta Mercantil**, **Correio Braziliense** e **O Globo** (fl. 3). Desde 1993, escreveu artigos publicados sobre vários temas econômicos, na época em que foram discutidos no Congresso Nacional (fl. 4). É, também, co-autor dos seguintes livros: **Política de Preços Públicos no Brasil**, **A Dívida Pública Brasileira**, **A Revolução Antitruste no Brasil: O Papel da Teoria Econômica Aplicada a Casos Concretos**, volumes I e II (fls. 4 e 5).

O indicado participou e apresentou trabalhos científicos em diversos seminários nacionais e internacionais (fls. 5 a 8). Foi membro de bancas examinadoras de teses de mestrado, doutorado e prêmios (fls. 10 e 11), além de haver orientado teses de mestrado (fl. 10).

Em 1986, foi aprovado em primeiro lugar no Concurso Nacional da ANPEC para Mestrado em Economia. Em 1995, obteve o segundo lugar no Concurso de Analista de Finanças do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. No concurso para Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Economia, obteve o primeiro lugar.

Trata-se, portanto, de candidato com formação acadêmica e atuação profissional que o credenciam ao desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Assim sendo, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto no art. 52, III, f, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente – Senador **Eduardo Suplicy**, Relator.

PARACER 1.029, DE 2008

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 181, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ELISEU MARTINS para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 07 de outubro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra sobre a Mensagem nº 181, de 2008, opina pela APPROVAÇÃO da indicação do Senhor ELISEU MARTINS, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos, por 12 votos favoráveis, 0 contrário(s) e NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: Sérgio Guerra

RELATOR(A): Sérgio Guerra

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPPLY (PT)

1- FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2- IDELI SALVATTI (PT)

DELÍCIO AMARAL (PT)

3- MARINA SILVA (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4- MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

6- PATRÍCIA SABOYA (PDT)

SERYS SLHESARENKO (PT)

7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

Atualizada em 26/08/2008

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

Relator ad hoc: Senadora **Serys Slhessarenko**

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 181, de 2008, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eliseu Martins, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Ministério da Fazenda, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos.

Nascido em Albertina, Minas Gerais, no dia 2 de junho de 1945, o Sr. Eliseu Martins tornou-se Bacharel em Contabilidade, em 1968, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Nessa conceituada universidade, também se titulou Doutor, em 1973, e Livre Docente, em 1978, ambos em Contabilidade. Fez também outros cursos de pós-graduação na FEA/USP, na França e nos EUA. É professor do Departamento de Contabilidade e Atuação da FEA/USP desde 1968, sendo que, desde 1986, na condição de titular.

O Sr. Eliseu Martins possui extenso currículo acadêmico. Foram vários livros publicados, com cerca de 1,9 milhão de exemplares vendidos, mais de 50 trabalhos apresentados em congressos, mais de 400 artigos publicados em revistas e boletins, mais de 50 mestrandos e doutorandos orientados e mais de 150 participações em bancas examinadoras. Compôs também o conselho editorial de várias revistas da sua área de atuação.

Dentre as atividades administrativas desenvolvidas na USP cabe destaque aos cargos de Diretor da FEA e o de Presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPE-CAFI). Junto a entidades públicas e sociedades de economia mista foram também várias experiências com destaque à Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil (1990 a 1991) e à Diretoria da própria CVM (1985 a 1988). É também membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM desde 1980.

Outro campo de atuação profissional do Sr. Eliseu Martins com extensa lista de trabalhos é o de consultor e parecerista junto a empresas e entidades privadas, entre as quais Petrobras, Banco Real, Bovespa, Bra-

desco, CSN, Gerdau, Itaú, Lojas Americanas, Mendes Júnior, Odebrecht, Pão de Açúcar, Santander Banespa, Alpargatas, Sul America Seguros, Siemens, Unibanco, Vale do Rio Doce e Votorantim.

Existem ainda outros itens no vasto currículo do indicado. Entretanto, as atividades acima listadas parecem absolutamente suficientes para revelar que estão reunidos os atributos necessários para o perfeito desempenho do cargo de Diretor da CVM, cargo, aliás, já ocupado anteriormente pelo indicado.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, submeto à apreciação e julgamento desta douta Comissão, a escolha do Senhor Eliseu Martins, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Certamente, a conseqüente sabatina reafirmará o preparo técnico e a oportuna e adequada escolha do indicado para o exercício da Diretoria da CVM.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente – Senador **Sérgio Guerra**, Relator – Senadora **Serys Slhessarenko**, Relatora **ad hoc**.

PARECER Nº 1.030, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 176, de 2008 (nº 674, de 2008, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá – MS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

Relator: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Corumbá-MS, por intermédio da Mensagem nº 176, de 2-9-2008, solicitando autorização desta Casa para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Além disso, o pleito precisa se submeter aos ditames da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, que “dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo”.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento adicional do *Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah*.

O objetivo do projeto é melhorar as condições sanitárias e ambientais, reduzindo danos à infra-estrutura pública e comunitária causados pelas inundações, bem como as condições de circulação de veículos e pedestres na área do projeto.

Os recursos do empréstimo serão desembolsados em cinco anos. Os investimentos totais estão previstos em até US\$6,435,000.00, sendo US\$3,217,500.00 financiados pelo Fonplata e o restante proveniente da contrapartida municipal.

O Banco Central efetuou o registro da pretendida operação de crédito externo no Sistema de Registro

de Operações Financeiras – ROF, sob o registro TA 468887 – BACEN.

Assim é que, para o presente empréstimo, o desembolso está previsto em um prazo de 60 meses. A amortização será feita em 30 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira 180 dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos. O cálculo estimativo do serviço da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, situa-se em 8,12% ao ano, flutuante, conforme a variação da LIBOR, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

II – Análise

Estão anexados ao processado, entre outros documentos, pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que são citados a seguir.

No parecer nº 1332/2008/GERFI/COREF, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites de endividamento do município, estabelecidos nas Resoluções SF nºs 40/2001 e 43/2001, foram calculados e considerados atendidos pela COPEM.

Naquela data, havia margem para a concessão da pleiteada garantia da União, no limite estabelecido no art. 9º da Resolução SF nº 48/2007.

Consulta realizada naquela data não indicou a existência de débitos da Administração Direta do Município junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. O município está autorizado a oferecer como contragarantia à garantia da União cotas e receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

Quanto à capacidade de pagamento do empréstimo, o Município de Corumbá-MS foi classificado na categoria “A”, suficiente para receber a garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89/1997.

As conclusões do parecer da STN são as seguintes:

Diante de todo o exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento das condicionalidades rela-

cionadas no parágrafo 28 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

O parágrafo 28 do referido parecer menciona a exigência de que sejam cumpridos, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, os seguintes requisitos:

(i) que o Município demonstre, à satisfação do Fonplata, a constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do Projeto;

(ii) que o Mutuário tenha apresentado, à satisfação do Fonplata, o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do projeto, bem como o respectivo Manual Operacional.

A STN sugere que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromisso, verifique o cumprimento dessas exigências antes da assinatura do Contrato, inclusive mediante prévia manifestação do Fonplata.

Constam do processado, também, informações sobre a autorização do Poder Legislativo Municipal para a contratação da operação de crédito, assim como da inclusão do projeto nas leis orçamentária e do Plano Plurianual do Município (Leis Municipais nºs 2008 e 2009, de 21-12-2007). As exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal são atendidas, conforme o mencionado parecer da STN.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou que as minutas contratuais contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 5º da Resolução nº 48, de 2007 do Senado Federal, que veda disposição contratual atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

A PGFN concluiu que “diante do exposto, poderá o assunto ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição da República, ressaltando-se que, previamente à assinatura

dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia, bem como comprovado o cumprimento das condições apontadas pela STN, em especial, que seja verificada a situação de adimplência do município perante a União”.

A operação de crédito, como já enfatizado, foi creditada pelo Banco Central do Brasil, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País. Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar uma taxa de juros em torno de 8,12% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48/2007, 40/2001 e 43/2001, todas do Senado Federal, são atendidas pelo Município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

As considerações relativas ao mérito do pedido são, também, positivas. Os objetivos do projeto são de alto interesse social. Ele tem por objetivo melhorar as condições sanitárias e ambientais, reduzindo danos à infra-estrutura pública e comunitária causados pelas inundações, além de aperfeiçoar as condições de circulação de veículos e pedestres na região de Corumbá. Entendemos que o projeto deverá ter impacto econômico e social significativo no Município de Corumbá.

III – Voto

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 2008

Autoriza o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de

Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada

nas seguintes condições:

I – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

II – *devedor*: Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor do empréstimo*: até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América);

V – *valor da contrapartida municipal*: US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América);

VI – *prazo de desembolsos*: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de vigência do Contrato;

VII – *amortização*: o empréstimo será pago dentro do prazo de 20 anos, em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no 20º dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira destas datas que ocorrer depois de transcorridos 180 dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos;

VIII – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente no 20º dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira destas datas, uma vez transcorridos 180 dias do primeiro desembolso e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros

LIBOR semestral para dólar americano acrescidos de um spread de 250 pontos-base;

IX – *juros de mora*: 20% (vinte por cento) ao ano da taxa de juros determinada pelo atraso no pagamento das quotas de amortização;

X – *comissão de administração*: US\$32.175,00 (trinta e dois mil cento e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), o equivalente a 1% (um por cento) ao ano do valor do financiamento, debitada do empréstimo pelo credor, quando cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso;

XI – *comissão de compromisso*: 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano, sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 180 dias contados da assinatura do contrato; e que, caso o prazo de desembolso seja ampliado, será aumentada para 1% (um por cento) ao ano a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de desembolso.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, atenda aos seguintes requisitos:

I – formalize o respectivo contrato de contragarantia;

II – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do Fonplata:

a) demonstre, à satisfação do Fonplata, a constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do Projeto;

b) apresente o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do Projeto, bem como o respectivo Manual Operacional.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 176, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/10/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPPLY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
ALEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
SIM ARGELLO	2-

PDT

MAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
----------	-------------------

PARECER Nº 1.031, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 177, de 2008 (nº 673/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Município de Uruguaiana (RS) solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Uruguaiana, por intermédio da Mensagem nº 177, de 2008, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos provenientes da operação de crédito em análise destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além desse empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2008 a 2012, o programa contará com contrapartida de recursos do município estimada no montante de até US\$ 4,5 milhões.

A operação de crédito externo pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme TA465295. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio do expediente DESIG/DICIC-SUREX nº 162, de 30 de julho de 2008.

A operação de crédito se processará na modalidade de empréstimo com Margem Fixa (**Fixed Spread Loan**), sendo o dólar dos Estados Unidos da América (EUA) a moeda de desembolso. Ao empréstimo incidirão juros vinculados à taxa de juros LIBOR semestral para dólar americano, acrescidos de **spread** a ser determinado pelo BIRD. O Município de Uruguaiana

poderá optar pela conversão da taxa de juros, de fixa para flutuante, e vice-versa, bem como da moeda de referência da operação de crédito.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,05% a.a.

II – Análise

A STN emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nesta operação de crédito externo.

Nos pareceres são fornecidas informações acerca da situação do Município de Uruguaiana, no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Essas operações financeiras estão, portanto, sujeitas a condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) cumprimento, pelo tomador do empréstimo, dos compromissos tributários, financeiros e fiscais assumidos para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.222, de 11 de julho de 2008, informa que consulta realizada por meio eletrônico não indicou a existência de débito em nome da Prefeitura do Município de Uruguaiana (RS) junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas.

Ademais, há previsão de garantias por parte do Município de Uruguaiana. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas das cotas de repartição constitucional a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim, o Governo Federal poderá reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Por seu turno, verifica-se que não há registro de compromissos honrados pela União em seu nome nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas. Igualmente, não há registro de pendências do município, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Entendo, como reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) o Município de Uruguaiana conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso ela venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do município, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Dessa forma, estão sendo observadas as exigências definidas no art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, assim como o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 40 da LRF.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira definidos nas Resoluções nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites para a concessão de garantia da União, estipulados na referida Resolução nº 48, de 2007, são atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.222, de 2008;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN/COF/nº 1.828, de 25 de agosto de 2008, conclui que as cláusulas da minuta contratual são admissíveis e cumpre a legislação brasileira aplicável à espécie, sendo observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, e no art. 20 da Resolução nº 43, de 2001, que vedam disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) em relação à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no

programa mencionado constam do Plano Plurianual Municipal para o período 2006-2009, em que se inserem as ações do programa em exame. Assim como a lei orçamentária municipal, para o exercício de 2008, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso; constam desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, a contrapartida do município e ao dispêndio com encargos financeiros;

d) considerando as informações prestadas pelo município e o cronograma de utilização de recursos, a STN entende que o mutuário dispõe de dotações suficientes para o início da execução do Programa;

e) os limites de endividamento do Município de Uruguaiana, estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos pela Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, conforme demonstrado em seus Pareceres nº 1.525, de 6 de dezembro de 2007 e nº 23, de 8 de janeiro de 2008.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando as condições processuais e os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como os previstos na Resolução nº 40, de 2001.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,05% a.a., constitui indicativo aceitável pela STN em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar dos EUA no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Uruguaiana, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem.

Quanto ao mérito do Programa, há que se enfatizar que ele se encontra no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI, cofinanciado pelo BIRD, e que tem como objetivo geral melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública dos municípios envolvidos, ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda e disponibilizar uma melhor infra-estrutura urbana e rural com equilíbrio ambiental.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Uruguaiana encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, podendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2008

Autoriza o Município de Uruguaiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6.830.000,00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Uruguaiana (RS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 6.830.000,00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Município de Uruguaiana (RS);

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$6.830.000,00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: sessenta meses, contados a partir da vigência do contrato;

VI – *amortização do saldo devedor*: após carência de sessenta meses, será pago em trinta parcelas semestrais e consecutivas, sempre que possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2013 e a última em 15 de março de 2028, sendo que cada uma das vinte e nove primeiras corresponderá a 3,33% do valor total do empréstimo, e a última a 3,43%;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de um **spread** a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – *juros de mora*: 0,50% a.a. acrescido aos juros devidos e ainda não pagos após trinta dias a data prevista para o seu pagamento;

IX – *comissão à vista*: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º Fica facultado ao Município de Uruguaiana (RS) converter a taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante para fixa, e vice-versa, bem como da sua moeda de referência para os montantes já desembolsado e a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança dos encargos incorridos pelo BIRD em sua realização e de uma Comissão de Transação (**Transaction Fee**), que variará de 0,125% a 0,25% sobre os valores afetados.

§ 2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Uruguaiana (RS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Município de Uruguaiana celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Art. 4º o prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Suplicy**

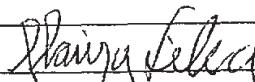
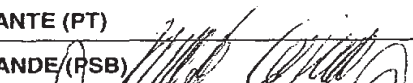
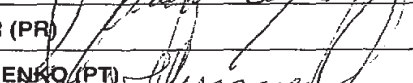
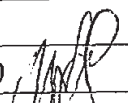
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 177, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/10/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

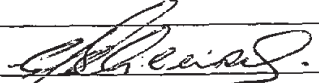
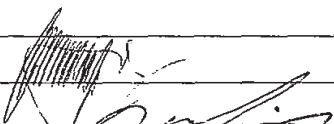
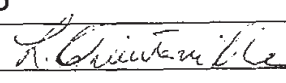

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

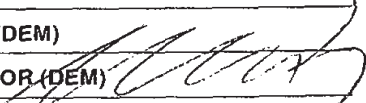
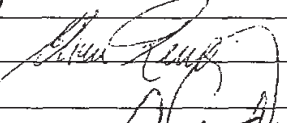
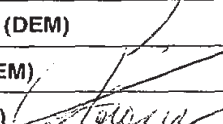
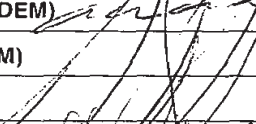
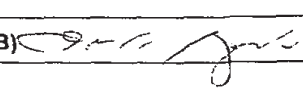
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESARENKO (PT) 	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
	8- CÉSAR BORGES (PR)

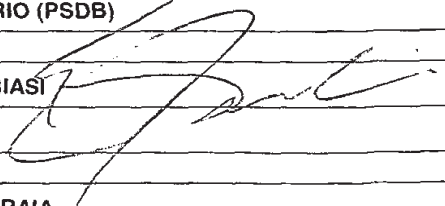
Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA 
WALDIR RAUPP 	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA 
SILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
LEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
PERSON CAMATA 	7-JARBAS VASCONCELOS

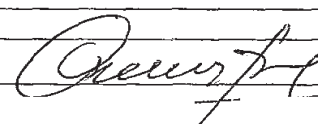
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DELMIRO SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM) 
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
AYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM) 	5-MARCO MACIEL (DEM)
AIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB) 
ÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
LEXA RIBEIRO (PSDB) 	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB) 
ÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI 
IM ARGELLO	2-

PDT

SMAR DIAS 	1-JEFFERSON PRAIA
---	-------------------

PARECER Nº 1.032, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 192, de 2008 (nº 731/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Governo do Estado do Tocantins, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Tocantins, por intermédio da Mensagem nº 192, de 2008, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III.

Esse financiamento visa dar prosseguimento às ações do Estado que objetivam fomentar o desenvolvimento e a integração do território do Estado do Tocantins. Nessa sua terceira fase, são previstas a construção de 23 novas pontes de concreto, 4 sistemas de balsa, 7 novas travessias em estradas e regiões estratégicas, além do financiamento de terraplanagem e de pavimentação de cerca de 500Km de estradas.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Projeto contará com investimentos totais de US\$ 206,36 milhões, financiados parcialmente com o presente empréstimo, a ser desembolsado, estimativamente, nos anos de 2008 e 2013, e com recursos provenientes de contrapartida do Estado do Tocantins, estimada em cerca de US\$ 30,95 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA471010.

A presente operação de crédito se processará na modalidade de Crédito ao Comprador – **Buyers Credit**, na qual incidem juros fixos, vinculados à **Commercial Interest Reference Rate (CIRR)**. Essa taxa é passível de ser convertida para a taxa de juros *LIBOR* semestral para dólar americano, acrescida de uma margem de 0,75% a.a. Vale ressaltar que a taxa CIRR estava fixada em 4,30% ao ano em 29 de agosto de 2008.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4,47% a.a..

II – Análise

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como das disposições constantes da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) – LRF.

Atendendo determinações desses normativos, a STN emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União à presente operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Tocantins no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

A STN, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.439, de 3 de setembro de 2008, informa que *consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado do Tocantins com a União e suas entidades controladas.*

Por outro lado, como ressaltado no citado Parecer, não há registro de pendência do Estado do Tocantins, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, o que caracteriza cumprimento do disposto no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado do Tocantins. Para tanto,

é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

De acordo com estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN), o Estado do Tocantins apresenta capacidade de pagamento suficiente para a absorção do empréstimo e do pagamento de seus encargos e demais serviços. O Estado de Tocantins não firmou contrato com a União no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de que trata a Lei nº 9.496, de 1997.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) o Estado do Tocantins conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Tocantins nos últimos anos.

Assim, estão sendo observadas as exigências e cumpridas as condições definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no § 1º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para a prestação de garantia por parte da União.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das Resoluções nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) Os limites de endividamento da União são atendidos, conforme informado no refe-

rindo Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.439, de 2008.

b) O Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 1.987, de 11 de setembro de 2008, conclui, ao examinar as cláusulas da minuta contratual, que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie.

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam no Plano Plurianual (PPA) Estadual para o período 2008-2011.

Ainda de acordo com a STN, a Lei Estadual nº 1.863, de 10 de dezembro de 2007, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações para a execução do projeto.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe de dotações necessárias à execução do programa.

d) O Parecer nº 98, de 2008, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado do Tocantins atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001.

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2007, observando, assim, aos limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 4,47% a.a., constitui um indicativo aceitável pela STN em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado do Tocantins, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Tocantins encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, 40 e 43 de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2008

Autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Tocantins autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Tocantins;

II – *credor*: Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: até sessenta meses;

VI – *amortização*: em dezessete parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 30 de abril e 31 de outubro de cada ano, com início previsto para após seis meses da data final de desembolso ou do efetivo desembolso, o que ocorrer primeiro;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento das amortizações, fixados pela Comercial Interest Reference Rate (CIRR), segundo a taxa vigente na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: 0,20% a.a. (vinte centésimos de um por cento ao ano) sobre o saldo não

desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros;

IX – *comissão de gerenciamento*: 0,40% (quarenta centésimos de um por cento) sobre o valor total do empréstimo, sendo 50% pagos dentro de 5 dias após a data de efetividade do contrato, 25% após seis meses e o restante 12 meses após a data de efetividade do contrato;

X – *despesas gerais*: fixadas em US\$ 50,000.00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

XI – *seguro de crédito*: o valor referente ao seguro de crédito será pago pela empresa fornecedora dos bens e serviços, a Rivoli S. p. A.;

XII – *juros de mora*: 1% a.a. (um por cento ao ano), acrescido aos juros não pagos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º À operação de crédito de que trata esta resolução, é permitida a conversão da taxa de juros aplicável ao empréstimo para a LIBOR semestral para dólares dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos de um por cento ao ano), se o Acordo de Equalização da Taxa de Juros entre a SIMEST, a SACE e o Mediocredito Centrale tornar-se ineficaz ou for encerrado.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Tocantins na contratação da operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Tocantins celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 192, DE 2008
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/10/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.030 a 1.032, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes **Projetos de Resolução**:

- **nº 51, de 2008** (MSF 176/2008), que *autoriza o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata,) no valor de até três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah;*
- **nº 52, de 2008** (MSF 177/2008), que *autoriza o Município de Uruguaiana (RS) a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até seis milhões, oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América;* e
- **nº 53, de 2008** (MSF 192/2008), que *autoriza o Estado do Tocantins a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, DE 2008

Dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A liberdade de manifestação de expressão e pensamento é regulada por esta lei.

Art. 2º É livre a expressão de informações, idéias, pensamentos, críticas e opiniões, por qualquer meio de comunicação e sem censura prévia, vedado o anonimato, a respeito de qualquer assunto, contra quem ou

sobre o que quer que seja, respondendo o autor ou o órgão de divulgação, nos termos da lei, pelos excessos ou abusos que cometer.

§ 1º A sentença que julgar procedente a ação por erro, culpa ou dolo no direito de esposta, na ação civil para reparação de danos morais ou na ação penal de crime contra honra, independentemente de pedido, será veiculada pelo triplo de vezes a ocorrência do agravo, às expensas do ofensor, podendo ser o valor correspondente liquidado e executado nos próprios autos.

§ 2º O valor da indenização estipulada para o caso de dolo, abuso ou má-fé na veiculação da notícia invecivada, poderá ser até decuplicado, independentemente de pedido, a critério do juiz, ante as circunstâncias do caso.

Art. 3º Nos crimes contra a honra, praticados no âmbito desta Lei, os responsáveis que respondam por dolo serão processados nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Justificação

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a eficácia de uma série de disposições da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 1967) trouxe à tona o debate sobre a aplicação do preceito constitucional da liberdade de expressão e pensamento.

O autêntico Estado de Direito pressupõe que a liberdade de expressão e pensamento não sofra limitações de ordem política, sob qualquer forma de censura prévia que se manifeste, estando em plena consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, ainda que por liminar, suspendeu a constitucionalidade de uma série de artigos da Lei nº 5.250, de 1967, de que trata a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 130-7), proposta pelo eminente e sempre combativo Deputado Miro Teixeira e que, dentre vários méritos, tem o de alterar a realidade legislativa. É nesse contexto que se insere a tentativa de aprimorar o sistema vigente por meio da proposição que se encaminha.

A maior atividade fiscalizadora, investigatória e punitiva desenvolvida pelo Estado-Juiz nos últimos tempos, por outro lado, não pode afastar, em absoluto, garantias constitucionais fincadas, por exemplo, nos princípios da inocência, do contraditório regular e substancial e da individualização e dosimetria da pena. Mas também não pode servir de obstáculo ao exercício de um direito elevado à garantia fundamental, que é a liberdade de trânsito da informação e expressão

do pensamento, sem qualquer censura prévia, qualquer que seja seu matiz ideológico ou sua forma de manifestação.

Responderá o autor pelo excesso ou abuso, aí compreendida toda e qualquer forma de transgressão aos preceitos de ordem legal ou moral; mesmo porque não existe exercício absoluto de direitos.

Esta proposta tenta simplificar relações que, segundo eminentes juristas, sequer deveriam ser reguladas por lei. Todavia, não me parece seja esta a tradição legislativa existente no Brasil e estão aí, aos rodos, carradas de leis, algumas que pegam, outras nem tanto assim.

O projeto ora apresentado separa bem, a meu ver, a situação em que o dano é considerado pela perspectiva da conduta e dos interesses que porventura possam advir da malversação de tão fundamental e importante liberdade: a responsabilidade civil continua a ser subjetiva e isso, ante a evolução legislativa que se tem observado ultimamente, iria de encontro aos avanços de algumas conquistas fundadas na responsabilidade sem culpa. Entretanto, penso não ser este o caso, em se tratando de liberdade de imprensa.

Não se discute – e quanto a isso não parece haver dissensão – o fundamental papel que a imprensa livre exerce no controle da democracia. Penso no jornalista que, naquele momento, diante de um fato (de qualquer natureza), se veja no dilema de decidir entre o dever de informar (respaldado pela liberdade de expressão que, particularmente para mim, é mais dos cidadãos que propriamente das empresas de comunicação) e a preservação da integridade imaterial (moral e de imagem) de quem quer que seja; saberá o profissional dosar a necessidade de apuração e comprovação da informação,

tentando, minimamente, ouvir “o outro lado”, à vista, sempre, da supremacia do interesse público que, repito, parte da regra que tem de ser veiculada toda e qualquer informação de interesse da coletividade. Nada além, a propósito, do que já se faz nas redações dos grandes jornais deste País, como também de seus respectivos manuais constam.

Imprensa livre, mas também responsável. Não correspondendo à verdade e ao interesse público, e causando dano a particular, será devida indenização a quem reclamar perante o Judiciário, por culpa, nos moldes já hoje praticados. A inovação fica por conta do dolo e da má-fé, apuráveis segundo o livre convencimento motivado do magistrado por ocasião da prolação da sentença e ante as provas constantes dos autos.

A intenção dos dois parágrafos constantes do art. 2º deste projeto é criar mecanismo de peso e contrapeso a uma garantia de informação que, por óbvio, não é absoluta, nem nos regimes mais fundamentalistas.

Havendo dolo ou fundada má-fé, mediante prova colhida em instrução processual, a malversação desse fundamental direito de expressão deve merecer severa reprimenda, capaz de inibir práticas deste jaez.

O valor da sentença poderá ser multiplicado por dez, a critério do juiz da causa, independentemente de pedido, e só não será aplicado caso o juiz, expressamente na sentença já tiver considerada a hipótese prevista no referido artigo.

O mesmo se diga da publicação integral da decisão judicial (de qualquer esfera) – já salientando que permanece hígido o direito constitucional de resposta (art. 5º, V, da Constituição Federal) – só que aqui a quantidade (três vezes) já é apontada como determinada por lei, ao invés de se submeter ao critério do juiz.

As despesas, por óbvio, correm à conta do ofensor ou do órgão responsável pela veiculação.

No âmbito criminal, somente a hipótese de dolo poderá ser objeto de persecução, não devendo o jornalista trabalhar com receio de que um deslize culposos (imprudência, negligência ou imperícia), possa lhe trazer sanções criminais.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Mensagem de veto

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II

Dos Juizados Especiais Cíveis

Seção I

Da Competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – a ação de despejo para uso próprio;

IV – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I – dos seus julgados;

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta lei, o Juizado do foro:

I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II – do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III – do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Seção II

Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos

Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 7º Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Seção III

Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á litisconsórcio.

Art. 11. O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

Seção IV

Dos Atos Processuais

Art. 12. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuseram as normas de organização judiciária.

Art. 13. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei.

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

§ 2º Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.

§ 4º As normas locais disporão sobre a conservação das peças do processo e demais documentos que o instruem.

Seção V Do Pedido

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I – o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II – os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;

III – o objeto e seu valor.

§ 2º É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

Art. 15. Os pedidos mencionados no art. 3º desta Lei poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite fixado naquele dispositivo.

Art. 16. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

Art. 17. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Parágrafo único. Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

Seção VI Das Citações e Intimações

Art. 18. A citação far-se-á:

I – por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

II – tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado;

III – sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.

§ 1º A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano.

§ 2º Não se fará citação por edital.

§ 3º O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.

Art. 19. As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.

§ 1º Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.

§ 2º As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

Seção VII Da Revelia

Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

Seção VIII Da Conciliação e do Juízo Arbitral

Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

Art. 23. Não comparecendo o demandado, o Juiz togado proferirá sentença.

Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

§ 2º O árbitro será escolhido dentre os juízes leigos.

Art. 25. O árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do Juiz, na forma dos arts. 5º e 6º desta Lei, podendo decidir por equidade.

Art. 26. Ao término da instrução, ou nos cinco dias subseqüentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz togado para homologação por sentença irrecorrível.

Seção IX

Da Instrução e Julgamento

Art. 27. Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

Parágrafo único. Não sendo possível a sua realização imediata, será a audiência designada para um dos quinze dias subseqüentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

Art. 28. Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença.

Art. 29. Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

Parágrafo único. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

Seção X

Da Resposta do Réu

Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Parágrafo único. O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação da nova data, que será desde logo fixada, cientes todos os presentes.

Seção XI

Das Provas

Art. 32. Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são

hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Art. 34. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrotado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

§ 1º O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 2º Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.

Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

Parágrafo único. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

Art. 36. A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.

Art. 37. A instrução poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

Seção XII

Da Sentença

Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

Art. 39. É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta lei.

Art. 40. O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 2º No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogados.

Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob e na de deserção.

§ 2º Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

Art. 43. O recuso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeitos suspensivos, para evitar dano irreparável para a parte.

Art. 44. As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 13 desta Lei, correndo por conta do requerente as despesas respectivas.

Art. 45. As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento.

Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, coma indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 47 (VETADO)

Seção XIII

Dos Embargos de Declaração

Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

Parágrafo único. Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Art. 49. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito o oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Art. 50. Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.

Seção XIV

Da Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito

Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I – quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II – quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

III – quando for reconhecida a incompetência territorial;

IV – quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei;

V – quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;

VI – quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

§ 1º A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

§ 2º No caso do inciso I deste artigo, quando comprovar que a ausência decorre de força maior, a parte poderá ser isentada, pelo Juiz do pagamento das custas.

Seção XV

Da Execução

Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:

I – as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional – BTN ou índice equivalente;

II – os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados pelo servidor judicial;

III – a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que foi proferida. Nessa intimação, o vencido será instado a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido dos efeitos do seu descumprimento (inciso V);

IV – não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação;

V – nos casos de obrigação de entregar, de fazer, ou de não fazer, o Juiz, na sentença ou na fase de execução, cominará multa diária arbitrada de acordo com as condições econômicas do devedor para a hipótese de inadimplemento. Não cumprida a obrigação, o credor poderá requerer a elevação da multa ou a transformação da condenação em perdas e danos, que o Juiz de imediato arbitrar, seguindo-se a execução por quantia certa, incluída a multa vencida de

obrigação de dar, quando evidenciada a malícia do devedor a execução do julgado;

VI – na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar por cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária;

VII – na alienação forçada dos bens, o Juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Sendo o preço inferior ao da avaliação, as partes serão ouvidas. Se o pagamento não for à vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem móvel, ou hipotecado o imóvel;

VIII – é dispensada a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor;

IX – o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;

b) manifesto excesso de execução;

c) erro de cálculo;

d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

§ 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (Art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.

§ 2º Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio se possível com dispensa da alienação judicial devendo o conciliador propor entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

§ 3º Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior.

§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

Seção XVI

Das Despesas

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º o art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância e má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I – reconhecida a litigância de má-fé;

II – improcedentes os embargos do devedor;

III – tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

Seção XVII

Disposições Finais

Art. 56. Instituído o Juizado Especial, serão implantadas as curadorias necessárias e o serviço de assistência judiciária.

Art. 57. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

Parágrafo único. Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

Art. 58. As normas de organização judiciária local poderão estender a conciliação prevista nos arts. 22 e 23 a causas não abrangidas por esta lei.

Art. 59. Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta lei.

CAPÍTULO III

Dos Juizados Especiais Criminais

Disposições Gerais

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo (Vide Lei nº 10.250, de 2001).

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (Incluído pela Lei nº 11.313, de 2006)

~~Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, executados os casos em que a lei preveja procedimento especial. (Vide Lei nº 10.250, de 2001)~~

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Seção I

Da Competência e dos Atos Processuais

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta lei.

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou cada precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

Seção II

Da Fase Preliminar

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

~~Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhando-se ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.~~

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. (Redação dada pela Lei nº 10.455, de 13-5-2002)

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecurável, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

Seção III

Do Procedimento Sumariíssimo

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei.

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei,

Art. 78. Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos arts. 66 e 68 desta Lei e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização.

§ 2º Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do art. 67 desta Lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no art. 67 desta Lei.

Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério

Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta lei.

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 2º O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

§ 3º As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 65 desta lei.

§ 4º As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.

§ 5º Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 83. Caberão embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

§ 2º Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.

§ 3º Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Seção IV Da Execução

Art. 84. Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado.

Parágrafo único. Efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Art. 85. Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

Art. 86. A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou de multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei.

Seção V Das Despesas Processuais

Art. 87. Nos casos de homologação do acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa (arts. 74 e 76, § 4º), as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

Seção VI Disposições Finais

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – proibição de freqüentar determinados lugares;

III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade. § 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Art. 90. As disposições desta lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada. Vide ADIN nº 1.719-9)

Art. 90-A. As disposições desta lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar. (Artigo incluído pela Lei nº 9.639, de 27-9-1999,)

Art. 91. Nos casos em que esta lei passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência.

Art. 92. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

CAPÍTULO IV Disposições Finais Comuns

Art. 93. Lei Estadual disporá sobre o Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sua organização, composição e competência.

Art. 94. Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

Art. 95. Os Estados, Distrito Federal e Territórios criarão e instalarão os Juizados Especiais no prazo de seis meses, a contar da vigência desta lei.

Art. 96. Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 97. Ficam revogadas a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965 e a Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984.

Brasília, 26 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Nelson A. Jobim**

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 27-9-1995

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I **Da Liberdade de Manifestação do Pensamento e da Informação**

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

§ 1º A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei.

§ 2º É livre a exploração de empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias, desde que registradas nos termos do art. 8º.

Art. 3º É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedade por ações ao portador.

§ 1º Nem estrangeiros nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser sócios ou particular de sociedades proprietárias de empresas jornalísticas, nem exercer sobre elas qualquer tipo de controle direto ou indireto.

§ 2º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos, sendo rigorosamente vedada qualquer modalidade de contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, que lhes faculte, sob qualquer pretexto ou maneira, ter participação direta, indireta ou sub-reptícia, por inter-

médio de prepostos ou empregados, na administração e na orientação da empresa jornalística.

§ 3º A sociedade que explorar empresas jornalísticas poderá ter forma civil ou comercial, respeitadas as restrições constitucionais e legais relativas à sua propriedade e direção.

~~§ 4º São empresas jornalísticas, para os fins da presente lei, aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as que explorarem serviços de radiodifusão e televisão e agenciamento de notícias.~~

§ 4º São empresas jornalísticas, para os fins da presente lei, aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, aquelas que explorarem serviços de radiodifusão e televisão, agenciamento de notícias, e as empresas cinematográficas. (Redação dada pela Lei nº 7.300 de 27-3-1235)

§ 1º Qualquer pessoa que emprestar seu nome ou servir de instrumento para violação do disposto nos parágrafos anteriores ou que emprestar seu nome para se ocultar o verdadeiro proprietário, sócio, responsável ou orientado intelectual ou administrativo das empresas jornalísticas, será punida com a pena de 1 a três anos de detenção multa de 10 a 100 salários-mínimos vigentes na Capital do País.

§ 6º As mesmas penas serão aplicadas àquele em proveito de quem reverter a simulação ou que a houver determinado ou promovido.

§ 7º Estão excluídas do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas.

Art.4º Caberá exclusivamente a brasileiros natos a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa dos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, transmitidos pelas empresas de radiodifusão.

§ 1º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou modalidade, pretexto ou expediente, mantenham ou nomeiem servidores ou técnicos que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou conhecimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.

§ 2º A vedação do parágrafo anterior não alcança a parte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa.

Art 5º As proibições a que se referem o § 2º do art. 3º e o § 1º do artigo 4º não se aplicam aos casos

de contrato de assistência técnica, com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referente à fase de instalação e início de funcionamento de equipamento, máquinas e aparelhamento técnicos.

Art. 6º Depende de prévia aprovação do Contel qualquer contrato que uma empresa de radiodifusão pretenda fazer com empresa ou organização estrangeira, que possa, de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 3º e 4º, sendo também proibidas quaisquer modalidades contratuais que de maneira direta ou indireta assegurem as empresas ou organizações estrangeiras participação nos lucros brutos ou líquidos das empresas jornalísticas ou de radiodifusão.

Art. 7º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radorrepórteres ou comentaristas.

§ 1º Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gosto dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10.

§ 2º Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

§ 3º Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor.

§ 4º O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em todas as folhas, para exhibir em juízo, quando para isso for intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados.

CAPÍTULO Do Registro

Art. 8º Estão sujeitos a registro no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

I – os jornais e demais publicações periódicas;

II – as oficinas, impressoras de quaisquer naturezas, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III – as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV – as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 9º O pedido de registro conterà as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I – no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova da nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária;

II – no caso de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes a pessoa jurídica.

III – no caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede da sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

IV – no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas no registro no prazo de 8 (oito) dias.

Art. 10. A falta de registro das declarações exigidas no artigo anterior, ou de averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários-mínimos da região.

§ 1º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a 20 dias, para registro ou alteração das declarações.

§ 2º A multa será liminarmente aplicada pela autoridade judiciária cobrada por processo executivo,

mediante ação do Ministério Público, depois que, marcado pelo juiz, não for cumprido o despacho.

§ 3º Se o registro ou alteração não for efetivado no prazo referido no § 1º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassada de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 11. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do art. 9º, ou de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário.

CAPÍTULO III

Dos Abusos no Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e Informação

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.

Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe:

Pena: de 1 a 4 anos de detenção.

Art. 15. Publicar ou divulgar:

a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do País, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando o segredo confidência ou reserva;

b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva.

Pena: De 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção.

Art. 16. Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:

I – perturbação da ordem pública ou alarma social;

II – desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica;

III – prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município;

IV – sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro.

Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo:

Pena: Detenção, de 1 (um) a (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes:

Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. Divulgar, por qualquer meio e de forma a atingir seus objetivos, anúncio, aviso ou resultado de loteria não autorizada, bem como de jogo proibido, salvo quando a divulgação tiver por objetivo inequívoco comprovar ou criticar a falta de repressão por parte das autoridades responsáveis:

Pena: Detenção de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos da região.

Art. 18. Obter ou procurar obter, para si ou para outrem, favor, dinheiro ou outra vantagem para não fazer ou impedir que se faça publicação, transmissão ou distribuição de notícias:

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos da região.

§ 1º Se a notícia cuja publicação, transmissão ou distribuição se prometeu não fazer ou impedir que se faça, mesmo que expressada por desenho, figura, programa ou outras formas capazes de produzir resultados, for desabonadora da honra e da conduta de alguém:

Pena: Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, ou multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) salários-mínimos da região.

§ 2º Fazer ou obter que se faça, mediante paga ou recompensa, publicação ou transmissão que importe em crime previsto na lei:

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos da região.

Art. 19. Incitar à prática de qualquer infração às leis penais:

Pena: Um terço da prevista na lei para a infração provocada, até o máximo de 1 (um) ano de detenção, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Se a incitação for seguida da prática do crime, as penas serão as mesmas cominadas a este.

§ 2º Fazer apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

§ 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

§ 1º A exceção da verdade somente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele.

Art. 22. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro:

Pena: Detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. O juiz pode deixar de aplicar a pena:

a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

b) no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Art. 23. As penas cominadas dos arts. 20 a 22 aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I – contra o Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos;

II – contra funcionário público, em razão de suas funções;

III – contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública.

Art. 24. São puníveis, nos termos dos arts. 20 a 22, a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos.

Art. 25. Se de referências, alusões ou frases se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julgar ofendido poderá notificar judicialmente o responsável, para que, no prazo de 48 horas, as explique.

§ 1º Se neste prazo o notificado não dá explicação, ou, a critério do juiz, essas não são satisfatórias, responde pela ofensa.

§ 2º A pedido do notificante, o juiz pode determinar que as explicações dadas sejam publicadas ou transmitidas, nos termos dos arts. 29 e seguintes.

Art. 26. A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos arts. 20 e 22.

§ 1º A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá da pena, desde que pague as custas do processo e promova, se assim o desejar o ofendido, dentro de 5 dias e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.

§ 2º Nos casos deste artigo e do § 1º, a retratação deve ser feita ou divulgada:

a) no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe; ou

b) na mesma estação emissora e no mesmo programa ou horário.

Art. 27. Não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação:

I – a opinião desfavorável da crítica, literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

II – a reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa, de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas legislativas;

III – noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito;

IV – a reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juízes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais;

V – a divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores;

VI – a divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate de matéria de natureza reservada ou sigilosa;

VII – a crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade;

VIII – a crítica inspirada pelo interesse público;

IX – a exposição de doutrina ou idéia.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II a VI deste artigo, a reprodução ou noticiário que contenha injúria, calúnia ou difamação deixará de constituir abuso no exercício da liberdade de informação, se forem fiéis e feitas de modo que não demonstrem má-fé.

Art. 28. O escrito publicado em jornais ou periódicos sem indicação de seu autor considera-se redigido:

I – pelo redator da seção em que é publicado, se o jornal ou periódico mantém seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figuram permanentemente;

II – pelo diretor ou redator-chefe, se publicado na parte editorial;

III – pelo gerente ou pelo proprietário das oficinas impressoras, se publicado na parte ineditorial.

§ 1º Nas emissões de radiodifusão, se não há indicação do autor das expressões faladas ou das imagens transmitidas, é tido como seu autor:

a) o editor ou produtor do programa, se declarado na transmissão;

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9º, inciso III, letra **b**, no caso de programas de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas;

c) o diretor ou proprietário da estação emissora, em relação aos demais programas.

§ 2º A notícia transmitida por agência noticiosa presume-se enviada pelo gerente da agência de onde se origine, ou pelo diretor da empresa.

CAPÍTULO IV Do Direito de Resposta

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de

informação e divulgação veicularem fato inverídico ou, errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

§ 1º A resposta ou retificação pode ser formulada:

a) pela própria pessoa ou seu representante legal;

b) pelo cônjuge, ascendente, descendente e irmão, se o atingido está ausente do País, se a divulgação é contra pessoa morta, ou se a pessoa visada faleceu depois da ofensa recebida, mas antes de decorrido o prazo de decadência do direito de resposta.

§ 2º A resposta, ou retificação, deve ser formulada por escrito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão, sob pena de decadência do direito.

§ 3º Extingue-se ainda o direito de resposta com o exercício de ação penal ou civil contra o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias, com fundamento na publicação ou transmissão incriminada.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I – na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

II – na transmissão da resposta ou retificação escrita do ofendido, na mesma emissora e no mesmo programa e horário em que foi divulgada a transmissão que lhe deu causa; ou

III – a transmissão da resposta ou da retificação do ofendido, pela agência de notícias, a todos os meios de informação e divulgação a que foi transmitida a notícia que lhe deu causa.

§ 1º A resposta ou pedido de retificação deve:

a) no caso de jornal ou periódico, ter dimensão igual à do escrito incriminado, garantido o mínimo de 100 (cem) linhas;

b) no caso de transmissão por radiodifusão, ocupar tempo igual ao da transmissão incriminada, podendo durar no mínimo um minuto, ainda que aquela tenha sido menor;

c) no caso de agência de notícias, terem dimensão igual à da notícia incriminada.

§ 2º Os limites referidos no parágrafo anterior prevalecerão para cada resposta ou retificação em separado, não podendo ser acumulados.

§ 3º No caso de jornal, periódico ou agência de notícias, a resposta ou retificação será publicada ou transmitida gratuitamente, cabendo o custo da resposta ao ofensor ou ao ofendido, conforme decisão do Poder Judiciário, se o responsável não é o diretor ou redator-chefe do jornal, nem com ele tenha contrato de trabalho ou se não é gerente ou proprietário da agência de

notícias nem com ela, igualmente, mantenha relação de emprego.

§ 4º Nas transmissões por radiodifusão, se o responsável pela transmissão incriminada não é o diretor ou proprietário da empresa permissionária, nem com esta tem contrato de trabalho, de publicidade ou de produção de programa, o custo da resposta cabe ao ofensor ou ao ofendido, conforme decisão do Poder Judiciário.

§ 5º Nos casos previstos nos §§ 3º e 4º, as empresas têm ação executiva para haver o custo de publicação ou transmissão da resposta daquele que é julgado responsável.

§ 6º Ainda que a responsabilidade de ofensa seja de terceiros, a empresa perde o direito de reembolso, referido no § 5º, se não transmite a resposta nos prazos fixados no art. 31.

§ 7º Os limites máximos da resposta ou retificação, referidos no § 1º, podem ser ultrapassados, até o dobro, desde que o ofendido pague o preço da parte excedente às tarifas normais cobradas pela empresa que explora o meio de informação ou divulgação.

§ 8º A publicação ou transmissão da resposta ou retificação, juntamente com comentários em caráter de réplica, assegura ao ofendido direito a nova resposta.

Art. 31. O pedido de resposta ou retificação deve ser atendido:

I – dentro de 24 horas, pelo jornal, emissora de radiodifusão ou agência de notícias;

II – no primeiro número impresso, no caso de periódico que não seja diário.

§ 1º No caso de emissora de radiodifusão, se o programa em que foi feita a transmissão incriminada não é diário, a emissora respeitará a exigência de publicação no mesmo programa, se constar do pedido resposta de retificação, e fará a transmissão no primeiro programa após o recebimento do pedido.

§ 2º Se, de acordo com o art. 30, §§ 3º e 4º, a empresa é a responsável pelo custo da resposta, pode condicionar a publicação ou transmissão à prova de que o ofendido a requereu em juízo, contando-se desta prova os prazos referidos no inciso I e no § 1º.

Art. 32. Se o pedido de resposta ou retificação não for atendido nos prazos referidos no art. 31, o ofendido poderá reclamar judicialmente a sua publicação ou transmissão.

§ 1º Para esse fim, apresentará um exemplar do escrito incriminado, se for o caso, ou descreverá a transmissão incriminada, bem como o texto da resposta ou retificação, em duas vias datilografadas, requerendo ao Juiz criminal que ordene ao responsável pelo meio de

informação e divulgação a publicação ou transmissão, nos prazos do art. 31.

§ 2º Tratando-se de emissora de radiodifusão, o ofendido poderá, outrossim, reclamar judicialmente o direito de fazer a retificação ou dar a resposta pessoalmente, dentro de 24 horas, contadas da intimação judicial.

§ 3º Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de 24 horas, mandará citar o responsável pela empresa que explora meio de informação e divulgação para que, em igual prazo, diga das razões por que não o publicou ou transmitiu.

§ 4º Nas 24 horas seguintes, o juiz proferirá a sua decisão, tenha o responsável atendido ou não à intimação.

§ 5º A ordem judicial de publicação ou transmissão será feita sob pena de multa, que poderá ser aumentada pelo juiz até o dobro:

a) de Cr\$10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de atraso na publicação, nos casos de jornal e agências de notícias, e no de emissora de radiodifusão, se o programa for diário;

b) equivalente a Cr\$10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de intervalo entre as edições ou programas, no caso de impresso ou programa não diário.

§ 6º Tratando-se de emissora de radiodifusão, a sentença do juiz decidirá do responsável pelo custo da transmissão e fixará o preço desta.

§ 7º Da decisão proferida pelo juiz caberá apelação sem efeito suspensivo.

§ 8º A recusa ou demora de publicação ou divulgação de resposta, quando couber, constitui crime autônomo e sujeita o responsável ao dobro da pena cominada à infração.

§ 9º A resposta cuja divulgação não houver obedecido ao disposto nesta Lei é considerada inexistente.

Art. 33. Reformada a decisão do juiz em instância superior, a empresa que tiver cumprido a ordem judicial de publicação ou transmissão da resposta ou retificação terá ação executiva para haver do autor da resposta o custo de sua publicação, de acordo com a tabela de preços para os seus serviços de divulgação.

Art. 34. Será negada a publicação ou transmissão da resposta ou retificação:

I – quando não tiver relação com os fatos referidos na publicação ou transmissão a que pretende responder;

II – quando contiver expressões caluniosas, difamatórias ou injuriosas sobre o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias em que houve a publicação ou transmissão que lhe deu motivos, assim como sobre os seus responsáveis, ou terceiros;

III – quando versar sobre atos ou publicações oficiais, exceto se a retificação partir de autoridade pública;

IV – quando se referir a terceiros, em condições que criem para estes, igual direito de resposta;

V – quando tiver por objeto crítica literária, teatral, artística, científica ou desportiva, salvo se esta contiver calúnia, difamação ou injúria.

Art. 35. A publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação não prejudicará as ações do ofendido para promover a responsabilidade penal e civil.

Art. 36. A resposta do acusado ou ofendido será também transcrita ou divulgada em pelo menos um dos jornais, periódicos ou veículos de radiodifusão que houverem divulgado a publicação motivadora, preferentemente o de maior circulação ou expressão. Nesta hipótese, a despesa correrá por conta do órgão responsável pela publicação original, cobrável por via executiva.

CAPÍTULO V

Da Responsabilidade Penal

Seção I

Dos Responsáveis

Art. 37. São responsáveis pelos crimes cometidos através da imprensa e das emissoras de radiodifusão, sucessivamente:

I – o autor do escrito ou transmissão incriminada (art. 28 e § 1º), sendo pessoa idônea e residente no País, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá como seu autor quem a tiver reproduzido;

II – quando o autor estiver ausente do País, ou não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; ou

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9º, inciso III letra b, no caso de programa de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas, transmitidos por emissoras de radiodifusão;

III – se o responsável, nos termos do inciso anterior, estiver ausente do País ou não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) o gerente ou proprietário das oficinas impressoras no caso de jornais ou periódicos; ou

b) o diretor ou o proprietário da estação emissora de serviços de radiodifusão.

IV – os distribuidores ou vendedores da publicação ilícita ou clandestina, ou da qual não constar a indicação do autor, editor, ou oficina onde tiver sido feita a impressão.

§ 1º Se o escrito, a transmissão ou a notícia forem divulgados sem a indicação do seu autor, aquele que, nos termos do art. 28, §§ 1º e 2º, for considerado como tal, poderá nomeá-lo, juntando o respectivo original e a declaração do autor assumindo a responsabilidade.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica:

a) nas empresas de radiodifusão;

b) nas agências noticiosas.

§ 3º A indicação do autor, nos termos do § 1º, não prejudica a responsabilidade do redator de seção, diretor ou redator-chefe, ou do editor, produtor ou diretor.

§ 4º Sempre que o responsável gozar de imunidade, a parte ofendida poderá promover a ação contra o responsável sucessivo, na ordem dos incisos deste artigo.

§ 5º Nos casos de responsabilidade por culpa previstos no art. 37, se a pena máxima privativa da liberdade for de 1 (um) ano, o juiz poderá aplicar somente a pena pecuniária.

Art. 38. São responsáveis pelos crimes cometidos no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação através da agência noticiosa, sucessivamente:

I – o autor da notícia transmitida (art. 28, § 2º), sendo pessoa idônea e residente no País;

II – o gerente ou proprietário de agência noticiosa, quando o autor estiver ausente do País ou não tiver idoneidade para responder pelo crime.

§ 1º O gerente ou proprietário da agência noticiosa poderá nomear o autor da transmissão incriminada, juntando a declaração deste assumindo a responsabilidade pela mesma. Neste caso, a ação prosseguirá contra o autor nomeado, salvo se estiver ausente do País ou for declarado inidôneo para responder pelo crime.

§ 2º Aplica-se a este artigo o disposto no § 4º do art. 37.

Art. 39. Caberá ao ofendido, caso o deseje, mediante apresentação de documentos ou testemunhas merecedoras de fé, fazer prova da falta de idoneidade, quer moral, quer financeira, dos responsáveis pelos crimes previstos nesta lei, na ordem e nos casos a que se referem os incisos e parágrafos dos artigos anteriores.

§ 1º Esta prova, que pode ser conduzida perante qualquer juiz criminal, será feita em processo sumário, com a intimação dos responsáveis, cuja idoneidade se pretender negar, para em uma audiência, ou, no máximo, em três, serem os fatos argüidos, aprovados e contestados.

§ 2º O juiz decidirá na audiência em que a prova houver sido concluída e de sua decisão cabe somente recurso sem efeito suspensivo.

§ 3º Declarado inidôneo o primeiro responsável, pode o ofendido exercer a ação penal contra o que lhe suceder nessa responsabilidade, na ordem dos incisos dos artigos anteriores, caso a respeito deste novo responsável não se haja alegado ou provido falta de idoneidade.

§ 4º Aquele que, nos termos do parágrafo anterior, suceder ao responsável, ficará sujeito a um terço das penas cominadas para o crime. Ficará, entretanto, isento de pena se provar que não concorreu para o crime com negligência, imperícia ou imprudência.

SEÇÃO II

Da Ação Penal

Art. 40. Ação penal será promovida:

I – nos crimes de que tratam os arts. 20 a 22:

a) pelo Ministério Público, mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do nº I, do art. 20, bem como nos casos em que o ofendido for Ministro de Estado;

b) pelo Ministério Público, mediante representação do ofendido, nos casos dos ns. II e III, do art. 23;

c) por queixa do ofendido, ou de quem tenha qualidade para representá-lo;

~~d) pelo cônjuge, ascendente ou irmão, indistintamente, quando se tratar de crime contra a memória de alguém ou contra pessoa que tenha falecido antes da queixa.~~

d) pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, indistintamente, quando se tratar de crime contra a memória de alguém ou contra pessoa que tenha falecido antes da queixa. (Redação dada pela Lei nº 6.640, de 8-5-1979)

II – nos demais crimes por denúncia do Ministério Público.

§ 1º Nos casos do inciso I, alínea c, se o Ministério Público não apresentar denúncia dentro de 10 dias, o ofendido poderá apresentar queixas.

§ 2º Sob pena de nulidade, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, em todos os processos por abuso de liberdade de imprensa, ainda que privados.

II – na audiência serão ouvidas as testemunhas de acusação e, em seguida, as de defesa, marcando-se novas audiências, se necessário, em prazo nunca inferior a oito dias;

III – poderá o réu requerer ao juiz que seja interrogado, devendo, nesse caso, ser ele ouvido antes de inquiridas as testemunhas;

IV – encerrada a instrução, autor e réu terão, sucessivamente, o prazo de três dias para oferecerem alegações escritas.

Parágrafo único. Se o réu não tiver apresentado defesa prévia, apesar de citado, o juiz o considerará revel e lhe dará defensor dativo, a quem se abrirá o prazo de cinco dias para contestar a denúncia ou queixa.

Art. 46. Demonstrada a necessidade de certidões de repartições públicas ou autárquicas, e a de quaisquer exames, o juiz requisitará aquelas e determinará estes, mediante fixação de prazos para o cumprimento das respectivas diligências.

§ 1º Se dentro do prazo não for atendida, sem motivo justo, a requisição do juiz, imporá este a multa de Cr\$10.000 (dez mil cruzeiros) a Cr\$100.000 (cem mil cruzeiros) ao funcionário responsável e suspenderá a marcha do processo até que em novo prazo seja fornecida a certidão ou se efetue a diligência. Aos responsáveis pela não-realização desta última, será aplicada a multa de Cr\$10.000 (dez mil cruzeiros) a Cr\$100.000 (cem mil cruzeiros). A aplicação das multas acima referidas não exclui a responsabilidade por crime funcional.

§ 2º Vetado.

§ 3º A requisição de certidões e determinação de exames ou diligências, serão feitas no despacho de recebimento da denúncia ou queixa.

Art. 47. Caberá apelação, com efeito suspensivo, contra a sentença que condenar ou absolver o réu.

Art. 48. Em tudo o que não é regulado por norma especial desta Lei, o Código Penal e o Código de Processo Penal se aplicam à responsabilidade penal, à ação penal e ao processo e julgamento dos crimes de que trata esta Lei.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade Civil

Art. 49. Aquele que no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, com dolo ou culpa, viola direito, ou causa prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar:

I – os danos morais e materiais, nos casos previstos no art. 16, números II e IV, no art. 18 e de calúnia, difamação ou injúrias;

II – os danos materiais, nos demais casos.

§ 1º Nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 20 e 21, excepcionada no prazo da contestação, exclui a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro, diz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público.

§ 2º Se a violação de direito ou o prejuízo ocorrer mediante publicação ou transmissão em jornal,

periódico, ou serviço de radiodifusão, ou de agência noticiosa, responde pela reparação do dano a pessoa natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação (art. 50).

§ 3º Se a violação ocorre mediante publicação de impresso não periódico, responde pela reparação do dano:

a) o autor do escrito, se nele indicado; ou

b) a pessoa natural ou jurídica que explora a oficina impressora, se do impresso não consta o nome do autor.

Art. 50. A empresa que explora o meio de informação ou divulgação terá ação regressiva para haver do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, a indenização que pagar em virtude da responsabilidade prevista nesta lei.

Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia:

I – a dois salários mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, II e IV).

II – a cinco salários mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decoro de alguém;

III – a 10 salários mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém;

IV – a 20 salários mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º).

Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos deste artigo:

a) os jornalistas que mantêm relações de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão;

b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;

c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico, o editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra b, III, do artigo 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa.

Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposos de algumas das pessoas referidas no art. 50.

Art. 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente:

I – a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II – a intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III – a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido.

Art. 54. A indenização do dano material tem por finalidade restituir o prejudicado ao estado anterior.

Art. 55. A parte vencida responde pelos honorários do advogado da parte vencedora, desde logo fixados na própria sentença, bem como pelas custas judiciais.

Art. 56. A ação para haver indenização por dano moral poderá ser exercida separadamente da ação para haver reparação do dano material, e sob pena de decadência deverá ser proposta dentro de três meses da data da publicação ou transmissão que lhe der causa.

Parágrafo único. O exercício da ação cível independente da ação penal. Intentada esta, se a defesa se baseia na exceção da verdade e se trata de hipótese em que ela é admitida como excludente da responsabilidade civil ou em outro fundamento cuja decisão no juízo criminal faz causa julgada no cível, o juiz determinará a instrução do processo cível até onde possa prosseguir, independentemente da decisão na ação penal.

Art. 57. A petição inicial da ação para haver reparação de dano moral deverá ser instruída com o exemplar do jornal ou periódico que tiver publicado o escrito ou notícia, ou com a notificação feita, nos termos do art. 53, § 3º, à empresa de radiodifusão, e deverá desde logo indicar as provas e as diligências que o autor julgar necessárias, arrolar testemunhas e ser acompanhada da prova documental em que se fundar o pedido.

§ 1º A petição inicial será apresentada em duas vias. Com a primeira e os documentos que a acompanharão será formado processo, e a citação inicial será feita mediante a entrega da segunda via.

§ 2º O juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas, e o oficial terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandato de citação.

§ 3º Na contestação, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, o réu exercerá a exceção da verdade, se

for o caso, indicará as provas e diligências que julgar necessárias e arrolará as testemunhas. A contestação será acompanhada da prova documental que pretende produzir.

~~§ 4º Contestada a ação, o processo terá o rito previsto no art. 685 do Código de Processo Civil.~~

§ 4º Não havendo contestação, o juiz proferirá desde logo a sentença, em caso contrário, observar-se-á o procedimento ordinário. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 3-7-1974)

§ 5º Na ação para haver reparação de dano moral somente será admitida reconvenção de igual ação.

~~§ 6º Da sentença do juiz caberá agravo de petição, que somente será admitido mediante comprovação do depósito, pelo agravante, de quantia à importância total da condenação. Com a petição de agravo, o agravante pedirá a expedição da guia para o depósito, sendo o recurso julgado deserto se no prazo do agravo não for comprovado o depósito.~~

§ 6º Da sentença do juiz caberá apelação, a qual somente será admitida mediante comprovação do depósito, pela apelante, de quantia igual à importância total da condenação. Com a petição de interposição do recurso, o apelante pedirá expedição de guia para o depósito, sendo a apelação julgada deserta se, no prazo de sua interposição, não for comprovado o depósito. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 3-7-1974)

CAPÍTULO VII Disposições Gerais

Art. 58. As empresas permissionárias ou concessionárias de serviços de radiodifusão deverão conservar em seus arquivos, pelo prazo de 60 dias, e devidamente autenticados, os textos dos seus programas, inclusive noticiosos.

§ 1º Os programas de debates, entrevistas ou outros que não correspondam a textos previamente escritos deverão ser gravados e conservados pelo prazo, a contar da data da transmissão, de 20 dias, no caso de permissionária ou concessionária de emissora de até 1Kw, e de 30 dias, nos demais casos.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se às transmissões compulsoriamente estatuídas em lei.

§ 3º Dentro dos prazos referidos neste artigo, o Ministério Público ou qualquer interessado poderá notificar a permissionária ou concessionária, judicial ou extrajudicialmente, para não destruir os textos ou gravações do programa que especificar. Neste caso, sua destruição dependerá de prévia autorização do juiz da ação que vier a ser proposta, ou, caso esta não seja proposta nos prazos de decadência estabelecidos na lei, pelo juiz criminal a que a permissionária ou concessionária pedir autorização.

Art. 59. As permissionárias e concessionárias de serviço de radiodifusão continuam sujeitas às penalidades previstas na legislação especial sobre a matéria.

Art. 60. Têm livre entrada no Brasil os jornais, periódicos, livros e outros quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos impressos que contiverem algumas das infrações previstas nos arts. 15 e 16, os quais poderão ter a sua entrada proibida no País, por período de até dois anos, mediante portaria do juiz de Direito ou do ministro da Justiça e Negócios Interiores, aplicando-se neste caso os parágrafos do art. 63.

§ 2º Aquele que vender, expuser à venda ou distribuir jornais periódicos, livros ou impressos cuja entrada no País tenha sido proibida na forma do parágrafo anterior, além da perda dos mesmos, incorrerá em multa de até Cr\$10.000 por exemplar apreendido, a qual será imposta pelo juiz competente, à vista do auto de apreensão. Antes da decisão, ouvirá o juiz o acusado, no prazo de 48 horas.

~~§ 3º Estão excluídas do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas.~~

(Revogado pelo Decreto-Lei nº 207, de 27.02.1967)

Art. 61. Estão sujeitos à apreensão os impressos que:

I – contiverem propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social.

II – ofenderem a moral pública e os bons costumes.

§ 1º A apreensão prevista neste artigo será feita por ordem judicial, a pedido do Ministério Público, que o fundamentará e o instruirá com a representação da autoridade, se houver, e o exemplar do impresso incriminado.

§ 2º O juiz ouvirá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o responsável pela publicação ou distribuição do impresso, remetendo-lhe cópia do pedido ou representação.

~~§ 3º Findo esse prazo, com a resposta ou sem ela, serão os autos conclusos e, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o Juiz dará a sua decisão.~~

§ 3º Findo esse prazo, com a resposta ou sem ela, serão os autos conclusos e, dentro de vinte e quatro horas, o Juiz proferirá sentença. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 3.7.1974)

§ 4º No caso de deferimento de pedido, será expedido um mandado e remetido à autoridade policial competente, para sua execução.

§ 5º Da decisão caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o tribunal competente.

§ 6º Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

Art. 62. No caso de reincidência da infração prevista no art. 61, inciso II, praticada pelo mesmo jornal ou periódico, pela mesma empresa, ou por periódicos ou empresas diferentes, mas que tenham o mesmo diretor responsável, o juiz, além da apreensão regulada no art. 61, poderá determinar a suspensão da impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico.

§ 1º A ordem de suspensão será submetida ao juiz competente, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, com a justificação da medida.

§ 2º Não sendo cumprida pelo responsável a suspensão determinada pelo juiz, este adotará as medidas necessárias à observância da ordem, inclusive mediante a apreensão sucessiva das suas edições posteriores, consideradas, para efeitos legais, como clandestinas.

§ 3º Se houver recurso e este for provido, será levantada a ordem de suspensão e sustada a aplicação das medidas adotadas para assegurá-la.

§ 4º Transitada em julgado a sentença, serão observadas as seguintes normas:

a) reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos que justificam a suspensão, serão extintos os registros da marca comercial e de denominação da empresa editora e do jornal ou periódico em questão, bem como os registros a que se refere o art. 9º desta Lei, mediante mandado de cancelamento expedido pelo juiz da execução;

b) não reconhecendo a sentença final os fatos que justificam a suspensão, a medida será levantada, ficando a União ou o Estado obrigado à reparação das perdas e danos, apurados em ação própria.

Art. 63. Nos casos dos incisos I e II do art. 61, quando a situação reclamar urgência, a apreensão poderá ser determinada, independentemente de mandado judicial, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

~~§ 1º No caso deste artigo, dentro do prazo de cinco dias, contados da apreensão, o Ministro da Justiça submeterá o seu ato à aprovação do Tribunal Federal de Recursos, justificando a necessidade da medida e a urgência em ser tomada, e instruindo a sua representação com um exemplar de impresso que lhe deu causa.~~

~~§ 2º O Ministro relator ouvirá a responsável pelo impresso no prazo de cinco dias, e a seguir submeterá o processo a julgamento na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.~~

§ 3º Se o Tribunal Federal de Recursos julgar que a apreensão foi ilegal, ou que não ficaram provadas a sua necessidade e urgência, ordenará a devolução dos impressos e, sendo possível, fixará as perdas e danos que a União deverá pagar em consequência.

§ 4º Se no prazo previsto no § 1º o Ministro da Justiça não submeter o seu ato ao Tribunal Federal de Recursos, o interessado poderá pedir ao Tribunal de Recursos a liberação de impresso e a indenização por perdas e danos. Ouvido o Ministro da Justiça em cinco dias, o processo será julgado na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.

Revogados pelo Decreto-Lei nº 510, de 20-3-1969)

Art. 64. Poderá a autoridade judicial competente, dependendo da natureza do exemplar apreendido, determinar a sua destruição.

Art. 65. As empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no País não poderão distribuir notícias nacionais em qualquer parte do território brasileiro, sob pena de cancelamento da autorização por ato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 66. O jornalista profissional não poderá ser detido nem recolhido preso antes de sentença transitada em julgado; em qualquer caso, somente em sala decente, arejada e onde encontre todas as comodidades.

Parágrafo único. A pena de prisão de jornalistas será cumprida em estabelecimento distinto dos que são destinados a réus de crime comum e sem sujeição a qualquer regime penitenciário ou carcerário.

Art. 67. A responsabilidade penal e civil não exclui a estabelecida em outras leis, assim como a de natureza administrativa, a que estão sujeitas as empresas de radiodifusão, segundo a legislação própria.

Art. 68. A sentença condenatória nos processos de injúria, calúnia ou difamação será gratuitamente publicada, se a parte o requerer, na mesma seção do jornal ou periódico em que apareceu o escrito de que se originou a ação penal, ou, em se tratando de crime praticado por meio do rádio ou televisão, transmitida, também gratuitamente, no mesmo programa e horário em que se deu a transmissão impugnada.

§ 1º Se o jornal ou periódico ou a estação transmissora não cumprir a determinação judicial, incorrerá na pena de multa de um a dois salários mínimos da região, por edição ou programa em que se verificar a omissão.

§ 2º No caso de absolvição, o querelado terá o direito de fazer, à custa do querelante, a divulgação da sentença, em jornal ou estação difusora que escolher.

Art. 69. Na interpretação e aplicação desta Lei, o juiz, na fixação do dolo e da culpa, levará em conta as

circunstâncias especiais em que foram obtidas as informações dadas como infringentes da norma penal.

Art. 70. Os jornais e outros periódicos são obrigados a enviar, no prazo de cinco dias, exemplares de suas edições à Biblioteca Nacional e à oficial dos Estados, Territórios e Distrito Federal. As bibliotecas ficam obrigadas a conservar os exemplares que receberem.

Art. 71. Nenhum jornalista ou radialista, ou, em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

Art. 72. A execução de pena não superior a três anos de detenção pode ser suspensa por dois a quatro anos, desde que:

I – o sentenciado não haja sofrido, no Brasil, condenação por outro crime de imprensa;

II – os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e circunstâncias do crime autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Art. 73. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime de abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime da mesma natureza.

Art. 74. Vetado.

Art. 75. A publicação da sentença cível ou criminal, transitada em julgado, na íntegra, será decretada pela autoridade competente, a pedido da parte prejudicada, em jornal, periódico ou através de órgão de radiodifusão de real circulação, ou expressão, às expensas da parte vencida ou condenada.

Parágrafo único. Aplica-se a disposição contida neste artigo em relação aos termos do ato judicial que tenha homologado a retratação do ofensor, sem prejuízo do disposto no § 2º, letras **a** e **b**, do art. 26.

Art. 76. Em qualquer hipótese de procedimento judicial instaurado por violação dos preceitos desta Lei, a responsabilidade do pagamento das custas processuais e honorários de advogado será da empresa.

Art. 77. Esta Lei entrará em vigor a 14 de março de 1967, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República. – **H. CASTELLO BRANCO**
– **Carlos Medeiros Silva**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 10.2.1967 e Retificada no **DOU** de 10.3.1967

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Ferrovias, os trechos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, constante da seção 3.2.2 do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida das seguintes ferrovias:

“3.2.2

EF	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição EF km	
102	Ilhéus - Teixeira de Freitas - Linhares - Vitória	BA-ES	916	-	-
252	Teixeira de Freitas - Teófilo Otoni - Montes Claros	BA-MG	760	-	-
263	Presidente Kennedy - Apiacá - Itaperuna - Muriaé - Ubá - Congonhas	ES-RJ-MG	600	-	-

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, podem integrar o Plano Nacional de Viação (PNV) ferrovias que interliguem entre si pólos econômicos, núcleos importantes, ferrovias e terminais de transporte ou promovam a ligação da Capital Federal a capitais de estados ou a pontos importantes do litoral ou de fronteira terrestre.

As ligações ferroviárias ora propostas para inclusão no PNV enquadram-se no primeiro caso. A iniciativa leva em conta a existência de demandas não atendidas e potencialidades não exploradas e propõe um conjunto de três ferrovias com pontos de passagem localizados nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

A primeira delas, orientada na direção leste-oeste, estende-se de Teixeira de Freitas (BA) a Montes Claros (MG), passando por Teófilo Otoni (MG); a segunda, com uma configuração longitudinal, liga o porto de Ilhéus (BA) ao de Vitória (ES), com pontos intermediários em Teixeira de Freitas (BA) – onde se articula com a primeira – e Linhares (ES); e a terceira liga a localidade

de Presidente Kennedy (ES) a Congonhas (MG), passando por Apiacá, no Espírito Santo, Itaperuna, no Rio de Janeiro, e Muriaé e Ubá, em Minas Gerais.

Tomadas conjuntamente, as duas primeiras ferrovias buscam viabilizar condições para o escoamento – via porto alternativo a ser criado no litoral nordestino – de produtos da região que abrange o sul da Bahia, o nordeste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Atualmente, a produção, que já atinge patamares expressivos, enfrenta sérios problemas de escoamento. Os problemas devem-se à vocação essencialmente graneleira dos portos disponíveis na região, os quais constituem o destino preferencial dos fluxos de grande distância com origem nos centros produtores situados no Centro-Oeste do País. O transporte de grãos detém, assim, a prioridade na utilização dos portos existentes, em detrimento dos produtos típicos da região mencionada, entre os quais se incluem frutas e produtos industrializados.

Ademais, as duas ferrovias são estrategicamente relevantes para romper o isolamento do norte do Espírito Santo. A região não conta com uma oferta rodoviária satisfatória, capaz, por exemplo, de atender ao transporte de eucalipto para a produção de celulose e a própria movimentação da celulose em rota de exportação. A cabotagem, que poderia ser apontada como uma solução para suprir as carências da região, tampouco se mostra viável. O transporte por cabotagem só se justifica para demandas muito elevadas e específicas, exigindo terminais e embarcações apropriados. Com o agravante de que, para curtas distâncias, a participação do tempo gasto em operações portuárias (atracação, desatracação, carregamento e descarregamento) em relação ao tempo total do transporte tende a se tornar excessivamente alta, desaconselhando o emprego da modalidade.

A terceira ferrovia (Presidente Kennedy-Congonhas) visa conectar a zona produtora do oeste e noroeste de Minas Gerais a um porto com instalação prevista para a região correspondente ao norte-fluminense e sul-capixaba, carente de infra-estrutura de transportes. Mesmo a malha rodoviária, composta apenas de pequenas rodovias em estado precário, não atende satisfatoriamente à região. A única opção disponível é a ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e, ainda assim, sob restrições de capacidade. Nesse contexto, a implantação da ferrovia ora proposta duplicará as possibilidades de escoamento em direção ao porto.

A propósito da conveniência e da oportunidade dessa nova ferrovia, devidamente articulada ao futuro porto, registre-se, a título de ilustração, que o Grupo Ferrous pretende movimentar anualmente 50 milhões de toneladas de minério de ferro na rota compreendida

entre o quadrilátero ferrífero (região de Congonhas) e a localidade de Presidente Kennedy (ES), onde prevê a implantação de três usinas de pelotização do minério. Outro conglomerado – o Grupo EBX – planeja instalar uma siderúrgica no norte-fluminense ou no sul do Espírito Santo, já dispondo, inclusive, de uma área, localizada em Presidente Kennedy, em condições de abrigar investimento desse tipo.

Nesse sentido, note-se que a localidade de Presidente Kennedy apresenta características bastante fa-

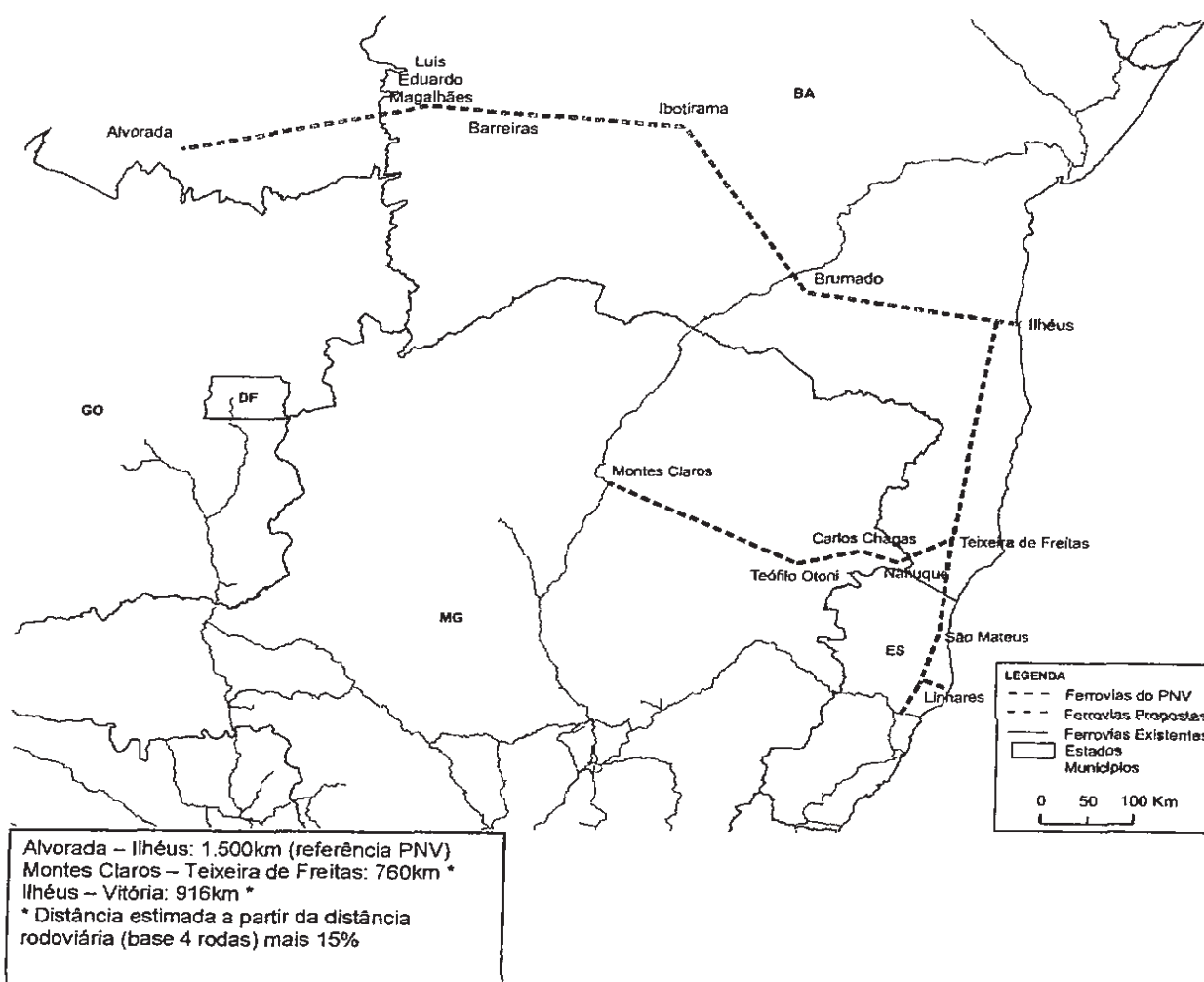
voráveis à instalação de um porto com calado de cerca de 20 metros, capaz de atender aos dois projetos de investimento anteriormente mencionados.

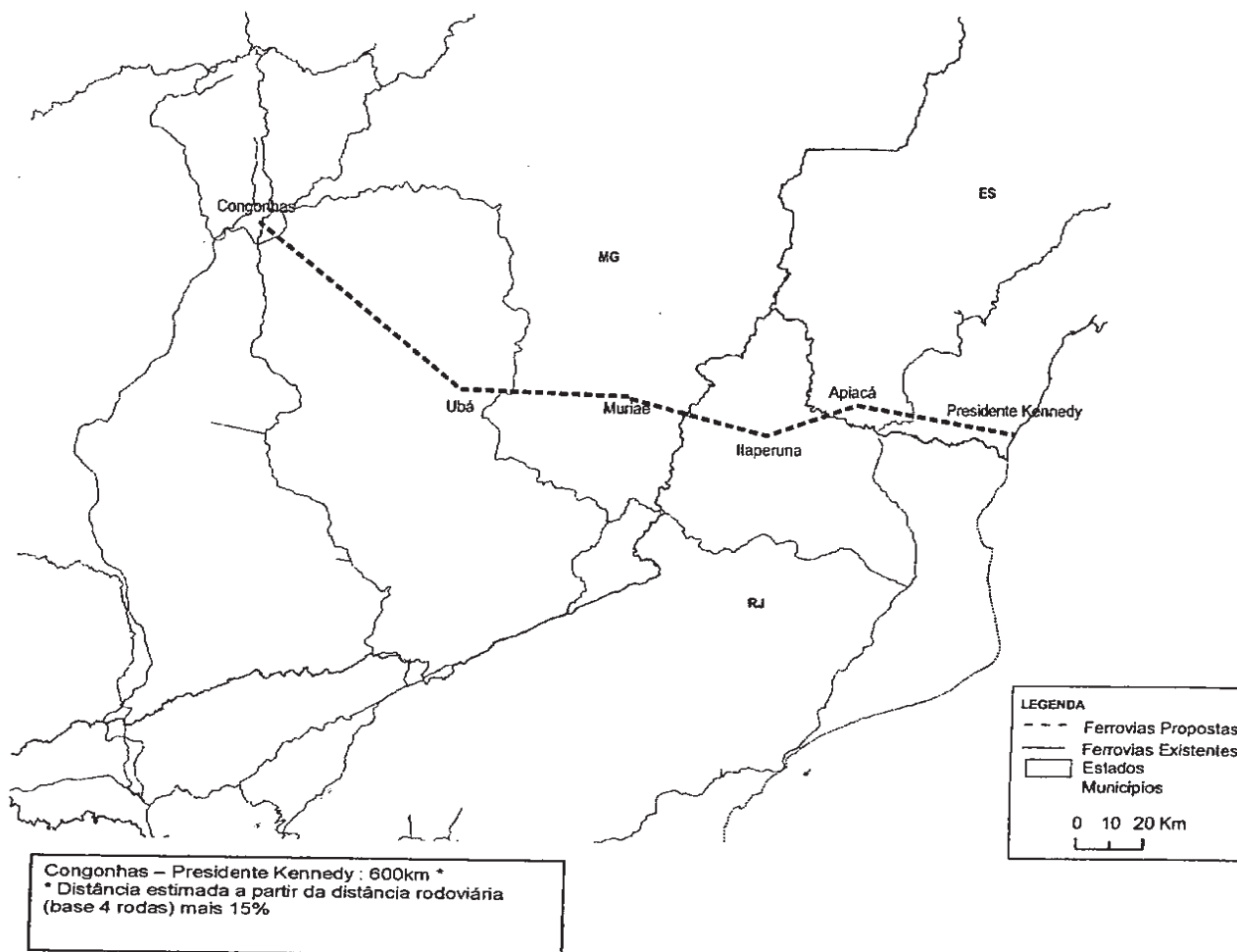
Essas são as razões que justificam a presente iniciativa. Para sua aprovação, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

ANEXOS

(MAPAS)





LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Regulamento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Siseria Nacional de Viação.
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1. conceituação;
 - 2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.
3. Sistema Ferroviário Nacional:

- 3.1 conceituação;
- 3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.
4. Sistema Portuário Nacional:
 - 4.1 conceituação;
 - 4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.
5. Sistema Hidroviário Nacional:
 - 5.1 conceituação;
 - 5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.
6. Sistema Aeroviário Nacional:
 - 6.1 conceituação;
 - 6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.
- 7 – Sistema Nacional dos Transportes Urbanos (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)
 - 7.1 – O Sistema Nacional dos Transportes Urbanos compreende o conjunto dos sistemas metropolitanos e sistemas municipais nas demais áreas urbanas,

vinculados à execução das políticas nacionais dos transportes e do desenvolvimento urbano. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)_

7.1.1 – Os sistemas metropolitanos e municipais compreendem: (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

a) a infra-estrutura viária expressa e as de articulação com os sistemas viários federal, estadual e municipal; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

b) os sistemas de transportes públicos sobre trilhos (metrô, ferrovia de subúrbio e outros), sobre pneus, hidroviários e de pedestres, operados nas áreas urbanas; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

c) as conexões intermodais de transportes, tais como estacionamentos, terminais e outras; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

d) estrutura operacional abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, regulamentação, controle e fiscalização que atuam diretamente no modo de transportes, nas conexões intermodais e nas infra-estruturas viárias e que possibilitam o seu uso adequado. (Incluído pela Lei nº 6.261 de 14-11-1975)

7.1.2 – Os sistemas metropolitanos e municipais se conjugam com as infra-estruturas e estruturas operacionais dos demais sistemas viários localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

7.1.3 – Não se incluem nos sistemas metropolitanos e municipais, pertencentes ao Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, as infra-estruturas e respectivas estruturas operacionais dos demais sistemas nacionais de viação, localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975)

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas e previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de passagem, assim como os portos e aeródromos, conforme as relações descritivas do Plano Nacional de Viação de que trata esta lei.

Art. 2º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo

menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art. 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, modificado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro 1969, e Lei Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes, aplicáveis a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive à navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transportes unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma ordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes, levando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

~~c) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subsequentes, cuidar-se de sua expansão;~~

c) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes. (Redação dada pela Lei nº 6.630, de 16-4-1979)_

d) a política tarifária será orientada no sentido de que o preço de cada serviço de transporte reflita seu custo econômico em regime de eficiência. Nestas condições, deverá ser assegurado o ressarcimento, nas parcelas cabíveis, das despesas de prestação de serviços ou de transportes antieconômicos que venham a ser solicitados pelos poderes públicos;

e) em consequência ao princípio anterior, será assegurada aos usuários a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais adequadamente atenda às suas necessidades;

f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverá ser realizada em função da existência prévia de estudos econômicos, que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final;

g) a aquisição de equipamentos ou execução de instalações especializadas serão precedidas de justificativa, mediante estudos técnicos e econômico-financeiros;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos

modais e intermodais dos transportes, considerado o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência, face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se apenas, as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos, e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transporte de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas, industriais e de colonização; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais;

n) os sistemas metropolitanos e municipais dos transportes urbanos deverão ser organizados segundo planos diretores e projetos específicos, de forma a assegurar a coordenação entre seus componentes principais, a saber: o sistema viário, transportes públicos, portos e aeroportos, tráfego e elementos de conjugação visando a sua maior eficiência, assim como a compatibilização com os demais sistemas de viação e com os planos de desenvolvimento urbano, de forma a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão, sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das habitações. (Redação dada pela Lei nº 6.261, de 14-11-1975.)

Art. 4º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da União da Federação em que se localizem.

Art. 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art. 6º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art. 7º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos oficiais anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação, obedecendo os demais dispositivos legais concernentes.

Art. 8º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964 serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 9º O Plano Nacional de Viação será, em princípio, revisto de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática do planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação obedecendo os princípios e normas fundamentais, enumerados no artigo 39.

Art. 10. Os estados, territórios, Distrito Federal e municípios elaborarão e reverão os seus Planos Viários com a finalidade de obter-se adequada articulação e compatibilidade entre seus sistemas viários e destes com os sistemas federais de viação.

§ 1º O atendimento ao disposto neste artigo, no que se refere a planos e sistemas rodoviários, é condição essencial à entrega, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das parcelas cabíveis àquelas Unidades Administrativas, do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, somente sendo lícito aos estados, Distrito Federal e municípios aplicarem recursos oriundos da-

quele imposto nos seus sistemas rodoviários, quando estes se harmonizem e se integrem entre si e com o Sistema Rodoviário Federal.

§ 2º Para atendimento ao disposto na legislação em vigor, especialmente no artigo 21, do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá a sistemática de verificação da compatibilidade e adequação, do planejamento e implementação dos Planos Rodoviários dos estados, dos territórios, do Distrito Federal e dos municípios, ao Plano Nacional de Viação.

§ 3º A sistemática de que trata o parágrafo anterior estabelecerá a forma e os prazos em que serão prestadas as informações necessárias à verificação mencionada e proverá normas organizacionais, de planejamento, de execução e de estatística, como orientação para os setores rodoviários dos estados, dos territórios, do Distrito Federal e dos municípios, de modo a obter seu funcionamento harmônico e efetivamente integrado num sistema rodoviário de âmbito nacional.

Art. 11. Os planos rodoviários dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, serão elaborados e implementados dentro de sistemática semelhante à do Plano Nacional de Viação e deverão, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desse plano, ser submetidos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que os apreciará, encaminhando-os ao Conselho Nacional de Transportes.

Art. 12. Após cento e oitenta dias da publicação dos planos rodoviários estaduais, os municípios deverão apresentar seus planos rodoviários aos órgãos competentes dos estados em que se situam.

§ 1º Os órgãos rodoviários estaduais aprovarão os planos rodoviários municipais, dando imediata ciência ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º Desde que não haja incompatibilidade com os planos rodoviários municipais, estaduais e o Plano Nacional de Viação, poderão ser elaborados planos rodoviários vicinais intermunicipais pelos órgãos rodoviários estaduais, de comum acordo com os municípios interessados.

§ 3º Basicamente, a competência executiva e político-administrativa das rodovias vicinais intermunicipais, não consideradas rodovias estaduais, caberá aos respectivos municípios em que se situarem.

Art. 13. O **caput** do artigo 12 e seu parágrafo 4º do Decreto-Lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação, mantidas as alterações introduzidas nos demais parágrafos desse artigo, pelo art. 5º do Decreto-Lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967:

Art. 12. Os estados e o Distrito Federal somente receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Na-

cional após demonstrarem perante o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a destinação e aplicação daqueles recursos, de acordo com a legislação vigente.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados por motivo de força maior, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas”.

Art. 14. O item I e o parágrafo 4º, do artigo 14, do Decreto-Lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

“Art. 14.

I – No máximo dez por cento em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente anti-econômicas.

.....

§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas poderão ter sua jurisdição ou conservação a cargos dos órgãos rodoviários estaduais ou municipais, concernentes”.

Art. 15. O artigo 21, do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos estados, municípios, Distrito Federal e territórios, na execução dos planos rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-Lei e do Plano Nacional de Viação, de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional”.

Art. 16. Os parágrafos 1º e 2º, do artigo 21, do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969 passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

“§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os estados, territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados de atividades ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de acordo com as normas e padrões que este órgão estipular.

§ 2º Os municípios submeterão suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados à aprovação das autoridades estaduais respectivas, na forma que estas determinarem, atendidas, dentro do possível, a homogeneidade com as normas e padrões mencionados no parágrafo anterior”.

Art. 17. A alínea **h**, do artigo 42, do Decreto-Lei nº 799, de 28 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

h) manifestar-se sobre os Planos Rodoviários que os estados, territórios e Distrito Federal lhe sub-

meterem, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem”.

Art. 18. O artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas:

I – BR-230 (Transamazônica) – Trecho: Estreito – Altamira – Itaituba – Humaitá, na extensão aproximada de 2.300km;

II – BR-425 – Trecho: Abunã-Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130km;

III – BB-364 – Trecho: Porto Velho-Abunã-Rio Branco– Feijó-Cruzeiro do Sul-Japiim, na extensão aproximada de 1.000km;

IV – BR-317 – Trecho: Lábrea-Boca do Acre-Rio Branco-Xapuri-Brasília-Assis Brasil, na extensão aproximada de 880km;

V – BR-230 (Transamazônica) – Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230km;

VI – BR-319 – Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760km; (vide Lei nº 6.337, de 4-6-1976.)

VII – BR-174 – Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista (Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970km;

VIII – BR-401 – Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140km;

IX – BR-364 – Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400km;

X – BR-163 – Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarem-Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300km;

XI – BR-156 – Trecho: Macapá-Oiapoque, na extensão aproximada de 680km; (Vide Decreto Lei nº 1.868, de 30-3-1988

XII – BR-080 – Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanoa-Careiro, na extensão aproximada de 1.800km;

XIII – BR-010/226/153 – Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900km;

XIV – BR-010/230 – Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600km;

XV – BR-070 – Trecho: Rio Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470km;

XVI – BR-307 – Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750km;

XVII – BR-210 – Trecho: Macapá-Caracara-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450km;

XVIII – BR-158 – Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630km.

Parágrafo único. Os pontos de passagem e as extensões dos trechos planejados serão fixados definitivamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, após os estudos técnicos e topográficos finais”.

Art. 19. Enquanto não for estabelecida nova sistemática preconizada no artigo 10 e seus parágrafos desta lei, assim como no artigo 21 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 512, de 21 de março de 1969, modificados pelo artigo 16 da presente lei, continuarão em vigor as disposições da legislação que trata do assunto.

Art. 20. A classificação dos portos e aeródromos será feita pelo Poder Executivo, segundo os critérios que avaliem e escalonem a sua importância econômica em função das regiões, áreas ou atividades servidas pelos mesmos, ressalvados os interesses da Segurança Nacional.

§ 1º Dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes apresentará Projeto, dispondo sobre a classificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres, que integrem o Sistema Portuário Nacional.

§ 2º Os nomes dos aeródromos e aeroportos existentes só poderão ser modificados quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art. 21. É mantido o Plano Aeroviário Nacional de que trata o Decreto-Lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, observada sua compatibilidade com as disposições desta lei e atendidas as demais definições do Código Brasileiro do Ar. (Decreto-Lei nº 32, de 18 de novembro de 1966).

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nos 4.540, de 10 de dezembro de 1964; 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e 4.906, de 17 de dezembro de 1965 e os Decretos-Leis nºs 143, de 2 de fevereiro de 1967 e 514, de 31 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República. – **EMÍLIO G. MÉDICI – Alfredo Buzaid – Adalberto de Barros Nunes – Orlando Geisel – Antônio Delfim Netto – Mário David Andreazza – J. Araripe Maoédo – João Paulo dos Reis Velloso – José Costa Cavalcanti.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 12-9-1973.

Download para anexo

Alterações	
ÍTEMS	ATO DE ALTERAÇÃO
Item 1.2 - O Sistema Nacional de Viação	Lei nº 6.261, de 14.11.1975
Item 2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal	Lei nº 11.314, de 2006 Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 11.122, de 31.6.2005 Lei nº 11.003, de 16.12.2004
	Lei nº 10.960, de 7.10.2004 Lei nº 10.789, de 28.11.2003 Lei nº 10.739, de 24.9.2003 Lei nº 10.606, de 19.12.2002 Lei nº 10.540, de 1º.10.2002 Lei nº 10.031, de 20.10.2000 Lei nº 10.030, de 20.10.2000 Lei nº 9.830, de 2.9.1999 Lei nº 9.078, de 11.7.1995 Lei nº 7.581, de 24.12.1986 Lei nº 7.003, de 24.6.1982 Lei nº 6.976, de 14.12.1981 Lei nº 6.933, de 13.7.1980 Lei nº 6.776, de 30.4.1980 Lei nº 6.648, de 16.5.1979 Lei nº 6.555, de 22.8.1978 Lei nº 6.504, de 13.12.1977 Lei nº 6.406, de 21.3.1977 Lei nº 11.475, de 2007 Lei nº 11.482, de 2007 Lei nº 11.729, de 2008 Lei nº 11.731, de 2008
Item 3.2.2 - Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação	Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 10.680, de 23.5.2003 Lei nº 9.060, de 14.6.1995 Lei nº 7.436, de 20.12.1985 Lei nº 6.574, de 30.9.1978 Lei nº 6.346, de 6.7.1976 (Vide Medida Provisória nº 427, de 2008)
Item 4.2 - Relação Descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do P. N.V.	Lei nº 11.297, de 2006 Lei nº 9.852, de 27.10.1999 Lei nº 6.671, de 4.7.1979 Lei nº 6.630, de 16.4.1979 (Vide Medida Provisória nº 369, de 2007) Lei nº 11.518, de 2007 Lei nº 11.550, de 2007 (Vide Medida Provisória nº 427, de 2008) Lei nº 11.701, de 2008
Item 5.2.1 - Relação Descritiva das Hidrovias do Plano Nacional de Viação	Lei nº 6.630, de 16.4.1979

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

ANEXO

1. CONCEITUAÇÃO GERAL. Sistema Nacional de Viação.
 - 1.1 Entende-se pela expressão "Plano Nacional de Viação", mencionada no art. 8.º, item XI, da Constituição Federal, o conjunto de Princípios e Normas Fundamentais, enumerados no art. 3.º desta lei, aplicáveis ao Sistema Nacional de Viação em geral, visando atingir os objetivos mencionados (art. 2.º), bem como o conjunto particular das infra-estruturas viárias explicitadas nas Relações Descritivas desta lei, e correspondentes estruturas operacionais, atendidas as definições da seção 1.2 a seguir.
 - 1.2 O Sistema Nacional de Viação é constituído pelo conjunto dos Sistemas Nacionais: Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Hidroviário e Aeroviário e compreende:
 - a) infra-estrutura viária, que abrange as redes correspondentes às modalidades de transporte citadas, inclusive suas instalações acessórias e complementares;
 - b) estrutura operacional, compreendendo o conjunto de meios e atividades estatais, diretamente exercidos em cada modalidade de transporte e que são necessários e suficientes no uso adequado da infra-estrutura mencionada na alínea anterior.

2. SISTEMA RODOVIÁRIO NACIONAL

2.1 Conceituação

2.1.0 O Sistema Rodoviário Nacional é constituído pelo conjunto dos Sistemas Rodoviários Federal, Estaduais e Municipais, e compreende:

- a) infra-estrutura rodoviária, que abrange as Redes de Rodovias e suas instalações acessórias e complementares;
- b) estrutura operacional, abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, inclusive fiscalização, que atuam diretamente no modo rodoviário de transporte e que possibilitem o uso adequado das rodovias.

2.1.1 As rodovias consideradas no Plano Nacional de Viação são aquelas integrantes do Sistema Rodoviário Federal, descrito neste anexo.

2.1.2 As rodovias do Plano Nacional de Viação devem satisfazer a, pelo menos, uma das seguintes condições:

- a) ligar a Capital Federal a uma ou mais Capitais de Estados ou Territórios ou a pontos importantes da orla oceânica ou fronteira terrestre;
- b) ligar entre si dois ou mais dos seguintes pontos, inclusive da mesma natureza:
 - capital estadual;
 - ponto importante da orla oceânica;
 - ponto da fronteira terrestre;
- c) ligar em pontos adequados duas ou mais rodovias federais;
- d) permitir o acesso:
 - a instalações federais de importância, tais como parques nacionais, estabelecimentos industriais e organizações militares;
 - a estâncias hidrominerais, a cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pontos de atração turística notoriamente conhecidos e explorados;
 - aos principais terminais marítimos e fluviais e aeródromos, constantes do Plano Nacional de Viação;
- e) permitir conexões de caráter internacional;

2.2 Nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal.

2.2.1 Nomenclatura.

2.2.1.0 De acordo com a sua orientação geográfica geral, as rodovias federais são classificadas nas seguintes categorias:

- a) Rodovias Radiais: as que partem da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la a Capitais Estaduais ou a pontos periféricos importantes do País;
- b) Rodovias Longitudinais: as que se orientam na direção geral Norte-Sul;
- c) Rodovias Transversais: as que se orientam na direção geral Leste-Oeste;
- d) Rodovias Diagonais: as que se orientam nas direções gerais Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste;
- e) Ligações: as rodovias que, em qualquer direção e não se enquadrando nas categorias precedentes, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias federais, ou que permitam o acesso a instalações federais de importância, a pontos de fronteira, a estâncias hidrominerais, a cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a pontos de atração turística, ou aos principais terminais marítimos, fluviais, ferroviários ou aeroviários, constantes do Plano Nacional de Viação.

2.2.1.1 No caso de rodovias conduzindo a pontos de fronteira, estas terão sempre a ordem de citação dos seus pontos de passagem de modo a coincidir seu ponto final com o ponto da fronteira.

2.2.1.2 As designações das rodovias federais no Plano Nacional de Viação são feitas da seguinte forma:

2.2.1.2.0 O símbolo "BR", inicial, indica qualquer rodovia federal.

2.2.1.2.1 Ao símbolo, separado por um traço, segue-se um número de três algarismos, assim constituído:

a) o primeiro algarismo indicará a categoria da rodovia, isto é:

- 0 (zero) — para as radiais;
- 1 (um) — para as longitudinais;
- 2 (dois) — para as transversais;
- 3 (três) — para as diagonais e
- 4 (quatro) — para as ligações;

b) os dois outros algarismos indicarão a posição da rodovia relativamente a BRASÍLIA e aos limites extremos do País (N, S, L, O, NO, SO, NE e SE), de acordo com a metodologia e sistemática estabelecidas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

2.2.2 Relação descritiva.
Conforme quadro a seguir.

SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DESCRITIVA DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL
Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE

BR		PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO	SUPERPOSIÇÃO*	
				(km)	BR	km
RODOVIAS RADIAIS						
010	Brasília-Paraná-Carolina-Porto Franco-Guamá-Belém ...	DF-GO-MA-PA	1.901	-	-	
020	Brasília-Posse-Barreiras-Picos-Fortaleza	DF-GO-BA-PI-CE	1.882	-	-	
030	Brasília-Montalvão-Carinhonha (porto fluvial do S. Francisco)-Brumado-Ubaítaba-Campinho	DF-GO-MG-BA	915	-	-	
040	Brasília-Três Marias-Belo Horizonte-Barbacena-Juiz de Fora-Três Rios-Rio de Janeiro (praça Mauá)	DF-GO-MG-RJ-GB	1.172	-	-	
050	Brasília-Cristalina-Uberlândia-Uberaba-Ribeirão Preto-Campinas-São Paulo-Santos	DF-GO-MG-SP	1.051	040	106	
060	Brasília-Anápolis-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Campo Grande-Fronteira com o Paraguai	DF-GO-MT	1.281	-	-	
070	Brasília-Jaraguá-Aragarças-Cuiabá-Cáceres—Fronteira com a Bolívia	DF-GO-MT	1.286	-	-	
080	Brasília-Uruaçu-Cachimbo-Jacareacanga-Canumã-Manaus..	DF-GO-MT-PA-AM	2.227	-	-	
RODOVIAS LONGITUDINAIS						
101	Touros-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracaju-Feira de Santana-Itabuna-São Mateus-Vitória-Campos-Niterói-Rio-Mangaratiba-Angra dos Reis-Caraguatatuba-Santos-Iguape-Antonina-Joinville-Itajaí-Florianópolis-Tubarão-Osório-São José do Norte-Rio Grande	RN-PB-PE-AL-SE-BA-ES-RJ-GB-SP-FR-SC-RS	4.517	-	-	
104	Macau-Pedro Avelino-Lajes-Cerro Corá-Ligação-Santa Cruz -Campina Grande-Caruaru-Maceió	RN-PB-PE-AL	522	-	-	
110	Aracá Branca-Mossoró-Augusto Severo-Patos-Monteiro-Cruzeiro do Nordeste-Petrolândia-Paulo Afonso-Ribeira do Pombal-Alagoinhas-Entronc. c/BR-324	RN-PB-RN-PB-PE-PE-PE-AL-BA	1.065	-	-	
116	Fortaleza-Russas-Jaguaribe-Silgueiro-Canudos-Feira de Santana-Vitória da Conquista-Teófilo Otoni-Murias Leopoldina-Além Paraíba-Teresópolis-Entronc. c/ BR-493-Entronc. c/BR-040-Rio de Janeiro-Barra Mansa-Lorena-São Paulo-Registro-Curitiba-Lages-Porto Alegre-Pelotas-Jaguarão	CE-PB-CE-PE-BA-MG-RJ-GE-RJ-SP-FR-SC-RS- ..	4.468	-	-	
120	Araquá-Capelinha-Guanhães-Itabira-Nova Era-São Domingos do Prata-Ponte Nova-Ubá-Cataguazes- Leopoldina-Providência-Volta Grande-Bom Jardim-Fórno	MG-RJ	897	-	-	
122	Chorózinho (BR-116)-Solonópole-Iguatú-Juazeiro do Norte-Petrolina-Juazeiro-Urandi-Montes Claros	CE-PE-BA-MG	1.554	-	-	
135	São Luís-Peritoró-Pastos Bons-Bertolínia-Bom Jesus-Corrente-Cristalândia-Barreiras-Correntina-Montalvão-Januária-Montes Claros-Curvelo-Cordisburgo-Belo Horizonte	MA-PI-BA-MG	2.446	-	-	
146	Patos de Minas-Araxá-Poços de Caldas-Bragança Paulista	MG-SP	611	-	-	
153	Marabá-Araguaína-Curupi-Ceres-Goiânia-Itumbiara-Prata-Frutal-São José do Rio Preto-Ourinhos- Iratim- União da Vitória-Porto União-Erechim-Passo Fundo-Soliedade-Cachoeira do Sul-Bagé-Aceguá	PA-GO-MG-SP-FR-SC-RS.	9.555	-	-	
154	Itumbiara-Ituiutaba-Campina Verde-Nhandeara-Entronc. c/BR-153	GO-MG-SP	433	-	-	
156	Kacupã-Calçene-Diapoque-Fronteira c/Guiana Francesa	AP	684	-	-	
158	Altamira-São Felix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças-Aragarças-Jataí-Pakanaíba-Três Lagoas-Panorama-Dracena-Presidente Venceslau-Porto Marcondes-Faranavai-Campo Mourão-Laranjeiras do Sul-Campo Erê-Iraí-Cruz Alta-Santa Maria-Rosário do Sul-Santa Maria do Livramento	PA-MT-GO-MT-SP-FR-SC-RS	8.670	080	115	
163	São Miguel D'Oeste-Larançã-Cuiabá-Porto Moxumbi-Dourados-Rio Brilhante-Campo Grande-Rondonópolis-Cuiabá-Porto Artur-Cachimbo-Santarem-Alenquer-Óbidos-Tirios-Fronteira c/Suriname	SC-FR-MT-PA	3.966	060	67	
174	Cáceres-Rato Grosso-Vilhena-Canumã-Manaus -Caracará-Boa Vista-Fronteira c/Venezuela	MT-RO-AM-RR	2.860	080	108	


SENADO FEDERAL		PASSAGEM		UNIDADES DA FEDERAÇÃO		EXTENSÃO		SUPERPOSIÇÃO	
Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE						(km)		BR km	
RODOVIAS TRANSVERSAIS									
210	Macapá-Caracarai-Içana-Fronteira c/Colômbia	AP-AM	2.323	-	-				
222	Fortaleza-Piripiri-Itapecuru Mirim- Santa Inês - Açailândia-Marabá-Entronc. c/BR-158	CE-PI-MA-PA	1.431	135	40				
226	Natal-Santa Cruz-Currais Novos-Augusto Severo-Pau dos Ferros-Jaguaribe-Crateús-Teresina- Presidente Dutra-Grajaú-Porto Franco-Entronc. c/BR-153	RN-CE-PI-MA-GO	1.457	-	-				
230	Cabedelo-João Pessoa-Campina Grande-Patos-Cajazeiras-Lavras da Mangabeira-Picos-Floriano - Pastos - Bons- Balsas-Carolina-Estrelito-Marabá-Jatobal-Alta Mira-Itaituba-Jacareacanga-Humaitá-Lábrea-Benjamin Constant	PB-CE-PI-MA-PA-AM ...	4.918	101 110 135	8 17 52				
232	Recife (Praça Rio Branco)-Arcoverde-Salgueiro-Paranamirim	PE	565	101	8				
235	Aracaju-Jeremoabo-Canudos-Juazeiro-Petrolina-Remanso-Caracol-Bom Jesus-Alto Parnaíba-Araguacema-Cachimbo.	SE-BA-PE-BA-PI-MA-GO-PA	2.220	101	10				
242	São Roque-Seabra-Ibotirama-Barreiras-Paraná-São Felix do Araguaia-Vale do Xingu-Porto Artur (BR-163)	BA-GO-MT	2.049	020 101	90 5				
251	Ilhéus-Pontal-Buerarema-Camacan-Salinas-Montes Claros-Unai-Brasília-Ceres-Xavantina-Cuiabá	BA-MG-GO-DF-GO-MT	2.098	116 122	30 34				
259	João Neiva (BR-101)-Governador Valadares-Guanhães-Serro-Gouveia-Curvelo-Felixlândia. (BR-040)	ES-MG	605	116	5				
262	Vitória-Realeza-Belo Horizonte-Araxá-Uberaba-Frutal - Icém-Três Lagoas-Campo Grande-Agudauana-Porto Esperança-Corumbá	ES-MG-SP-MT	2.253	101 153 158	15 49 28				
265	Muriac-Barbacena-São João Del Rei-Lavras-Boa Esperança-Carmo do Rio Claro-São Sebastião do Paraíso-Bebedouro-São José do Rio Preto	MG-SP	849	040	16				
267	Leopoldina-Juiz de Fora-Caxambu-Poços de Caldas-Araraquara-Lins-Presidente Venceslau-Rio Brilhante-Porto Murtinho	MG-SP-MT	1.835	040 060 116 163	23 14 7 44				
272	São Paulo-Sorocaba-Ibaiti-Campo Mourão-Goiá Erê-Guaíra	SP-PR	833	-	-				
277	Paranaquã-Curitiba-Irati-Relógio-Laranjeiras do Sul-Cascavel-Foz do Iguaçu	PR	730	165	11				
280	São Francisco do Sul-Joinville-Porto União-São Lourenço do Oeste-Barracão-Dionísio Cerqueira	SC-PR-SC	580	101	7				
282	Florianópolis-Lages-Joaçaba-São Miguel d'Oeste ...	SC	650	101	14				
283	Campos Novos (BR-282)-Capinzal-Concórdia-Seara-Chapadão-São Carlos-Palmito-Mondai-Itapiranga (fronteira com a Argentina)	SC	251	-	-				
285	Araranguá-Jacinto Machado-Timbó-Bom Jesus-Vacaria-Passo Fundo-Santo Ângelo-São Borja	SC-RS	738	-	-				
290	Osório-Porto Alegre-São Gabriel-Alegrete- Uruguai na	RS	721	116 158	17 40				
293	Pelotas-Bagê-Santana do Livramento-Quaraí-Uruguaiana	RS	536	116 158	6 35				
RODOVIAS DIAGONAIS									
304	Boqueirão do Cesário-Aracati-Mossoró-Lajes-Natal .	CE-RN	416	101 226	20 16				
307	Taumaturgo-Porto Valter-Cruzeiro do Sul- Benjamin Constant-Içana-Fronteira c/Venezuela	AC-AM	1.500	-	-				
316	Belém-Capanema-Peritoró-Teresina-Picos-Parnamirim-Cabrobó-Floresta-Petrolândia-Palmeira dos Índios-Maceió	PA-MA-PI-PE-AL	2.032	101 104 135 153 230	22 46 26 125 95				
317	Lábrea-Boca do Acre-Rio Branco-Xapuri-Brasileia-As sis Brasil	AM-AC	879	-	-				
319	Manaus-Caréiro-Humaitá-Porto Velho	AM-RO	866	-	-				



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE

R	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
24	Balsas (BR-230) - Ribeiro Gonçalves-São Raimundo Nono to (BR-020)-Remanso (BR-235)-Jacobina-Feira de Santa- na-Salvador	MA-PI-BA	1.045	-	-
30	Balsas-Bom Jesus-Xique Xique-Seabra-Jequié-Ubaitaba ..	MA-PI-BA	994	-	-
42	Carinhanha-Espinosa-Salinas-Araçuaí-Teófilo Otoni-Li- nhães	BA-MG-ES	837	101	29
43	Luis Correia-Piripiri-Teresina-Floriano-Bertolínia ..	PI	747	226	39
				230	12
				316	76
49	Aracaju-Entronc. c/Br-101-Itapicuru-Olindina-Mundo No- vo-Seabra-Bom Jesus da Lapa-Santa Maria da Vitória- Correntina-Posse (BR-020)	SE-BA-GO	1.035	-	-
52	Goiania-Ipanema-Patos de Minas-Abatô-Pitangui-Parade Minas	GO-MG	610	-	-
54	Cristalina-Patos de Minas-Formiga-Lavras-Cruzilha-Ca- xambu-Vidinha-Engenheiro Passos	GO-MG-RJ	895	-	-
56	Belo Horizonte-Muriá-Campos-São João da Barra	MG-RJ	456	040	30
59	Mineiros-Coxim-Corumbá	GO-MT	628	-	-
61	Patos-Piancó-São José do Belmonte-Entronc. c/BR-232 ..	PB-PE	230	-	-
63	Baía de Santo Antônio (Porto)-Alto da Bandeira	FN	3	-	-
64	Limeira-Matão-Frutal-Campina Verde-São Simão-Jatáí- Rondonópolis-Cuiabá-Vilhena-Porto Velho-Abunã-Rio Bran- co-Sena Madureira-Feijó-Tarauacá-Cruzeiro do Sul- Ja- piim-Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.196	070	92
				153	26
				163	238
				174	140
				262	8
				267	44
65	Montes Claros-Pirapora-Patos de Minas-Patrocínio-Uber- lândia-Ituiutaba-São Simão	MG	874	-	-
67	Santa Cruz Cabrália-Coróa Vermelha-Porto Seguro - Ara- çuaí-Diamantina-Gouveia	BA-MG	695	-	-
69	Oliveira-Campo Belo-Boa Esperança-Campos Gerais- Alfe- nas-Serrania-Caconde-Pirassununga-Ourinhos- Londrina- Jandaia do Sul-Campo Mourão-Cascavel	MG-SP-PR	1.161	153	10
				267	32
				272	45
73	Limeira-Itapetininga-Apiá-Ponta Grossa -Três Pinhei- ros-Francisco Beltrão-Barracão	SP-PR	898	163	5
				272	10
				277	99
74	Presidente Venceslau-Ourinhos-Avaré-Boituva-São Paulo	SP	600	050	10
				153	15
				267	10
				369	28
76	Dourados-Paranavaí-Maringá-Apucarana - Ponta Grossa- São Luis do Purunã-Curitiba-Garuva (BR-101)	MT-PR	849	163	12
				277	56
				369	18
77	Carazinho-Santa Bárbara-Cruz Alta-Santiago -Alegrete- Quaraí	RS	489	285	48
				290	33
81	São Mateus-Nova Venécia-Barra de São Francisco - Mante- na-Central de Minas-Divino das Laranjeiras-Governador Valadares-Ipatinga-Belo Horizonte-Betim-Pouso Alegre- Bragança Paulista-São Paulo	MG-SP	980	-	-
93	Conselho Lafaete-São João Del Rei - Caxambu - Vidi- neia-Itajubá-Campos do Jordão-Pindamonhangaba - Ubatuba	MG-SP	543	267	9
				354	23
				356	10
86	São Miguel d'Oeste-Iraí-Carazinho-Soledade-Porto Ale- gre	SC-RS	484	116	16
92	Rio Grande (Porto)-Pelotas-Santa Maria-Tupanciretã - Santo Ângelo-Fronteira c/Argentina	RS	617	-	-
93	Cachoeiro de Itapemirim-Itaperuna-Além Paraíba - Três Rios-Volta Redonda-Entronc. c/BR-116	ES-RJ-MG-RJ	420	040	12
LIGAÇÕES					
01	Boa Vista-Fronteira c/Guiana	RR	140	-	-
02	Entronc. c/BR-135-Parnaíba (BR-343)-Granja-Itapipoca- Umirim (BR-222)	MA-PI-CE	467	-	-
03	Acaraú-Sobral (BR-222)-Crato (BR-226)	CE	267	-	-
04	Piripiri-Crato-Novo Oriente-Catarina-Iguatu-Icó ...	PI-CE	481	303	18

 SENADO FEDERAL Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE		UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				BR	km
403	Possoró-Jucuri-Mulungu-Apodi-Itau-São Francisco do Oeste-Pau dos Ferros-Rafael Fernandes-José da Penha-Uiraiuna-Antenor Navarro-Marizópolis (BR-230)	RN-PB	245		
405	Macaú-Jandaíra-João Câmara-Natal	RN	187		
407	Piripiri-São Miguel do Tapuio-Pimenteirás-Bocaina-Picos-Petrolina-Juazeiro-Rui Barbosa-Iramaia-Contendas Suquarana (BR-030)-Anagé (BR-116)	PI-PE-BA	1.251		
408	Campina Grande-Recife	PB-PE	137		
409	Feijó-Santa Rosa	AC	152		
410	Ribeira do Poimbal-Tucano	BA	32		
411	Entronc. c/BR-307-Elvira	AM	256		
412	Farinha-Sumé-Monteiro	PB	144		
413	Entronc. c/BR-307-Caxias (Estirão do Equador)	AM	140		
414	Porangatú-Niquelândia-Anápolis	GO	339		
415	Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista	BA	238		
417	Afuá-Anajás-Ponta de Pedras	PA (Ilha de Marajó)	240		
418	Caravelas-Nanque-Carlos Chagas-Tesfilo Otoni	BA-MG	289	342	29
419	Rio Verde de Mato Grosso-Aquidauana-Jardim	MT	304	267	14
420	Pojuca (BR-110)-Santo Amaro-São Roque-Nazaré-Lage-Mutuípe-Jequirica-Ubaira-Santa Inês-Itaquara-Jaguaguara-Entronc. c/BR-116	BA	236		
421	Ariguanes-Alto Candelas-Guajará Mirim	RO	282		
422	Matobal-Tucuruí	PA	125	230	15
423	Caruaru-Garanhuns-Paulo Afonso-Juazeiro	PE-AL-BA	535		
424	Arco Verde-Garanhuns-Maceió	PE-AL	148	101	12
425	Abunã-Guajará Mirim	RO	128	316	13
426	Entronc. c/BR-230-Santana dos Garrotes-Princesa Izabel-Entronc. c/BR-232	PE-PE	142		
427	Currais Novos-Pombal	RN-PB	189		
428	Cabrobó (BR-116)-Petrolina	PE	180		
429	Vila Rondônia (BR-364)-Costa Marques (Rio Guaporé)	RO	299		
430	Barreiras-Santana-Bom Jesus da Lapa-Caetité	BA	499		
431	Bocaiuva (BR-135)-Governador Valadares	MG	315	259	15
432	Rio Verde-Itumbiara-Tupaciguara-Uberlândia-Araxá	GO-MG	500	153	6
433	Itaqui-Santiago-Santa Maria	RS	304	365	32
434	Pôrto Esperança-Forte Coimbra (Fronteira c/Bolívia)	MT	50		
435	Chandessa-São José do Rio Preto-Matão	SP	213		
437	Cristalina-Goiânia	GO	175		
438	Conselheiro Pena-Tarumirim-Iapu-Entronc. c/BR-381	MG	137	381	6
439	Poços de Caldas-Lorena (BR-116)-Mambucaba (BR-101)	MG-SP-RJ	333		
440	Cambuquira-Lambari-São Lourenço	MG	76	267	7
441	Ituiutaba-Gurinhata-Iturama	MG	114		
442	Patrocínio-Perdizes-Entronc. c/BR-262	MG	84		
443	Dourados-Ponta Porã	MT	123		
444	Ituiutaba-Prata-Uberaba-Entronc. c/BR-146	MG	300		
445	Garganta Viúva Graça (BR-116)-Santa Cruz (BR-101)	GB-RJ	39		
446	Apucarana-Ivaiporã-Pitanga-Guarapuava-União da Vitória-Pôrto União	PR-SC	319		
447	Pôrto Mendes-Toledo-Cascavel	PR	112		
448	Palmeira das Missões (BR-158)-Três Passos (fronteira com a Argentina)	RS	78		
449	Pôrto Meira-Foz do Iguaçu-Parque Nacional	PR	30		
450	Navegantes-Itajaí-Blumenau-Curitiba-Novos Campos-Lagoa Vermelha-Nova Prata-Montenegro (BR-386)	SC-RS	521		
451	Soledade-Santa Cruz do Sul-Encruzilhada do Sul-Canguçu-Pelotas-Chuí	RS	668	153	40
452	São Borja-Itaqui-Uruguaiana-Barra do Quaraí	RS	245	392	56
453	Aceguá-Herval-Entronc. c/BR-471	RS	200		
454	Aimorés-Ipanema-Caratinga	MG	117		
455	Lages-Tubarão	SC	211		
456	Apiaí-Curitiba-Lapa-São Mateus-Pôrto União	SP-PR-SC	410	373	32
457	Canoinhas-Papanduva-Blumenau	SC	178	470	20
458	Linhares-Sorocaba-Registro-Cananéia	SP	324		
459	Januária-Arinos-Brasília	MG-GO-DF	424		
460	Pato Branco-Entronc. c/BR-280-São Lourenço do Oeste-Xanxerê-Chapeco-Erechim	PR-SC-RS	108		
461	Cruz Alta-Aroio do Tigre-Sobradinho-Candelária-Santa Cruz do Sul	RS	173		
462	Safrá (BR-101)-Cachoeiro de Itapemirim-Jerônimo Monteiro-Guaçu-Carangola-Fervedouro (BR-116)-Viçosa-Pi	ES-MG			

BR	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO *	
				BR	km
483	Itumbiara-Paranaíba	GO-MT	304	364	10
484	Colatina-Itaguçu-Afonso Cláudio-Guaçu-São José do Calçado-Bom Jesus do Itabapoana-Itaperuna	ES-RJ	273	393	25
485	Entronc. c/BR-116-Parque Nacional das Agulhas Negras-Vale dos Lirios-Garganta do Registro (BR-354)	RJ-MG	35	-	-
486	Itajaí-Brusque-Vidal Ramos-Bom Retiro (BR-282)	SC	150	-	-
487	Pôrto Felicidade (BR-163)-Pontal do Tigre-Campo Mourão-Ponta Grossa	MT-PR	615	158	29
488	Entronc. c/BR-116-Santuário Nacional de Aparecida ...	SP	1	-	-
489	Prado-Entronc. c/BR-101	BA	35	-	-
490	Campo Alegre (BR-050)-Ipameri-Caldas Novas-Morrinhos (BR-153)	GO	142	-	-
491	São Sebastião do Paraíso (BR-265)-Monte Santo de Minas-Arceburgo-Guaçupe-Afenas-Varginha-Entronc. c/BR-381	MG	240	-	-
492	Morrio do Côco (BR-101)-Cardoso Moreira (BR-356)-São Fidelis-Cordeiro-Nova Friburgo-Bonsucesso-Sobradinho (BR-116)-Posse (BR-040)-Pedro do Rio (BR-040)-Avelar-Massambará (BR-393)	RJ	367	-	-
493	Manilha (BR-101)-Magé-Entronc. c/BR-040	RJ	63	-	-
494	Entronc. c/BR-262-Divinópolis-São João Del Rei-Andradinha-Volta Redonda-Angra dos Reis	MG-RJ	370	-	-
495	Teresópolis-Itaipava (BR-040)	RJ	40	-	-
496	Pirapora-Corinto	MG	130	-	-
497	Uberlândia-Campina Verde-Iturama-Pôrto Alencastro-Entronc. c/BR-158	MG-MT	321	-	-
498	Monte Pascoal-Entronc. c/BR-101	BA	12	-	-
499	Entronc. c/BR-040-Cabangu	MG	15	-	-
TOTAL			115.005	-	3.061
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			111.944	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta apenas na rodovia de maior numeração.

Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE		UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
PONTOS DE PASSAGEM				EF	km
410	Entronc. c/EF-415-Areia Branca-Mossorô-Souza	RN-PB	320	-	-
415	Macau-Natal-Entronc. c/ EF-101	RN	235	-	-
418	Ribeirão (EF-101)-Barreiros	PE	56	-	-
420	Entronc. c/EF-101-Maceió (Jaraquá)	AL	75	-	-
430	Entronc. c/EF-116-São Francisco (Alegoíñas)	BA	517	-	-
445	Campinho-Ubatuba-Jequiá-Entronc. c/EF-025	BA	364	-	-
452	Goiânia-Moncaador	GO	225	-	-
455	Diamantina-Governador Valadares	MG	240	-	-
457	São Pedro (Itaú)-Uberaba	MG	273	-	-
459	Itabira-Entronc. c/EF-262	MG	36	-	-
459	Capitão Lúcio-Entronc. c/EF-262-Belo Vale-Joaquim Ma- tinho	MG	103	-	-
460	Três Rios-Governador Portela-Miguel Couto-Duque de Ca- xias-Rio de Janeiro	RJ-GB	181	040	14
461	Ponte Nova-Miguel Burnier	MG	146	-	-
462	Costa Lacerda-Fazenda Alegria (Miguel Burnier)-Fábrica	MG	109	-	-
463	Ipatinga-Capitão Martins-Ponte Nova-Ubã-Ligação-Furta- do Caminho-Bicas-Três Rios	MG-RJ	412	-	-
464	Aureliano Mourão-Antônio Carlos	MG	202	-	-
465	Colômbia-Araraquara	SP	253	-	-
466	Passos-São Sebastião do Paraíso-Evangelina-Ribeirão	SP	281	050	9
468	Prêto-Pontal-Entronc. c/EF-465	SP	104	-	-
468	Presidente Epitácio-Presidente Prudente	SP	304	-	-
469	Indubrasil-Ponta Porã	MT	170	-	-
470	Três Corações-Solidade de Minas-Cruzeiro	MG-SP	220	-	-
471	Entronc. c/EF-116-Mogi Mirim	MG-SP	48	-	-
471	Visconde de Itaboraí-São Bento	RJ	32	-	-
471	Náperi-Terminal Marítimo de Santa Cruz (Cosigua)	RJ-GB	112	-	-
474	Honório Gurgel-Mangaratiba-Angra dos Reis	GB-RJ	33	-	-
478	Entronc. c/EF-479 (Jurubatuba)-Evangelista de Souza	SP	140	105	10
479	Jurubatuba-Entronc. c/EF-478-Ouro Fino-Suzano-São Mi- guel Paulista-Cumbica-Guarulhos-Bairro do Limão-En- tronc. c/EF-364-Jurubatuba	SP	230	364	7
480	Mauricx-Entronc. c/EF-479-Jundiapéba-São Sebastião	SP	479	105	42
481	Apucarana-Ponta Grossa	PR	139	364	7
482	Entronc. c/EF-481-Harmonia-Entronc. c/EF-153-Entronc. c/EF-116	PR	171	479	13
485	Porto União-Mafra-São Francisco do Sul	SC	460	-	-
486	Ijuí-Palmeira das Missões-Chapécó-Pato Branco-Porto União	RS-SC-PR	600	-	-
487	Itajaí-Blumenau-Ponte Alta (EF-116)-Vale do Rio de Peixe	SC	430	-	-
488	Imbituba-Tubarão-Treviso	SC	138	-	-
489	Lauro Muller-Tubarão	SC	57	-	-
490	Esplanada-Rio Deserto	SC	33	-	-
491	Passo Fundo-Roca Sales	RS	152	-	-
492	Caxias do Sul-Bento Gonçalves-Entronc. c/EF-116	RS	114	-	-
493	Santa Rosa-Santo Ângelo-Cruz Alta	RS	181	-	-
494	Santo Ângelo-Cerro Largo-Santiago	RS	224	-	-
495	São Borja-Santiago-Dilermando de Aguiar	RS	302	-	-
497	Cacequi-São Sebastião	RS	169	-	-
"	Baixa de São Marcos-Carajás	MA-PA	650	-	-
TOTAL			35.944	-	2.128
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO			33.896	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta ap-
nas na ferrovia de maior numeração.

- 3. SISTEMA FERROVIÁRIO NACIONAL**
- 3.1 Conceituação**
- 3.1.0** O Sistema Ferroviário Nacional é constituído pelo conjunto das ferrovias do País e compreende:
- a) infra-estrutura ferroviária, que abrange as redes ou linhas sob jurisdição federal, estadual e particular, incluindo suas instalações acessórias e complementares;
 - b) estrutura operacional, abrangendo o conjunto das atividades e meios estatais de tráfego e administração, inclusive fiscalização, e que possibilitam o uso adequado das ferrovias.
- 3.1.1** Somente são consideradas, no Plano Nacional de Viação, aquelas ferrovias do Sistema Ferroviário Nacional, constantes da relação descritiva da seção 3.2.2 adiante.
- 3.1.2** As ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação devem satisfazer a, pelo menos, uma das seguintes condições:
- a) ligar a Capital Federal a Capitais Estaduais ou a pontos importantes do litoral ou de fronteira terrestre;
 - b) ligar entre si polos econômicos, núcleos importantes, ferrovias e terminais de transporte.
- 3.2** Nomenclatura e relação descritiva das Ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.
- 3.2.1** Nomenclatura
- 3.2.1.0** De acordo com sua orientação geográfica geral, as ferrovias do Plano Nacional de Viação são classificadas nas seguintes categorias:
- a) Ferrovias Radiais: são as que partem da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la a Capitais Estaduais ou a pontos periféricos importantes do País.
 - b) Ferrovias Longitudinais: as que se orientam na direção geral Norte-Sul.
 - c) Ferrovias Transversais: as que se orientam na direção geral Leste-Oeste.
 - d) Ferrovias Diagonais: as que se orientam nas direções gerais Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudeste.
 - e) Ligações: as ferrovias que, em qualquer direção e não se enquadrando nas categorias precedentes, ligam entre si ferrovias ou pontos importantes do País, ou se constituem em ramais coletores regionais.
- 3.2.1.1** As designações das ferrovias do Plano Nacional de Viação são feitas da seguinte forma:
- 3.2.1.1.0** O símbolo "EF" (Estrada de Ferro) indica qualquer ferrovia do PNV.
- 3.2.1.1.1** Ao símbolo, separado por um traço, segue-se um número de três algarismos, assim constituídos:
- a) o primeiro algarismo indicará a categoria da ferrovia, isto é:
 - 0 (zero) — para as radiais;
 - 1 (um) — para as longitudinais;
 - 2 (dois) — para as transversais;
 - 3 (três) — para as diagonais e
 - 4 (quatro) — para as ligações;
 - b) os dois outros algarismos indicarão a posição da ferrovia, relativamente à BRASÍLIA e aos limites extremos do País (N, S, L, O, NO, SO, NE e SE), de acordo com a metodologia e sistemática estabelecidas pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro e semelhantes às adotadas para o Sistema Rodoviário Federal.
- 3.2.2.** Relação descritiva.
Conforme quadro a seguir.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

3.2.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS FERROVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

EF	PONTOS DE PASSAGEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)	SUPERPOSIÇÃO	
				EF	km
FERROVIAS RADIAIS.					
125	Brasília-Entronc. c/EF-116-Iaçu-Salvador	DF-GO-MG-BA	1.594	-	-
140	Brasília-Pirapora-Sabará-Três Rios-Barra do Piraí - Aljezur-Rio de Janeiro	DF-GO-MG-RJ-GE	1.501	-	-
145	Brasília-Goiandira-Gargças de Minas-Lavras-Angra dos Reis	DF-GO-MG-RJ	1.493	-	-
50	Brasília-Araguari-São Joaquim da Barra-Ribeirão Prê- to-Campinas-Mayrink-Santos	DF-GO-MG-SP	1.416	045	367
FERROVIAS LONGITUDINAIS					
01	Natal-Entronc. c/EF-225-Recife-Propriá-São Francisco (Alagoinhas)-Salvador	RN-PB-PE-AL-SE-BA	1.381	025	22
03	Vitória-Campos-Visconde de Itaboraí-Niterói	ES-RJ	594	-	-
05	Rio de Janeiro-Japeri-Barra do Piraí-São Paulo	GB-RJ-SP	499	040	53
16	Fortaleza-Crato-Salgueiro-Petrolina-Campo Formoso- Iaçu-Entronc. c/EF-025-Monte Azul-Entronc. c/EF-040- Belo Horizonte-Divinópolis-Lavras-Três Corações-Cam- pinas-Itapeva-Gargantã de Bom Sucesso-Ponta Grossa- Lages-General Luz-Pelotas-Basilio-Jaguaraão (Policíni- o)	CE-PE-BA-MG-SP-PR-SC - RS	5.381	025 040 050	423 262 113
153	Marques dos Reis-Ponta Grossa-Pôrto União-Passo Fun- do-Santa Maria-Santana do Livramento	PR-SC-RS	1.791	-	-
FERROVIAS TRANSVERSAIS					
125	Cabedelo-João Pessoa-Entronc. c/EF-101-Souza-Entronc. c/EF-116-Crateús-Castelo-Altos-Teresina-Itaqui	PB-CE-PI-MA	1.587	101 116	41 158
132	Recife-Entronc. c/EF-101-Salgueiro	PE	608	101	8
162	Vitória-Nova Era-Sabará-Belo Horizonte-Gargças de Mi- nas	ES-MG	1.007	040 116	8 167
165	Santos-Mayrink-Rubião Junior-Bauru-Campo Grande- Co- rumbá-Fronteira c/Bolívia	SP-MT	1.830	050 116	155 71
170	Rubião Junior-Ourinhos-Presidente Prudente-Ponta Po- rta	SP-MT	792	-	-
77	Paranaguá-Curitiba-Engº Bley-Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu	PR	834	-	-
90	Pôrto Alegre-Santa Maria-Entronc. c/EF-153-Uruguaí - aria-Fronteira c/Argentina	RS	712	153	116
93	Rio Grande-Pelotas-Basilio-São Sebastião-Santana do Livramento	RS	475	116	72
FERROVIAS DIAGONAIS					
64	Presidente Vargas-Araraquara-Campinas-São Paulo-San- tos	SP	824	-	-
66	Panorama-Bauru-Itirapina	SP	535	-	-
69	Ourinhos-Apucarana-Guaíra-Pôrto Mendes	SP-PR	183	-	-
LIGAÇÕES					
01	Serra do Navio-Pôrto Santana	AP	194	-	-
04	Luis Correia-Entronc. c/EF-225	PI	310	-	-
05	Fortaleza-Sobral-Crateús	CE	442	-	-

SENADO FEDERAL		UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km).	SUPERPOSIÇÃO *	
Gabinete do Senador RENATO CASAGRANDE				EF	km
PONTOS DE PASSAGEM					
410	Entronc. c/EF-415-Areia Branca-Mossorô-Souza	RN-PB	320	-	-
415	Macau-Natal-Entronc. c/ EF-101	RN	235	-	-
418	Ribeirão (EF-101)-Barreiros	PE	56	-	-
420	Entronc. c/EF-101-Maceió (Jaraquá)	AL	75	-	-
430	Entronc. c/EF-116-São Francisco (Alagoinhas)	BA	317	-	-
445	Campinho-Ubatuba-Jequié-Entronc. c/EF-025	BA	364	-	-
450	Goiânia-Moncaador	GO	225	-	-
455	Diamantina-Governador Valadares	MG	240	-	-
457	São Pedro (Ipiú)-Uberaba	MG	273	-	-
459	Itabira-Entronc. c/EF-262	MG	36	-	-
459	Capitão Eduardo-Entronc. c/EF-262-Belo Vale-Joaquim Marinho	MG	103	-	-
460	Três Rios-Governador Portela-Miguel Couto-Duque de Caxias-Rio de Janeiro	RJ-GB	181	040	14
461	Ponte Nova-Miguel Burnier	MG	146	-	-
462	Costa Lacerda-Fazenda Alegria (Miguel Burnier)-Fábrica	MG	109	-	-
462	Ipatinga-Capitão Martins-Ponte Nova-Ubã-Ligação-Furta- do Corpos-Bicas-Três Rios	MG-RJ	412	-	-
464	Aureliano Mourão-Antônio Carlos	MG	202	-	-
465	Colômbia-Araraquara	SP	253	-	-
466	Passos-São Sebastião do Paraíso-Evangelina-Ribeirão Prêto-Pental-Entronc. c/EF-465	SP	281	050	9
468	Presidente Epitácio-Presidente Prudente	SP	104	-	-
469	Indubrasil-Ponta Porã	MT	304	-	-
470	Três Corações-Sociedade de Minas-Cruzeiro	MG-SP	170	-	-
471	Entronc. c/EF-116-Mogi Mirim	MG-SP	220	-	-
471	Visconde de Tenborai-São Bento	RJ	48	-	-
471	Náperis-Terminal Marítimo de Santa Cruz (Cosigua)	RJ-GB	32	-	-
474	Honório Gurgel-Mangaratiba-Angra dos Reis	GB-RJ	112	-	-
478	Entronc. c/EF-479 (Jurubatuba)-Evangelista de Souza	SP	33	-	-
479	Jurubatuba-Entronc. c/EF-478-Ouro Fino-Suzano-São Mi- guel Paulista-Cumbica-Guarulhos-Bairro do Limão-En- tronc. c/EF-364-Jurubatuba	SP	140	105 364	10 7
480	Mayrink-Entronc. c/EF-479-Jundiapéba-São Sebastião	SP	230	105 364 479	42 7 13
481	Apucarana-Porta Grossa	PR	139	-	-
482	Entronc. c/EF-481-Harmonia-Entronc. c/EF-153-Entronc. c/EF-116	PR	171	-	-
485	Porto União-Mafra-São Francisco do Sul	SC	460	-	-
486	Itajaí-Palmeira das Missões-Chaçecó-Pato Branco-Porto União	RS-SC-PR	600	-	-
487	Itajaí-Blumenau-Ponte Alta (EF-116)-Vale do Rio do Peixe	SC	450	-	-
488	Imbituba-Tubarão-Treviso	SC	136	-	-
489	Lauro Muller-Tubarão	SC	57	-	-
490	Esplanada-Rio Deserto	SC	33	-	-
491	Passo Fundo-Roca Sales	RS	152	-	-
492	Caxias do Sul-Bento Gonçalves-Entronc. c/EF-116	RS	114	-	-
493	Santa Rosa-Santo Ângelo-Cruz Alta	RS	181	-	-
494	Santo Ângelo-Cerro Largo-Santiago	RS	224	-	-
495	São Borja-Santiago-Dilermando de Aguiar	RS	302	-	-
497	Cacequi-São Sebastião	RS	169	-	-
0	Baía de São Marcos-Carajás	MA-PA	650	-	-

* A extensão superposta, quando ocorre, consta ap-
nas na ferrovia de maior numeração.

TOTAL	35.944	-	2.128
TOTAL SEM SUPERPOSIÇÃO	33.826	-	-

4. SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL**4.1 Concetuação**

4.1.0 O Sistema Portuário Nacional é constituído pelo conjunto de portos marítimos, fluviais e lacustres do País e compreende:

a) infra-estrutura portuária, que abrange a rede de portos existentes ou a construir no País, incluindo suas instalações e acessórios complementares;

b) estrutura operacional abrangendo o conjunto das atividades e meios estatais, que possibilitam o uso adequado dos portos.

4.1.1 São considerados no Plano Nacional de Viação os portos do Sistema Portuário Nacional constantes da Relação Descritiva 4.2 adiante.

4.2 Relação descritiva dos portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação.

Conforme quadro a seguir.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

26-A

4.2 - RELAÇÃO DESCRITIVA DOS PORTOS MARÍTIMOS, FLUVIAIS E LACUSTRES DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

Nº DE ORDEM	D E N O M I N A Ç ã O	UF	LOCALIZAÇÃO
1	MANAUS	AM	RIO NEGRO
2	ITACOATIARA	AM	RIO AMAZONAS
3	PARINTINS	AM	RIO AMAZONAS
4	TAPURUQUARA	AM	RIO NEGRO
5	LÁBREA	AM	RIO PURUS
6	BÓCA DO ACRE	AM	RIO PURUS
7	EURINEPE	AM	RIO Juruá
8	HUMAITÁ	AM	RIO MADEIRA
9	TABATINGA	AM	RIO AMAZONAS
10	COARI	AM	RIO SOLIMÕES
11	CODAJÁS	AM	RIO SOLIMÕES
12	OBIDOS	PA	RIO AMAZONAS
13	SANTARÉM	PA	RIO TAPAJÓS
14	BREVES	PA	RIO DE BREVES
15	BELEM	PA	RIO GUAMÁ
16	ITAITUBA	PA	RIO TAPAJÓS
17	PORTO VITÓRIA	PA	RIO XINGU
18	ALTAMIRA	PA	RIO XINGU
19	TUCURUI	PA	RIO TOCANTINS
20	MARABÁ	PA	RIO TOCANTINS
21	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PA	RIO ARAGUAIA
22	BAHIA DO ESPADANTE	PA	OCEANO ATLÂNTICO - LI TORAL DO ESTADO DO PARÁ
23	MACAPÁ	AP	RIO AMAZONAS
24	SÃO LUIS-ITACUI	MA	BAIA DE SÃO MARCOS
25	CAROLINA	MA	RIO TOCANTINS
26	IMPERATRIZ	MA	RIO TOCANTINS
27	PORTO FRANCO	MA	RIO TOCANTINS

NO ORDEM	FEDERAL DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
do Senador RENATO CASAGRANDE			
28	BARRA DO CORDA	MA	RIO MEARIM
29	CAXIAS	MA	RIO ITAPICURU
30	PINDARÉ-MIRIM	MA	RIO PINDARÉ
31	ALTO PARNAÍBA	MA	RIO PARNAÍBA
42	SANTA FILOMENA	PI	RIO PARNAÍBA
43	LUIS CORREIA	PI	RIO IGARAÇU
44	TERESINA	PI	RIO PARNAÍBA
35	PARNAÍBA	PI	RIO PARNAÍBA
36	FLORIANO	PI	RIO PARNAÍBA
37	FORTALEZA	CE	ENSEADA DE MUCURIPE
38	TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (TERMISA)	RN	OCEANO ATLÂNTICO, LI TORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
39	MACAU	RN	RIO AÇU
40	NATAL	RN	RIO POTENGI
41	CABELO	PE	RIO PARAIBA
42	RECIFE	PE	ESTUÁRIO DOS RIOS CA PIBARIBE E BEBERIBE
43	PETROLINA	PE	RIO SÃO FRANCISCO
44	TERMINAL DE SLAVE	PE	OCEANO ATLÂNTICO, LI TORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
45	MACIÃO	AL	ENSEADA DE JARAQUÁ
46	PENEDO	AL	RIO SÃO FRANCISCO
47	ARAÇAJU	SE	RIO SERGIPE
48	PROPRIÁ	SE	RIO SÃO FRANCISCO
49	SALVADOR - ARATU	BA	BAIA DE TODOS OS SAN TOS
50	CAMPINHO	BA	BAIA DE MARAU
51	ILHEUS - MALHADO	BA	PONTE DO MALHADO
52	JUAZEIRO	BA	RIO SÃO FRANCISCO
53	BARREIRAS	BA	RIO GRANDE
54	VITÓRIA - TUBARÃO	ES	RIO SANTA MARIA
55	FORNO	RJ	ENSEADA DOS ANJOS
56	NITERÓI	RJ	BAIA DA GUANABARA
57	SEPETIBA	RJ	BAIA DE SEPETIBA
58	ANGRA DOS REIS	RJ	BAIA DA ILHA GRANDE
59	CAMPOS	RJ	RIO PARAIBA DO SUL
60	RIO DE JANEIRO	CS	BAIA DA GUANABARA
61	SÃO SEBASTIÃO	SP	CANAL DE SÃO SEBAS- TIÃO
62	SANTOS	SP	ESTUÁRIO DE SANTOS
63	PRESIDENTE EPITÁCIO	SP	RIO PARANÁ
64	ANTONINA	PR	BAIA DE PARANGUÁ
65	PARANGUÁ	PR	BAIA DE PARANGUÁ
66	FOZ DO IGUAÇU	PR	RIO IGUAÇU
67	PÓRTO MENDES	PR	RIO PARANÁ
68	GUAIARA	PR	RIO PARANÁ
69	SÃO FRANCISCO DO SUL	SC	RIO SÃO FRANCISCO DO SUL
70	ITAJAI	SC	RIO ITAJAI-AÇU
71	INHATOMIRIM	SC	OCEANO ATLÂNTICO, LI TORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
72	IMBITUBA	SC	ENSEADA DE IMBITUBA

Nº DE FEDERAL	DE NOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
74	PORTO ALEGRE	RS	RIO GUAIABA
75	PELOTAS	RS	CANAL DE SÃO CONÇALO
76	RIO GRAND	RS	LACOA DOS PATOS
77	RIO PARDO	RS	RIO JACUI
78	CACERES	RS	RIO JACUI
79	SÃO JERÔNIMO	RS	RIO JACUI
80	INHAÍMA	RS	RIO TAQUARI
81	PELOTAS	RS	RIO TAQUARI
82	SÃO BORJA	RS	RIO URUGUAI
83	SENTA VICTÓRIA DO PALMAR	RS	LACOA MIRIM
84	RIO GRANDE	AC	RIO ACRE
85	CRUZEIRO DO SUL	AC	RIO JURUA
86	BOA VISTA	RR	RIO BRANCO
87	CARACARAÍ	RR	RIO BRANCO
88	PORTO VELHO	RO	RIO MADEIRA
89	GUAJARÁ-MIRIM	RO	RIO MAMORÉ
90	MATO GROSSO	MT	RIO GUAPORÉ
91	PORTO MURTINHO	MT	RIO PARAGUAI
92	MANGA	MT	RIO PARAGUAI
93	CORUMBÁ	MT	RIO PARAGUAI
94	CÁCERES	MT	RIO PARAGUAI
95	CUIABÁ	MT	RIO CUIABÁ
96	MIRACEMA DO NORTE	GO	RIO TOCANTINS
97	PORTO NACIONAL	GO	RIO TOCANTINS
98	COUTO MAGALHÃES	GO	RIO ARAGUAIA
99	ARUANÃ	GO	RIO ARAGUAIA
100	ARAGARÇAS	GO	RIO ARAGUAIA
101	PIRAPORA	MG	RIO SÃO FRANCISCO

5. SISTEMA HIDROVIÁRIO NACIONAL

5.1 Conceituação

5.1.0 O Sistema Hidroviário Nacional é constituído pelas vias navegáveis (rios, lagos e canais), incluindo suas instalações e acessórios complementares, e pelo conjunto das atividades e meios estatais diretos, de operação da navegação hidroviária, que possibilitam o uso adequado das citadas vias para fins de transporte.

5.1.1 As vias navegáveis consideradas no Plano Nacional de Viação se referem às principais, quer quanto à extensão, quer quanto ao tráfego, e são aquelas relacionadas na seção 5.2 adiante.

5.2 Relação descritiva das Vias Navegáveis Interiores e das Interligações de Bacias do Plano Nacional de Viação (Hidrovias).

Conforme quadros das seções 5.2.1 e 5.2.2 a seguir.

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

5.2.1 - RELAÇÃO DESCRITIVA DAS HIDROVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO (continua)

RIO	PONTOS EXTREMOS DOS TRECHOS NAVEGÁVEIS	EXTENSÃO APROXIMADA (km)
	BACIA AMAZÔNICA	
Amazonas	Foz/Benjamin Constant	3.108
Negro	Manaus/Cucui	2.210
Paraná	Foz/Conclusão Uruguiana/Cacutu	577
Juruá	Foz/Cruzeiro do Sul	3.489

RIO	PONTOS EXTREMOS DOS TRECHOS NAVEGÁVEIS	EXTENSÃO APROXIMADA (km)
DO FEDERAL		
ete do Senador	RENATO CASAGRANDE	
Embora	Foz/Feljo	660
Javari	Foz/Boca do Javari-Mirim	194
Japurá	Foz/Vila Bitencourt	510
Içá	Foz/Ipiranga	722
Purus	Foz/Sena Madureira (no Rio Iaco)	360
Acre	Foz/Brasiléia	2.846
Madureira	Foz/Confluência Mamoré/Beni	796
Guaporé	Foz/Cidade de Mato Grosso	1.546
Tapajós	Santarém/Itaituba	1.180
Nirau	Porto Moz/Altamira (Zelo Monte)	359
Tocantins	Belém/Peixe	298
Araguaia	Foz/Salisa	1.731
Mamoré	Foz/Confluência com Guaporé	1.800
		225
	BACIA DO NORDESTE	
Mearim	Foz/Barra do Corda	470
Grãojã	Foz/Grãojã	500
Pindaré	Foz/Pindaré-Mirim	110
Itapicuru	Foz/Colinas	565
Parnaíba	Foz/Santa Filomena	1.176
Balsas	Foz/Balsas	225
	BACIA DO SÃO FRANCISCO	
São Francisco	Foz/Piranhas	208
	Cachoeira Itaparica/Pto. Real (Iguatama)	2.207
Paracatu	Foz/Buritil	260
Velhas	Foz/Sabará	650
Patrocínio	Foz/Florestal	240
Grande	Foz/Barceiras	350
Prata	Foz/Ibipetuba	125
Corrente	Foz/Santa Maria da Vitória	95
	BACIA DO LESTE	
Dona	Foz/Ipatinga	410
Paraíba do Sul	Foz/Jacareí	670
	BACIA DO SUDESTE	
Ribeira do Iguaçu	Foz/Registro	70
Jacui	Foz/Dona Francisca	370
Taquari	Foz/Mussum	205
Caí	Foz/São Sebastião do Caí	93
Sinos	Foz/Paciência	47
Gravataí	Foz/Gravataí	12
Jaguarão	Foz/Jaguarão	32
Camagui	Foz/São José do Patrocínio	120
Canais Lacustres e Lagoa Mirim	Pelotas/Santa Vitória do Palmar	180
Lagoa dos Patos	Porto Alegre/Rio Grande	230
	BACIA DO PARAGUAI	
Paraguai	Foz do Apa/Câceres	1.323
Cuiabá-São Lou- renço	Foz/Rosário do Oeste	785
Taquari	Foz/Coxim	430
Miranda	Foz/Miranda	255
	BACIA DO PARANÁ	
Paraná	Foz/Iguaçu/Confluência	608
Paranapanema	Paranálba/Grande	421
Tietê	Foz/Salto Grande	1.010
Pardo	Foz/Mogi das Cruzes	170
Ivinheima	Foz/Pto. da Barra	270
Brilhante	Foz/Confluência Brilhante	67
Inhanduí	Foz/Pto. Brilhante	79
Paranaíba	Foz/Pto. Tupi	787
Iguaçu	Foz/Escada Grande	1.020
	BACIA DO URUGUAI	
Uruguai	Barra do Quaraí/Iraí	840
Ibicuí	Foz/Confluência do Santa Maria	360

5.2.2 — INTERLIGAÇÃO DE BACIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

INTERLIGAÇÃO	TRECHO A SER TORNADO NAVEGAVEL
Paraguai-Guapore	Foz do Jaurú-Cidade de Mato Grosso
Parana-Paraguai	Rio Parana-Coxim
Paranaíba-São Francisco	Escada Grande-Buriti (Rio Paracatu)
Tietê-Paraitiba do Sul	Mogi das Cruzes-Jacareí
Taquari-Araguaia	Coxim-Balisa
Ibicuí-Jacuí	Vacacai-Ibicuí
Canal do Voradouro	Bala de Paranaguá-Bala de Constança
Canal Santa Maria	Rio Sergipe-Rio Vaza Barris
Canal Tartarugo-Jenipapocu e Arari	Na Ilha de Marajó

6. SISTEMA AEROVIÁRIO NACIONAL

6.1 Conceituação

6.1.0 O Sistema Aeroviário Nacional compreende:

- a) infra-estrutura aeronáutica, que abrange a rede de aeródromos existentes no País, assim como as instalações destinadas à segurança, regularidade e proteção à navegação aérea. Estas instalações constituem a rede de proteção ao voo, definida pelo Ministério da Aeronáutica em consonância com a Rede de Aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação;
- b) estrutura operacional, abrangendo o conjunto das atividades e meios estatais de administração, inclusive fiscalização, que atuam diretamente no modo aeroviário de transporte, e que possibilitam o uso adequado da navegação aérea.

6.1.1 A Rede de Aeródromos considerada no Plano Nacional de Viação é aquela constante da relação descritiva da seção 6.2 adiante.

6.2 Relação descritiva dos Aeródromos do Plano Nacional de Viação.
Conforme quadro a seguir.

6.2 — RELAÇÃO DESCRITIVA DOS AERÓDROMOS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DENOMINAÇÃO
Rondônia	Abunã Ariquemes Guajará-Mirim Pedras Negras Pimenta Bueno Porto Velho Príncipe da Beira Rondônia Vilhena
Acre	Brasileia Cruzeiro do Sul Feijó Rio Branco Santa Rosa Sens Madureira Taruacá Taumaturgo Vila Japium Xapuri

	Barcelos
	Boa Esperança
	Boca do Acre
	Borba
	Cauaburis
	Carauari
	Coari
	Codajás
	Cucuí
	Cuiari
	Demeré
Amazonas	Eirunepé
	Estirão do Equador
	Fonte Boa
	Guajaratuba
	Humaitá
	Iauaretê
	Ipiranga
	Itacoatiara
	Lábrea
	Manaus (novo aeroporto)
	Manaus (Ponta Pelada)
	Manicoré
	Moura
	Palmeiras
	Pari-Cachoeira
	Parintins
	Santo Antônio do Itá
	São Gabriel da Cachoeira (ex-Uaupés)
	Tabatinga
	Tapuruquara
	Tefé
	Toledo
	Vila Bittencourt

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DENOMINAÇÃO
	Boa Vista
	Bonfim
	Caracarai
	Ilha do Aruanã
	Marco BV8
Roraima	Normândia
	Parima
	Puxa-Faca
	Surucucú
	Surumu
	Tepequem
	Waterloo
	Abacetetuba
	Alenquer
	Altamira
	Belém (Val-de-Cães)
	Belém (Júlio César)
	Bragança
	Cachimbo
	Cametá
	Carajás
	Chaves
	Creputiá
	Conceição do Araguaia
	Curuzaru
	Gorotire
	Gurupá
	Itaituba
	Jacaréacanga
	Mapurá

Pará	Marabá Monte Alegre Nilo Peçanha Obidos Orizimimã Paga-Conta Portel Piracuaá Porto de Moz Santarém São Félix Soledade Tiriró Tomé-Açu Tucuruí Salinópolis
------------	--

Amapá	Amapá Jari Macapá Oiapoque
-------------	---

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

DENOMINAÇÃO

Maranhão	Alto Parnaíba AGRADE Balsas Barra do Corda Barreirinhas Benedicto Leite Brejo Carolina Carutapera Caxias Chapadinha Cocal Codó Coroatã Cururupu Estreito Grajau Imperatriz Loreto Pinheiro São Luís
Piauí	Bom Jesus Correntes Curimatã Floriano Gilbués Oeiras Parnaíba Picos Piripiri São Raimundo Nonato Teresina
Ceará	Aracati Camocim Crateús Fortaleza Iguatu Juazeiro do Norte (Cariri) Quixadá Sobral

Rio Grande do Norte Caicó
Currais Novos
Macau
Mossoró
Natal

Paraíba Cajazeiras
Campina Grande
João Pessoa
Patos

Pernambuco Arcoverde
Caruaru
Curicuri
Garanhuns
Petrolina
Recife
Salgueiro
Serra Talhada

Alagoas Maceió
Palmeira dos Índios
Penedo

Fernando de Noronha Fernando de Noronha
~~to Müller - Gabinete 14 - Anexo II - Senado Federal - Brasília - DF -~~
Sergipe ..

Gabinete do Senador **RENATO CASAGRANDE** INDICACIONES

Bahia Barra
Barreiras
Bom Jesus da Lapa
Caetité
Campinho (Camamu)
Canavieiras
Caravelas
Carinhanha
Cipó
Cocos
Explanada
Feira de Santana
Ilheus
Itaberaba
Itabuna
Itapetinga
Jacobina
Jequié
Morro do Chapéu
Paulo Afonso
Poções
Porto Seguro
Prado
Remanso
Salvador
Senhor do Bonfim
Vitória da Conquista
Xique-Xique

Minas Gerais Aracuaí
Araxá
Barbacena
Belo Horizonte (Pampulha)
Capelinha
Caratinga
Diamantina
Divinópolis
Fruita
Furnas
Governador Valadares
Itambacuri
Ituiutaba
Januária

	Juiz de Fora Lagoa Santa Leopoldina Monte Azul Montes Claros Nanuque Paracatu Patos de Minas Pedra Azul Pirapora Poços de Caldas Pouso Alegre Salinas São Lourenço São Romão Três Marias Uberaba Uberlândia Varginha
Espírito Santo	Baixo Guandu Guarapari Linhares São Mateus Vitória
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DENOMINAÇÃO
Rio de Janeiro	Campos Itaperuna Macaé Marambaia Resende Saquarema
Guangbara	Rio de Janeiro (Campo dos Afonsos) Rio de Janeiro (Galeão) Rio de Janeiro (Jacarepaguá) Rio de Janeiro (Santa Cruz) Rio de Janeiro (Santos Dumont)
São Paulo	Araçatuba Araraquara Barretos Bauru Botucatu Campinas (Vira-Copos) Cananéia Dracena Franca Guaratinguetá Marília Novo São Paulo Ourinhos Pirassununga (Campo Fontenelle) Presidente Prudente Presidente Venceslau Registro Ribeirão Preto Santos São José do Rio Preto São José dos Campos São Paulo (Congonhas) São Paulo (Cumbica) São Paulo (Marte) Sorocaba Urubupungá
	Campo Mourão Cascavel Cianorte Cornélio Procopio Curitiba (Bacacheri) Curitiba (Afonso Pena) Foz do Iguaçu Goioerê

Paraná	Guaira Guarapuava Iratil Loanda Londrina Maringá Monte Alegre Palmas Paranaguá Paranavaí Pato Branco Ponta Grossa Umuarama União da Vitória (Porto União)
---------------------	--

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DENOMINAÇÃO
Santa Catarina	Blumenau Caçador Chapecó Concórdia Criciúma Florianópolis Joaquim Joinville Lajes Navegantes Itajaí Rio do Sul São Miguel d'Oeste Tubarão Vitória
Rio Grande do Sul	Alegrete Bagé Cachoeira do Sul Caxias do Sul Cruz Alta Dom Pedrito Encruzilhada do Sul Erechim Ijuí Iraí Itaqui Jaguarão Passo Fundo Pelotas Porto Alegre (Canoas) Porto Alegre (Gravataí) Porto Alegre (Salgado Filho) Quaraí Rosário do Sul Santa Maria Santa Rosa Santana do Livramento Santa Vitória do Palmar Santiago Santo Angelo São Gabriel São Borja São Luiz Gonzaga Tramandai Uruguaiana Venâncio Aires

UNIDADES DA FEDERAÇÃO**DENOMINAÇÃO****Mato Grosso**

Alto Araguaia
Amambai
Aparecida do Tahondó
Aquidauana
Aripuanã
Barra do Bugre
Baús
Bela Vista
Cáceres
Campo Grande
Corumbá
Coxim
Culabá
Cuiabá
Cuiabá
Descalvados
Divisão
Dourados
Forte Coimbra
Gleba Arinos
Gleba Camargo Corrêa
Guiratinga
Marissauá Missu
Mato Grosso
Poconé
Ponta Porã
Porto Murtinho
Poxoréu
Quebrado
Ribas do Rio Pardo
Rondonópolis
Santa Terezinha
São Domingos
Travessão
Utiariti
Xavantina
Xingu

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DENOMINAÇÃO
	Anápolis
	Aragarças
	Araguacema
	Araguaina
	Araguatins
	Arroias
	Aruanã
	Celapônia
	Catalão
	Cristalândia
	Dianópolis
	Goianá
	Goiás
	Gurupi
Goiás	Iassiará
	Ipameri
	Iporã
	Jataí
	Luziânia
	Mineiros
	Miracema do Norte
	Niquelândia
	Novo Anápolis
	Paraná
	Paraúna
	Peixe
	Pium
	Porangatu
	Porto Nacional
	Posse
	Rio Verde
	Santa Isabel do Morro
	São Domingos
	São Miguel do Araguaia
	Taguatinga
	Tocantínia
	Tocantinópolis
	Xambioá
Distrito Federal	Brasília

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359 DE 2008

Acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados à aquisição de veículos destinados ao turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995,

passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 1º

VI – pessoas físicas ou jurídicas, desde que referidos veículos sejam destinados exclusivamente a atividades de turismo e devidamente autorizados pela Embratur.

§ 7º motor dos veículos destinados a atividades de turismo de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo poderá ter cilindrada até quatro mil centímetros cúbicos. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto no art. 2º.

Justificação

A atividade turística é reconhecidamente uma das atividades econômicas com maior potencial de geração de renda e de empregos. A Constituição, no art. 150, II, veda a instituição de “tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida”. A nossa proposição tem dois intuitos: fomentar o turismo; e, ao mesmo tempo, promover isonomia de tratamento entre o transporte de passageiros, feito por taxistas, e o transporte de

turistas, feito por profissionais da área em veículos credenciados pela Embratur.

A isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de táxis provou ser importante instrumento de estímulo para a renovação permanente da frota nacional de táxis. A medida trouxe benefícios não só para os taxistas e a indústria automobilística, mas também para os usuários, na medida em que aumentou o conforto e a segurança dos veículos. Pela sua relevância e sucesso, tem sido sucessivamente prorrogada, desde a sua instituição.

Valendo-se dessa vantagem fiscal, é muito comum motoristas de táxi utilizarem seus veículos para transportar turistas a passeio, situação em que acabam por se transformar em autênticos guias turísticos. Se aos motoristas de táxi é dado o direito de adquirir veículos que poderão ser usados, inclusive, para essa finalidade, não é lógico, nem justo, que profissionais habilitados para o turismo não possam gozar da mesma isenção.

Para desfazer essa desigualdade, propomos a extensão da medida à aquisição de veículos com a finalidade exclusiva de transporte de turistas, desde que devidamente autorizados pela Embratur, com a única diferença que esses veículos possam ter motor com cilindrada até quatro mil centímetros cúbicos, tendo em vista as necessidades específicas da atividade, que, por vezes, requer veículos um pouco mais potentes.

Contamos com o apoio dos ilustres pares à aprovação da presente proposição, que, temos certeza, em muito contribuirá para fomentar a atividade turística no País, assim como para promover a isonomia no tratamento tributário entre motoristas de táxi e profissionais do turismo.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados — IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003) (Vide art. 5º da Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

— motoristas profissionais que na data da publicação desta lei exerçam comprovadamente em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo

~~de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do poder concedente e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);~~

I – motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi); (Redação dada pela Lei nº 9.311, de 5.12.1996)

II – motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III – cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – ~~peessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns;~~

IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal; (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

V – (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003 e vetado)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, morloparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 200, ou ocorrência simultânea de ambas as situações. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o caput serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

~~§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão aplica-se, inclusive aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16-6-2003)~~

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I –

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III –

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN nº 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13.

Seção II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e a de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2008

Permite que o trabalhador ex-detento possa, cumprida a pena, sacar os recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O participante do Fundo de Participação PIS-Pasep, de que trata a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que tenha cumprido pena de reclusão poderá sacar o saldo de sua conta individual, desde que o saque seja efetuado nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias imediatamente posteriores ao fim de sua pena de reclusão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Fundo de Participação PIS-Pasep foi criado, em 1975, pela Lei Complementar nº 26, com recursos oriundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Desde 1989, no entanto, deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, já que o art. 239 da Constituição Federal de 1988 deu-lhes outra destinação: custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico por intermédio do BNDES.

Assim, o Fundo de Participação representa, atualmente, um estoque de recursos sem fluxo de novos aportes, a não ser os ingressos oriundos das aplicações financeiras efetuadas. Ademais, constitui um patrimônio que pertence apenas aos trabalhadores cadastrados no PIS-Pasep até outubro de 1988. Em outras palavras, as contas de participação no Fundo representam patrimônios individuais que geram créditos sob a forma de rendimentos, enquanto não há o saque das quotas.

Os rendimentos, que podem ser sacados anualmente, correspondem a juros de 3% ao ano mais o resultado líquido adicional obtido nas aplicações. Estas somavam R\$35,6 bilhões, em junho de 2008, e estão quase integralmente a cargo do BNDES.

De acordo com dados de junho de 2008, existem cerca de 36 mil contas com saldo e um patrimônio líquido da ordem de R\$34 bilhões cujo valor médio unitário (saldo das contas individuais) está em torno de R\$955,00.

Com relação ao saque de quotas, este é possível apenas nas seguintes situações: aposentadoria; transferência de militar para a reserva remunerada ou reforma; invalidez; AIDS e câncer (titular e dependentes); benefício assistencial a idoso ou deficiente; idade igual ou superior

a 70 anos; e morte do trabalhador. Verifica-se, pois, que não há previsão de saque em caso de ex-detento.

Tal impedimento é sobremaneira prejudicial à ressocialização dos trabalhadores que cumprem pena de reclusão. Afinal, são notórias as imensas

dificuldades enfrentadas por esses cidadãos ao deixarem o cárcere. Dificuldades estas que muitas vezes os conduzem a uma vida marginal, com consequências prejudiciais para toda a sociedade.

Assim, não há justificativa para que o participante do Fundo PIS/Pasep, encontrando-se na difícil situação de ex-detento, em especial quando é um participante mais velho, de baixa renda e sem fonte financeira de sustento, não possa utilizar os recursos que lhe pertencem.

A presente proposição visa corrigir essa injustiça. Permite que o participante ex-detento saque os recursos acumulados em sua conta individual junto ao Fundo de Participação PIS-Pasep, desde que o faça nos primeiros seis meses após o fim da pena.

Destaque-se a restrição temporal parte do pressuposto de que os primeiros meses após o cumprimento da pena seja, para o ex-detento, o período em que ele mais necessita de apoio financeiro para retomar sua vida produtiva.

Destaque-se, por fim, que o impacto financeiro dos saques ora propostos tende a ser marginal, já que certamente são poucos os trabalhadores detentos que possuem saldo acumulado no Fundo de Participação PIS-Pasep.

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 26,
DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de julho de 1976, serão unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complemen-

tares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

Parágrafo único. A unificação de que trata este artigo não afetará os saldos das contas individuais existentes em 30 de junho de 1976.

Art. 2º Ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, são mantidos os critérios de participação dos empregados e servidores estabelecidos nos arts. 7º e 4º, respectivamente, das Leis Complementares nºs 7 e 8, referidas, passando a ser considerado, para efeito do cálculo dos depósitos efetuados nas contas individuais, o valor global dos recursos que passarem a integrar o PIS-Pasep.

Parágrafo único. Aos participantes cadastrados há pelo menos cinco anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será assegurado, ao final de cada exercício financeiro, depósito mínimo equivalente ao salário mínimo regional mensal, vigente, respeitada a disponibilidade de recursos.

Art. 3º Após a unificação determinada no art. 1º, as contas individuais dos participantes passarão a ser creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, obedecidos os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN);

b) pelos juros mínimos de 3% (três por cento) calculados anualmente sobre o saldo credor corrigido;

c) pelo resultado líquido adicional das operações realizadas com recursos do PIS-PASEP, deduzidas as despesas administrativas e as provisões de reserva cuja constituição seja indispensável.

Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS/Pasep são inalienáveis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas **b** e **c** do art. 3º.

§ 3º Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultado ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao

do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

Art. 5º É mantido, para os recursos do PIS-Pasep, inclusive aqueles a que se refere o art. 1º da Lei Complementar nº 17, de 12 de dezembro de 1973, o sistema de aplicação unificada estabelecido na Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de julho de 1970, revogados os arts. 8º e seu parágrafo, e 9º, e seus §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, e as demais disposições em contrário (3).

Brasília, 11 de setembro de 1975; 154º da independência e 87º da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2008

Modifica o artigo 41, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos a garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 41, da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41.

§ 1º As pessoas físicas ou jurídicas administradoras de estacionamentos públicos ou privados ficam obrigadas a reservarem 5% (cinco por cento) das vagas ali existentes exclusivamente para os idosos.

§ 2º As pessoas físicas ou jurídicas que explorem atividades da iniciativa privada, cujo estacionamento seja de domínio público, ficam obrigadas a reservarem 5% (cinco por cento) das vagas ali existentes exclusivamente para os idosos.

§ 3º Na hipótese de diversas pessoas físicas ou jurídicas que explorem atividades da iniciativa privada, que usufruam de um único estacionamento comum de domínio público,

poderão associar-se a fim de se ajustar aos ditames da presente lei.

§ 4º No caso do descumprimento das determinações dos parágrafos anteriores, as pessoas físicas e jurídicas terão 30 (trinta) dias para se adaptarem aquelas novas disposições, com prazo contado a partir da publicação da presente lei.

§ 5º Ultrapassado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Poder Executivo respectivo poderá cobrar multa administrativa de 1 (um) salário mínimo por dia de atraso até o limite máximo de 30 (trinta) salários mínimos.

§ 6º As pessoas físicas ou jurídicas mencionadas nos §§ 1º e 2º poderão aplicar penalidade administrativa de multa, no valor de R\$100,00 (cem reais), por infração, ao usuário que não tenha 60 (sessenta) anos de idade e venha a utilizar os estacionamentos exclusivos de idosos, além de acionar a autoridade de trânsito local para providenciar o reboque do veículo do infrator.

§ 7º Os recursos financeiros obtidos com as penalidades administrativas estabelecidas na presente lei serão utilizados, obrigatoriamente, na manutenção e melhoria dos respectivos estacionamentos.”

Art. 2º Ficam estendidas às pessoas portadoras de deficiência e necessidades especiais os direitos e garantias do art. 41 da Lei nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, e especificados nos parágrafos 1º ao 7º da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O artigo 41 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1-10-2003) prevê a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas dos estacionamentos públicos e privados aos cidadãos brasileiros maiores de 60 (sessenta) anos de idade, mas deixa a regulamentação e a implementação daquela medida legal às disposições do Poder Legislativo local; o que significa, na verdade, conceder autonomia legiferante não apenas aos Estados, mas também aos municípios brasileiros, para legislar segundo as peculiaridades de cada local.

Assim, para se implementar efetivamente aquele direito ao idoso e à pessoa portadora deficiente ou portadora de necessidades especiais, que já está previsto em lei federal, seria necessário, em tese, que cada um dos 5.564 (cinco mil quinhentos e sessenta e quatro) municípios brasileiros legisle sobre a matéria.

Na prática, haveria a possibilidade de que – em um mesmo Estado da Federação – vigerem dispositivos

legais que se conflitem entre si – causando conflitos legislativos desnecessários.

A presente proposição regula a matéria de forma geral permitindo que as disposições contidas no artigo 41 do Estatuto do Idoso sejam aplicadas imediatamente após a promulgação desta lei.

Nada impede, porém, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios brasileiros exerçam sua competência legislativa sobre a matéria de acordo com as peculiaridades do caso, conforme dito anteriormente.

O presente projeto de lei inova justamente no fato de determinar que o proprietário do estacionamento, público ou privado, tenha a capacidade de fiscalização da vaga, verificando se ela está sendo utilizada efetivamente por pessoa idosa, deficiente ou portadora de necessidades especiais.

A alteração proposta concede às pessoas físicas ou jurídicas que administram estacionamentos públicos ou privados, bem como àquelas que explorem atividades da iniciativa privada, a capacidade de aplicar multas administrativas aos cidadãos que insistem em não cumprir a determinação legal de proibição de estacionamento em vaga destinada àquelas pessoas, ainda que o local seja espaço de domínio público.

Referida possibilidade ajudaria, em tese, a cumprir, efetivamente a reserva exclusiva de vaga de estacionamento que se pretende alcançar.

Com esses argumentos efetivos, tomo a liberdade de submeter a presente proposição aos ilustres e eminentes parlamentares do Congresso Nacional, solicitando a aprovação da matéria pelo alcance social que representa.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma** (PTB-SP).

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....
Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.
.....

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2008

Altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, previdência social e ao Fundeb.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso XXVI, com a seguinte redação:

“Art 6º

XXVI – Pré-sal: camada geológica localizada sob o leito do mar, em grandes profundidades, abaixo de uma camada geológica formada essencialmente por sal. (NR)”

Art. 2º O art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso III com a seguinte redação:

“Art. 49.

III – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, em camada de pré-sal.

a) dez por cento ao Ministério da Saúde, para financiar programas de promoção da saúde e da qualidade de vida do cidadão;

b) dez por cento ao Ministério da Previdência Social, para o financiamento da ampliação da previdência pública no País;

c) dez por cento ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

d) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

e) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

f) cinco por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

g) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

h) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser

distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

i) cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

Justificação

A Constituição Federal determina que o provimento de serviços de saúde e educação é vital ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, o Poder Público não tem obtido pleno êxito na tarefa de levar, a toda população, tais serviços. A melhoria dessa prestação requer uma maior alocação de recursos do que a que vem sendo efetivada, bem como um plano integrado de ação entre as esferas de governo e os órgãos responsáveis.

Além disso, a previdência social, que desempenha um papel importante na geração de renda e emprego no País, tem demandado recursos cada vez maiores, sobretudo em função da política de inserção social, que alargou o alcance de sua cobertura para além do adotado por governos passados.

Diante da perspectiva de que o Brasil aumentará em muito a sua arrecadação de **royalties** com a exploração de petróleo e gás na camada do pré-sal, nada mais natural do que se propor a aplicação de parte desses recursos na educação, na saúde e na previdência social.

De acordo com a atual distribuição dos **royalties** arrecadados, a parcela mais significativa desses recursos é destinada a Estados e Municípios, conforme disciplina a Lei nº 9.478, de 1997, com base no art. 20, § 1º da Constituição Federal. Como os **royalties** constituem receitas originárias desses entes federativos, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), não cabe à União determinar a sua destinação. Somente Estados, Distrito Federal e Municípios têm a competência para direcionar suas respectivas receitas originárias.

A União pode, contudo, redefinir a dominação dos recursos que lhe dizem respeito, sejam eles oriundos, ou não, da exploração na camada do pré-sal. Assim, ela pode destinar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB aos programas do Ministério da Saúde e à previdência social, os recursos adicionais que lhe caberão, por lei.

Tal iniciativa está perfeitamente alinhada com as prioridades defendidas pelo Governo Federal e com os anseios de todo o povo brasileiro.

Tendo em vista que a medida proposta trará consideráveis benefícios para toda a sociedade brasileira, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º Para os fins desta lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

Art. 49. A parcela do valor do **royalty** que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

~~d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;~~

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à

indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício

dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

~~IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;~~

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

§ 1º – É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da união, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte e à de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.150, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado um Voto de Congratulações à diretoria do jornal **A Tribuna**, de Vitória, Espírito Santo, pela passagem dos Setenta anos de fundação desse importante veículo de comunicação.

Justificação

Desde sua fundação, em 22 de setembro de 1938, o jornal **A Tribuna** sempre teve dois atributos marcantes: o espírito inovador, que o tornou responsável pela introdução de inúmeras características modernizantes na imprensa capixaba, e o comprometimento com os interesses da população do Estado.

Hoje, ao completar sete décadas de vida, A Tribuna ocupa posição de destaque entre os órgãos de imprensa do País, resultado do persistente exercício diário do bom jornalismo.

Setenta anos são um longo tempo, especialmente para um jornal que nasceu em Circunstâncias tão desfavoráveis ao exercício da liberdade de informação, quando o Estado Novo suprimira garantias constitucionais e fechara o Congresso, além de instituir a censura à imprensa. Na Europa, o fascismo e o nazismo estavam em plena ascensão, e o segundo grande conflito mundial prestes a ser deflagrado. No Brasil, o governo exercia um controle rigoroso sobre a imprensa e as manifestações culturais.

A Tribuna sobreviveu a esses tempos atribulados, superou novos obstáculos de grande porte em outras épocas e hoje faz parte do Grupo João Santos, obra de um empreendedor extraordinário, que fundou um dos maiores conglomerados industriais do País, cujas atividades se espalham por vários Estados.

É um jornal moderno, tanto pelas características gráficas quanto pelo conteúdo, que reflete preocupação permanente com a informação correta e verdadeira, com a clareza e com uma linguagem objetiva e acessível, capaz de torná-lo um veículo atraente para todas as classes sociais.

Neste dia em que completa 70 anos, estão de parabéns todos os que, de alguma forma, contribuíram e contribuem, emprestando seu esforço, para o crescimento do jornal, para manter o padrão editorial de **A Tribuna**, para fazê-la chegar ao leitor todos os dias.

Da direção aos jornalistas, dos operadores do parque gráfico aos vendedores que oferecem exem-

plares nas ruas, todos têm a comemorar o fato de que, cada um à sua maneira, estão engajados num esforço meritório: o de manter os capixabas informados sobre o que acontece em seu Estado, no País e no mundo, colaborando para o fortalecimento das instituições e para a transparência democrática.

Sala das Sessões, 7 de setembro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.151, DE 2008

O Senador que este subscreve, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado voto de aplauso ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pelo transcurso de seus 25 anos.

Justificação

O Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais está completando 25 anos de trabalho incansável em defesa dos direitos das donas de casa e consumidores, além da preservação do meio ambiente, de forma a contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

A entidade foi fundada em setembro de 1983, reunindo donas de casa mineiras sobre a liderança de Dona Lúcia Pacifico. Ainda muito jovem, o Movimento das Donas de Casa teve atuação fundamental no enfrentamento da inflação – então, em altíssimos índices. Foi essencial o seu papel de informar as donas de casa sobre a alta dos preços e os costumes de consumo.

Também atuou com firmeza na consolidação dos direitos dos consumidores, quando da Assembléia Nacional Constituinte e, alguns anos depois, da discussão e implantação do Código de Defesa do Consumidor – uma das leis mais importantes e modernas do País.

Mais tarde, o Movimento das Donas de Casa foi importante para que a sociedade compreendesse melhor o Plano Real que dizimou o dragão inflacionário. Em Belo Horizonte, a entidade foi responsável pela organização de seminário com a participação do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, criando a oportunidade para que fossem explicados os detalhes do Plano.

Atualmente, o Movimento segue com seu caminho de informar e orientar donas de casa e consumidores, contribuindo para formação da consciência crítica e atu-

ando na solução de conflitos nas relações de consumo. A defesa do consumidor em juízo é feita por meio de Ações Civis Públicas e Coletivas impetradas pela entidade. Além disso, o Movimento presta atendimento ao público na área da legislação pertinente ao emprego doméstico e desenvolve outras ações como: orientação e atendimento ao público sobre o Código de Defesa do Consumidor; manutenção de cadastro de trabalhadores autônomos que, selecionados pela entidade, atendem à demanda das donas de casa; contribuição para a realização de testes comparativos de qualidade de produtos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o IDEC; encaminhamento de sugestões ao INMETRO sobre a análise de produtos e serviços; realização de campanhas sobre higiene, saúde, alimentos, medicamentos, redução de taxas de juros e controle do desperdício; e inventivo à criação do Movimento dos Consumidores Mirins em escolas públicas e particulares.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.152, DE 2008

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, que “autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências”, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Neuto de Conto.**

REQUERIMENTO Nº 1.153, DE 2008

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004 que “Autoriza a exploração de cassinos em hotéis da região Amazônica e do Pantanal”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati.**

REQUERIMENTO Nº 1.154, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, que “Estabelece que a abertura de cadastro em banco de dados de proteção ao crédito deve ser precedida de comunicação ao cadastrado, ao fiador e ao avalista” tramite na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle – CMA, por estar no âmbito de sua competência, conforme dispõe o art. 102-A do RISF.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Leomar Quintanilha.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2008

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.089/2008, de minha autoria, em que solicito que sobre o PLS nº 679/2007, além da Comissão constante no despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência defere o requerimento lido, nos termos do art. 256, § 2º, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2007, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.156, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do PLS nº 312, de 2006.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Efraim Morais.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência defere o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto

dos Projetos de Lei do Senado nº 25, de 2005, nº 207, de 2006, por se tratarem de proposições que regulam a mesma matéria.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Delcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2006 (Complementar), de minha autoria, dos demais Projetos a ele apensados, de forma a retomar sua tramitação própria.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 140/2008/GLPTB

Brasília, 7 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que a nobre Senadora Ada Mello, PTB/AL, deverá ser designada para compor, na qualidade de membro titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, desta Casa, dentro da cota da proporcionalidade partidária destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e em razão da licença do Excelentíssimo Senador Fernando Collor, titular daquele colegiado, que ocorreu no dia 10 de setembro de 2008, conforme cópia do documento em anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PTB no Senado Federal – Senador **Romeu Tuma** – Senador **João Vicente Claudino** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 145/2008/GLPTB

Brasília, 7 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que a nobre Senadora Ada Mello, PTB/AL, deverá ser designada para compor, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, desta Casa, dentro da cota da proporcionalidade partidária destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PTB no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa a Srª Senadora Ada Mello como suplente para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 174/2008 – CRE

Brasília, 7 de outubro de 2008

Assunto: Indicação do Senador Gilvam Borges para Subcomissão

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para informar que, em reunião realizada hoje, dia 7 de outubro de 2008, foi designado o Senador Gilvam Borges para compor, como suplente, a Subcomissão Permanente da Amazônia.

Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 1.424-Seses-TCU-Plenário, de 30 de setembro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.060(2008-9, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de 30-9-2008. (Trata-se da consolidação

dos Levantamentos de Auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União em 2008, com o objetivo de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional, visando a subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2009, nos termos fixados pelo art. 97 da Lei nº 11.768, de 18-8-2008-LDO/2009).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº 58 – P/MC

Brasília, 6 de outubro de 2008

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 173

Relator: Joaquim Barbosa

Requerente: Confederação Nacional da Indústria – CNI

Requeridos: Congresso Nacional
Presidente da República

Senhor Presidente,

Comunico Vossa Excelência de que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 25 de setembro de 2008, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 12, incisos I, III e IV, e §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.711/88, explicitando-se a revogação do inciso II do artigo 1º da referida lei pela Lei nº 8.666/93, no que concerne à regularidade fiscal.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

Of. nº 60 – P/MC

Brasília, 6 de outubro de 2008

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 394

Relator: Joaquim Barbosa

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Requeridos: Congresso Nacional
Presidente da República

Senhor Presidente,

Comunico Vossa Excelência de que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 25 de

setembro de 2008, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 12, incisos I, III e IV, e §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.711/88, explicitando-se a revogação do inciso II do artigo 1º da referida lei pela Lei nº 8.666/93, no que concerne à regularidade fiscal.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os expedientes lidos foram juntados nos processados dos **Projetos de Lei da Câmara nºs 93, de 1988, e 59, de 1992.**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e encaminhar-se-á cópia à Advocacia do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 62 – P/MC

Brasília, 6 de outubro de 2008

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 4

Relator Originário: Ministro Sidney Sanches

Relator para o Acórdão: Ministro Celso De Mello

Requerentes: Presidente da República

Mesa do Senado Federal

Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico Vossa Excelência de que, prosseguindo no julgamento, o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 1º de outubro de 2008, por maioria, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, julgou procedente a ação declaratória, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Celso de Mello. Não participaram da votação os Senhores Ministros Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau e a Senhora Ministra Cármen Lúcia, por sucederem, respectivamente, aos Senhores Ministros Sydney Sanches, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O expediente lido foi juntado no processado da **Medida Provisória nº 1.570, de 1997**, cuja conversão originou a Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, que *disciplina a aplicação da tutela antecipada*

contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e encaminhar-se-á cópia à Advocacia do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prorrogo a sessão por mais sessenta minutos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento de urgência, que será lido pelo Senhor 1º Secretário, em exercício, Senador Delcídio Amaral.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.159, DE 2008

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 52, de 2008, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 177, de 2008, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá”.

Em, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 177, DE 2008 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 6 + 14/10/08. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)
Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELTON RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.031, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy), *que autoriza o Município de Uruguaiiana (RS) a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até seis milhões, oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria ao Projeto de Resolução nº 52, de 2008, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Delcídio Amaral.

É lido o seguinte:

PARECER Nº1.033, DE 2008

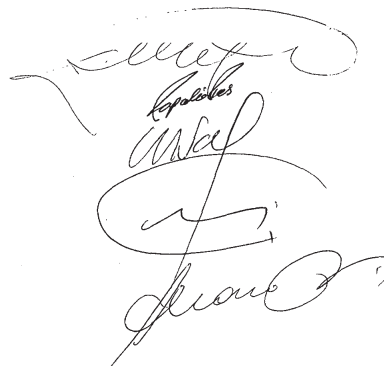
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 2008, que autoriza o Município de Uruguaiiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6.830.000,00 (seis

milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.033, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Autoriza o Município de Uruguaiiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Uruguaiiana (RS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do “Programa Uruguaiiana Vencerá”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Município de Uruguaiiana (RS);

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: 60 (sessenta) meses, contado a partir da vigência do contrato;

VI – *amortização do saldo devedor*: após carência de 60 (sessenta) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, sempre que possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2013 e a última em 15 de março de 2028, sendo que cada uma das 29 (vinte e nove) primeiras corresponderá a 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor total do empréstimo, e a última a 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento);

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um **Spread** a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescido aos juros devidos e ainda não pagos após 30 (trinta) dias da data prevista para o seu pagamento;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º É facultado ao Município de Uruguaiana (RS) converter a taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante para fixa, e vice-versa, bem como da sua moeda de referência para os montantes já desembolsados e a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança dos encargos incorridos pelo BIRD em sua realização e de uma Comissão de Transação (Transaction Fee), que variará de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

§ 2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Uruguaiana (RS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de Uruguaiana celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito

admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição pela Liderança da Minoria, logo após...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. O pedido de V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.160, DE 2008

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº , de 2008, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 192, de 2008, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC – Mediocredito Centrale S.p.A, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III’”.

Em 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 192, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 07/10/08, OS SENHORES/AS SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)
Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ (AUTOR)	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PRAIA

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.032, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Flexa Ribeiro), *que autoriza o Estado do Tocantins a contratar de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.034, DE 2008

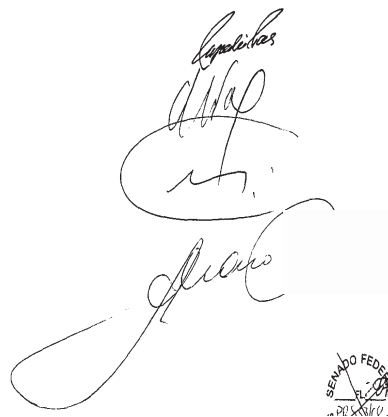
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 2008, que autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$175.410.000,00 (cento e setenta e cinco milhões

e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.034, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Tocantins autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Tocantins;

II – *credor*: Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: até 60 (sessenta) meses;

VI – *amortização*: em 17 (dezesete) parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 30 de abril e 31 de outubro de cada ano, com início previsto para após 6 (seis) meses da data final de desembolso ou do efetivo desembolso, o que ocorrer primeiro;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento das amortizações, fixados pela Comercial Interest Reference Rates (CIRR), segundo a taxa vigente na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de comprisso*: 0,20% (vinte centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros;

IX – *comissão de gerenciamento*: 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo, sendo 50% (cinquenta por cento) pagos dentro de 5 (cinco) dias após a data de efetividade do contrato, 25% (vinte e cinco por cento) após 6 (seis) meses e o restante 12 (doze) meses após a data de efetividade do contrato;

X – *despesas gerais*: fixadas em US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares norte-americanos);

XI – *seguro de crédito*: o valor referente ao seguro de crédito será pago pela empresa fornecedora dos bens e serviços, a Rivoli S.p.A.;

XII – *juros de mora*: 1% a.a. (um por cento ao ano), acrescido aos juros não pagos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º A operação de crédito de que trata esta Resolução, é permitida a conversão da taxa de juros aplicável ao empréstimo para a **Libor** semestral para dólares norte-americanos, acrescida de uma margem de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), se o Acordo de Equalização da Taxa de Juros entre a SIMEST, a SACE e o **Medicredito Centrale** tornar-se ineficaz ou for encerrado.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Tocantins na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Tocantins celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para

cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, foi feito um acordo de Líderes com a maioria dos Líderes presentes, com a concordância do Líder Agripino, do Líder Valdir Raupp e dos demais Líderes. Assim, eu pediria a V. Ex^a, como é uma votação simbólica, que fosse feita a apreciação dos Itens nºs 1, 2, 3 e 4 da pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Líder, estamos aqui com os quatro Projetos de Decreto Legislativo, o de nº 11...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O acordo foi fechado, Sr. Presidente, para que se votassem só os dois empréstimos. Todas as vezes em que se faz um acordo, quando chega a Ordem do Dia, sempre são colocados por parte da Base do Governo outros itens que não foram acordados na reunião de Lideranças. Então, eu pediria a V. Ex^a que mantivesse o que foi acordado para a Ordem do dia de hoje, e, amanhã, votaremos esses quatro itens que estão sendo solicitados hoje pela Base do Governo. Não vai haver prejuízo algum se votarmos hoje ou amanhã esses quatro itens que estão sendo solicitados. Apenas vamos manter o acordo, para que não haja necessidade de se ficar permanentemente no plenário para fiscalizar aquilo que não precisa ser fiscalizado, que é o acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino Maia, Líder do DEM, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Flexa Ribeiro. São quatro itens de programação monetária, não há inconveniente. Respeito a opinião do Senador Flexa Ribeiro. Eu a respeito, mas faria um apelo a S. Ex^a, para que votássemos os Itens nºs 1, 2, 3 e 4 simbolicamente, porque isso é de interesse do País. Não há nenhuma dificuldade quanto a isso, não há problema. E, a partir de amanhã, ficaríamos aqui, para discutir a pauta que fosse possível. Fica apenas o apelo para que o Senador Flexa, que responde pela Liderança do PSDB, decida, mas com meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, antes de V. Ex^a, falará o Líder do PMDB, o Senador Valdir Raupp. Depois, concederei a palavra a V. Ex^a, que é um homem experiente e que compreendeu bem as ponderações do Senador Agripino. Poderíamos ganhar tempo, votando esses quatro itens, que não trazem nenhum tipo de problema, a despeito de reconhecer o posicionamento de V. Ex^a com relação aos acordos feitos.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na mesma linha, quero também pedir a compreensão ao nobre Líder Flexa Ribeiro, acompanhando o entendimento feito com o Líder José Agripino, até para compensar o fato de termos ficado aqui, com todo o respeito – e ouvi atentamente o desabafo justo do nobre Líder José Agripino -, por mais de duas horas, esperando para votar esses dois itens. Então, para compensar essa espera longa, eu gostaria de pedir a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Flexa Ribeiro tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Valdir Raupp, não é compensação pelas duas horas de aula de democracia que o Senador Agripino Maia deu da tribuna a todos nós e ao Brasil, principalmente ao Governo que aí está. Foram duas horas e meia de compreensão, de elegância. Esse é o posicionamento que a Oposição assume de forma consciente e de forma construtiva, diferentemente, como disse, do que ocorria no passado. Isso pode ser visto, Sr. Presidente Delcídio, nos Anais.

Mais uma vez, Senador Agripino, mostrando que a oposição de agora não é ao Brasil. Ao contrário: trabalhamos aqui a favor do Brasil, queremos que o Brasil se desenvolva, cresça. Não queremos, porém,

como V. Ex^a colocou, que se passe para a sociedade algo que não é verdadeiro. Vou atender os pedidos de V. Ex^a e da base do Governo para votarmos hoje os quatro itens que as lideranças do Governo e da situação nos solicitam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, tendo em vista que realmente foi feito um acordo que não foi comunicado a S. Ex^a, que responde pela liderança do PSDB. Peço desculpas a V. Ex^a, isso não irá mais acontecer. Todas as vezes em que eu estiver aqui, vou falar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao meu caro Líder do PR, Senador João Ribeiro, legítimo e lícito representante do Estado do Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava em uma audiência e vim rapidamente ao plenário. Não vim para obstruir a votação daquele empréstimo para o meu Estado do Tocantins. Alguém nesta Casa pode até lembrar que já houve um momento em que o Senador João Ribeiro se manifestou contra a aprovação de empréstimo para o Estado do Tocantins. Quero explicar, Sr. Presidente, embora já seja matéria vencida, que, naquela época, fui contra empréstimo que se fazia em período eleitoral, às vésperas das eleições. Naquele momento, o Plenário do Senado, lamentavelmente, mudou até resolução a toque de caixa para poder autorizar alguns empréstimos, entre os quais estava um do meu querido Estado do Tocantins.

Não sou contra empréstimos, Sr. Presidente.

Acompanhei hoje, do meu gabinete, a tramitação dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, ouvi alguns pronunciamentos – como não sou membro da Comissão, esperava poder fazer esta manifestação aqui do plenário. A matéria foi aprovada por acordo de lideranças rapidamente.

Digo a V. Ex^a, ao Brasil e ao Tocantins, que me escuta neste momento, que eu também dou meu aval a este empréstimo para o Estado do Tocantins. Independentemente de minha posição política quanto ao Governo do Tocantins, vou acompanhar a aplicação desses recursos, que, se aplicados corretamente, serão importantes para o Tocantins. Dou meu aval para que eu também possa acompanhar a aplicação desses recursos. Torço para o Governo aplicá-los bem, porque isso, sem sombra de dúvida, virá em benefício

da população do meu Estado: para pontes, estradas, enfim, para infra-estrutura no Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns, do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Em conversa com Senadores do PSDB, com o Senador Agripino, do DEM, e com o Senador Valdir Raupp, do PMDB, ressaltávamos que uma grande expectativa do Brasil é a aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2005, originário da Câmara dos Deputados, que regulamenta a profissão de Musicoterapeuta, profissional responsável pela Musicoterapia. Esse projeto tem muito a ver com a pessoa com deficiência, com o idoso, com profissionais que já fazem um belo trabalho pelo Brasil.

Havendo concordância – segundo consulta feita, ela existe -, eu pediria a V. Ex^a que colocasse como quinto item da pauta o Projeto de Lei nº 25, de 2005, que tem origem na Câmara dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de consultar as Lideranças.

O Senador Flávio Arns apresenta um projeto absolutamente procedente. Entendemos muito bem, em função do trabalho do Senador Flávio Arns, a importância desse projeto.

Consulto as Lideranças sobre a inclusão do Projeto de Lei da Câmara de nº 25, de 2005, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O PSB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Pela Liderança do Governo: estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Também estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Também estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O PSOL também está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O PSOL também está de acordo.

Incluiremos, portanto, além dos quatro primeiros itens, a matéria solicitada pelo Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos, então, começar pelo primeiro item da pauta:

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), *que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

É lido o seguinte:

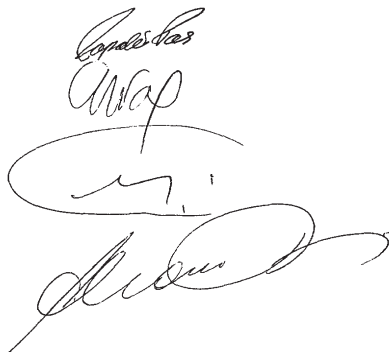
PARECER Nº 1.035, DE 2008 (Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008, que

aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.035, DE 2008

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008.

Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007, nos termos da Mensagem Presidencial nº 160, de 2007 (nº 727, de 2007, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008.

A matéria constou da Ordem do dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final à matéria que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

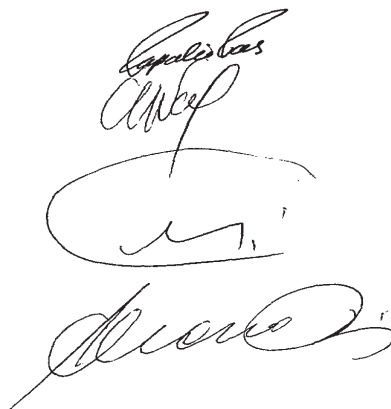
É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.036, DE 2008
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008, que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.306, DE 2008

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008.

Aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados

monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem nº 4, de 2008 (nº 1.015, de 2007, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 189, de 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 780, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), *que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.*

A matéria constou da Ordem do dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

É lido o seguinte:

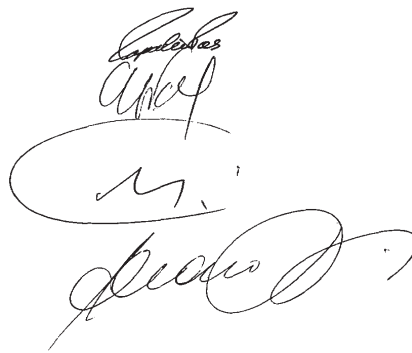
PARECER Nº 1.037, DE 2008

(Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 189, de 2008.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.037, DE 2008

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 189, de 2008.**

**Aprova a Programação Monetária para
o segundo trimestre de 2008.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008, nos termos da Mensagem nº 76, de 2008 (nº 160, de 2008, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 190, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 781, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), *que aprova*

a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Nery.

É lido o seguinte:

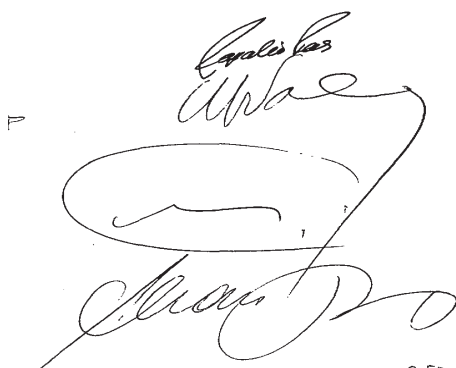
PARECER Nº1.038, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008, que aprova a Programação Monetária relativa ao 3º trimestre de 2008.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.038, DE 2008

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008.

Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2008, com as estima-

tivas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem nº 137, de 2008 (nº 475, de 2008, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O próximo item é o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, por solicitação do Senador Flávio Arns e de comum acordo com todas as lideranças partidárias.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 25, de 2005 (nº 4.827/2001, na Casa de origem), *que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 377 e 378, de 2008, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 878, de 2006), Relatora: Senadora Patrícia Saboya; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

(Nº 4.827/2001, na Casa de origem)

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de Musicoterapeuta é regulamentado por esta Lei.

Art. 2º Musicoterapeuta profissional que se utiliza da música e/ou de elementos como som, ritmo, melodia e harmonia, por meio de técnicas e método musicoterápicos específicos, com a finalidade de prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica o ser humano.

Art. 3º Poderão exercer a profissão de Musicoterapeuta no País:

I – os possuidores de diploma de graduação em Musicoterapia (educação superior), expedido no Brasil por instituições públicas ou privadas de educação reconhecidas pelo Governo Federal;

II – os portadores de diploma de nível superior equivalente a graduação em Musicoterapia, expedido por escola estrangeira, reconhecido pelas leis de seu país e revalidado de acordo com a legislação brasileira em vigor;

III – os atuais portadores de diploma de graduação em Música com Habilitação em Musicoterapia expedido no Brasil, por instituições públicas ou privadas de educação ou particulares reconhecidas pelo Governo Federal;

IV – os alunos que estiverem regularmente matriculados na graduação em Música com Habilitação em Musicoterapia, na data da entrada em vigor desta Lei, em instituições públicas e privadas de educação e que venham a concluir esse curso;

V – os portadores de diploma de curso de pós-graduação em Musicoterapia (especialização, mestrado e/ou doutorado) reconhecido no País, expedido por escola estrangeira ou brasileira, até a data de entrada em vigor desta Lei, desde que reconhecido no País;

VI – os alunos que estejam regularmente matriculados em curso de pós-graduação em Musicoterapia, no momento de aprovação desta Lei e que venham a concluir esse curso;

VII – os portadores de diploma de nível superior que na data de entrada em vigor desta Lei tenham exercido comprovadamente, durante o período de 5 (cinco) anos, a atividade de Musicoterapia e requeiram o registro no prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 4º As atividades e funções dos profissionais de que trata esta Lei consistem em:

I – desenvolver a prática clínica da Musicoterapia, supervisionar trabalhos clínicos na área, exercer docência, realizar pesquisa;

II – participar de equipes multidisciplinares com objetivos descritos no inciso I deste artigo;

III – exercer funções de coordenação, direção, orientação e planejamento, relacionadas com a Musicoterapia, em entidades públicas ou privadas;

IV – desempenhar outras funções compatíveis com sua formação universitária.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero aproveitar a oportunidade para também parabenizar o Senador Flávio Arns por mais essa iniciativa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero agradecer a V. Ex^a, aos líderes partidários, às Comissões pelas quais o projeto foi analisado.

Quero dizer que existe uma grande expectativa da área no Brasil em relação à regulamentação da profissão de musicoterapeuta. Os profissionais já vêm sendo formados, já vêm atuando no Brasil e tendo um papel de mais alta relevância num conjunto de áreas, entre as quais eu destaco o trabalho com a pessoa com deficiência, o trabalho com o idoso, o trabalho com crianças. Quer dizer, o processo de habilitação, de reabilitação, de educação, de promoção por meio da música e da terapia.

O Musicoterapeuta no Brasil, com essa iniciativa, Sr. Presidente, está de parabéns no dia de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Flávio Arns.

Votadas as matérias, retornamos aos oradores inscritos e àqueles que falarão pelas respectivas lideranças.

São os seguintes os itens transferidos:

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvol-*

vimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da Anvisa, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infraestrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação,

que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-Plen.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de*

16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositi-*

vo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da

Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174,*

entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da*

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões
– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Morais.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças

Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

48

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

50

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

51

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys

Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Estou inscrito como líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está inscrito o Senador Renato Casagrande, como líder.

Convido o Senador José Nery para falar como orador inscrito. S. Exª tem dez minutos, até que eu organize novamente os oradores inscritos. O Senador Geraldo Mesquita Júnior também falará hoje.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Srªs e Srs. Senadores, no último domingo, 110 milhões de brasileiros compareceram às urnas para eleger os próximos 5.564 prefeitos e prefeitas e a respectiva composição nas Câmaras municipais.

O PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, com apenas três anos de existência, apresentou candidaturas em mais de 400 cidades, sendo que, em 286, tivemos candidatos majoritários.

A legislação eleitoral favorece os grandes partidos, seja pela destinação de maior volume de recursos do fundo partidário, seja na distribuição do tempo de televisão.

Em muitas cidades, as redes de televisão tentaram impedir a participação de nosso Partido nos debates, espaço essencial para equilibrar a apresentação de propostas à população.

Por outro lado, a mesma legislação manteve o financiamento privado para campanhas eleitorais, perpetuando o monopólio do poder econômico e distorcendo a possibilidade do povo expressar livremente a sua vontade.

Mesmo levando em consideração esse cenário totalmente adverso, o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, apresentou para os brasileiros um programa de mudanças, ancorado na participação popular e na inversão de prioridades.

Considerando a votação das capitais, as candidaturas do Partido e aquela que nós apoiamos, alcançamos 2% do eleitorado. É uma vitória muito importante. O Partido obteve 744 mil votos para prefeito em todo o País.

A ex-Senadora Heloisa Helena, presidenta nacional do PSOL, elegeu-se vereadora em Maceió, sendo proporcionalmente a candidata à vereadora mais votada do País, enfrentando poderosa campanha difamatória por parte dos conservadores locais.

A Deputada Federal Luciana Genro alcançou mais de 9% dos votos na cidade de Porto Alegre. Os Deputados Ivan Valente e Chico Alencar fizeram campanhas limpas e programáticas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Em uma coligação com o PSB, estamos no segundo turno na cidade de Macapá.

Destaco a brilhante campanha realizada por Hilton Coelho em Salvador, alcançando 3,94% dos votos; de Renato Roseno na cidade de Fortaleza, que obteve 5,67% dos votos e elegeu como vereador mais votado o ex-Deputado Federal João Alfredo.

Não poderia deixar de louvar o esforço grandioso realizado pelos candidatos do partido no Estado do Pará. Agradeço aos valorosos companheiros e companheiras do PSOL que ofereceram seus nomes às suas comunidades em vários Municípios paraenses para a disputa dos cargos majoritários de Prefeito e Vice-Prefeito, a exemplo da Vereadora Marinor Brito, candidata a Prefeita em Belém; Guilherme Gonçalves, em Abaetetuba; Professor Márcio, em Santarém; Professora Francilene, em Jacundá; Mauro Brito, em Viseu; Sinval, em Castanhal; Junior Vera Cruz, em Marituba; Professor Antonio Carlos, em Ananindeua; Pastor Amorim, em Igarapé-Miri; Marden, em Parauapebas; Julio Oliveira, de Canaã dos Carajás; Professor Milton, em Redenção; Professor Valtair, em Medicilândia; Professor Fredson, em São Domingos do Capim e Professor Jonatas, em Tucuruí. Esses são os candidatos que o PSOL apresentou nessa campanha eleitoral no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, numa época em que é cada vez mais difícil distinguir quem é esquerda e quem é direita – nessas eleições ficou mais difícil fazer essa identificação, numa eleição em que o PT coligou, em mais de mil municípios, com o PSDB e em mais de 900 com o Democratas e onde proliferaram, em várias partes do País, as alianças fisiológicas – nesse cenário, as candidaturas do PSOL firmaram junto ao eleitorado uma clara mensagem: existe uma alternativa de esquerda se fortalecendo no País. Essa alternativa cresce a cada pleito e enraíza-se em cada luta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao participar desta campanha, tivemos a percepção, como em outros momentos da nossa luta política, das dificuldades de um partido pequeno, do ponto de vista ainda do quantitativo de seus militantes, do número de Municípios onde estamos implantados. Porém, como bem disse a nossa Presidente Nacional e ex-Senadora Heloisa Helena, o PSOL é um partido pequeno, porém não é um nanico moral que participa das eleições, como infelizmente alguns partidos que se prestam ao que considero um desserviço à democracia, como legenda de aluguel.

O PSOL participa das eleições e da luta do povo brasileiro junto com o movimento sindical, com os trabalhadores do campo e da cidade, com os homens e mulheres de bem que querem a construção de um país mais digno e mais justo por acreditar que a política pode

e deve ser feita com dignidade, diferente das campanhas milionárias, muitas vezes financiadas com dinheiro público ou com o dinheiro fruto da corrupção.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que nós vimos nesta campanha demonstra a necessidade de uma profunda reforma política no País, razão por que defendo que, em 2009, façamos aqui, no Congresso Nacional, um esforço extraordinário para oferecer ao País novos mecanismos na escolha e na definição dos candidatos, princípios fundamentais que possam contribuir para que as campanhas tenham um maior equilíbrio, discutindo especialmente temas importantes como financiamento público exclusivo das campanhas, além de outros temas importantes da reforma política, assunto que pretendo abordar, com maior profundidade, ainda esta semana, aqui, da tribuna do Senado.

Era esta, Sr. Presidente, a nossa manifestação, assinalando a participação do PSOL nas eleições municipais, plantando essa semente em cada um dos Municípios em que pudemos estar presentes e, com certeza, construindo a possibilidade para que possamos fazer o enraizamento do projeto partidário, do programa econômico e político que defendemos com a coragem de quem não se vende, não se rende e não coloca seus sonhos nas mesas de negociações, como muitos fazem. Portanto, o PSOL se orgulha de, mesmo sendo pequeno, participar com dignidade em cada comunidade, apresentando-se, levando suas propostas, conquistando apoios do voto consciente e livre, como deve ser numa democracia.

Concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Nery, quero aqui expressar meus cumprimentos ao PSOL, inclusive à Presidente do PSOL, nossa colega Senadora Heloisa Helena, que teve uma votação muito expressiva em Maceió, elegendo-se Vereadora. Quero também dizer que, embora muitas vezes o PSOL tenha uma posição diferenciada em relação ao Partido dos Trabalhadores, V. Ex^a sabe que considero o PSOL como um partido de muita afinidade com o Partido dos Trabalhadores. Inclusive, eu quero expressar aqui, abertamente, o quanto avalio que será importante que o Deputado Ivan Valente – que, muito assertivamente, colocou as posições do PSOL em todos os debates –, sendo egresso do Partido dos Trabalhadores, possa considerar seriamente – ele e os companheiros do PSOL –, neste segundo turno, dar o apoio à candidata Marta Suplicy na disputa entre a Marta Suplicy e o Gilberto Kassab, este pelo Democratas. Então, com todo o respeito ao nosso adversário, eu aqui expresso a minha recomendação ao colega e amigo, Senador José Nery, e ao colega e

companheiro de tantas batalhas, Ivan Valente, e aos companheiros do PSOL, que o PT e a Marta Suplicy verão com bons olhos o seu voto para ela no segundo turno para o cargo de Prefeita da maior cidade brasileira, São Paulo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Suplicy.

Essa questão da participação do PSOL nas cidades em que haja segundo turno merecerá, com certeza, a avaliação do Diretório Estadual – em São Paulo, no caso, como o Senhor se referiu particularmente a São Paulo – para que o partido tome aquela que seja a melhor posição, inclusive mantendo a coerência com os seus princípios programáticos, não podendo, de forma alguma, distanciar-se daquilo que motiva a nossa participação na vida política brasileira, mantendo vivo o sonho da construção de uma sociedade socialista, procurando, com isso, mobilizar corações e mentes nessa direção, participando das lutas do povo brasileiro por reformas estruturais que ajudem a construir no nosso País uma verdadeira democracia. E, no processo eleitoral, evidentemente, o PSOL, onde está implantado, onde tem diretório, especialmente no caso de São Paulo, com certeza fará uma avaliação e tomará aquela que seja a decisão mais acertada onde haverá segundo turno – não só em São Paulo, mas em outras capitais ou cidades – no dia 26 de outubro.

Obrigado, Sr. Presidente. Essa é a manifestação do PSOL, com a qual registramos aqui nossa participação naquela que foi a primeira eleição municipal em que estivemos presentes. O acúmulo dessa experiência representa o plantio de uma semente no Município, lá, onde está o cidadão e a cidadã, no sentido de contribuir para a construção de um Brasil mais justo e mais digno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Nery, mais do que nunca, pela coerência, pelo trabalho e pela liderança que V. Ex^a representa não só para o Pará, mas também para o Brasil.

Meu caro Senador Eduardo Azeredo, concedo-lhe a palavra, por cinco minutos, para falar como Líder da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou falar menos do que o Senador José Nery.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer algumas informações a respeito do pleito eleitoral e algumas considerações sobre a questão da crise econômica – não sei se, em cinco minutos, vou conseguir falar sobre os dois assuntos.

Quero falar primeiro sobre as eleições do meu Estado, Minas Gerais, que é o segundo eleitorado do País. Há 14 milhões de eleitores. Houve abstenção de 14% e, portanto, os votos válidos chegaram a quase 11 milhões, considerando-se também os votos brancos.

Minas Gerais tem 853 Municípios, e o meu Partido, o PSDB, mais uma vez, foi o Partido que elegeu o maior número de prefeitos.

Elegemos 159 prefeitos; em segundo lugar, veio o PMDB, com 119; o PT, com 108; o Democratas, com 99; o PR, com 74. Aí já entram os Partidos médios, os quatro maiores Partidos: o PSDB, 159; PMDB, 119; o PT, 108 e o DEM, 99. Dos Partidos médios, o PR elegeu 74; o PTB, 68; o PP, 55; o PDT, 51; o PPS, 33; o PV, 14 e o PSB, 12. Temos 11 partidos. Aí vêm mais 10 partidos pequenos. Vejam bem a quantidade de Partidos que há no País. Ou seja, 21 partidos elegeram prefeitos no Estado de Minas Gerais.

O PSDB elegeu prefeitos em 6 cidades importantes, como na Cidade de Sete Lagoas, com mais de 200 mil habitantes; na cidade de Divinópolis, também do mesmo porte de Sete Lagoas, nessa faixa de 220 mil. Elegemos o prefeito de Sete Lagoas, que foi Márcio Maroca; em Divinópolis, o novo prefeito, Vladimir Azevedo. Já em Lavras, Jussara Menicucci é reeleita Prefeita; em Unai, também há a reeleição de Antério Mânica; em Três Corações, a eleição de Faustinho Ximenes. Portanto, é um resultado bem distribuído em todas as regiões, e podemos considerar ainda, não com o PSDB, mas o vice do Odelmo Leão, que foi reeleito brilhantemente em Uberlândia, que é a terceira cidade do nosso Estado. Em Belo Horizonte, o fato já é conhecido: o PSDB apóia a candidatura de Márcio Lacerda, do PSB; em Contagem, vamos para segundo turno, com o candidato Ademir Lucas; em Juiz de Fora, que já é nossa quarta cidade, vamos também para o segundo turno com o ex-Líder do Partido na Câmara, Custódio de Mattos, Deputado por tantos anos. Com Custódio de Mattos e com Ademir, esperamos ter também um resultado muito significativo no segundo turno.

Portanto, são posições que mostram que, na eleição, não se pode dizer que há um ganhador aqui, um ganhador ali. É uma eleição extremamente disputada.

Os resultados de Minas mostram também essa boa posição do PSDB, mostram que o Partido teve novamente o maior número de prefeitos, em cidades, como pude mencionar aqui, de grande porte e outras, como Poços de Caldas, também com o apoio nosso, do PSDB. São cidades importantes em que tivemos participação.

O tempo está se esgotando, Sr. Presidente, mas eu queria falar, rapidamente, só sobre uma questão ainda dos temas eleitorais, um tema que sempre me trouxe a esta tribuna, que diz respeito ao metrô, um tema fundamental.

Foi levantada, nessa eleição, em Belo Horizonte, a morosidade das obras do metrô. É fato. O metrô tem um volume de recursos insignificante colocado pelo Governo Federal. Muito pouco foi feito nesse período.

Ainda na TV Bandeirantes, o Ministro Hélio Costa criticava o Prefeito Pimentel por não ter conseguido mais recursos para o metrô de Belo Horizonte. Até aí estamos de acordo. Só não ficou muito clara – porque o Ministro é do mesmo Governo, do Governo do Presidente Lula – essa reclamação. Ela é correta, o recurso é muito pequeno, mas ele faz parte do mesmo Governo, que não colocou recursos no metrô de Belo Horizonte. Não ficou muito clara a crítica por ter sido feita pelo Ministro.

Vamos continuar. Portanto, esse é um tema importante. A infra-estrutura das grandes cidades precisa ser melhorada. Um dos pontos principais é a construção de metrôs em todas as grandes cidades brasileiras. Outras vezes voltaremos ao assunto. É um tema importante para ser discutido nas eleições não só de Belo Horizonte, mas nas eleições das grandes cidades.

Portanto, temos a perspectiva, em São Paulo, de que o PSDB ainda não tem uma definição, mas, evidentemente, o caminho mostra a aliança com o Prefeito Kassab, para buscarmos a vitória no segundo turno, já que ele será disputado na maior cidade da América Latina, que é...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – ...a cidade de São Paulo.

A questão da crise econômica fica para outro pronunciamento. Vou mostrar exatamente que o Brasil continua correndo risco, sim. E o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, está no caminho correto ao garantir prudência. Espero que essa prudência atinja a cúpula do Governo: seja o Ministro, seja o Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior; depois, como Líder, o Senador Renato Casagrande. Há também os seguintes Senadores inscritos: Valtér Pereira, Jefferson Praia, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Paulo Paim, Flávio Arns, Gilberto Goellner e Casildo Maldaner.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passado o período do primeiro turno das eleições, cumpro o dever de dar conhecimento ao Senado, de forma mais detalhada, da visita feita ao Caribe pela delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, que, chefiada pelo nosso eminente colega, Senador Heráclito Fortes, esteve em cinco países daquela região, entre os dias 31 de agosto e 9 de setembro. Além de S. Ex^a, a Delegação foi integrada pelos nobres Senadores Eduardo Azeredo, aqui presente, Virgínio de Carvalho e Marco Antônio Costa. Tivemos, ainda, a agradável companhia do Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa; do Ministro Nilo Barroso, Assessor da Presidência da Comissão de Relações Exteriores; do Secretário João Alfredo dos Santos, do Ministério das Relações Exteriores; do Tenente-Coronel Aviador José Hernández, Assessor Parlamentar do Comando da Aeronáutica; do Secretário da nossa Comissão, Dr. José Alexandre Girão; da Assessora de Imprensa, jornalista Letícia de Almeida Borges, e da jornalista Sílvia del Valle Gomide, da Agência Senado.

Para mim, pessoalmente, Sr. Presidente, a viagem foi extremamente proveitosa. Confesso a V. Ex^a e à Casa que, oriundo do Acre, com tantas e tão densas relações com o povo boliviano e a Bolívia, território do qual nos emancipamos pela epopéia que toda a Nação conhece, senti-me profundamente surpreendido pela enorme diversidade dos cinco países visitados. Mais do que pela sua diversidade, minha atenção foi despertada por sua imensa potencialidade, numa época em que a globalização, como tendência histórica deste século, já não conhece fronteiras senão pela conveniência do antigo e essencial princípio da soberania das nações. Trata-se de uma significativa mostra de um conjunto de nações das mais variadas origens, herdeiras, como nós, do movimento de expansão marítima que teve início nos últimos anos do século XV, com a viagem de Cristóvão Colombo, e se consumou no decorrer do século XX, com a expansão que, a partir da América, atingiu algumas regiões da Ásia, de que o melhor exemplo são as Filipinas.

Na região visitada, vicejaram, Sr. Presidente, nações originárias da colonização inglesa, da colonização francesa, da colonização holandesa e, predominantemente, da colonização espanhola, expressões de países que expandiram os interesses europeus

nessa parte do mundo, e que, como ocorreu conosco, deixaram como patrimônio imaterial, mas de enorme importância cultural, seu idioma, entre os traços permanentes do processo colonizador que faz parte de nossa herança.

De nossa presença ocasional naquela região, resta-nos a triste lembrança de termos integrado a força de ocupação da República Dominicana, como um imperativo do regime militar que nos assolou e que nos colocou na inconveniente condição de servimos de instrumento à política externa dos Estados Unidos, naquela época. Hoje, Sr. Presidente, reconforta-nos ver que estamos resgatando aquele episódio lamentável, com a força de paz da ONU no Haiti, a Minustah, que, naquele devastado país, tenta ajudar a recuperação não só das calamidades naturais que assolam periodicamente a região, mas também das não menos dolorosas chagas da ditadura, da autocracia, da marginalização, da pobreza e da miséria que, durante tantos séculos, foi a marca indelével do processo colonizador de que também fomos vítimas.

A força de paz da ONU no Haiti inova, Sr. Presidente, no sentido de ir além da ação policial de tropas militares de outros países. Há um novo sentido. Há um novo propósito. A percepção moderna é de que esse tipo de intervenção não pode prescindir mais do esforço conjunto, com o objetivo do resgate das condições estruturais do país alvo da missão de paz. Assim, atividades que visam a recuperação da infra-estrutura viária e a prestação do apoio técnico-consultivo, com vista à normalidade institucional do país, entre outras ações, somam-se às outras tarefas convencionais de segurança atribuídas às forças militares.

Na minha visão pessoal, o empenho, a dedicação e o preparo das tropas brasileiras no Haiti muito contribuíram para essa mudança estratégica assumida, presentemente, pela ONU naquele país. Trago a esta Casa, como testemunho pessoal, o emocionante envolvimento dos militares brasileiros em missão no Haiti, com a busca da estabilidade e a retomada da normalidade daquele país e de seu sofrido povo. Aproveito esta oportunidade para rever a minha posição com relação ao envio de tropas militares ao Haiti, tendo em vista que votei contrariamente à proposição inicial, Senador.

Tivemos, ainda, a ventura de conhecer Georgetown, capital da Guiana, por onde teve início nossa visita, sendo recebidos pelo nosso Embaixador Arthur Meyer. Estivemos, em seguida, na Cidade do Panamá, capital daquele país centro-americano, onde mantivemos proveitoso contato com nosso representante naquele país, o Sr. Embaixador Eduardo Prisco Paraíso Ramos. De lá seguimos a Kingston, capital da Jamaica, onde

somos representados pelo Embaixador Alexandre Gueiros. Nossa quarta escala foi em Santo Domingo, na República Dominicana, onde o Sr. Embaixador Ronaldo Dunlop representa nosso País. Nossa última escala foi em Porto Príncipe, exatamente a capital do Haiti, país no qual a Embaixada brasileira é dirigida pelo nosso Embaixador Igor Kipman.

Em todos esses países, fomos recebidos por autoridades locais, que nos acolheram com interesse, algumas até com curiosidade pelo nosso interesse em face da visita. Fomos instrumentalizados, nessas visitas, por valioso e esclarecedor texto, com útil, detalhada e objetiva informação sobre o conjunto das relações do Brasil com a região caribenha, de autoria do Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa.

Esse documentário, contendo o histórico de nossas relações políticas, diplomáticas e econômicas com os países da região, pode, a qualquer tempo, servir de roteiro indispensável para avaliarmos o peso e a extensão de nossos interesses naquela região. Além desse repositório de indiscutível valor, contamos ainda, relativamente a cada um dos países em nosso roteiro, com informações sobre os aspectos históricos, políticos, econômicos, comerciais e culturais, além de dados sobre demografia, produto interno, comércio exterior, além de percutiente análise sobre sua política externa e as relações multilaterais. Sempre que possível, há também um sumário sobre a presença brasileira e de empresas brasileiras em cada um dos países visitados.

Entre outros aspectos que a mim particularmente chamaram a atenção, está a consciência de que, se esperamos afirmar e ampliar os interesses de nossa política externa, pensando em nosso intercâmbio político, diplomático, econômico e cultural, temos a obrigação de acentuar nossa presença não só nos países que conformam o que se convencionou chamar de Primeiro Mundo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Eduardo, com muito prazer, com a permissão do Presidente.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Como membro desse grupo, devo ressaltar que não pude participar de todo o percurso, embora tenha estado na Guiana e também no Panamá, pois já tinha, depois, um compromisso sobre crimes cibernéticos, na Colômbia. Quero falar da importância e do ambiente que vi nessa viagem, nesse intercâmbio com outros países, principalmente com os países vizinhos, como é o caso da Guiana, um país que tem fronteira com Roraima. Essa presença parlamentar é extremamente

importante, é frutífera e, como o Presidente da nossa Comissão colocou, é uma diplomacia parlamentar. No Panamá, pudemos ver, também, a pujança de um país que cresce muito, em níveis superiores aos do crescimento do Brasil, de maneira que quero me somar a esse relatório que V. Ex^a traz aqui, lembrando a importância dessa atuação do Brasil no Haiti, em favor da paz.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

Mas, como eu dizia, além das nossas relações com o Primeiro Mundo – estou concluindo, Presidente –, temos, também, de olhar para os países do norte do continente sul-americano com o mesmo interesse com que estamos nos dedicando a fortalecer nossas relações com nossos vizinhos, integrantes e participantes do Mercosul. Todos nós sabemos que o Brasil tem responsabilidades coletivas com a integração continental e com o estímulo à nossa presença em países que contribuíram, de forma decisiva, para a nossa formação multiétnica, em decorrência de sermos produto histórico de tantos e tão diversificados povos que participaram de nosso crescimento econômico e de nosso processo civilizatório.

Não quero alongar-me, Sr. Presidente, mas vou me permitir, em outras intervenções que se seguirão a esta, voltar a abordar este tema, na esperança de que, assim como me despertou o interesse e a curiosidade a visita da delegação brasileira ao Caribe, possa o assunto ser objeto de nossas cogitações em relação à orientação de nossa política exterior, de tantas tradições, cuja continuidade é o penhor não só do nosso passado, mas também decisivo para o nosso futuro, Senador Eduardo Azeredo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao Senador Renato Casagrande, por cinco minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Delcídio Amaral, que está muito bem na Presidência da Casa – talvez, seja um prenúncio da próxima etapa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente do Senador Eduardo Azeredo, falarei sobre a crise econômica hoje e, amanhã, falarei sobre eleições.

Com apreensão, Sr. Presidente, acompanhamos os desdobramentos da crise financeira que se abateu sobre os Estados Unidos e que está contaminando – de certa forma, já contaminou – a economia mundial.

Não há, hoje, um especialista capaz de apontar a luz no fim do túnel, anunciando que o pior já passou. Há, sim, sintomas claros de risco de recessão nos países desenvolvidos, com efeitos sobre os países emergentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Renato Casagrande, vou prolongar a sessão por mais 30 minutos. Desculpe-me a interrupção, meu caro Líder Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – A pergunta que se faz neste momento é: como o mundo financeiro se comportará frente a escassez de crédito internacional provocada pelo freio de arrumação que, inevitavelmente, se dará nos Estados Unidos e na Europa?

O pacote de US\$850 bilhões, aprovado pelo Congresso americano na semana passada, traz alguma liquidez aos mercados, mas ainda não representa a solução dos problemas no médio e longo prazos, tanto é que a crise perdura. As quedas seguidas das Bolsas mostram o quanto os mercados financeiros estão nervosos e apreensivos quanto ao futuro. Há um forte componente de irracionalidade no comportamento dos atores de mercado no momento. É hora de os governos agirem com cautela e segurança, indicando soluções claras e seguras para o enfrentamento da questão. O anúncio do governo da Alemanha de que honrará 100% dos depósitos realizados nos Bancos daquele país é um exemplo, Sr. Presidente, da segurança de que os correntistas necessitam.

No nosso caso, a crise poderá ter reflexos diretos na discussão em torno do Orçamento Geral da União, obrigando-nos a rever a alocação de recursos públicos em investimentos em infra-estrutura. Com esse cenário, a preocupação deve ser no sentido de não permitir que sejam comprometidos os cronogramas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quando o Governo se vê obrigado a rever prioridades para evitar o pior, o setor privado também inibe suas ações, à espera de melhores dias. Na verdade, o setor privado age antes da Administração Pública. Portanto, preocupam-nos as análises internacionais, dando conta de que a quebra de Bancos americanos pode contaminar os demais setores privados mundiais. Isto restringiria investimentos em desenvolvimento nos Estados Unidos, na Europa e nos países emergentes.

Nossa economia está sólida, mas isso não nos imuniza, porque a globalização econômica fez com que estivéssemos integrados a outros mercados financeiros e comerciais por vasos comunicantes, e não se pode dimensionar ainda o tamanho dessa contaminação. Lembremo-nos de que, se essa crise fosse em outra

época, a situação do Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria completamente diferente: os resultados sobre a economia e sobre o sistema financeiro brasileiro seriam devastadores. Ficamos, portanto, sujeitos aos efeitos diretos e indiretos de que alguns analistas já chamam de depressão.

Realmente, o fato de contarmos com indicadores econômicos em bons níveis nos faria sofrer menos os efeitos do abalo financeiro internacional, como, por exemplo, acontece com o cidadão médio americano que, em alguns casos, perdeu quase tudo da noite para o dia.

As seqüelas seriam ainda maiores, uma vez que os mercados mundiais trabalham com a perspectiva de que a desaceleração da economia americana será longa, ao contrário de crises anteriores, que eram seguidas de recuperação e de quase nenhum efeito sobre as demais economias.

Após o pacote, a segunda tarefa do governo americano será a de criar mecanismos que dinamizem os setores produtivos da economia, como o imobiliário, blindando outros, como o de produção de alimentos e de energia e aqueles que geram emprego, como indústria, comércio e serviço.

De tudo o que se pode tirar da crise é que os sistemas financeiros brasileiro, americano e europeu não podem funcionar sem a interferência dos Bancos Centrais de seus países e de órgãos de regulação.

Algumas análises consideram inevitável que o próximo presidente dos Estados Unidos, seja ele Barack Obama ou John McCain, tenha de adotar um acordo interno, como o que foi feito por Franklin Roosevelt para corrigir os efeitos da Grande Depressão de 1929.

Enquanto se compara – creio que precipitadamente – a crise atual com a de 1929, surge no horizonte político uma proposta de reunir economias emergentes, inclusive o Brasil, e européias em torno de um novo momento de regulação global do sistema financeiro.

Com o pé mais fincado na realidade, o Presidente Lula procura adotar medidas importantes, para que possamos dar continuidade ao crédito no nosso País e facilitar a exportação. Quanto mais exportamos, mais dólares entram no País, diminuindo a pressão sobre a moeda estrangeira. O problema é que, quanto mais valorizada a moeda estrangeira, maior é a pressão inflacionária para nosso cidadão brasileiro. Então, as medidas do Governo são adequadas: incentivo à exportação, disponibilidade de créditos, com o setor produtivo tendo a capacidade de fazer investimento.

A outra questão, Sr. Presidente, é que está claro que nenhum país do mundo pode deixar sua economia ser desenvolvida por si só, sem a interferência de um

Estado forte. Está claro, mais uma vez, que o Estado é fundamental.

Sr. Presidente, encerro minha fala, lembrando Jacques Atalli, um economista francês, que diz exatamente isto sobre o momento que vivemos: “Temos uma globalização dos mercados, não uma globalização do estado de direito. O mercado não funciona sem estado de direito.”

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns, Senador Renato Casagrande, por abordar tema fundamental, que hoje nos preocupa sensivelmente, ao mostrar o papel do Estado nesse processo absolutamente prioritário!

Passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, que está inscrito.

Senador Valter Pereira, V. Ex^a é o próximo orador inscrito. Também estão inscritos para falar os Senadores Jefferson Praia, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Paulo Paim, Flávio Arns e Casildo Maldaner.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago a este Plenário diz respeito ao apelo que faço ao Governo Federal para que realmente implemente medidas de apoio à safra agrícola 2008/2009.

Sr. Presidente, medidas complementares já foram anunciadas há mais de 30 dias para a safra agrícola. O País foi acometido por essa grave crise, de consequências internacionais, iniciada no sistema financeiro norte-americano. Eu diria que a agricultura brasileira está praticamente nos moldes do **suprime** americano, pelo tanto que se elevaram as dívidas dos produtores na compra de máquinas e equipamentos, o que pode ser comparado ao sistema hipotecário de moradias do povo americano. Estão nos comparando a eles, já que produtores adquiriram máquinas e equipamentos nesses últimos cinco anos, por incentivo do próprio Governo, incentivo que, realmente, resultou no aumento da produção ou da produtividade brasileira, da balança comercial, que tantos resultados trouxeram à economia brasileira. Mas esse setor também está pedindo socorro com medidas complementares.

O Plano Agrícola para a safra 2008/2009 previu a liberação de R\$78 bilhões para financiamento do custeio e da comercialização da agricultura comercial, mais R\$13 bilhões para a agricultura familiar, e R\$10 bilhões para investimentos. Realmente, trata-se de cifra superior 12% a dos anos anteriores.

Entretanto, Sr. Presidente, a liberação de crédito rural para os agricultores tem sido muito lenta. Entre as razões identificadas para essa lentidão, estão: a cautela dos bancos para efetivar os empréstimos (cada vez agora mais cautelosos e exigentes); o atraso na publicação das normas para a renegociação das dívidas rurais, aprovadas aqui recentemente, que estão apenas em fase de renegociação – isso tudo está limitando o crédito para a próxima safra -; as limitações para evitar que os mutuários aumentem o nível de endividamento, e, mais recentemente, as incertezas geradas pela crise financeira no mercado dos Estados Unidos, que contaminam, de maneira rápida e abrangente, os mercados de outros países.

Conseqüentemente, com as incertezas geradas por essa grave crise financeira, houve redução significativa na participação das **tradings**, empresas de fornecimento que produzem insumos – fertilizantes, inseticidas, herbicidas, todos defensivos agrícolas.

Essas empresas, hoje, praticamente financiam, no Centro-Oeste, 90% dos recursos necessários para a efetivação dessas lavouras. No Brasil todo ao redor de 35%, já que o Banco do Brasil concede 30%. Então, com a diminuição dessas ofertas, cada vez mais restritas de crédito, do mercado internacional, esses fatores se multiplicam.

Os produtores rurais não têm conseguido obter aporte desses recursos necessários para dar início ao plantio de suas lavouras. Muitos deles tiveram de quitar dívidas anteriores e agora ficam na dependência de obter novos financiamentos, que não estão vindo, para custear as atividades, uma vez que estão sem capital de giro.

Por outro lado, o excessivo aumento nos custos de produção por causa da elevação do preço dos insumos, sobretudo dos fertilizantes, que aumentaram cinco vezes no mercado internacional... Quer dizer, não é a inflação brasileira, é o monopólio internacional de dois ou três grandes fabricantes, que detêm jazidas e que hoje entregam esses fertilizantes em nível internacional, principalmente potássio. Também o excessivo aumento, então, desse custo de produção, ocasionado pela elevação desses insumos, vem exigindo um aporte de recursos cada vez maiores, a ponto de, eu diria, lavouras como a de soja, uma lavoura tradicional, em todo o sul do país e no Centro-Oeste, aumentou o seu custo em 100%. Em apenas um ano dobrou de valor. Com isso, as dificuldades aumentam para cada produtor. Na prática, muitos produtores não conseguem ainda quitar as suas dívidas anteriores e ainda não tiveram acesso a esses novos financiamentos.

Isso é muito grave, pois, segundo o calendário agrícola, já está passando da hora de comprar se-

mentes defensivas, fertilizantes e outros insumos, e de fazer o preparo do solo, a correção, a fertilização necessárias ao plantio. As chuvas do Centro-Oeste já se iniciaram, inclusive antecipadamente, e estão permitindo, então, que o Brasil tenha a oportunidade de plantar e realizar uma grande safra e permitindo realmente que possamos ter excedentes de produção, primeiro para atender ao mercado interno e, segundo, para a exportação, como já vem ocorrendo nos mercados consolidados em todas as áreas.

Eu estive rodando todo o interior do Estado de Mato Grosso e pude constatar aí o clima de apreensão, realmente de desespero, em que se encontram os produtores rurais.

Confesso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que jamais assisti a uma situação similar no meu Estado, até porque, além da oferta restrita de crédito, não só de bancos oficiais como Banco do Brasil, das cooperativas, mas do sistema bancário como um todo, acumulado com sistema bancário privado de bancos internacionais que aqui aplicavam em grandes produtores, em cooperativas. Esses recursos estão cada vez mais restritos, Acresce-se a isso o receio que os bancos têm de margem negativas, como consequência do aumento dos insumos, do recuo dos preços das **commodities** no mercado internacional e do ritmo mais lento de comercialização por que passam todas as **commodities** no nível mundial.

Veja, Sr. Presidente, que mais uma vez se repete a situação de que, no momento em que os produtores têm de comprar os insumos como agora, o dólar está elevado.

Tudo que os produtores sempre quiseram, todo sistema produtivo sempre desejou, foi um dólar até de três, três e pouco, para permitir a competitividade internacionalmente. E agora, aumentam os custos em Real na conversão desses insumos comprados em dólar. E, quando os produtores rurais colhem e necessitam vender a sua produção, nos últimos seis anos, a cotação do dólar cai na época da safra, reduzindo qualquer perspectiva de margem de lucro da atividade agrícola. Ou melhor, o produtor colheu prejuízos nos últimos 5, 6 anos.

Realmente, a nova safra já é considerada de altíssimo risco. Além da conjuntura internacional (de preços, de crédito e de câmbio), teremos ainda que considerar que muitos produtores irão reduzir o nível de tecnologia do uso de insumos, como fertilizante, aumentando ainda mais o risco da queda de produtividade.

Em Mato Grosso, até o final de setembro desse mês, os volumes comprados de fertilizantes para uso na lavoura, que normalmente correspondem a 450 quilos por hectare, já estão hoje reduzidos a apenas

340 quilos. Alguns produtores nem fertilizantes vão poder utilizar..

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada o Governo Federal anunciou a liberação dos compulsórios dos bancos e a antecipação de R\$5 bilhões em linhas de crédito do Banco do Brasil aos produtores para custeio da safra 2008/2009.

Sem dúvida, trata-se de uma decisão importante, oportuna, que, lamentavelmente, pouco poderá influir para a minimização da crise e das dificuldades dos produtores rurais da Região Centro-Oeste principalmente, uma vez que essa liberação de crédito, que está chegando tarde, atende proporcionalmente ao CPF ou ao CNPJ de cada produtor e não à área que ele planta, porque hoje o crédito oficial está restrito ao atendimento de um nível mínimo de área e não atende a uma atividade maior que demande mais recursos.

Muitas das dificuldades dos produtores rurais em obter esses recursos no início do plantio dessa nova safra estão, além da carência de recursos oficiais e privados, assentadas na burocracia dos próprios bancos e, agora, na restrição das **tradings** a fim de alavancar recursos no mercado internacional para repassar aos produtores. Lembrem-se de que isso vem ocorrendo há mais de noventa dias. Essa crise já estava preanunciada, principalmente as **tradings** se recolhendo.

Eu gostaria de antecipar um comunicado de que, a partir de amanhã, será divulgado por entidades em nível nacional (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC; Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOV; a Pró-Soja Brasil, a Pró-Soja Mato Grosso e a própria Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso) que a grave crise financeira que atinge os mercados globais está restringindo seriamente o acesso ao crédito pelos produtores no Estado do Mato Grosso. Apesar do plantio da próxima safra já ter iniciado, faltam recursos para plantar parte significativa da safra de soja, de algodão e de milho, que se fazem em sucessão à soja.

Em segundo lugar, reconhecendo a importância da agricultura na economia do Estado do Mato Grosso e do País e buscando evitar uma nova crise, como a enfrentada nas safras de 2004, 2005 e 2006, que causou sérios impactos no setor e na economia do Estado, demandam das autoridades federais as seguintes ações: primeiro, prorrogação imediata dos vencimentos das parcelas de 2008 do endividamento agrícola; segundo, medidas extras para aumentar a disponibilidade de crédito para bancos e, agora, incluindo empresas de insumos e **tradings** que financiam setor agrícola.

Olhem a situação: as **tradings** que captam dólar no mercado externo agora estão solicitando que

passem a ser repassadores de crédito, para que realmente esses recursos sigam o caminho mais rápido e consigam chegar à mão do produtor. A **trading** tem mais mobilidade de constituir uma garantia e um aporte desses recursos. Solicitam ainda restabelecimento de mecanismos de sustentação de preço da soja, do algodão para garantir segurança de renda ao produtor, porque, nos últimos dias, o preço da **commodity** de soja e do próprio algodão caiu mais de 35% no mercado mundial.

O setor que vai fazer esse comunicado reconhece os recentes esforços do Governo Federal, mas ressalta que o aumento de crédito oficial, por meio de instituições como o Banco do Brasil, é uma medida insuficiente, uma vez que mais de 90% da agricultura, no caso do Estado de Mato Grosso, é financiada por empresas de insumos e compradoras de soja.

Sr. Presidente, essa situação, cada vez mais assume importância de imediato, se considerarmos que a safra de verão, que ora se inicia na região centro-sul do Brasil é responsável por cerca de 75% da produção brasileira de grãos e fibras, o caso do algodão.

Sr. Presidente, venho, então, relatar esse cenário que percebi no interior do meu Estado e que é preocupante não somente para os produtores rurais, como também para toda a população brasileira.

Venho aqui, com muita angústia, em nome desses produtores rurais do País, especialmente dos produtores rurais do meu Estado, Mato Grosso, que fazem um veemente apelo ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Agricultura, ao Presidente do Banco Central e ao Presidente Lula.

Esse apelo é para que, com a máxima urgência, eles estudem e implementem outras medidas, já relatadas aqui, para evitar que o plantio da nova safra fique comprometido e que haja um colapso das atividades dos produtores rurais e dos exportadores de *commodities* agrícolas, o que certamente provocaria uma elevação nos preços de alimentos e de matérias-primas e afetaria diretamente a população consumidora, o nível de emprego e a manutenção dos mercados internacionais e o equilíbrio da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Gilberto Goellner. Parabéns pelo discurso, por tratar principalmente do agronegócio, que é característica do Estado de V. Ex^a e também do meu Estado e o do Senador Valter Pereira, o Mato Grosso do Sul.

O agronegócio brasileiro vive um momento especialíssimo, delicado – talvez seja essa a expressão mais adequada -, em função dessa crise, cujo tamanho e consequências para o mundo, como disse o Senador

Casagrande, ninguém ainda sabe, bem como quais os reflexos também para o Brasil, a despeito de a nossa economia caminhar muito bem e de hoje operar com fundamentos bastante sólidos, que nos dão uma tranquilidade maior, principalmente para fazer frente ao quadro que se avizinha. Muito obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra, o Senador Valter Pereira, PMDB, Mato Grosso do Sul.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, quero fazer uma breve intervenção, para comentar o evento que talvez tenha sido o mais importante deste ano: a realização de eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que ocorreu neste domingo e que marca mais uma regularidade no processo político brasileiro. A segurança do voto, a regularidade do pleito e a rapidez dos resultados desta eleição demonstraram, mais uma vez, as virtudes da tecnologia e, sobretudo, a competência da Justiça Eleitoral.

Sendo eu, Sr. Presidente, um militante partidário nato e um dos fundadores do antigo MDB, posteriormente transformado em PMDB, não posso deixar de analisar o desempenho do meu Partido nesta eleição. A minha avaliação começa pela votação que o meu Partido alcançou. Foram quase 18,5 milhões de votos conquistados em todo o território nacional. Nenhuma outra agremiação conseguiu tanto.

Os dados publicados pela **Folha de S.Paulo** de hoje dão conta ainda de que mais próximos do PMDB aparecem o PT e o PSDB. O PT, próximo dos 16,5 milhões de votos, e os tucanos, na casa de 14,5 milhões.

A capilaridade do meu Partido é resultado das extensas raízes que espalhou ao longo de sua história. Desde a época da ditadura, em que resistiu heroicamente para restabelecer a liberdade e a democracia no País, o PMDB vem consolidando essa sua verdadeira epopéia. A cada eleição, o Partido comprova a sua extraordinária capilaridade e a sua força eleitoral.

Agora mesmo, o PMDB exibiu uma formidável musculatura. Pelos números antecipados pela *Folha de S.Paulo*, seriam quase 1.200 Prefeitos eleitos pelo meu Partido, Sr. Presidente. A tais cifras, certamente haverão de ser acrescidos ainda outros dados decorrentes de mais onze candidatos do PMDB, que estão na disputa do segundo turno em vários pontos do território nacional.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, dos 78 Municípios, o PMDB teve participação, de uma forma ou de outra, em 77. Em apenas um Município não lançou

candidatura. Em 63 deles, teve candidatos a Prefeito ou a Vice-Prefeitos, indicados em coligação encabeçada por outros Partidos. Em 14 Municípios, participou de coligações, concorrendo tão-somente com candidatos a Vereador. Os candidatos próprios a Prefeito foram distribuídos em 42 Municípios, sagrando-se o PMDB vencedor em 28 deles. Esses números são importantes, especialmente se comparados com a eleição passada. Naquela ocasião, foram apenas 13. Saltamos, portanto, de 13 para 28.

Nas coligações que o Partido celebrou, oferecendo vice para outras agremiações, alcançou a cifra de 21 eleitos. Há quatro anos, Sr. Presidente, foram apenas nove.

Em 2004, o Partido elegera 104 Vereadores em meu Estado, e, nesta eleição, foram 146. Cento e quarenta e seis são as vagas conquistadas neste último domingo! Portanto, ao mesmo tempo em que o meu Partido manteve sua monumental **performance** no País, em Mato Grosso do Sul, deu um salto significativo.

As vitórias de Campo Grande, onde reelegeu o Prefeito Nelsinho Trad, e a de Três Lagoas, cuja população reconduziu a Prefeita Simone Tebet, estavam previstas, mercê da extraordinária administração que ambos os Prefeitos estão desenvolvendo, estão implementando em suas comunas.

Entre sucessos anunciados e as surpresas costumeiras nesses processos, chamou-me a atenção o resultado de uma pequena cidadezinha localizada lá no bolsão mato-grossense. Nesse Município de Aparecida do Taboado – V. Ex^a conhece a história de lá -, havia um candidato forte do meu Partido que se recusara a disputar a eleição. Era o Vilson. Todos os partidos que têm diretório lá se empoleiraram numa grande coligação para reeleger o atual prefeito. E isso decorrente do afastamento da disputa daquele que seria o candidato forte do PMDB. Havia forte pressão das forças políticas para que o PMDB também fizesse parte dessa poderosa coligação.

No entanto, um antigo militante partidário, inconformado com a solução adesista que lhe queriam impor, decidiu entrar na disputa. Sem parceiro para coligar e sem recursos para tocar a campanha, o professor e Vereador André Alves Ferreira entrou na disputa. Acreditando na força das palavras e na prevalência das idéias, acabou vencendo o desafio, elegendo-se Prefeito e levando em sua companhia o Vice Gustavo Carvalho Rodrigues, também do meu Partido, já que disputara a eleição em chapa pura.

Fiz questão de dar ESSE exemplo, Sr. Presidente, porque o que se observa na análise política, no comportamento político lá no Estado e em outras unidades da Federação é uma certa acomodação, em função

da exibição de força que hoje se tornou muito comum em razão do instituto da reeleição. Aliás, acho que está na hora de o Senado, de o Congresso Nacional iniciar essa discussão sobre a reforma política, e precisamos analisar com muita frieza não só a legitimidade como a oportunidade da reeleição. A reeleição, pelo que estou observando nas minhas andanças por aí, tem uma virtude, que é a do julgamento daquele que está concluindo a sua administração. No entanto, está, ao mesmo tempo e ao lado dessa virtude, trazendo uma desigualdade, um desequilíbrio na disputa eleitoral. E isso não faz bem ao processo democrático. Além do mais, tem sido uma fonte permanente de tentação para o uso da máquina em favor de determinadas candidaturas.

Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, quero aqui deixar consignado que esse resultado, além de contemplar bons administradores, revela outro cenário que é preciso também ficar registrado. Mato Grosso do Sul passa hoje por uma experiência extraordinária. Uma administração jovem, moderna, que está mudando a forma de se fazer política no Estado e que está alavancando o PMDB: a administração do Governador André Puccinelli, que tem feito um trabalho extraordinário em favor do desenvolvimento do Estado. E sempre que isso acontece repercute, inevitavelmente, nos resultados das eleições, no entusiasmo da militância partidária. E ele é um militante do meu Partido, o PMDB. É claro que traz esses efeitos, como traz efeitos também em favor do PT de V. Ex^a a administração do Presidente Lula, que, em todos os cantos, tem produzido também as suas repercussões.

No mais, Sr. Presidente, não vou comentar sobre a crise econômica, porque quero falar especificamente sobre ela em outra oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Passo a palavra agora ao Senador Jefferson Praia, do Amazonas.

Prorrogo a sessão até às 20 horas e 30 minutos, não sem antes propor aos companheiros, amigos Senadores, que limitássemos as intervenções a cinco minutos cada um, de sorte a conseguirmos encaixar a fala de todos, a não ser que algum Senador tenha interesse em fazer um discurso mais longo. (Pausa.)

Então, faremos cinco minutos.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia; depois, os Senadores Leomar Quintanilha, Paulo Paim, Flávio Arns e Casildo Maldaner.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o olhar para

o passado em relação ao desmatamento da Amazônia, percebemos dois períodos distintos. O primeiro, a partir de 1970, quando o Governo Federal buscou desbravar a Amazônia, viabilizando estradas e projetos de colonização. O resultado, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, foram 300 mil quilômetros quadrados de desflorestamento. O segundo ocorreu a partir de 1980, quando se intensificou na região a exploração madeireira e pecuária. Daquele ano até os primeiros anos do século atual, já tivemos 400 mil quilômetros quadrados de perda da floresta original. Até onde iremos Sr. Presidente?

Ressalto que o Estado do Amazonas, por ter um modelo de desenvolvimento centrado, principalmente, nas indústrias do Pólo Industrial de Manaus, possui um percentual expressivo de áreas preservadas e conservadas, cerca de 98% de acordo com a Comissão Econômica para a América latina (Cepal).

Já foi comprovado, Sr. Presidente, em estudo recente, que se hoje o Estado do Amazonas tem a maior parte da sua biodiversidade preservada e conservada foi graças ao Pólo Industrial de Manaus (PIM).

Sr. Presidente, sabemos que o processo de ocupação na Amazônia até hoje tem tido, infelizmente, impacto direto no desmatamento.

Recentemente, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, divulgou uma lista com os 100 maiores desmatadores na Amazônia nos anos de 2006, 2007 e 2008. Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os assentamentos do Incra estão entre os maiores desmatadores da Região Amazônica. O órgão aparece oito vezes na lista; desmatou milhares de hectares entre 2006 e 2008 e recebeu milhões de reais em multas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso não pode acontecer. Os assentamentos do Incra devem ser os primeiros a dar bons exemplos.

Na minha avaliação, estamos ainda muito distantes da integração entre meio ambiente, as questões sociais e econômicas da Amazônia.

O Governo Federal precisa agir mais rápido e de forma integrada. Hoje, o que percebo em relação a essa questão é o Ministério do Meio Ambiente agindo para um lado e o Incra, que está na estrutura do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para outro. Dessa forma, o Governo Federal não conseguirá avançar na construção de um modelo para a Amazônia, que busque o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo a seguinte sugestão ao Governo Federal: busque uma maior integração entre os órgãos nas ações realizadas na Amazônia e no Brasil. Sei que o Ministro Mangabeira Unger está trabalhando o Plano Amazônia Sustentável, que con-

densa as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Entretanto, até a conclusão desse estudo, que é muito importante, precisamos de ações integradas de curto e médio prazos.

Portanto, na minha avaliação, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, o Ministério de Transportes e o de Assuntos Estratégicos, entre outros, devem urgentemente sentar-se à mesa para estudar, discutir e planejar as ações de curto e médio prazos para a Amazônia antes que seja tarde demais. Além disso, devem-se dar melhores condições de trabalho aos técnicos do Incra e do Ibama, entre outros órgãos.

Por último, Sr. Presidente, não posso esquecer os homens e as mulheres da Amazônia, os empreendedores do setor primário. Devemos preparar esses irmãos e irmãs para lidar com a Amazônia e devemos dar-lhes condições de produzirem alimentos de forma sustentável.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jefferson Praia, que abordou um tema extremamente importante sobre a Amazônia: desmatamento.

Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha; depois, ao Senador Paulo Paim; em seguida, ao Senador Flávio Arns; e, por último, ao Senador Casildo Maldaner, do nosso querido Estado de Santa Catarina.

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendia abordar hoje um tema interessante, relacionado à criação do Estado de Tocantins, mas, em deferência ao tempo que V. Ex^a tem-nos concedido e por ser um tempo mais restrito, vou abordar apenas um outro tema, também relacionado ao interesse desse Estado.

Hoje, nós acabamos de aprovar aqui, no final desta sessão, um financiamento de US\$175.410 milhões (cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e dez mil dólares americanos) para o Estado do Tocantins, que vai entrar com uma contrapartida de US\$30.950 milhões (trinta milhões, novecentos e cinquenta mil dólares americanos).

Este empréstimo, Sr. Presidente, primeiro, atende à regularidade do Tocantins no que diz respeito às suas finanças e ao ordenamento da sua administração.

O Tocantins está adimplente, o Tocantins tem honrado todos os seus compromissos que dependem

de aval do Governo Federal e está com o índice de endividamento com liberdade para buscar financiamento às ações urgentes e necessárias com vistas ao seu desenvolvimento.

Por isso, esse empréstimo, aprovado dentro das normas e exigências legais, vem ao encontro dos interesses do nosso Estado e de toda a população tocanтинense, porque se propõe a ampliar as ações que vêm sendo implementadas com vistas à estruturação do Estado do Tocantins. Diz respeito à terraplanagem e pavimentação asfáltica de 500 quilômetros de estrada, diz respeito à construção de 23 novas pontes de concreto e diz respeito a travessias em estradas e regiões estratégicas.

De sorte que esse financiamento vai permitir no Tocantins exatamente aumentar as condições de aproveitamento do enorme potencial econômico que o Estado tem, propiciando a oportunidade de integração das diversas regiões produtivas do Estado e a integração do próprio Estado com as demais regiões do Brasil.

O Tocantins, Sr. Presidente, vem experimentando um ritmo de desenvolvimento extraordinário, excepcional. Cresce acima da média nacional, cresce 7,5% em razão do trabalho firme, seguro, que o Governador Marcelo Miranda vem implementando no Estado, fazendo com que o Estado, efetivamente, atenda às expectativas da sua população com esse crescimento, com implementação de sua infra-estrutura e se preparando para um processo moderno e acelerado de industrialização.

Por essa razão, Sr. Presidente, é motivo de muita satisfação para nós, que temos a honra de representar o Estado do Tocantins nesta Casa e no Congresso Nacional, saber que esse financiamento trará resultados e frutos extremamente positivos para o trabalho de desenvolvimento que vem sendo implementado no Estado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, sempre muito presente defendendo os interesses do jovem Estado do Tocantins, que hoje teve um projeto importante para o seu desenvolvimento, para sua infraestrutura, aqui aprovado.

Quero passar a palavra para o meu caro amigo, companheiro, Senador Paulo Paim, que representa com dignidade o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Delcídio, Senador Flávio Arns, Senador Quintanilha. Eu tenho cinco minutos, mas começaria pedindo desculpas pela minha voz, Senador Flávio Arns. Foram 208 Municípios que eu percorri no

meu Estado – os últimos tive de percorrer de avião, pela distância -, mas o resultado foi positivo.

Entre Prefeituras onde nós tínhamos candidato a Prefeito e outros como Vice, nós chegamos a 121 Municípios, em políticas de aliança naturalmente.

No Vale dos Sinos, que é o vale onde escrevi a minha vida político-partidária, nós ganhamos em todos os Municípios: Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos e Nova Hartz. Fizemos todo o chamado corredor do Trensurb e até onde o trem chegará um dia, porque não chegou ainda.

Para nós é importante, porque significa um pólo onde eu escrevi a minha vida política, sindical, e claro que tivemos ali política de aliança com outros partidos. Tivemos cidades em que ganhamos com o PTB, cidades em que ganhamos com o PMDB, cidades em que ganhamos com o PC do B, nas parcerias. Enfim, foi um momento muito bonito.

Os comícios – achávamos que não teríamos mais comícios – de três, quatro, cinco, oito, dez mil pessoas aconteceram. Em Porto Alegre, estamos no segundo turno. Em Canoas, embora tenhamos ficado na frente, com mais ou menos dez pontos, há possibilidade de resolvermos com rapidez a questão de Canoas pelo quadro que se apresenta.

Sr. Presidente, eu me comprometi com todos que o meu primeiro pronunciamento aqui seria falar sobre o fator previdenciário. Nem que seja por um minuto, eu tenho que dizer que, amanhã, na Câmara, na Comissão de Previdência, vai ser votado o fator previdenciário, projeto que nós já aprovamos aqui e está naquela Casa. Estou aqui coerente com meu discurso em cada palanque. O relatório do Deputado Germano Bonow é favorável e, se for colocado em pauta, não tenho dúvida nenhuma de que vai ser aprovado amanhã.

Do mesmo modo o nº 42, que é o reajuste dos aposentados, está pronto para o Plenário, se for colocado em pauta, eu não tenho dúvida nenhuma, pelo apelo que vi de milhares e milhares de gaúchos e de pessoas de outros Estados, de milhões de brasileiros que estão na expectativa desses dois projetos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por último, Sr. Presidente, quero também agradecer à Comissão de Assuntos Econômicos – especificamente ao Senador Aloizio Mercadante, pelo acordo que havia feito com ele. O Senador Suplicy foi o relator, e o Plenário, hoje, sob a presidência de V. Ex^a, aprovou o empréstimo para Uruguiana. Essa foi uma demonstração do que temos procurado deixar claro: terminou o embate municipal, voltamos a fazer política para o conjunto

dos municípios e para o Estado do Rio Grande do Sul. Essa foi mais uma demonstração disso: não ganhamos a Prefeitura de Uruguiana, mas fizemos questão de que o empréstimo para lá fosse aprovado, como foi o de Cachoeirinha e o de Pelotas. Vamos disputar lá o segundo turno, como estamos disputando o segundo turno na capital de todos os gaúchos.

Sr. Presidente, o tempo é curto. Eu havia preparado um pronunciamento sobre a crise que pega os Estados Unidos e preocupa todo o mundo e, naturalmente, o Brasil. Deixarei para fazer em outro momento esse pronunciamento sobre a crise e sobre a importância de uma reforma tributária, analisando o quadro complexo da economia americana no setor imobiliário e no setor bancário, nos grandes bancos, e a repercussão disso aqui no Brasil.

Sr. Presidente, apesar da voz debilitada, faço questão de reafirmar a minha alegria e a minha disposição para participar da campanha nas três cidades em que disputaremos o segundo turno: Porto Alegre, Pelotas e Canoas.

Eu diria que, em Canoas, a disputa já está resolvida – mas não por ser a minha cidade! Já em Pelotas e Porto Alegre, a disputa será muita dura, mas acreditamos na vitória do Marroni e da Maria do Rosário. Com mais tranquilidade, eu diria, está o Jairo Jorge, que foi o primeiro Prefeito a disputar pelo PT em Canoas, um jovem indicado por mim na época – depois, em um segundo momento, dali a quatro anos, indiquei Marco Maia, hoje Deputado Federal. Jairo Jorge, com certeza, vai ser o Prefeito vitorioso da cidade de Canoas.

Agradeço muito também porque outro metalúrgico, do tempo em que eu era do sindicato, assume em Sapucaia: o Ballin. Assume também, na cidade de Esteio, outro companheiro que também era metalúrgico de Canoas quando fui presidente: o Gilmar. Depois, temos outros companheiros que, naturalmente, no Vale, tinham e têm uma parceria muito grande com a nossa caminhada. Brilhante, por exemplo, a vitória em São Leopoldo do Prefeito que foi reeleito com mais de 75% dos votos, ex-Deputado também: Ary Vanazzi, muito vinculado aos movimentos populares.

Para não dizer que só falei das boas: perdemos Caxias e Santa Maria. Faz parte do jogo democrático, democracia é isso.

As eleições municipais, para mim, são o coração da cidadania, porque ali se trava o debate direto, elegem-se os vereadores e os prefeitos.

No passo seguinte, em 2010, vamos eleger os deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e, no meu entendimento, a nova Presidente da República, que vai ser uma mulher: acho que vai ser a Dilma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paim. Parabéns pelos resultados eleitorais do PT e de V. Ex^a, liderança inquestionável que é, homem digno, homem que honra o Estado do Rio Grande do Sul. Eu quero me congratular com V. Ex^a pelos resultados e pelo trabalho desenvolvido não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil.

O próximo orador inscrito é o Senador Flávio Arns.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que eu não concordo com o Senador Paulo Paim neste caso. Concordo com S. Ex^a em muitos outros, inclusive no caso do Fator Previdenciário, que tem de ser revisto. Neste caso, porém, acho que o nosso Presidente vai ser um homem, não vai ser uma mulher não: vai ser um homem de outro lado, um homem de oposição ao Governo de hoje.

Sr. Presidente, quero trazer aqui, assinado por mim e pelo Senador Flávio Arns, um requerimento de pesar pelo falecimento, aos 73 anos, da Sr^a Dircéa Corrêa Petrelli, esposa de Mário Petrelli, Presidente da Rede Independência de Comunicação, ocorrido no dia 28 de setembro em Florianópolis.

Dircéa Petrelli era natural de Curitiba, Paraná, e veio a graduar-se em Odontologia em Florianópolis, onde formou sua família e grande círculo de amizades e colaboradores, entre os quais eu me incluía, assim como V. Ex^a.

Personagem marcante, foi a grande parceira que trabalhou e cooperou diuturnamente com o marido, Mário Petrelli, para a construção e consolidação de sua carreira profissional empreendedora, que se destacou regional e nacionalmente, nas áreas de seguros, comunicação e empreendimentos imobiliários. Dircéa foi sempre o elo agregador das realizações do marido, grande e reconhecido empresário no Paraná e em Santa Catarina.

Segundo Mário José, um dos cinco filhos, ela “soube trazer a paz e a harmonia ao nosso mundo, aos seus amigos e à sua família”.

Deixa viúvo Mário Petrelli, nosso amigo, com quem foi casada por 51 anos, os cinco filhos, Luciana, Leonardo, Mário José, Marcello e Rosimar, e dez netos.

É a homenagem que eu queria trazer a Dircéa em meu nome pessoal, de minha esposa Heloísa e de todos os que conhecemos essa grande figura humana que se foi no último mês de setembro.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me associar a esse documento que propõem o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Arns. Estivemos, inclusive, nos funerais lá em Florianópolis na última semana. Mário Petrelli é um grande empreendedor também em Santa Catarina e D. Dircéa era uma senhora muito benquista no meio de todos lá no nosso Estado também. Gostaria, então, de me associar a essa manifestação de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero também, Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns e Senador Casildo Maldaner, assinar o documento que está sendo encaminhado à Mesa para registrar nos Anais do Senado o falecimento de D. Dircéa.

D. Dircéa era uma grande amiga nossa, de minha família, de minha mulher, Maica, e de minhas filhas. Foi uma pessoa fundamental na vida de Mário Petrelli e de toda a sua família. Eu aqui, como amigo pessoal de Mário Petrelli, grande empresário, empreendedor, homem generoso, homem de bem, quero também prestar as minhas homenagens à nossa querida Dircéa, que deixou muitos exemplos, muitos amigos, muitas amigas. Tenho certeza absoluta de que Deus a iluminará e, mais do que nunca, iluminará e abençoará o nosso querido amigo Mário Petrelli neste momento difícil de sua vida.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de ter assinado o requerimento externando o pesar pelo falecimento de Dona Dircéa, quero também dizer, da tribuna, da amizade e do reconhecimento que temos pela família inteira, pelo Dr. Mário, pela Dona Dircéa, que faleceu, pelos filhos, pelos netos, todas pessoas estimadas, educadas, com bom diálogo, em busca permanente de entendimento. São figuras assim que marcam, de fato, a vida pública e a vida particular em nosso País. Então, as homenagens para a família!

Quero dizer ao Senador Paulo Paim, que acabou de usar a tribuna, e a todas as pessoas aposentadas do Brasil ou que venham a se aposentar que estamos também completamente sintonizados com a idéia da

queda do fator previdenciário, o que é essencial para quem está aposentado ou para quem vai se aposentar. No momento da aposentadoria, diante da possibilidade da aposentadoria, é preocupante o salário ser reduzido em 30%, em 40% ou em 50%, o que, de fato, acaba com o orçamento de qualquer família. A aposentadoria acontece em momento particularmente importante da vida, quando se tem idade mais avançada. Ao mesmo tempo, quero dizer que estou totalmente sintonizado, como o Senado todo está – a lei já foi aprovada aqui –, com a questão do reajuste dos aposentados, em termos percentuais, em consonância com o reajuste do pessoal da ativa.

Quero destacar, Sr. Presidente, somente dois aspectos nesta minha fala. O primeiro deles é que, amanhã, no Palácio do Planalto, o Senhor Presidente da República, junto com o Ministro José Gomes Temporão, participarão da cerimônia de entrega do prêmio Brasil Sorridente aos Municípios brasileiros que se destacaram na área da saúde bucal. Em outra ocasião, já tive a oportunidade de abordar o programa Brasil Sorridente do Ministério da Saúde, enfatizando as equipes de saúde bucal pelo Brasil.

O Brasil Sorridente, na verdade, fundamenta-se num tripé. Quanto às equipes de saúde bucal, são 4,5 mil Municípios com praticamente 17 mil equipes trabalhando. A segunda perna do tripé são os Centros de Especialidades Odontológicas, algo mais especializado de que a população necessita, e já são 661 Centros no Brasil. E a terceira perna do tripé são os laboratórios regionais de próteses dentárias, e, no Brasil, já existem mais ou menos 310 laboratórios de próteses dentárias, que atenderam 75 mil pessoas no ano passado.

Então, isso é importante, é um avanço interessante, necessário, atendendo a uma população que necessita desse tipo de atendimento.

Faço esse destaque, considerando, principalmente, que o coordenador do programa Brasil Sorridente do Ministério da Saúde é o paranaense Dr. Gilberto Pucca, da Universidade Estadual de Maringá, que vem fazendo um belo trabalho, que quero, de público, reconhecer como importante para a cidadania.

Quero destacar também, Sr. Presidente, que, nesta quinta-feira, em Arapongas, no norte do Paraná, em um grande espaço que existe naquele Município, chamado Expoara, onde acontecem grandes exposições, acontecerá o 43º Encontro das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) do Paraná. São 43 encontros em que pais, alunos, profissionais da área sentam e discutem alternativas para a construção de cidadania e de dignidade para a pessoa com deficiência.

A Federação Nacional das Apaes vai promover seu Congresso no Estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória, no início do mês de novembro. Antes desse evento nacional, todos os Estados do Brasil promoverão seus congressos estaduais. Isso vai acontecer no Estado de Minas Gerais, do Senador Eduardo Azeredo, onde o movimento é extremamente forte e organizado, assim como no Estado de V. Ex^a, Mato Grosso do Sul, que tem avançado muito na organização da sociedade por meio das Apaes, e, sem dúvida, também em Santa Catarina, onde o movimento é extremamente forte, organizado, assim como no meu Estado. São 320 dos 399 Municípios do meu Estado que contam com as Apaes, que se organizam e lutam para que seus filhos e suas famílias tenham atendimento adequado e de qualidade no transcorrer da vida, com os programas de prevenção. São beneficiados bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos. O grande debate que acontece hoje no Brasil é a discussão sobre o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência, que tem uma necessidade mais acentuada de participação na família e na sociedade.

Sr. Presidente, gostaria de ter abordado os vinte anos da Constituição também, uma festa bonita que está acontecendo no Brasil inteiro, particularmente no Congresso. Pediria a V. Ex^a que desse o pronunciamento como lido, para que constasse, na seqüência, nos Anais desta Casa. É uma alegria!

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a deferência de V. Ex^a em relação ao tempo.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que parabenizo o início das comemorações pela promulgação da Constituição Brasileira de 1988, iniciadas no último dia 5 de outubro. Historiadores e cientistas sociais são unânimes em afirmar que um dos fatos mais significativos da história política recente de nosso País se deu durante o processo constituinte, de 1987-1988, que resultou na promulgação desse documento.

O Brasil, desde a sua independência, teve sete constituições, as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e a última, de 1988. Seu surgimento se deu após vinte e um anos de regime militar (1964-1985) e a Campanha das Diretas Já (1984), num momento no qual a Nação clamava por uma nova Carta Magna que promovesse a transição para a democracia, com eleições diretas em todos os níveis.

A “Constituição Cidadã”, assim chamada pelo Presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, inaugurou um novo arcabouço jurídico-constitucional, ampliando as liberdades civis e assegurando direitos e garantias fundamentais para o cidadão brasileiro, indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

Aproveito o momento para convidar a todos a fazer, juntos, uma reflexão sobre a importância desta data histórica e o real significado desse ordenamento constitucional para o País, que assinala os últimos 20 anos da Constituição Brasileira.

Essa comemoração é também uma celebração da estabilidade política a partir da restauração democrática. Nunca antes na história republicana, os brasileiros haviam conhecido uma fase tão longa de convivência pautada pelo respeito às instituições. A nova Carta é acima de tudo um símbolo dessa passagem à maturidade política. O próprio texto constitucional é um texto ainda em evolução. Já foi emendado 62 vezes e ainda será submetido a novos ajustes para abrigar, entre outras mudanças, uma reforma política e uma tributária.

Das 62 emendas, 6 foram produzidas no período de revisão previsto pelos constituintes e promulgadas em 1994. Nesse período, a tramitação das propostas foi simplificada. As outras 56 resultaram de um processo mais complexo e dependeram de aprovação por três quintos dos votos em duas votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em todo esse período muito se avançou na sua regulamentação; contudo, muito ainda há que se realizar. Tivemos avanços como o Código de Defesa do Consumidor, comemorado como um dos instrumentos mais avançados do mundo nesta área. Avanços no trato do meio ambiente, dos direitos sociais, direito dos idosos, consagrando os valores de liberdade.

Democracia se aprende com mais democracia. Liberdade, com mais liberdade. Os mecanismos de garantias individuais constitucionais devem ser aperfeiçoados, não tolhidos, sob pena de estarmos novamente sob regime opressivo.

Destaco ainda, na data de hoje, a inauguração da exposição, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, “20 Anos da Promulgação da Constituição Federal”. Por meio de acervos impressos, manuscritos, digitais, audiovisuais e fotografias, a exposição apresenta o contexto histórico no qual foi realizada, entre 1987 e 1988, a Assembléia Nacional Constituinte.

Acredito que essa iniciativa é uma oportunidade para relembrar a participação da população e de todos os constituintes que trabalharam ativamente para encontrar um caminho para a construção desse importante documento para a nação Brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. A Mesa tomará as devidas providências, conforme a solicitação de V. Ex^a.

Recebi o requerimento de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que vai também assinado pelo Senador Casildo Maldaner e por mim.

Como esse requerimento depende de deliberação do Plenário, eu gostaria de pedir ao Senador Eduardo Azeredo para encaminhar a votação, até porque todos aqui conhecemos D. Dircéa e sabemos o que ela representou para o nosso amigo Mário Petrelli, para sua família, para seus filhos e, acima de tudo, por tudo aquilo que ela fez como grande companheira do nosso querido amigo Mário Petrelli.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.161 DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 73 anos, da senhora Dircéa Corrêa Petrelli, esposa de Mário José Gonzaga Petrelli, Presidente da Rede Independência de Comunicação – RIC, ocorrido no dia 28 de setembro deste ano, em Florianópolis, capital catarinense.

Justificação

Dircéa Petrelli era natural de Curitiba, Paraná, e veio graduar-se em odontologia em Florianópolis, onde formou sua família e grande círculo de amigos e colaboradores.

Personagem marcante, foi a grande parceira que trabalhou e cooperou diuturnamente com o marido, Mário Petrelli, para a construção e consolidação de sua carreira profissional e empreendedora, que se destacou regional e nacionalmente, nas áreas de seguros, comunicação e empreendimentos imobiliários. Ela foi sempre o elo agregador das realizações do marido, grande e reconhecido empresário no Paraná e em Santa Catarina.

Segundo Mário José, um dos cinco filhos, ela “soube trazer a paz e harmonia ao nosso mundo, aos seus amigos e à sua família”.

Deixa viúvo Mário Petrelli, com quem foi casada por 51 anos, os cinco filhos, Luciana, Leonardo, Mário José, Marcello e Rosimar, e dez netos.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Flávio Arns** – Senador **Casildo Maldaner** – Senador **Delcídio Amaral Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas complementar esta justificativa lembrando que V. Ex^a é do Mato Grosso do Sul, o Senador Casildo é de Santa Catarina, o Senador Flávio Arns é do Paraná, eu sou de Minas Gerais. Assim, veja como as figuras de Dircéa e de Mário Petrelli saem de Santa Catarina. Eles têm amigos em todo o Brasil; pessoas que sabem reconhecer o que os dois significam para o Estado de Santa Catarina, para o Estado do Paraná, onde estão basicamente os principais empreendimentos da família Petrelli, que gera empregos, que gera todo um acréscimo na economia.

E Dircéa era realmente uma figura muito agradável, que cativava a todos nós. Pude participar das bodas de ouro dela e de Mário lá em Florianópolis, ainda no ano passado, quando pude sentir todo o carinho que rodeava aquele momento.

É com pesar que trazemos essa notícia, mas, ao mesmo tempo, temos a satisfação de ver como é feliz essa família, como é feliz o nosso Mário Petrelli.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – E, fechando hoje a sessão do Senado Federal, desta terça-feira, dia 7 de outubro de 2008, tem a palavra o importante Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

Antes, porém, prorrogo a sessão até às 21 horas.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, que, por sinal, é muito conhecido e muito bem quisto em meu Estado, Santa Catarina, como no Brasil, serei breve.

Tenho a honra de ser o último inscrito desta sessão, mas, como os demais colegas, falarei de um dos temas presentes. Amanhã serei um dos primeiros inscritos para abordar a preocupação mundial com a crise que está afetando os Estados Unidos, a Europa e atingindo o Brasil. Esse é um momento pontual, sem dúvida alguma. São diversos os temas.

Mas, de minha parte, eu, que nos idos de 1984 e 1985 tive a honra de ser Secretário da Executiva Nacional do nosso MDB, com Ulysses Guimarães na Presi-

dência; eu, que como Deputado Federal já participava da Executiva Nacional; eu, que, no meu Estado, tive a honra de presidir o Partido por nove longos anos; eu, que, nessa caminhada toda, hoje exerço a presidência de honra do meu Partido no Estado, tenho de fazer um breve relato das eleições ao menos em meu Estado, pois em nível nacional já foi aqui debatido.

Ficamos com cerca de 18 milhões de votos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, com cerca de 16 milhões de votos, ficou o Partido de V. Ex^a, o Partido do Presidente da República.

No meu Estado, em Santa Catarina, nós ficamos com o dobro do que mais próximo chegou em número de prefeituras. Representamos, nessas eleições municipais, algo em torno de 40% dos votos válidos no Estado.

Eu diria que, em Santa Catarina, desde as últimas eleições, o Governo Luiz Henrique, para formar um Governo de parceria, um projeto de descentralização, na última eleição, construiu uma tríplice aliança, um arco de entendimento.

Se analisarmos os partidos que fazem parte desse entendimento no Estado, os democratas, os tucanos, o PPS, o PDT e assim por diante, chegamos, mais ou menos, a 2/3 das prefeituras municipais, em que pese o fato de o partido de V. Ex^a ter crescido bem também nessas eleições. Acho que cresceu bem. Aliás, na minha região, que é fronteira com a Argentina, fez um passeio na fronteira. E também, em vários Municípios, nós somos partícipes. Nós dobramos em vários Municípios também com o partido de V. Ex^a. Mas com o partido do tríplice entendimento, em Santa Catarina, nós construímos mais ou menos em torno de dois terços, em que pese que, em alguns Municípios, nós disputamos com os tucanos, como em Criciúma, do nosso Presidente do partido, Eduardo Moreira. Nós perdemos para os tucanos, porque o Deputado Salvaro ganhou as eleições, mas, de um certo modo, o entendimento ganhou, quer dizer, a tríplice aliança ganhou.

Se pegarmos o Balneário Camboriú, onde o Vice-Governador Leonel Pavan é tucano – ele, com o candidato dele, não saiu vitorioso –, o candidato Piriquito, que é do meu partido, venceu as eleições, e o Deputado Piriquito faz parte desse entendimento, que ajudou o Senador Pavan a chegar à vice-governança do Estado. Quer dizer, faz parte do entendimento também.

E, se nós analisarmos o Governador Luiz Henrique, em Joinville, o candidato do nosso partido não chegou a ir para o segundo turno – lá haverá dois turnos –, mas está o partido de V. Ex^a com o Carlito Merss disputando a chegada e também o candidato Darci de Matos, que é democrata, que faz parte do entendimento. Os dois vão disputar o segundo turno.

E temos também o segundo turno em Florianópolis, onde o nosso candidato do PMDB, Dário Berger, chegou em primeiro, mas vai disputar o segundo turno.

Então, eu diria que o entendimento nosso, o entendimento da tríplice aliança, saiu vitorioso no nosso Estado, inclusive em Lages.

O Senador Raimundo Colombo, a quem tenho a honra de substituir aqui, no Senado, embora tenha lançado o Democratas como candidato a vice, na chapa encabeçada pelo Deputado Coruja, que é do PPS, não logrou êxito, mas em função de uma campanha bem organizada do Renatinho, que é do PP e que foi candidato à reeleição, organizando a propaganda fantástica que trago aqui. Ele fez uma propaganda dizendo que o melhor para Lages seria o Renatinho na Prefeitura. O *slogan* do Coruja em Lages era “Lages Mais Forte”. Aí ele bolou uma propaganda, Senador Delcídio Amaral – está aqui, carrego comigo -, muito bem engendrada, dizendo assim: “Lages mais forte é... Colombo Senador, Coruja [que era o outro candidato] Deputado Federal, Renatinho [na Prefeitura] Prefeito”. E ele disse, numa declaração, na última semana, que esse projeto é o melhor para Lages, que “serrano vota em serrano” e que, em 2010, Colombo pode escolher o projeto, que Renatinho está com ele. Quer dizer, isso sensibilizou os lageanos e fez com que ele chegasse. Desse modo, até o próprio Senador Colombo não sai prejudicado porque uniu, de certo modo, a região, e, se o Renatinho cumprir com a missão, em 2010, pelo projeto que ele escolher, naturalmente os lageanos sairão vencedores.

Por isso, eu diria, nessa breve análise em Santa Catarina, que os partidos ganharam democraticamente discutindo. O nosso partido, o PMDB – como eu já disse – dobrou, foi o que chegou mais próximo de dobrar em número de Prefeituras, fazendo em torno de 40% dos votos válidos no Estado, e, com os partidos com que faz parcerias, saiu vitorioso nesse projeto engendrado há dois anos para o Governo do Estado.

Então, faço essa exposição. Eu tinha que fazer isso, como Presidente de Honra do meu Partido em Santa Catarina. Acho que é uma caminhada democrática.

As eleições municipais já são importantes porque o debate é localizado, é o debate para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. É o debate municipalizado nos 5.563 Municípios de todo o Brasil. Houve esse debate, e isso, naturalmente, alimenta as propostas para virem a Brasília, para virem às Assembléias Legislativas e os debates para irem ao Governo Federal; enfim, é importante em todos os sentidos.

Resumindo, Sr. Presidente, era o que tinha a trazer neste final de sessão na noite de hoje. Eu não poderia deixar de trazer pelo menos esta reflexão no término desta sessão, na noite de hoje, aqui, no Senado Federal.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e fico grato por poder trazer aos colegas e à Casa esses comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner. Aproveito para parabenizar o trabalho do partido de V. Ex^a no Estado de Santa Catarina, salientando também o brilhante papel que o meu partido lá está fazendo, comandado, principalmente, pela liderança da Senadora Ideli Salvatti e dos demais companheiros do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina. Mais uma vez, quero cumprimentá-lo por todo o trabalho que V. Ex^a sempre desenvolveu em prol não só do seu Estado, Santa Catarina, mas também do Brasil.

Não havendo mais oradores inscritos, com as graças de Deus, encerraremos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o povo brasileiro celebra o vigésimo aniversário de sua Carta Política. Se situássemos esse evento no contexto de algumas outras nações, cujas Constituições contam, às vezes, centenas de anos, poderia parecer uma data de pouca expressão. Uma análise mais detida, contudo – reportando-nos à nossa própria história constitucional, à conjuntura na qual foi gestada a Carta de 1988, ao espírito que anima esse documento extraordinário -, revelará que os brasileiros têm muito que comemorar.

Ao recordarmos o ambiente político do Brasil da década de 80, vem-nos à mente o excepcional vigor que, àquela época, demonstravam os movimentos sociais deste País. Toda aquela efervescência propiciou um amplo processo de reformas democráticas, de conteúdo muitíssimo mais rico do que aquele que poderia ser expresso em meras mudanças institucionais de inspiração liberal.

A luta do povo brasileiro pela liberdade, ao longo daquele período, teve vários momentos marcantes, a exemplo da campanha das “Diretas Já” e, ainda antes disso, da conquista da Anistia. A Assembléia Nacional Constituinte, reunida nos anos de 1987 e 1988, foi,

contudo, o episódio crucial de todo aquele processo. Isso porque os lutadores deste País perceberam nela a oportunidade para buscar a consolidação de uma democracia de conteúdo social. Focando seus esforços no processo constituinte, todos os militantes progressistas do Brasil trataram de assegurar que a redação da nova Carta não servisse apenas à reorganização institucional de um regime liberal.

A Constituição de 1988 constituiu-se, de fato, no instrumento mais privilegiado daquela belíssima luta democrática. É exatamente porque o princípio popular teve um tão relevante papel na sua elaboração que ela reflete com tanta clareza os ideais de justiça social. Da mesma forma, não é por outro motivo que ela é constantemente combatida pelas chamadas classes superiores da nossa sociedade, sabedoras de que sua eficaz aplicação implicará a perda de seus privilégios em benefício da população excluída.

Nossa atual Carta Política assume decididamente a condição de instrumento de realização dos direitos fundamentais do homem. Embora tenha sofrido, no processo de sua elaboração, alguma influência das Constituições portuguesa e espanhola, ela traz as inconfundíveis marcas de ter sido gerada a partir dos verdadeiros anseios do nosso povo. É por isso que não se tornou, tal como ocorreu com outras Constituições de nossa História, mera constituição emprestada ou outorgada. Não possui o ranço de constituição meramente copiada de modelos estrangeiros, como tinham as Cartas de 1891 e 1934. Não foi embasada em ideologia correspondente aos interesses de outros povos, tal como foi o caso da doutrina de segurança nacional, princípio basilar das Constituições de 1967 – 1969.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em comparação com nossas Constituições anteriores, é incontornável a constatação de que a Carta de 1988 muda o eixo do constitucionalismo brasileiro, com inovações de relevante importância, voltadas para a realização de uma democracia preocupada com o destino do povo. Sua nítida marca popular é seu grande diferencial com relação ao constitucionalismo pátrio até então existente, um constitucionalismo que fora sempre dominado por uma elite intelectual completamente alheia às aspirações e à mentalidade de nosso povo.

Transcorridos 20 anos de sua promulgação, ninguém poderia negar que ela vem tendo sucesso na construção de um equilíbrio político que nenhuma outra de nossas Constituições tinha possibilitado. Esta República nunca antes tinha vivido vinte anos de pacífico funcionamento democrático. Ao contrário, viveu

sempre uma rotina de sobressaltos constitucionais, alguns de desenlace trágico.

Sob a égide da Constituição de 1988, temos, pela primeira vez em nossa história, a percepção de que a democracia política se vai consolidando, embora a promessa de democracia social nela contida ainda não tenha sido cumprida. Quanto a esta última, contudo, é preciso compreender que a democracia social não brota diretamente da Constituição. A Lei Maior oferece o instrumental necessário à sua realização por meio de políticas públicas, e, sob esse ponto de vista, a Carta de 1988 cumpre plenamente o seu papel. Nela estão presentes os pressupostos da efetivação da democracia social, a começar pela própria democracia política. Afinal, é evidente que, sem esta última, fica de todo inviabilizada a consecução da democracia social.

Os elementos mais importantes a constituir a idéia fundante de nosso texto constitucional estão claramente indicados já em seu preâmbulo, que declara ter o povo brasileiro, por intermédio de seus representantes, buscado instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Mas se quisermos buscar a idéia síntese da concepção básica da Constituição, a qual deve ser usada para orientar a compreensão de todas as suas partes e normas, iremos encontrá-la nos princípios fundamentais do respeito à dignidade da pessoa humana e da cidadania – constantes no art. 1º -, bem como nos objetivos fundamentais, constantes no art. 3º, especialmente aquele de constituir uma sociedade livre, justa e solidária.

Na busca do sentido da nossa Constituição, o método de interpretação a ser usado deve ser aquele que se orienta pelos valores que a informam, pois o sistema de valores por ela incorporado é essencial à convivência democrática que informa todo o ordenamento jurídico. Todas as normas e princípios constantes do texto constitucional são suscetíveis de serem interpretados em função dos valores que neles se encarnam. Isso porque todas as normas e princípios constitucionais têm uma única direção, que é a de garantir o primado da dignidade da pessoa humana. E esse, por seu turno, resume todas as manifestações dos direitos humanos. A Constituição, ao reconhecer a existência e a eminência da dignidade da pessoa humana, transformou-a num valor

supremo da ordem jurídica, declarando-a, inclusive, como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao compararmos nossa atual Constituição com as anteriores, é gritante seu caráter profundamente inovador e democrático. Ao alentado elenco de “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” constante do art. 5º, segue-se a importantíssima norma inscrita no §1º do mesmo artigo, dispositivo inédito em relação às Cartas anteriores. Lá está contida a revolucionária declaração de auto-aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, na disposição de que eles “têm aplicação imediata”.

Após um período de nossa história em que todas as liberdades políticas foram sistematicamente vilipendiadas, a ordem constitucional inaugurada em 5 de outubro de 1988 não apenas assegura aos cidadãos brasileiros a plena vigência das liberdades políticas tradicionais, como também lhes garante a participação política em mecanismos decisórios típicos da democracia direta, como o plebiscito e o referendo. Prevê, ademais, a possibilidade de iniciativa popular de proposição legislativa, facultando aos cidadãos a apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional.

Graças à Carta de 1988, ficaram garantidos, pela primeira vez em toda a nossa história, plena liberdade de organização partidária, autonomia administrativa e financeira para o Poder Judiciário e extraordinário fortalecimento do Ministério Público, com significativo redimensionamento de suas atribuições. A criação da Advocacia-Geral da União concretizou a separação entre as tarefas de defesa dos interesses da sociedade e defesa dos interesses do Estado, antes acumuladas pelo Ministério Público. São apenas uns poucos exemplos, entre uma série interminável de disposições de enorme alcance, no sentido do aprofundamento da democracia.

Entre as muitas e expressivas conquistas na área social trazidas pela Constituição democrática de 1988, merecem destaque a vinculação de parcelas da receita tributária às áreas de educação e de saúde, o reconhecimento da capacidade jurídica dos índios e dos direitos das comunidades indígenas, bem como a previsão de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não cumpra sua função social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que toda a sociedade brasileira celebra, com justo orgulho, o vigésimo aniversário de sua Constituição Federal, a mais democrática que já tivemos em toda a nossa História, devemos lembrar aquelas figuras

que desempenharam papéis de destaque no processo constituinte. É o caso do inesquecível Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; de Afonso Arinos de Mello Franco, que presidiu a chamada Comissão de Notáveis, encarregada de elaborar anteprojeto de Constituição e que, depois, durante os trabalhos da Assembléia, foi membro da Comissão de Sistematização Geral; e de Mário Covas, um dos mais combativos membros da Assembléia, permanentemente empenhado em garantir um perfil progressista para a nova Constituição do Brasil.

De modo particular, deve ser destacada a participação naquele momento da História do Brasil do então Presidente da República José Sarney, responsável pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Desejo registrar nos Anais da Casa minha mais sincera homenagem a todos aqueles que contribuíram para que se tornasse realidade este documento de importância ímpar na História do Brasil: a Constituição da República de 1988. Em primeiríssimo lugar, minhas felicitações dirigem-se ao povo brasileiro, que soube conquistar, com muita bravura e determinação, para si e para seus filhos, uma nova ordem constitucional, fundada nos princípios do respeito à dignidade da pessoa humana e da cidadania, e tendo por objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em defesa da Polícia Civil do Estado de São Paulo apelo ao Governador José Serra para que atenda às reivindicações da categoria, em greve desde o dia 16 de setembro. São Paulo é o Estado que pratica os piores salários pagos a policiais no País e os policiais pedem aumento salarial de 15%, neste ano, e reajustes de 12% nos dois anos seguintes.

Atualmente, a instituição emprega cerca de quarenta mil homens e mulheres na defesa da vida e do patrimônio dos cidadãos, tanto os residentes no Estado, como os milhões de brasileiros que por lá transitam ou ali trabalham e recebem o penúltimo salário da categoria, no País.

O Estado tem o dever de assegurar melhores condições de trabalho e remuneração a uma categoria que não mede esforços para proteger o cidadão. Só se consegue ser um policial autêntico por vocação e o sucesso no desempenho de suas funções depende da forma como o policial entrega sua vida na missão em defesa da ordem e da justiça. Portanto, o salário,

obrigação do Estado, deve bastar ao seu sustento e da família com dignidade e respeito.

Faço questão de registrar minha solidariedade ao justo pleito dos policiais civis, ao mesmo tempo em que lamento a pretensão de alguns policiais de abandonar a carreira, insatisfeitos com a política remuneratória que tem deixado os salários da corporação paulista defasados.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, apoiando integralmente as reivindicações, apelo à sensibilidade do Governador José Serra para que realize um rápido acordo com a classe que possibilite o retorno dos policiais ao trabalho e proporcione o encerramento da greve dos policiais civis de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 8, às 14, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que*

menção, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador

Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 785, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3-Plen.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 7, DE 2008

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal,*

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator:

Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

39

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*.

Pareceres favoráveis sob os nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

44

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

45

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comis-*

são de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

46

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

47

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

48

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mu-*

dança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

49

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colom-

biano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2068 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 013.401/08-4.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor ANTÔNIO TORRES DE SOUZA, Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, Nível M 30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2.076, de 2005-Plenário TCU, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,6)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Fernando Collor (PTB) ^(3,4)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



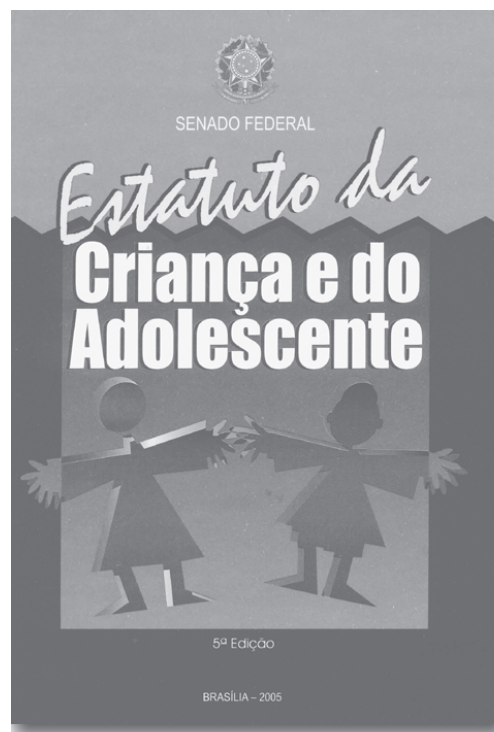
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 270 PÁGINAS